



Investigações
Experimentais

PROPOSTA METODOLÓGICA PARA CLASSIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DO RURAL, DO URBANO E DA NATUREZA NO BRASIL

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Nassar Tebet

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Cimar Azeredo Pereira (substituto)

Diretor-Executivo
Cimar Azeredo Pereira (substituto)

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Cimar Azeredo Pereira

Diretoria de Geociências
Claudio Stenner

Diretoria de Tecnologia da Informação
Carlos Renato Pereira Cotovio

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Maria do Carmo Dias Bueno (substituta)

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Geociências
Coordenação de Geografia
Cayo de Oliveira Franco

Ministério do Planejamento e Orçamento
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Geociências
Coordenação de Geografia



**Investigações
Experimentais**

Informações Geocientíficas
Experimentais

Proposta Metodológica para Classificação dos Espaços do Rural, do Urbano e da Natureza no Brasil



Rio de Janeiro

2023

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

© IBGE. 2023

Apoio

**MINISTÉRIO DAS
CIDADES**

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Estas informações geocientíficas são classificadas como experimentais e devem ser usadas com cautela, pois são informações novas que ainda estão em fase de teste e sob avaliação. Elas são desenvolvidas e publicadas visando envolver os usuários e partes interessadas para avaliação de sua relevância e qualidade.

Em virtude do prazo disponível para o cumprimento do cronograma editorial, os originais desta publicação não foram submetidos aos protocolos completos de editoração.

Capa

Gerência de Editoração – GEDI/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Ficha catalográfica elaborada pela Gerência de Biblioteca, Informação e Memória do IBGE

Proposta metodológica para classificação dos espaços do rural, do urbano e da natureza no Brasil / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro : IBGE, 2023.
174 p. : il. color. - (Investigações experimentais. Informações Geocientíficas Experimentais).

Inclui glossário.

ISBN 978-85-240-4575-2

1. Geografia - Brasil. 2. Geografia rural. 3. Territorialidade humana. 4. Geografia urbana. 5. Geografia humana. 6. Geografia ambiental. 7. Natureza. I. IBGE. Coordenação de Geografia. II. Série.

CDU 911.3(81)

GEO

Sumário

Sumário	4
Apresentação.....	7
Introdução.....	9
Notas técnicas.....	13
Categorias espaciais.....	13
Escola Francesa.....	14
Escola de Ecologia Humana	16
Geografia Quantitativa	19
Geografia Crítica	21
Abordagens recentes	25
Distinções entre rural e urbano.....	29
Abordagens na distinção entre o rural e o urbano	30
Franja rural-urbana.....	40
Classificações institucionais sobre as categorias rural e urbana.....	43
Classificações no Brasil	44
Classificações internacionais sobre rural e urbano	51
Experiências internacionais	51
Metodologia Degrees of Urbanisation	55
A natureza e suas abordagens	56
Uma proposta de três categorias espaciais	63
Espaços do urbano	63
A formação dos espaços do urbano e as funções relacionadas	64
O protourbano	65
Localidades urbanizadas	66
Cidades	68
Funções urbanas e classificações hierárquicas	69
Espaços do rural	72
A configuração atual dos espaços do rural.....	73
Funções e conteúdos no rural	74
Espaços do rural pós-produtivistas.....	76
Espaços do rural produtivistas.....	77
Espaços do rural intermediários	77
Espaços da natureza.....	78
Configuração atual dos espaços da natureza.....	79

Variáveis para conformação dos espaços da natureza	82
Metodologia para definição dos tipos.....	84
Variáveis e procedimentos adotados para definição dos espaços do urbano.....	84
Dados do entorno.....	84
Dados das áreas urbanizadas	86
Primeira etapa: exclusão dos loteamentos vazios.....	87
Segunda etapa: envoltória nas áreas densas	87
Terceira etapa: ajustes dos buffers e junção com as áreas pouco densas.....	87
Quarta etapa: classificação, segundo o tamanho.....	88
Quinta etapa: classificação das áreas de ponderação, segundo o tamanho da mancha urbanizada	89
Resultado das etapas	90
Dados de ocupações laborais.....	91
Variáveis e procedimentos adotados para definição dos espaços do rural.....	93
Dados de apropriação econômica	93
Dados de atividades ligadas à produção agropecuária	94
Dados de paisagem alterada	95
Variáveis e procedimentos adotados para definição dos espaços da natureza.....	96
Dados de Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra	97
A ação humana nos espaços da natureza.....	98
Ocupações laborais relacionadas à natureza.....	98
Integração ao mercado	99
Combinação das variáveis	100
Padronização dos dados.....	101
Posicionamento no diagrama triangular	104
Setores censitários sem domicílios.....	105
Tipologia final em espaços do urbano, do rural e da natureza.....	107
Notas conclusivas	110
Resultados obtidos	113
Descrição dos 16 tipos identificados.....	113
Tipo 1: Áreas urbanas principais das Grandes e Médias Concentrações Urbanas	113
Tipo 2: Áreas urbanas do entorno das Grandes e Médias Concentrações Urbanas	114
Tipo 3: Áreas predominantemente urbanas	114
Tipo 4: Áreas predominantemente urbanas vizinhas a áreas da natureza	115
Tipo 5: Áreas rurais produtivistas com fortes conexões aos centros urbanos	115
Tipo 6: Áreas rurais pós-produtivistas e integradas aos centros urbanos.....	116
Tipo 7: Áreas de transição	116
Tipo 8: Áreas da natureza com forte presença de ocupações urbanas	117
Tipo 9: Áreas predominantemente da natureza	117
Tipo 10: Áreas majoritariamente rurais produtivistas	118

Tipo 11: Áreas rurais produtivistas e consolidadas	118
Tipo 12: Áreas rurais produtivistas e em consolidação	119
Tipo 13: Áreas que mesclam atividades rurais e paisagens naturais.....	119
Tipo 14: Áreas predominantemente naturais com atividades rurais.....	120
Tipo 15: Áreas predominantemente naturais	120
Tipo 16: Áreas naturais	121
Indicativos da franja rural-urbana	121
Considerações finais	128
Referências	132
Apêndices	148
Glossário	168

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

A Proposta Metodológica para Classificação dos Espaços do Rural, do Urbano e da Natureza no Brasil, de natureza experimental, permite que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE dê continuidade ao debate de um dos temas primordiais e estruturadores do conhecimento geográfico.

O presente estudo reúne não só a discussão contemporânea sobre esse tema, como também apresenta a trajetória conceitual construída pela Geografia, e pelo próprio Instituto, em diferentes momentos da história da disciplina, sobre a relação entre o rural e o urbano. Hoje em dia, não há dúvida sobre a complementariedade de ambas as dimensões, em seus traços econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais; todavia, não existe uma unanimidade em relação às definições e classificações desses espaços, muitas vezes identificados pela oposição de um ao outro.

Este estudo retoma o debate em torno da necessidade de revisão da classificação desses espaços e busca entender as mudanças que ocorrem no País. Ele é fruto do aprofundamento do conhecimento sobre o território brasileiro e da evolução dos instrumentos de análise de dados geográficos. Além disso, ao introduzir a natureza, em diferentes nuances e tonalidades, como uma nova categoria de classificação dos espaços, este trabalho busca aproximar o referencial teórico do objetivo traçado pelo IBGE no sentido de aprimorar o conhecimento sobre o Território Nacional, com vistas ao fortalecimento do exercício da cidadania de sua população.

Ao longo de mais de 80 anos, o IBGE tem divulgado informações estatísticas e geográficas, diferenciando os espaços em rural e urbano. Assim, a definição de tais termos é de suma importância para a Instituição, uma vez que eles são utilizados nos mais diversos contextos das dimensões política, econômica, cultural e ambiental. A coleta e a divulgação de dados levam em conta as classificações rural e urbana que são utilizadas em levantamentos institucionais, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua e o Censo Demográfico, cujas estatísticas sobre a população e os domicílios são estruturadas segundo essas categorias espaciais, possibilitando inúmeros cruzamentos com outras variáveis que dão clareza aos fenômenos investigados.

Finalmente, a proposta de tipologia ora apresentada tenciona contribuir para a construção de uma informação geográfica central ao conhecimento do País, subsidiária de múltiplas finalidades, e que é fundamental às ações pública e privada sobre o território brasileiro. Acima de tudo, essa proposta busca abordar, em variadas escalas, a complexidade e o desafio de classificar o País a partir do movimento de continuidade/descontinuidade existente entre os espaços rurais, urbanos e da natureza, especialmente no que se refere às formas de organização da sociedade.

Como frisado inicialmente, é importante ressaltar que os resultados obtidos neste estudo são considerados experimentais, devendo ser usados com cautela. Ao divulgá-los, no entanto, o

IBGE pretende envolver os usuários e as partes interessadas na discussão teórico-metodológica que servirá de embasamento para a tipologia definitiva a ser elaborada com os dados do Censo Demográfico 2022.

Claudio Stenner
Diretor de Geociências

Introdução

A publicação *Proposta metodológica para classificação dos espaços do rural, do urbano e da natureza no Brasil*, ora divulgada sob o selo de Investigações Experimentais, contempla o compromisso institucional de renovação de seus quadros territoriais de referência. Nesse sentido, esta é uma proposta que contribui com avanços na formulação e atualização de novas classificações e conceitos territoriais não circunscritos a uma visão dicotômica do rural e do urbano. A identificação de categorias espaciais vinculadas às formas de organização do espaço está fundamentada nas transformações que ocorrem, simultaneamente, nos meios urbano e rural e na natureza e visa apreender as novas espacialidades contemporâneas.

A ideia central do presente estudo é a proposição de categorias e subcategorias dos espaços rural e urbano, além de uma terceira categoria definida como espaços da natureza, a partir de uma perspectiva de recortes geográficos mais detalhados do que a escala municipal, de modo a identificar e incorporar elementos que compõem as relações entre esses espaços e as suas formas de organização.

A tipologia empreendida consiste em definir contornos que, posteriormente, são divididos e organizados a partir de critérios bem-definidos que estão relacionados às diferenças e semelhanças entre categorias e subcategorias das dimensões de organização espacial da sociedade e de suas representações. Esse processo de apreensão da realidade sistematiza, de maneira organizada, um conjunto de elementos que dão forma e conteúdo aos grupos identificados e que compõem espaços distintos em uma classificação mais complexa do que somente a dicotomia rural-urbano.

A necessidade da renovação teórico-metodológica do paradigma rural-urbano deriva de demandas acadêmicas e institucionais que promovem a revisão dos recortes espaciais até então adotados e de suas estatísticas, e do aprimoramento do conhecimento da realidade nacional em toda a sua dinâmica. O modelo dicotômico que distingue os espaços em rural e urbano, em face das complexidades existentes no contexto do capitalismo avançado, esmaece-se a partir da percepção de que emergem novas ruralidades e urbanidades que conformam realidades espaciais cada vez mais complexas, dinâmicas e entrecortadas, o que demanda a proposição de novas distinções mais detalhadas do espaço geográfico.

Há que se ressaltar, também, que as relações homem-natureza foram ressignificadas ao longo do tempo, influenciando as formas de organização da sociedade e as mudanças que ocorreram nas visões de mundo e nos paradigmas científicos. Assim, considerar como rurais ou urbanas as áreas do Território Nacional com pouca ou mesmo sem alteração em suas paisagens e dinâmicas naturais é insuficiente para responder aos desafios de compreensão teórica dessa categoria espacial.

Cabe reforçar que uma proposta de tipologia dos espaços de predomínio do rural, do urbano e da natureza, em seus diferentes matizes, é relevante para subsidiar políticas públicas e privadas, além de servir de base para a renovação do temário de pesquisas, do ponto de vista conceitual e das categorias pertinentes. Contudo, é importante frisar que este estudo, ainda experimental, é de caráter exploratório, tendo por objetivo a discussão acadêmica e institucional

sobre as características que definem os espaços rurais, urbanos e da natureza. Após o amadurecimento e a discussão deste estudo, o IBGE pretende refazê-lo com dados censitários atualizados, de modo a fornecer um quadro de referência que venha a subsidiar os planejamentos territoriais no Brasil.

Concomitantemente, é importante salientar que as categorias e subcategorias resultantes da tipologia ora apresentada não são construções aleatórias, estabelecidas só empiricamente, mas, sim, derivadas de uma realidade observada e analisada por meio de um método discriminatório. Os tipos apresentados neste estudo são resultantes da consideração de tipos ideais como reflexo de construções teóricas abstratas que servem como parâmetro de observação da realidade.

Há de se observar, ainda, que esta proposta de tipologia decorre de uma sequência de debates, estudos e modelos de classificação empreendidos pela área de Geografia do IBGE ao longo de várias décadas¹, particularmente tendo como referências mais recentes a publicação *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação* (IBGE, 2017) e o Seminário Rediscutindo o Rural e o Urbano para Produção e Análise de Informações Estatísticas (2018). A publicação proporcionou uma primeira reflexão acerca de uma classificação das dimensões rural e urbana, a partir do Censo Demográfico 2010, tendo como resultado uma tipologia municipal dos espaços rurais e urbanos. O Seminário, por sua vez, constituiu um espaço de debate teórico-metodológico com instituições e pesquisadores nacionais e internacionais interessados no tema, com vistas a avançar na discussão dos desafios em torno das possibilidades de delimitar e medir o rural e o urbano com suas nuances. As discussões sobre os conceitos mobilizados foram aprofundadas, e apresentadas visões e representações de padrões territoriais em ambientes multifacetados.

Tal debate lembra que, há algumas décadas, está cada vez mais difícil estabelecer, para fins analíticos, uma visão dual do mundo em rural e urbano. Nessa perspectiva, a noção de *continuum* rural-urbano sinaliza uma tendência mundial que admite a ocorrência de múltiplas formas de organização da sociedade e dos modos de vida. Assim, deve ser enfatizada a pertinência da tipologia apresentada neste estudo, uma vez que a atualização dos conceitos geográficos no IBGE tem o sentido de produzir recortes espaciais que reflitam os fenômenos estudados pela sociedade e pela Academia, além de proporcionar um aprimoramento dos dados divulgados pela Instituição.

De forma a ampliar a semântica das informações produzidas, considerou-se que novos recortes espaciais de rural e urbano podem ser criados para expressar as múltiplas configurações da realidade contemporânea, em complementação aos recortes já existentes. A tipologia ora empreendida privilegia, também, a identificação da categoria de espaços da natureza, visto que somente a diferenciação entre os conceitos de rural e urbano já não é suficiente para respaldar algumas análises e questões que procuram interpretar o espaço geográfico na contemporaneidade.

¹ Nesse sentido, sugere-se consultar a *Revista Brasileira de Geografia*, do IBGE, no endereço: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>.

Com relação às áreas da natureza de grande extensão que estão preservadas ou pouco alteradas e que não possuem acessibilidade², área construída e consumo de seus recursos no mercado (local, regional ou global), entende-se que elas possuem características bastante distintas das encontradas nos espaços urbano e rural, o que, por si só, justifica a proposição de uma categoria espacial própria. No Brasil, tal questão é importante, uma vez que grandes parcelas do território são pouco ocupadas ou correspondem a áreas institucionalizadas, ou legalmente delimitadas, para preservação ou conservação da natureza. A identificação de espaços de predomínio da natureza teria por objetivo, entre inúmeras outras finalidades, subsidiar a promoção de políticas públicas voltadas para o aproveitamento sustentável dos recursos naturais e a preservação de grandes áreas num contexto de mudanças climáticas, de ameaça de extinção da fauna e da flora, e de conflitos de interesses constantes.

É importante ressaltar o esforço que a análise do tema impõe ao se pensar na arquitetura de uma tipologia em um país continental e, sobretudo, regionalmente diferenciado e desigual. A magnitude dos padrões territoriais de ocupação existentes confere um grau de generalização significativo aos resultados obtidos. Dos pontos de vista metodológico e operacional, objetivou-se, neste estudo, procurar apoio no binômio “dados estatísticos/geotecnologias”, indispensáveis à análise espacial.

Nesta **Introdução**, foram tratados, portanto, as demandas, os novos desafios para retratar a organização do espaço, e os objetivos do estudo, quais sejam: a proposição de uma tipologia dos espaços no País, a partir da identificação de três dimensões de organização (a rural, a urbana e a da natureza), e a elaboração de uma classificação que subdivida essas dimensões de modo a representar, de forma mais acurada, a complexidade inerente à contemporaneidade.

A seção **Notas técnicas**, a seguir, está estruturada em quatro tópicos. O primeiro tópico, **Categorias espaciais**, aborda diferentes paradigmas que influenciaram os estudos sobre as temáticas rural e urbana na Geografia desde o Século XIX. Trata-se de reconhecer superposições temporais e de matrizes, bem como métodos e procedimentos operacionais que privilegiaram as categorias consideradas. Complementarmente, discute-se, ainda, a visão binária de rural e urbano e do *continuum* rural-urbano. O segundo, **Distinções entre rural e urbano**, foca as abordagens mais influentes que entraram nas discussões de classificações realizadas no Brasil e no mundo. Um dos objetivos é apresentar o histórico de classificação de rural e urbano no IBGE e em outros órgãos governamentais, incluindo as classificações internacionais mais recentes. Atenção especial também é dada à discussão da franja rural-urbana e da natureza e suas abordagens. O terceiro, **Uma proposta de três categorias espaciais**, apresenta os

² A acessibilidade geográfica está sendo classificada e denominada, nesta proposta, a partir do acesso absoluto ou relativo das localidades às áreas urbanas consolidadas e de maior hierarquia no sistema urbano. O termo *remoteness* (traduzido como remotidão) é usado, na Austrália, para disseminar estatísticas sociais e demográficas pelo Australian Bureau of Statistics - ABS, agência nacional de estatística daquele país. O critério de delimitação para as Áreas Remotas (*Remoteness Areas*) baseia-se no Índice de Acessibilidade/Remotidão da Austrália, desenvolvido em 2000, que mede o afastamento de um ponto baseado na distância física da estrada para o Centro Urbano mais próximo. O índice divide os Estados em várias regiões, em função do acesso relativo aos serviços. Para informações adicionais sobre o tema, consultar a publicação: IBGE. *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação* 2017. Rio de Janeiro, 2017. 78 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15790-classificacao-e-caracterizacao-dos-espacos-rurais-e-urbanos-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: maio 2023.

referenciais teóricos e os critérios utilizados para definição dos espaços do rural, do urbano e da natureza, assim como os argumentos para a proposição de acréscimo da terceira categoria espacial. São discutidos aspectos adicionais de formação dessas categorias e suas relações com outros trabalhos realizados pelo IBGE, a exemplo da pesquisa Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2018 (IBGE, 2020). No quarto tópico, **Metodologia para definição dos tipos**, são contemplados o método de análise, a noção do *continuum* que norteou o estudo, técnicas de análise, e os procedimentos operacionais envolvidos na construção dessa tipologia. Na classificação dos espaços do urbano, foram levados em conta os atributos funcionais, considerando-se as ocupações laborais tipicamente urbanas, com base nos dados de ocupação provenientes do Censo Demográfico 2010, agrupados segundo sua natureza urbana, bem como a formação dos espaços urbanizados, a partir dos resultados do projeto Áreas Urbanizadas. Na classificação dos espaços do rural, foram levados em conta as ocupações laborais tipicamente rurais, com base nos dados de ocupação também oriundos do Censo Demográfico 2010, segundo a variável trabalho principal, bem como informações sobre o uso da terra (áreas de lavouras, pastagens e florestas) e um indicador de integração ao mercado, com base nos dados do Censo Agropecuário 2017. Os espaços da natureza, por sua vez, foram classificados a partir das ocupações laborais ligadas a atividades extrativas e de pesca e silvicultura, à baixa integração ao mercado e às informações de cobertura e uso da terra do Brasil, com base nos dados do Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra do Brasil referentes ao período de 2016 a 2018.

A seção **Resultados obtidos** apresenta a tipologia criada no âmbito deste estudo, em que cada um dos 16 tipos identificados possui uma breve descrição dos seus atributos e da sua distribuição espacial no território brasileiro. São destacados, ainda, os avanços obtidos na identificação da franja rural-urbana, com vistas à melhor delimitação futura desses espaços.

A seção **Considerações finais** traz uma reflexão sobre os resultados alcançados, os questionamentos elucidados e os benefícios de se criar uma abordagem que tange o *continuum* rural-urbano-natureza. Adicionalmente, trata de melhorias que podem e devem ser implementadas na elaboração de uma tipologia final que venha a utilizar os dados mais recentes produzidos pelo IBGE, incluindo os do Censo Demográfico 2022.

Informações metodológicas complementares estão organizadas sob a forma de **Apêndices**, e os termos e conceitos considerados essenciais para a compreensão dos resultados encontram-se reunidos em um **Glossário**, ao final da publicação.

Notas técnicas

Categorias espaciais

Este tópico busca compor um arcabouço teórico a respeito das categorias³ espaciais em análise ao revisitar as premissas que têm norteado as concepções sobre o rural, o urbano e a natureza. Os conceitos de rural e urbano, embora estabelecidos no passado como artifícios para a apreensão da realidade, permanecem como noções clássicas e fundamentais para a compreensão das formas de organização da sociedade, sendo a natureza entendida como uma categoria transversal e partilhada, um palco de interações entre campo e cidade, com realidades espaciais e sociais descontínuas (CARNEIRO, 2008).

Essa abordagem está centrada em categorias históricas, forjadas no Século XIX, mas que estão em constante transformação, ou seja, não são intocáveis e nem de fácil distinção. As distinções entre campo e a cidade, por exemplo, eram mais nítidas no passado, mas as alterações nas dinâmicas rural e urbana levaram à dissolução de muitos dos limites que antes diferenciavam mais claramente esses espaços⁴. Santos (1986), por exemplo, considerava o espaço geográfico uma totalidade e, como tal, passível de dividir-se em partes. Para o autor, essa era uma regra do método, já que a divisão analítica permitia segmentá-lo, bem como ser operada segundo diversos critérios. Assim, rural e urbano eram categorias concebidas num contexto de totalidade, consistindo em frações derivadas de um debate dialético do todo, isto é, formando uma unidade na diversidade (BATISTA, 2015).

De modo a se fazer uma leitura histórica das concepções de rural e urbano, são apresentadas a seguir a influência das diferentes Escolas do Pensamento Geográfico nas classificações empreendidas, a partir de suas matrizes, suas ideias e formuladores. Na Geografia, diferentes matrizes perceberam a realidade a partir de vertentes teóricas e metodológicas diversas que coexistiram. Quatro correntes de pensamentos são predominantes no âmbito do mundo rural e urbano e colocam em questão a visão de um mundo dual e o papel da natureza face às crescentes mudanças climáticas e a necessidade de uso sustentável dos espaços da natureza. As questões de preservação/conservação da natureza passam a ser mais evidentes do meio para o final do Século XX, ou seja, não estiveram no horizonte de preocupação dos pensadores do passado que se debruçaram mais sobre as questões rural e urbana.

³ O termo categoria e não conceito será adotado para denominar e tratar rural, urbano e natureza. Segundo Corrêa (2018c), as categorias possuem conteúdos variados e cada autor se expressa de maneira diferenciada quando as utiliza.

⁴ A categoria de pensamento denominada de espaços da natureza resultou de um debate interno da equipe.

Escola Francesa

A Escola Francesa, que teve como precursor Paul Vidal de La Blache [1845-1918], foi a base da formação teórico-metodológica da Geografia no Brasil⁵. Na perspectiva da Escola Francesa, a Geografia identificava um espaço geográfico, uma região, a partir principalmente de seus aspectos físicos e associava, nesse processo, inúmeros dados e informações, estabelecendo as relações entre eles. No passado, a oposição entre os espaços rurais e urbanos aparecia, para os teóricos da Geografia, associada à natureza, que determinava a diferenciação espacial. Os pesquisadores sociais, planejadores e formuladores de políticas sustentavam que a natureza era um espaço a ser conquistado, ou domesticado. Nesse sentido, La Blache (1913, p. 107, tradução nossa) diz que a “natureza prepara o local e o homem organiza-o para lhe permitir responder aos seus desejos e às suas necessidades”.

Segundo Almeida (1995), o conceito de *habitat* cunhado por La Blache teve sua origem na natureza como um fator preponderante. Sob sua influência,

[...] a Geografia, que se inspira como as ciências vizinhas, na ideia de unidade terrestre, tem como missão principal averiguar como as leis físicas e biológicas que regem o mundo se combinam e se modificam ao serem aplicadas a diferentes partes da superfície terrestre (LA BLACHE, 1913, p. 291-292, tradução nossa).

La Blache se opunha ao determinismo ambiental e nos seus estudos toda a atividade humana foi analisada como reação às influências do meio físico (ALMEIDA, 1995). Segundo Diniz (1984, p. 37), “dessa reação aparecem os *gêneros de vida*, que são conjuntos de técnicas, hábitos e processos que permitem ao homem a sua subsistência”.

É importante assinalar que La Blache ao trazer para a Geografia a noção de *habitat* e classificando espacialmente o *gênero de vida* influenciou, principalmente, os estudos rurais na Geografia Brasileira. Autores diversos, estimulados por La Blache, classificaram os inúmeros *habitats* que se multiplicavam no território, dentre eles, Demangeon (apud ALMEIDA, 1995) que, por exemplo, aliou a abordagem morfológica com a funcional e as atividades existentes para empreender estudos de *habitat* e povoamento⁶.

O conceito de *gênero de vida* é um artifício analítico que reconhece o mecanismo de integração entre o meio natural e a organização social de um grupo, com vistas ao seu sustento cotidiano. Numa fase subsequente aos estudos em áreas limitadas do País, a análise sistemática e classificatória sobre os tipos de povoamento e de espaço rural avançaram no Território Nacional, envolvendo não somente o *habitat* rural, como os de transição para o espaço urbano nas periferias das grandes cidades. A transposição do conceito de *gênero de vida* para os de *habitat* rural e *habitat urbano* classificaram inúmeros *habitats* no Brasil.

⁵ A partir da influência de La Blache (1913) e de sua visão possibilista, Pierre Deffontaines [1894-1978], Emmanuel de Martonne [1873-1955], Pierre Monbeig [1908-1987] e Francis Ruellan [1894-1975] criaram os primeiros cursos de Geografia e empreenderam estudos marcados fortemente pelo empirismo da Geografia La Blacheana.

⁶ Segundo Almeida (1995, p. 103), “seu sistema classificatório de aglomerado, aldeia e cidades e seu índice estatístico de dispersão são utilizados ainda hoje pelas agências censitárias em suas tarefas pré-definidoras ao planejamento de logística de coleta de dados (delimitação das unidades territoriais de coleta)”.

Almeida (1995) selecionou e classificou 69 estudos com ênfase no *habitat* e no *gênero de vida* no Brasil, considerando um leque abrangente de abordagens: os estudos clássicos de *habitat*⁷; os estudos de *habitat* em Antropologia, Sociologia e Arquitetura; os estudos de colonização e de povoamento; os estudos regionais; os estudos sobre gênero de vida com enfoque econômico ou sociológico; os estudos sobre periferia rural-urbana e *habitat* de boias-frias e trabalhadores sem-terra.

A ênfase dos estudos era na Geografia Agrária, centrada na investigação das paisagens como resultados de ações e costumes dos produtores que determinavam gêneros de vida, formas de cultivo e a distribuição espacial, além da identificação de regiões agrícolas (FERREIRA, 2000). Segundo Ceron e Girardi (1979), até 1950, esses estudos focaram na classificação da agricultura e identificaram áreas delimitadas segundo critérios principalmente de organização do espaço agrário. Segundo Ferreira (2000, p. 58), “a Geografia surge em meio a uma sociedade agrária, na qual o econômico era o rural e o tipo de organização espacial mais visível e dominante era o rural”.

Nos estudos urbanos, os principais autores destacados por Abreu (1994) foram os geógrafos Deffontaines, no Rio de Janeiro, e Monbeig, em São Paulo. Corrêa (1978), por sua vez, ressaltou que os estudos de Monbeig trataram as cidades de forma isolada e eram descritivos, denominados, à época, Monografias Urbanas.

Segundo Carneiro (2008), a visão de mundo rural, onde a natureza está presente ou suas formas de ocupação são reconhecidas, não era objeto de reflexão nas abordagens referentes aos espaços rurais e urbanos. Na verdade, eram os critérios de definição em rural ou urbano que eram questionados. Veiga (2002), tentando superar a ausência de uma abordagem que tratasse da natureza, sugeriu o uso de indicadores demográficos que representassem a pressão antrópica (crescimento e densidade) de forma a distinguir “as ‘áreas de natureza’ (sic) praticamente inalteradas daquelas sujeitas a um maior grau de ‘artificialização dos ecossistemas’ (sic), como os grandes centros urbanos” (CARNEIRO, 2008, p. 18).

Carlos (2003, p. 182) considera que o autor limita o “papel da sociedade a uma indefinida ‘ação antrópica’, reduz o espaço a um quadro físico inerte, passível de sofrer maior ou menor intervenção humana, revelando um processo de naturalização da sociedade”.

Veiga (2002) contribuiu para a reflexão sobre a divisão rural-urbana no Brasil com seus estudos; são dele críticas ao modelo dual e aos critérios definidores quando afirma que o País é *bem menos urbano do que se calcula*. Além disso, para o autor, deve-se indagar se a análise do urbano e do rural pode prescindir de considerar atributos como relevo, clima e hidrologia.

[...] isto é, a desconsideração de limites físicos e biológicos à ação humana na formação dos espaços rurais e urbanos, eludindo, assim, toda a problemática do relacionamento entre as sociedades humanas e os meios ditos naturais. [...] foi justamente o avanço das pesquisas científicas em urbanismo que fez emergir o conceito de “ecossistema territorial”, [...] composto tanto de elementos do ambiente físico-biológico, quanto do ambiente construído e do ambiente antrópico (VEIGA, 2004c, p. 26).

⁷ Termo que se transformou ao longo do tempo.

Nesse sentido, Veiga (2004c) adverte que a simples negação dos elementos naturais não é suficiente para afastar a compreensão das categorias de rural-urbano de uma análise geográfica determinista⁸.

Carneiro (2008) sustenta que a proposta de Veiga (2004b) persiste na polarização entre mais rural (mais natural) ou mais urbano (mais artificial). Atualmente, a ideia da “estetização” dos espaços remete à criação artificial de espaços para o turismo, lazer e convívio. A produção do espaço tendo como foco a capacidade que o sistema econômico capitalista tem de transformar os lugares traz, entre outros processos, a dinâmica que ocorre entre a relação da natureza e a atividade turística, que pode ocorrer no campo ou na cidade. Assim, o rural não é reconhecido apenas pelas funções agrícolas, mas pela sua pluriatividade que inclui atividades não agrícolas, tais como o turismo rural.

Santos (1996) afirma que não é necessário continuarmos teorizando o objeto de um lado, e o sujeito-sociedade do outro, já que os termos natureza e sociedade, expressos através do rural e do urbano, não são explicativos por si só, mas requerem uma explicação conjunta. Para Santos (1996, p. 65), “a realização concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político, devemos propor um outro modo de ver a realidade, oposto a esse trabalho secular de purificação, fundado em dois polos distintos”.

Santos (1996) sugere tratarmos com a noção de *espaços híbridos*⁹, que seria uma construção teórica que propõe transferirmos para as noções como as de rural, urbano e natureza o *continuum* do espaço geográfico. O espaço geográfico, como objeto de análise da Geografia, presume a articulação entre natureza e sociedade a partir de inúmeros artifícios conceituais e metodológicos que desvendam o modelo dicotômico rural-urbano. Para que essa articulação, fruto de práticas sociais¹⁰ ocorra é fundamental a identificação e delimitação dos espaços da natureza e da sociedade, nas suas formas preponderantes de organização.

Escola de Ecologia Humana

Outra matriz que influenciou os estudos geográficos, em particular os urbanos, foi a Escola de Ecologia Humana ou Escola de Chicago, que surgiu nos Estados Unidos no início do Século XX. A Escola de Ecologia Humana estruturou um quadro teórico-conceitual a partir de um conjunto de métodos de investigação empíricos direcionados à interpretação dos fenômenos urbanos, em estudos centrados na cidade e no crescimento urbano, e a solução dos problemas migratórios e de criminalidade e delinquência em Chicago.

⁸ Na Geografia, o determinismo expandiu-se a partir das ideias de Friedrich Ratzel [1844-1904]. Segundo ele, o ser humano é condicionado pelos aspectos naturais, ou seja, a natureza é que determina a ação humana.

⁹ Os estudos da Escola de Chicago foram desenvolvidos por pesquisadores como Robert Ezra Park [1864-1944], Ernest Watson Burgess [1886-1966], Louis Wirth [1897-1952], Roderick Duncan McKenzie [1885-1940], Homer Hoyt [1895-1984], entre outros.

¹⁰ Práticas espaciais são as ações através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e interações espaciais (CORRÊA, 1995a).

As origens da Escola de Chicago estão na Ecologia Humana¹¹, cujo princípio básico de ordenamento e regulação da vida no âmbito da natureza é a luta pela existência, princípio esse que se encontra apoiado em Charles R. Darwin [1809-1882] e nos teóricos da evolução. É através dessa forma elementar de luta entre as espécies que os teóricos da Ecologia Humana vincularam o conceito de competição às formas e funções sociais utilizando termos como simbiose, invasão, dominação, sucessão e segregação, buscando explicar a similaridade entre meio-ambiente, população e organização¹².

Os ecologistas denominavam comunidade¹³ a população em seu *habitat*, estabelecendo assim uma analogia biológica com a sociedade, o que construiu um referencial teórico-metodológico nomeado de Ecologia Urbana, que dominou a Sociologia, a Geografia, a Economia e demais áreas correlatas da época. A Escola de Chicago figurou nesse contexto como uma fusão dessas áreas (GOTTDIENER, 1997).

As cidades e seus problemas eram o principal objeto dos estudos dos ecologistas, que diferenciavam os meios rural e urbano ao ressaltarem as profundas mudanças que a urbanização provocava.

O crescimento das cidades e a urbanização do mundo é um dos fatos mais notáveis dos tempos modernos. (...) Essa mudança de uma sociedade rural para uma predominantemente urbana que se verificou [...] foi acompanhada por alterações profundas e em praticamente todas as fases da vida social. São essas modificações e suas ramificações que solicitam a atenção do sociólogo para o estudo das diferenças entre o modo de vida rural e urbano (WIRTH, 1938, p. 2, tradução nossa).

A análise sistemática sobre os tipos de povoamento e de espaços rurais no Brasil passou de uma fase em que se destacavam alguns aspectos do *habitat*, em áreas limitadas do País, conhecidas, sobretudo, através de observações realizadas em trabalhos de campo, para um momento subsequente, no qual começam a ser feitos estudos sistematizados e classificatórios cobrindo todo o País, isto é, envolvendo não somente o *habitat* rural, como aqueles referenciados à sua transição para o espaço urbano, aí incluída a periferia das grandes cidades.

Em 1940, o conceito de áreas sociais foi incorporado à Escola de Chicago a partir de críticas internas e substituindo o de áreas naturais. Park defendeu a ideia de que o espaço físico refletia o espaço social, de forma que, ao se medir a distância física entre segmentos populacionais, a distância social seria redundante¹⁴. O autor orientou seus alunos a investigarem

¹¹ O termo Ecologia Humana, segundo Wirth (1938), foi utilizado para nomear o ramo da ciência biológica que estudava a estrutura e o comportamento de organismos vivos – número de organismos vivos são regulados, sua distribuição controlada e o equilíbrio com a natureza mantido.

¹² Segundo Becker (1996), os pesquisadores de Chicago utilizavam diferentes fontes de informações em seus estudos, tais como: entrevistas, tratamento de dados estatísticos, informações documentais, entre outras.

¹³ A visão de sociedade como *comunidade* implica, segundo Corrêa (1986), em organização espacial, colocando na pauta da Escola de Chicago a questão locacional.

¹⁴ Segundo Corrêa (2016, p. 11) “para Park, as áreas naturais ao incorporarem, por intermédio das formas e fluxos, o projeto e os interesses dos homens, participam ativamente do processo de reprodução de grupos sociais distintos entre si. A seu modo, apoiado em concepções calcadas em matrizes não críticas, Park antecipa-se ao pensamento, vigente após 1970, sobre o espaço urbano como locus da reprodução das relações sociais, conforme apontado por Lefebvre (1976)”.

como os diferentes grupos sociais localizavam-se em Chicago, mapeando diversas informações como raça, etnia, atividades etc. (BECKER, 1996).

A noção de áreas sociais passa a ser expressão corrente do pensamento da Escola de Chicago depois de um estudo desenvolvido por Shevky e Williams em 1949 (VASCONCELOS; CORRÊA; PINTAUDI, 2013; CORRÊA, 2016). Posteriormente, em 1955, Shevky e Bell formularam as bases teóricas e um método operacional, denominado Ecologia Fatorial, utilizado nos estudos empíricos que classificam áreas da cidade segundo índices ou fatores¹⁵. As pesquisas nessa linha identificaram áreas internamente homogêneas e heterogêneas entre si no interior das cidades, que passam a ser amplamente utilizadas pelos geógrafos nos estudos sobre cidades, em especial nos estudos que faziam comparações entre elas¹⁶.

As principais críticas dirigidas aos ecologistas relacionavam-se à transposição do método de análise das ciências naturais para as ciências sociais. O modelo concêntrico de crescimento da cidade, proposto por Burgess, também foi muito questionado¹⁷. Argumentava-se que, em sua análise, Burgess baseava-se nos processos ecológicos sem levar em consideração outros fatores que participavam da dinâmica urbana. As críticas mais contundentes à Escola de Ecologia Humana e à perspectiva locacional foram formuladas pelos marxistas e estruturalistas, ao afirmarem que os ecologistas se agarraram a um determinismo econômico como limitante do poder de explicação teórico.

Além disso, entendiam a desconcentração urbana como resultado dos avanços nos meios de transportes e de comunicação, assim como percebiam que a perspectiva locacional seria uma ideia quase ideológica¹⁸ (GOTTDIENER, 1997). Outras críticas referiam-se à forte concepção ecológica da sociedade, influenciada pelo evolucionismo social, e ao uso de analogias que associavam, por exemplo, os problemas sociais aos termos patologia social e comportamento desviante à criminalidade.

¹⁵ A definição dos índices ou fatores utilizados por Shevky e Bell apoiou-se numa noção de cidade vista como um todo complexo, representando a sociedade e suas mudanças em três construtos: nível socioeconômico (composto por ocupação, educação e renda); urbanização (composto por fertilidade, mulheres na força de trabalho e habitações unifamiliares); e etnia (uma medida da concentração de grupos étnicos minoritários em uma dada área, em relação à proporção destes na área urbana total da cidade). Inicialmente, os índices reuniam de três a quatro variáveis e, posteriormente, com o uso de análise fatorial e análise de agrupamento, passaram a um número significativamente maior de variáveis (VASCONCELOS; CORRÊA; PINTAUDI, 2013; CORRÊA, 2016).

¹⁶ A análise fatorial tinha a finalidade de reduzir um número considerável de variáveis a alguns fatores de natureza descritiva. Os fatores eram classificados para cada unidade de área da matriz geográfica, indicando a importância de cada uma em cada fator. Os fatores resultantes são expressos em percentagem e fornecem o peso explicativo que cada um possui no conjunto de variáveis das unidades de observação. Posteriormente, uma análise de agrupamento (*cluster analysis*) reúne as unidades de observação com valores semelhantes nos fatores obtidos da análise fatorial (VASCONCELOS; CORRÊA; PINTAUDI, 2013). As notas obtidas pelas unidades espaciais nos fatores, uma vez mapeadas, ilustram os padrões de distribuição espacial do nível socioeconômico, da urbanização e da segregação e o mapeamento dos agrupamentos revela as áreas sociais da cidade.

¹⁷ O modelo de zonas concêntricas formulado por Burgess, em 1920, propõe um esquema de estrutura urbana em que seis zonas de usos do solo que se dispõem da área central da cidade, que se caracteriza pela concentração dos negócios e elite da cidade, até o último anel externo de onde convergem os deslocamentos para a área central da cidade.

¹⁸ Segundo Gottdiener (1997), a desconcentração urbana deve ser entendida como forma e processo, sendo a forma um produto, uma manifestação física dos processos de organização social, e o processo um produtor. Assim, os padrões espaciais e processos sociais estão encadeados.

Concomitantemente ao surgimento da perspectiva locacional, ao final da década de 1940 ocorre um movimento que Burton (1963) denominou de revolução quantitativa¹⁹, e representou uma nova concepção na abordagem geográfica reforçando a quantificação e a análise científica em detrimento a uma perspectiva dominada pelo excepcional e o único, herdada da Escola Francesa.

Geografia Quantitativa

No Brasil, entre 1968 e 1977, a Geografia Quantitativa, também denominada Nova Geografia, predominou nos estudos de diferenciação de áreas e de cidades e desenvolveu-se principalmente no IBGE e no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da então Universidade Estadual Paulista - UNESP²⁰, no *campus* de Rio Claro. No IBGE, particularmente, os estudos expandiram-se a partir da presença e orientação dos geógrafos Brian J. L. Berry, da Universidade de Chicago, Howard Gauthier, da Universidade de Ohio, e John P. Cole, da Universidade de Nottingham²¹.

Lamego (2014) afirma que a Geografia Quantitativa dominou os estudos geográficos no período de 1969 a 1978²² e que adotou um temário que incluía um conjunto de métodos e técnicas tais como “análise fatorial, dimensional e de agrupamento nos estudos de cidades; cadeia de Markov para estudos de hierarquia, rede urbana, estudo de áreas metropolitanas e projeções populacionais” (LAMEGO, 2014, p. 5).

A Geografia Quantitativa defendia aplicar métodos científicos e matemáticos para a análise do espaço geográfico e tinha como características fundamentais o uso de linguagem

¹⁹ A perspectiva quantitativa inicia-se nas Ciências Físicas e Biológicas e alcança, posteriormente, as ciências sociais.

²⁰ Em um texto denominado *Renovação na Geografia*, Geiger (1970) comenta a revolução teórico-quantitativa de alto nível de complexidade que transformou a Geografia e reforçou a importância da utilização de técnicas no tratamento dos dados. A Geografia já fazia uso de uma série de técnicas quantitativas nos seus estudos (regressões, correlações e índices variados), mas o computador permitiu processar uma multiplicidade de dados dispostos numa matriz geográfica de “m locais e n variáveis” (GEIGER, 1970, p. 68). Outro aspecto levantado foi o de que estes estudos permitiriam a busca por modelos generalistas e análises prospectivas. Nesse sentido, Galvão e Faissol (1970), argumentavam que a Geografia pretendia superar o paradigma tradicional e excepcionalista e adotar métodos quantitativos de análise necessários à obtenção de um rigor científico.

²¹ O IBGE utilizou a *Revista Brasileira de Geografia* e o *Boletim Geográfico* como os principais veículos de divulgação dos estudos realizados nesta fase. O acervo da Revista apresenta numerosos estudos desenvolvidos na perspectiva quantitativa. Tais pesquisas focaram aspectos teóricos sobre o urbano, aplicaram modelos, discutiram conceitos espaciais e conduziram estudos de casos no interior das cidades. Na UNESP, em Rio Claro, destaca-se a criação do *Boletim de Geografia Teórica*, em 1971, e da Associação de Geografia Teórica - AGETEO, em 1976.

²² Na *Revista Brasileira de Geografia*, os artigos sobre a perspectiva quantitativa destacavam-se. São eles: *A revolução quantitativa na Geografia e seus reflexos no Brasil*, de Marília Velloso Galvão e Speridião Faissol; *Grandes Regiões e tipos de agricultura no Brasil*, de Brian J. L. Berry e Gerald F. Pyle; *Tipos de agricultura no Paraná: uma análise fatorial*, de Elza Coelho de Souza Keller; *As grandes cidades brasileiras: dimensões básicas de diferenciação e relações com o desenvolvimento econômico: um estudo de análise fatorial*, de Speridião Faissol; *Cidades do Nordeste: aplicação de “factor analysis” no estudo de cidades nordestinas*, de Pedro Pinchas Geiger; e *Projeção da população no Brasil: aplicação do método Cadeia de Markov*, de John P. Cole e Speridião Faissol e M. J. McCullagh. Todos esses estudos foram publicados no v. 32, n. 4, da Revista, em 1970, e estão disponibilizados no endereço: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>.

matemática, modelos e métodos oriundos das ciências exatas, utilização de computadores, neutralidade científica diante do objeto e predomínio da abordagem espacial (CRISTOFOLETI, 1976). Outro aspecto relevante é a compreensão de uma união entre as ciências naturais e ciências sociais, sendo o conceito de natureza entendido como um recurso a ser aproveitado para o desenvolvimento e crescimento econômico de uma região ou do país. Nessa perspectiva, tanto a abordagem rural como a urbana foram temas dos estudos quantitativos e as classificações de áreas e de cidades articuladas algumas vezes a atributos como clima, solo etc.

A Geografia Agrária, nesse período, direcionou seus estudos para a identificação de regiões e tipologias agrícolas, utilizando-se, em grande parte deles, de técnicas estatísticas de classificação. Durante a década de 1970, o processo de modernização da agricultura trouxe mudanças substantivas ao campo e com ele uma forte aproximação dos modos de produzir com a industrialização, que passa a fornecer insumos e equipamentos para a agricultura e consumir seus produtos. Tais mudanças, no conteúdo e estruturação das atividades agrícolas, e diante de um novo paradigma, direcionou geógrafos agrários a uma (re)definição do temário e dos procedimentos mais adequados aos seus estudos (DINIZ, 1973).

A Geografia Urbana, por sua vez, foi contemplada com inúmeros trabalhos sobre funcionalidade e hierarquia das cidades, redes urbanas, aglomerações urbanas²³ e a dimensão urbana apreendida a partir de uma visão sistêmica de modelos e técnicas quantitativas aplicadas em estudos que consideravam uma ou mais cidades, assim como, em estudos de caso.

No artigo *Teorização e quantificação na Geografia*, publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, Faissol (1972) aponta a natureza multivariada da Geografia como sendo um obstáculo operacional na apreensão da totalidade dos fenômenos, prática comum dos geógrafos. Contrariando a perspectiva excepcionalista, o autor cita as vantagens da Geografia Quantitativa, que possibilita analisar, com uma abrangência maior, os fenômenos estudados e assim alcançar as regularidades existentes²⁴. Segundo ele, se a totalidade dos fenômenos ocorria apenas em um lugar e ele era o único, a possibilidade da generalização, que permite a formulação de leis, praticamente não existia na Geografia. Outros pontos a serem ressaltados nesse paradigma foram a utilização de conceitos vinculados à perspectiva quantitativa, à distribuição e à similaridade entre frações do espaço e à seletividade dos atributos ressaltada também por Faissol (1972).

A principal crítica à abordagem quantitativa foi a de apreender o espaço através de modelos e métodos matemáticos e estatísticos, assumindo a existência de um espaço indiferenciado, homogêneo e um pesquisador aparentemente neutro. Não obstante, a abordagem quantitativa significou uma renovação, uma vez que as transformações teórico-metodológicas adotadas levaram a um modo mais complexo de fazer Geografia.

²³ Em 1969, Faissol criou, no IBGE, o Grupo de Áreas Metropolitanas, responsável pela identificação e delimitação de nove Regiões Metropolitanas no Brasil.

²⁴ Faissol (1972) exemplifica a possibilidade de apreender um número maior de fenômenos com o uso da análise fatorial, que define e sintetiza variáveis selecionadas numa matriz geográfica, em um conjunto de fatores que, uma vez identificados, aumentariam a capacidade humana para analisar um número muito elevado de variáveis, além de avançar conceitualmente na capacidade de identificação das dimensões mais relevantes da realidade estudada.

No entanto, as críticas feitas aos geógrafos quantitativos provocaram, com o tempo, uma diminuição significativa da produção sob essa perspectiva. Lamego (2014, p. 18) diz que a Geografia Quantitativa não gerou, entre os seus adeptos, uma segunda geração de geógrafos com publicações suficientes para “perpetuar o pensamento da primeira geração via citação e referência”. Cabe observar que o uso de técnicas e modelos estatísticos e matemáticos aplicadas pelos geógrafos, inclusive antes da perspectiva quantitativa, mantém-se até hoje.

Geografia Crítica

Uma nova vertente de estudos, denominada Geografia Crítica²⁵, surgiu a partir do lançamento das obras *O direito à cidade*, originalmente publicada em 1968 (LEFEBVRE, 2001); *A questão urbana*, originalmente publicada em 1972 (CASTELLS, 1983); e *O estado capitalista e a questão urbana* (LOJKINE, 1981). Essa Escola tinha como base as teorias de Karl Marx [1818-1883] e Friedrich Engels [1820-1895] sobre capital, meios de produção e lutas de classes.

A reflexão sobre a história humana que, após a Segunda Guerra Mundial, norteou o pensamento marxista, foi interpretada como uma sucessão de diferentes modos de produção da vida material, resultado da dominação da natureza pelo homem. Na Geografia Crítica, a Geografia é uma ciência social e a natureza entendida como recurso para a vida humana (MORAES; COSTA, 1987).

Segundo Gottdiener (1997), a perspectiva marxista desenvolveu-se em substituição às abordagens positivistas convencionais com a finalidade de revelar os processos que ocorriam no ambiente urbano. A Escola de Chicago era considerada insuficiente para explicar as mudanças profundas que aconteciam com a configuração social da época, assim como os problemas sociais de distribuição espacial desigual e as crises sociais redundantes, a segregação socioespacial e o planejamento urbano inadequado, com consequências agravadas nos centros urbanos (GOTTDIENER, 1997).

Quanto à perspectiva quantitativa, Abreu (1994, p. 57) argumentou que a nova forma de se fazer Geografia criticava os postulados do positivismo e do neopositivismo e apoiava-se no método dialético, com influência marxista, ainda que inúmeros estudos possuíssem perspectivas diversas, muitos deles, críticos aos excessos da quantificação geográfica.

A concepção de Lefebvre (2001) foi desenvolvida com base no materialismo histórico e dialético que passa a dominar o pensamento na Geografia. Para o autor, o que prevalece é a lógica do capital, a partir da qual a cidade é o espaço da produção, da realização e da distribuição da mais-valia²⁶. Já a sociedade urbana, que seria o projeto utópico de urbanização total da sociedade, passa por três tempos: o rural, o industrial e o urbano, sendo que o domínio do urbano ainda não teria se completado.

²⁵ Moreira (2000) designa como Renovação Geográfica.

²⁶ O capitalismo transforma, atualmente, seus métodos de produção com inovação e tecnologia. Assim, a extração da mais-valia ocorre com maior produtividade, o excedente se torna lucro e a classe trabalhadora produz um produto que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário (BOTTOMORE, 2013).

Lefebvre (2001) concebe a cidade como materialidade, onde o que se vê corresponde à realidade visível, assim como o campo. Já o urbano e o rural usam, cada um, a materialidade da cidade e do campo e se projetam sobre esses espaços por meio de um conjunto de relações sociais consistentes. É uma visão do urbano e do rural como modos de vida.

A Geografia Crítica retoma também as relações homem-natureza, assim como a perspectiva regional, e aprofunda seus estudos na busca pela compreensão das modificações na organização espacial “decorrentes da intensa urbanização, industrialização e expansão do capital, que não encontravam respostas no determinismo, possibilismo e método regional” (MOURA *et al.*, 2008). Entre os temas mais estudados, destacam-se o valor de uso e troca, o solo urbano, os agentes produtores do espaço urbano e a segregação residencial.

Para Lefebvre (2001), o espaço urbano é modelado para viabilizar e potencializar a acumulação, articulando o modo capitalista de produzir, nas suas diferentes esferas e, com isso, configurando o espaço urbano e a forma de ocupação deste espaço pela sociedade. Nesse processo, o valor de troca predomina sobre o valor de uso e a cidade, sujeita à lógica da mercadoria, torna-se “lugar de consumo e consumo do lugar” (LEFEBVRE, 2001, p. 20).

No processo de produção do espaço urbano, Lefebvre (2001) apontou a ação de diferentes agentes modeladores da produção imobiliária: os proprietários, os promotores imobiliários, o Estado, o sistema financeiro etc. Harvey (1973), por sua vez, identificou como grupos que atuam no mercado imobiliário, os usuários, os proprietários, os incorporadores e corretores, os construtores, o sistema financeiro e o Estado. No Brasil, diversos autores trataram o tema sobre agentes modeladores que, em numerosos estudos, procuravam identificar os diferentes atores, como atuavam, suas principais características e as transformações que provocavam no espaço urbano. Na resenha *Ação dos agentes modeladores no uso do solo urbano*, publicada na *Revista Brasileira de Geografia*, o Serviço de Estudos Intra-Urbano do então Departamento de Geografia (IBGE, 1981) discorre sobre alguns desses estudos²⁷.

Uma das maiores contribuições de Harvey (1973, 1989) foi distinguir a noção de espaço absoluto (cartesiano) e espaço relativo (compressão espaço-tempo), apreendido a partir de todas as relações que ocorrem no processo de acumulação²⁸, e a compreensão do urbano como um espaço socialmente produzido.

Harvey (1973), ao introduzir a noção de espaço na teoria marxista²⁹, insistiu em definir a cidade como um palco necessário para viabilizar a acumulação capitalista. Para o autor, o espaço

²⁷ Bahiana (1978) propôs um quadro de referência no qual alinhavam-se o Estado, a indústria imobiliária, a indústria de construção civil, os moradores e os proprietários. Corrêa (1995b), por sua vez, distinguiu os grupos de proprietários dos meios de produção, como os industriais e fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. O livro *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*, organizado por Carlos, Souza e Sposito (2013), trata esse tema em 11 capítulos e está entre os muitos exemplos que se pode citar.

²⁸ A instantaneidade de comunicação que ocorre entre as pessoas, mesmo aquelas localizadas nos lugares mais longínquos do planeta, dá a sensação de uma compressão do tempo e do espaço (HARVEY, 1989).

²⁹ Marx não trata do espaço na sua obra mais importante e que contém o cerne de sua teoria econômica, *O Capital*. Para Claval (2013), parece clara a opção feita pelo autor; para ele, o espaço cristaliza os objetos e a mudança ocorre de maneira lenta e, como não acontece no mesmo momento em vários lugares, retira o caráter revolucionário do marxismo.

entra na teoria marxista através da dinâmica do capitalismo, para realização do capital e para superar suas crises. Os capitalistas criam fixos para garantir a produtividade do capital com infraestruturas de transporte e comunicação e equipamentos, prédios de fábricas, moradias etc.

Nessa perspectiva, a extensão urbana ou a urbanização são a manifestação espacial do processo de acumulação através da expansão dos meios de produção, da circulação e do consumo e, assim, a cidade estaria cumprindo seu papel funcional, de espaço organizado para consumo e investimento do capital (GOTTDIENER, 1997). Para Gottdiener (1997, p. 100), “o meio urbano tornou-se um lugar criado para estimular o consumo e manter o alto nível de demanda efetiva”.

Lojkine (1995) e Castells (2011) e instalam um novo debate entre os estudiosos da temática urbana. Segundo os autores, o pensamento marxista original não era suficiente para dar conta das mutações que ocorriam no sistema capitalista e na sociedade urbana contemporânea. O espaço urbano era, assim, um espaço socialmente produzido, no qual a organização da sociedade determinava o ambiente urbano em suas diversas manifestações ajustadas às exigências do capitalismo avançado.

As influências de Lojkine (1995) e Castells (2011) e podem ser sentidas nas ideias e conceitos que são absorvidos na compreensão de uma sociedade que se apoia na tecnologia e na produção de conhecimento. A revolução tecnológica e da informação provocava transformações aceleradas na sociedade e, segundo Castells, reforçavam as redes sociais em que as pessoas [...] *tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosa, étnica, territorial, nacional* (2011, p. 41). Lojkine (1995), por sua vez, utiliza as categorias marxistas de classes sociais, reprodução do capital, modos de produção e outras na sua análise da revolução informacional e as mudanças ocorridas com o uso de novas tecnologias nos processos de produção.

O principal avanço, no sentido de compreender a lógica subjacente à dinâmica urbana, foi originar um novo paradigma para referenciar os estudos urbanos. Para esses estudiosos, o capitalismo concorrencial da época de Marx e Engels havia sido superado pelo capitalismo monopolista de Estado e, assim, fortalecendo suas principais categorias de análise. A problemática urbana e o espaço urbano deveriam ser apreendidos a partir de uma lógica, em que predominam relações sociais capitalistas, condizentes com o estágio atual da sociedade (GOTTDIENER, 1997).

A partir dos anos 1980 uma vertente dos estudos urbanos foi direcionada para a análise do crescimento vertiginoso das cidades e, conseqüentemente, para a metropolização, a periferização e as macrocefalias redundantes. A urbanização reproduz as desigualdades sociais expressas na segregação socioespacial, na mobilidade urbana, na exclusão, na concentração da riqueza, na presença desigual dos serviços e equipamentos públicos, na degradação dos espaços urbanos, sendo elementos fundamentais para a compreensão das relações de produção num contexto contemporâneo. Nessa relação, o espaço é mediador da reprodução das condições sociais de produção e o principal objetivo é desvendar a sociedade urbana moderna, uma vez que as grandes cidades são o principal modelo e suporte para realização das relações capitalistas de produção.

Essas questões também foram fortemente sentidas no campo. Nesse período, os estudos sobre o rural foram centrados na perspectiva agrária, ou seja, destacando os aspectos sociais e culturais provenientes da enorme desigualdade no acesso à terra sem, contudo, deixar de lado também a perspectiva agrícola, ressaltando os aspectos técnico-econômicos e financeiros ligados à produção, à modernização tecnológica, às relações capitalistas no campo e à divisão territorial do trabalho. De fato, os trabalhos tornam-se mais críticos e marcam uma profunda diferenciação metodológica, na medida em que não priorizam mais as técnicas matemáticas da Geografia Teorético-Quantitativa.

A sociedade rural, por sua vez, na perspectiva crítica era, mais uma vez, o foco dos estudos de Geografia Agrária, que contribuíram com um olhar mais social sobre os temas e tendências tratadas. O temário aborda as condições de vida dos trabalhadores no campo e mantém aspectos como produção, produtividade, sistemas de cultivo, estrutura fundiária etc. (CERON; GERARDI, 1979, p. 62).

Segundo Marques (2018), alguns autores significativos nesse período foram Milton Almeida dos Santos [1926-2001], Manoel Correia de Oliveira Andrade [1922-2007], Orlando Valverde [1917-2006], Ariovaldo Umbelino de Oliveira [1947-], entre muitos outros. Parte desses assume marcadamente uma postura crítica e priorizam as pautas sociais no campo, a exemplo das consequências de um desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo nos espaços rurais, sendo fundamentais para a construção de uma Geografia Agrária marxista.

Para Navarro (2019), esse período pós anos 1970 foi bastante promissor para os estudos sobre o rural no Brasil, incentivados, especialmente, pelo processo de modernização da agricultura pelo qual o País passava. Nesse período, houve enorme crescimento da economia agropecuária sem, contudo, desencadear uma proporcional melhoria nas condições de vida da população rural, com democratização do acesso à terra havendo, portanto, muito espaço para as críticas que se sucederam.

As reflexões suscitadas pela Geografia Crítica trouxeram novas perspectivas para as análises empreendidas sobre a configuração do espaço geográfico. Não obstante, nas décadas subsequentes, novas abordagens renovaram o temário de investigação da Geografia, em especial com a “virada cultural” nos estudos empreendidos e nas novas técnicas e tecnologias, a exemplo dos Sistemas de Informações Geográficas - SIGs. Assim, embora os estudos da Geografia Crítica tenham sido influenciados pelo marxismo (DINIZ FILHO, 2002) e renovado o campo de pesquisa da Geografia, novos caminhos teóricos-metodológicos emergiram nos estudos sobre o espaço geográfico.

O marxismo exerceu forte influência na “gênese e no desenvolvimento da geografia crítica” (DINIZ FILHO, 2002, p. 83), e esteve fortemente presente na Geografia Brasileira a partir de meados dos anos 1970. Todavia, apesar de ter se tornado a corrente dominante nos trabalhos acadêmicos ao longo das últimas décadas, a Geografia Crítica passou, gradativamente, a conviver com novas correntes do pensamento geográfico. Paralelamente, os avanços na tecnologia da informação e o surgimento dos SIGs permitiu um ressurgimento de procedimentos e métodos quantitativos. É justamente essas correntes recentes na Geografia que serão apresentadas a seguir.

Abordagens recentes

Ao final da década de 1980 e, principalmente, durante a década de 1990, a Geografia assiste a uma “virada cultural”, na qual são repensados os papéis das grandes estruturas econômicas, do capital e da divisão territorial do trabalho na produção do espaço geográfico. Contudo, ao contrário das outras rupturas paradigmáticas que este ramo do conhecimento sofreu ao longo do Século XX, esta fase levará a um repensar de como as categorias de análise da Geografia Crítica deveriam ser ajustadas para que considerassem a cultura de cada lugar. Assim, não se trata somente de avaliar o impacto das técnicas e do capital em várias partes do mundo, mas como as culturas desses locais as recebem e lidam com os processos de implantação, e mais, como as diversas estruturas sociais de cada lugar se apropriam (ou não) das mudanças.

Na nova abordagem cultural, não se pode isolar os aspectos materiais das técnicas (as ferramentas, as máquinas) dos seus aspectos mentais (os modelos usados pelos fabricantes das ferramentas, os gestos ligados com os seus usos e os termos para descrevê-las e utilizá-las) (CLAVAL, 2002, p. 22).

Falar de lugares e de territórios é falar da significação do espaço para cada indivíduo e da maneira de construir objetos sociais a partir das experiências pessoais. Daí a atenção dada ao corpo como fonte de todas as experiências espaciais dos indivíduos. Daí o interesse dado ao papel da imaginação - da imaginação geográfica - na construção das categorias sociais e territoriais (CLAVAL, 2002, p. 23).

A virada cultural retoma como unidade de análise geográfica a paisagem, que tinha sido relegada ao abandono desde a década de 1950 quando a Geografia Quantitativa preferiu a utilização do conceito de espaço para avaliar as relações e disposições dos objetos geográficos. Denis Cosgrove figurou como principal intelectual da Nova Geografia Cultural e a paisagem foi recorrente em seus estudos (COSGROVE, 1998, 2004; COSGROVE; DANIELS, 1988). Desse modo, a nova abordagem cultural não versava sobre as relações homem/meio ambiente ou sobre concepções naturalistas e neopositivistas no âmbito da cultura inglesa ou da civilização chinesa, ou seja, em unidades de maior amplitude espacial, mas sim de como as culturas de imigrantes ou de comunidades específicas, dentro de cidades, refletiam-se na paisagem local construída (CLAVAL, 2002).

Considerar áreas geográficas de menor tamanho, no caso as paisagens, retoma com todo vigor o caráter corológico da Geografia na busca da diferenciação espacial. Todavia, as paisagens interpretadas pela Nova Geografia Cultural estão impregnadas pelos interesses dos atores que lá convivem e pelas disputas entre eles (CLAVAL, 2005), ou seja, as paisagens já não são mais entendidas como fruto de uma relação harmônica entre o ser humano e as condições físicas e bióticas do meio, como retratadas nas monografias regionais da Geografia Tradicional. Daí, na representação da paisagem, não predomina somente o retratar dos campos e da natureza bucólica, mas também de realidades urbanas que ganham relevo.

Durante a virada cultural, a Geografia começa a buscar outras formas de definir e classificar as paisagens rurais e urbanas. Analisando os significados atribuídos pelos grupos às paisagens, os geógrafos identificam que elementos sobressaem para cada grupo. Assim, uma área ocupada a gerações pelas mesmas famílias, possui lendas, histórias, sentimentos associados que irão refletir na organização do espaço geográfico, do mesmo modo que a

ocupação por antigos mosteiros ou por hippies, nos anos 1960 e 1970, ou mesmo por novos empreendimentos turísticos no campo geram cada qual um número diferente de significados que podem levar a conflitos entre os grupos (CLAVAL, 2005). São leituras que se sobrepõem nos mesmos espaços e que podem conviver ou não em harmonia. Nesse contexto, Claval (2005) comenta como a utilização de modelos linguísticos auxiliaram os geógrafos nas últimas décadas na interpretação dos significados atribuídos às paisagens, porém adverte que mesmo estes não são capazes de fornecer uma base universal para leitura e interpretação das mesmas.

Cabe ressaltar que a nova utilização do conceito de paisagem não guardava muitas semelhanças com a da paisagem cultural saueriana. Corrêa (2014, p. 41) comenta que:

A paisagem Saueriana está expressa, por exemplo e simplificada, em um vale com suaves colinas, com campos cultivados segundo uma certa lógica, casas dispostas ordenadamente gerando padrão disperso ou concentrado, caminhos e estradas e áreas de reserva florestal. O tipo de casa e de celeiro são elementos da paisagem cultural. A paisagem para Sauer e seus discípulos era eminentemente rural, via de regra tradicional, exibindo o longo efeito da cultura e criando e consolidando uma cena rural.

Diferentemente de Sauer, Cosgrove não considera a paisagem na perspectiva da morfologia. [...], Cosgrove (1979) enfatiza a experiência que se pode ter da paisagem, possibilitando a criação de significados. A paisagem não é apenas morfologia, mas insere-se também no mundo dos significados, estando impregnada de simbolismo. É nessa perspectiva que Cosgrove interessa-se pela gênese da ideia de paisagem na Europa e não pela sua gênese em termos morfológicos.

Contudo, nem todos os aspectos são diferentes. Sauer (1997), em estudo publicado originalmente em 1931, mencionava que o interesse da Geografia Cultural era o da identificação das expressões características que as obras humanas inscreviam na superfície terrestre. Esse aspecto permaneceu comum com a abordagem de Cosgrove, ou seja, o de “tornar inteligível os processos pelos quais o homem cria o seu próprio mundo e ao mesmo tempo o representa” (CORRÊA, 2014, p. 43).

No final da década de 1990, a influência da denominada pós-modernidade se soma às preocupações críticas e culturais dos geógrafos. O processo de globalização e a velocidade com que as pessoas circulavam e trocavam informações ressignificaram os pressupostos da modernidade baseadas em verdades únicas e generalizantes. Tal contato entre as culturas resultou a uma percepção do “outro” e a indagações sobre o quanto uma era mais válida do que outra (CLAVAL, 1999).

Claval (1999) explica que ocorre, assim, um esvaziamento dos valores tradicionais, em que, no cenário contemporâneo, as pessoas escolheriam seus próprios valores, podendo mudá-los conforme a situação. Assim, os referenciais que outrora ancoravam as ações pessoais deixam de ser relevantes, emergindo uma sensação de vazio coletivo que, muitas vezes, resulta em discursos identitários por diversos grupos sociais.

Os discursos identitários contemporâneos se pretendem militantes. Eles têm por finalidade extrair uma ordem do que é percebido como o caos. Os grupos que se formam esperam assim se livrar da inquietude ambiente, mas eles percebem sua empreitada ameaçada. Para levá-la a bom termo, não é suficiente demonstrar às pessoas que elas pertencem a um grupo unido. É preciso libertá-las das forças dissolventes que arriscariam arruinar a empreitada que estão executando. [...] Os movimentos nacionalistas ou regionalistas reivindicam a constituição, em seu benefício, de novas

entidades soberanas. As minorias urbanas manifestam a vontade de dispor de bairros em que elas farão reinar a ordem ao seu modo, sem recorrer à polícia e à justiça oficiais, às quais elas negam toda autoridade (CLAVAL, 1999, p. 22).

Os desafios recorrentes da complexidade de organização espacial, a partir dos anos 1990, combinados com o pensamento pós-moderno, criaram um ambiente analítico de diversidade teórico-metodológica que possibilitou várias linhas de investigação concomitantes na Geografia (estudos de cunhos críticos, culturais e pós-modernos). Longe de se buscar uma superação um pelo outro, tais abordagens conviveram e tiveram alguns pontos em comum como: a adoção de pequenas parcelas territoriais como unidade de estudo, o interesse presente na luta entre os atores envolvidos e a orientação crítica de modo a propor mudanças que gerem bem-estar socioeconômico da população, em vez de considerar o presente como um simples resultado do passado.

Noutra perspectiva, o surgimento e os avanços nos SIGs significaram uma renovação da visão positivista, esmaecida nas duas décadas anteriores. Esses sistemas de informação são construídos e utilizados por diferentes especialistas, nos quais a componente espacial é protagonista na formulação de questões a serem investigadas e que afloram, particularmente, quando o foco é a diversidade. Permite assim, problematizar sobre os dados e examiná-los sob diversos ângulos, privilegiando noções espaciais como regularidade, diferenciação, generalização, universalidade etc. A escolha deste ferramental está relacionada a uma base conceitual e à possibilidade de construir um referencial em inúmeros estudos.

Os SIGs e suas técnicas ampliaram as possibilidades de análise espacial, uma vez que viabilizaram a combinação das relações matemáticas ou estatísticas, modelos e representações gráficas, colocando em evidência formas conhecidas de organização espacial, como as redes, ou modelos como centro-periferia. Pode-se testar a pertinência de um modelo espacial, como o de ordem-tamanho (*rank-size*), ou o de centralidade, ou o modelo gravitacional, e, no caso de um fluxo, simular um processo espacial como o de difusão de inovações. Esses sistemas permitem, também, indicar novas territorialidades, obtidas a partir da espacialização de fenômenos novos ou sujeitos a mudanças, sobretudo ao se considerar que a velocidade de processamento e armazenamento de dados potencializou a investigação dos fenômenos rurais e urbanos a partir da noção de diferenciação socioespacial.

O potencial técnico disponibilizado pelas inovações tecnológicas, notadamente os SIGs, além das mudanças na sociedade e nas suas relações com o espaço, ampliaram o rol de possibilidades de análise de diferentes correntes de pensamento da Geografia. Mais do que isso, nas últimas duas décadas, tem-se privilegiado os estudos que se concentraram no que é específico, na escala de detalhe (bairros, cidades, comunidades, pequenas bacias hidrográficas etc.), no que podia ser controlado, percebido e medido em campo, em detrimento de estudos que focassem em fenômenos mais amplos, que se manifestam em escala regional, nacional ou mesmo continental. Embora a emergência de pesquisas de maior detalhe tenha preenchido uma lacuna importante na Geografia, é necessário reavivar, também, estudos mais amplos territorialmente.

Nesse sentido, a intensa urbanização que ocorreu no Brasil, as profundas transformações no campo e as peculiaridades de um capitalismo periférico, sujeito a instabilidades e mudanças

conjunturais frequentes, sugerem que sejam feitas (re)interpretações dos seus efeitos sobre a produção do espaço (DINIZ FILHO, 2002). Assim, este estudo se apoia nessa perspectiva para escolha das técnicas e desenvolvimento das análises aplicadas aos espaços rurais e urbanos do País.

As diferentes Escolas e Correntes do Pensamento Geográfico, ao proporem distintos caminhos teóricos para se analisar e se interpretar o espaço, implicaram, também, em diversificadas modelagens metodológicas. Por sua vez, as multiplicidades teórico-metodológicas possibilitam a emergência de novas abordagens na apreensão dos fenômenos urbanos e rurais contemporâneos. Balizados nessas premissas, faz-se necessário aprofundar a compreensão sobre os espaços rurais e urbanos, incluindo-se os espaços da natureza como categoria específica de análise.

Distinções entre rural e urbano

A dualidade entre o rural e o urbano consiste, conforme mencionado, em uma divisão comum do pensamento, visando captar e classificar o mundo. Essas categorias servem como esquemas analíticos que sinalizaram oposições, no passado, mas que nas últimas décadas, vêm sendo tratadas como complementares e, na Geografia, são a expressão concreta dos espaços da sociedade. Três correntes de pensamento são predominantes no âmbito do mundo rural e urbano e colocam em questão “a oposição entre campo e cidade como realidades espaciais e sociais descontínuas” (CARNEIRO, 2008, p. 10).

A primeira delas aponta o fim do mundo rural com o desaparecimento do camponês. A perda crescente de população rural seria resultado de um modelo produtivista e de um processo de urbanização do campo. Lefebvre e a Esquerda Francesa acreditavam na generalização do modo de vida urbano e com o fim da distinção entre o rural e o urbano. Esta corrente foi questionada em virtude das dinâmicas atuais das sociedades rurais que permitem o surgimento de outras correntes de interpretação dos espaços rurais e urbanos.

Uma segunda corrente sustenta o fim da dicotomia rural-urbano para qualificar realidades sociais distintas no mundo contemporâneo. A partir do conceito de *continuum* rural-urbano esta vertente está centrada no extremo do polo urbano do *continuum*, como fonte de progresso e valores que forjam nossa sociedade contemporânea, o outro lado do *continuum* seria o rural atrasado. A ênfase recai sobre a negação de sentido não só à dualidade rural *versus* urbano, atrasado *versus* moderno, agricultura *versus* indústria. Essa visão polarizada, por sua vez, centralizada nos opostos, perderia a percepção diferenciada dos espaços rural e urbano enquanto um *continuum*.

A ótica da dicotomia entre o rural e o urbano, segundo Corrêa (2018a), estabeleceu um contraste entre a cidade e o campo, a partir do Século XIX, levando a uma maior formalização entre os dois modos de vida, devido a uma sociedade que já indicava uma acentuada divisão social do trabalho. Corrêa contribuiu, em alguns de seus artigos, com o pensamento de diversos autores que utilizaram pares de noções para distinguir modos de vida rural e urbano. Tais autores enriqueceram a distinção entre as duas categorias, porém, não trataram das relações cidade-campo, mas sim de firmar um contraste entre as duas categorias³⁰.

A visão desigual de espaços periféricos e rurais e dos espaços centrais e urbanos, segundo Rua (2005), reforça uma oposição adiantado-atrasado que perpassa muitas análises feitas sobre as relações cidade-campo. Para o autor, trata-se de uma visão urbanocentrista, citando Marx e Engels, quando associam ao urbano uma imagem homogeneizadora e avançada. Com razão, a exclusão de um termo em relação ao outro não admite a dialética, comprometendo a opção marxista do espaço “em que cidade e campo se verão fundidos, numa única

³⁰ As principais contribuições apontadas por Corrêa (2018a) são: a) Lewis Henry Morgan [1818-1881] distingue o modo de associação aldeão, íntimo e tradicional, do modo de associação urbano, formal e contratual, através dos termos “societas” e “civitas”; b) Ferdinand Tönnies [1855-1936], por sua vez, utiliza os termos, respectivamente, “*gemeinschaft*” (comunidade) e “*gesellschaft*” (sociedade); c) Maximilian Karl Emil Weber [1864-1920] emprega as palavras “tradicional” e “racional”; e d) David Émile Durkheim [1858-1917] estabelece a distinção entre “sociedades de solidariedade mecânica”, integradas através de sentimentos comuns, e “sociedades de solidariedade orgânica”, integradas através de uma complementaridade de funções, indicando uma acentuada divisão social do trabalho.

espacialidade urbanizada” (RUA, 2005, p. 46).

A terceira vertente considera o *continuum* rural-urbano como uma relação que aproxima e integra dois polos extremos (WANDERLEY, 2001). Nesta vertente, as relações entre cidade e campo não necessariamente destroem as especificidades dos polos e o *continuum* ocorre entre um polo urbano e outro rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações.

Esta vertente questiona as anteriores e preconiza não o fim do mundo rural com uma urbanização generalizada, mas a constituição de novas formas de sociabilidade e de relações sociais sustentadas numa rede de atores sociais, que não se reduz a um processo de urbanização que se encaminharia na direção da homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade. Esta corrente sustenta a permanência das diferenças espaciais e sociais, fruto da reelaboração contínua da dualidade campo-cidade engendrando novas ruralidades (WANDERLEY, 2000).

A revitalização de áreas ou localidades rurais (KAYSER, 1972), em oposição à hipótese de Lefebvre (1970) da urbanização extensiva, ocorre quando deixam de ter sua dinâmica centrada na atividade agrícola, mas também incorporando novas atividades que podem se confundir com as realidades urbanas.

Abramovay (2000, p. 26-27) contradiz a visão de que o rural seria uma etapa a ser suplantada em relação ao crescimento do urbano.

A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas. É em torno deste valor — e não somente de suas atividades econômicas setoriais — que se procuraram aqui as características mais gerais do meio rural: relação com a natureza, regiões não densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas.

A par dessas reflexões iniciais, é oportuno trazer a discussão elaborada por alguns autores, no que tange aos critérios e tipologias sobre as categorias de rural e urbano e suas subdivisões. Tais aspectos teóricos e práticos subsidiaram as várias abordagens dadas ao tema ao longo do último século, que servirão para a análise a ser realizada neste estudo.

Abordagens na distinção entre o rural e o urbano

As discussões e debates sobre a dicotomia rural-urbano trazem à tona questionamentos que se referem às categorias rurais-urbanas e quanto são ainda elucidativas, tendo em vista as mutações que emergem no espaço contemporâneo. A nova ruralidade incorpora dinâmicas que conformam, a partir da sua refuncionalização com o urbano, o aumento das atividades não agrícolas, da mecanização, da pluriatividade, da expansão do setor terciário e da intensificação dos fluxos e das redes, ressaltando a sua relação com o espaço urbano. Pode-se ainda acrescentar que a valorização da biodiversidade e das raízes culturais passou a constituir também um elemento central na definição e delimitação política do espaço rural em extensas regiões do Território Nacional, como por exemplo em grande parte da Região Norte e, em menor escala, no Centro-Oeste.

O estudo do meio urbano remonta à década de 1920 no Brasil, conforme mencionado, quando se constata uma preocupação mais sistematizada sobre o espaço urbano e, a partir de então, o fenômeno da urbanização passa a integrar o temário da Geografia Brasileira.

A Geografia Francesa influenciou os estudos sobre o *habitat* urbano, centrados, particularmente, no conceito de sítio e, secundariamente, na posição. Sobre o *habitat*, Almeida (1995) destaca que, nas décadas de 1950 e 1960, os estudos geográficos focaram na temática urbana, particularmente nas periferias das grandes metrópoles³¹. Posteriormente, na década de 1970, o estudo sobre os boias-frias da Alta Sorocabana, citado pelo autor³², permitiu identificar um tipo de *habitat* linear, ao longo das estradas e próximos a cidades médias. Nas áreas de cana-de-açúcar em Ribeirão Preto (São Paulo), o *habitat* era concentrado, sob a forma de núcleos habitacionais, e localizados mais próximos aos canaviais. Tais núcleos formavam vilas e possuíam alguns serviços básicos voltados para a população local.

Demangeon (apud ALMEIDA, 1995), em 1942, por exemplo, considerou um conjunto de categorias espaciais nos estudos de *habitat* e povoamento, como aglomerado, aldeia e cidades e aplicou um índice de dispersão utilizando uma classificação em que aliava a abordagem funcional à morfológica, empregada por instituições oficiais de Estatística e de Geografia para fins de coleta de dado.

Sorre (apud ALMEIDA, 1995) direcionou seus interesses no sentido de criar uma tipologia de gêneros de vida³³ que considerasse as novas realidades da vida urbano-industrial e a transição rural-urbana no pós-guerra. Partindo de um entendimento fortemente vinculado ao mundo rural, conforme as formulações iniciais desse conceito, Sorre forneceu um sentido mais amplo às definições de gênero de vida e de *habitat* que

[...] encaminhavam-se para além do mundo rural em direção ao urbano, tanto é que o explicitou nos quatro tipos de desenvolvimento do estudo do *habitat* 1- *habitat* rural; 2- as formas de transição, características originais do *habitat* urbano; 3- *habitat* urbano; e 4- as formas mais evoluídas do *habitat* urbano (as grandes cidades) (ALMEIDA, 1995, p. 105).

Faissol, em 1971, desenvolveu uma tipologia de áreas metropolitanas e de cidades com mais de 40 000 habitantes, e de aglomerações urbanas, com um mínimo de 20 000 habitantes, segundo o Censo Demográfico 1960, tendo como referencial a rede urbana e considerando o modo como as funções desempenhadas pelas cidades atuavam na estrutura urbana e no dinamismo que se irradiava na região que comandava. O autor apoiou-se nos princípios da Teoria dos Sistemas Gerais aplicando uma análise fatorial, em que o foco principal foi analisar o processo de metropolização, por meio das cidades e suas relações com suas regiões e com

³¹ Como estudiosos dessa temática referenciados pelo autor, destacam-se: Pedro Pinchas Geiger e colaboradores, em 1952 e 1956; Geiger e Ruth Lyra Santos, em 1954, sobre a Baixada Fluminense; Geiger e Miriam Gomes Coelho, em 1956; Lysia Maria Cavalcanti Bernardes, em 1956, sobre o uso da terra na periferia de Curitiba (Paraná); Nilo Bernardes, em 1959, sobre atividades rurais em área montanhosa na Cidade do Rio de Janeiro; Edmon Nimer e Jacob Binsztok, em 1967, sobre o espaço rural periférico à Cidade de Castelo (Espírito Santo); e Henrique Azevedo Sant' Anna, em 1968, sobre a ocupação humana na Região dos Lagos (Rio de Janeiro), entre outros.

³² Para informações mais detalhadas sobre o estudo, consultar: MELLO, M. C. D' I. e. *O bóia fria: acumulação e miséria*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1976, 154 p.

³³ Sorre (1963, p. 32) considera o gênero de vida como “formas ativas de adaptação do grupo humano ao meio geográfico”.

outras cidades. As cidades são entendidas como os lugares onde ocorre um processo de desenvolvimento econômico de base urbano-industrial que impulsiona as trocas com suas regiões.

Os resultados classificaram as cidades segundo tamanho funcional, urbanização, especialização funcional e acessibilidade, concentração e diversificação associadas à industrialização, à predominância do setor têxtil-alimentar, entre outros, e uma distribuição que obedecia a um modelo centro-periferia. A tipologia agrupou as cidades em quatro grandes espaços: um núcleo central; uma periferia imediata ao núcleo central; um núcleo secundário do Nordeste e uma periferia do núcleo secundário.

A noção e, principalmente, a sistematização dos gêneros de vida e suas investigações sobre temas como o do uso da terra, o ritmo de trabalho e o tipo de habitação e de cidades, realizadas por inúmeros geógrafos franceses no pós-guerra, desaguaram nos estudos e classificações formulados a partir da noção de *habitat* rural largamente utilizada na França e no Brasil (ALMEIDA, 1995). Os estudos de *habitat* rural privilegiaram e classificaram inúmeros fenômenos que regem as atividades agrárias e que passavam pela distinção entre aqueles ligados à ocupação improdutiva do solo, como é o caso das casas e caminhos; os associados aos fenômenos de domínio sobre plantas e animais, como os campos de cultivo e áreas de criação e, finalmente, os associados à economia destrutiva das atividades relativas à exploração mineral e às que devastavam a vida animal e vegetal, isto é, a natureza em si.

No que diz respeito à vertente da Geografia Agrária, alguns estudos clássicos sobre o *habitat* rural foram realizados, dentre outros, por Nilo Bernardes e Elza Keller. Os autores estabeleceram parâmetros importantes para pesquisas posteriores sobre as principais formas espaciais de *habitat* rural no contexto nacional e que trazem pistas para as questões conceituais e metodológicas que enfrentamos na atualidade em relação à temática rural e rural-urbana.

Bernardes (1963, grifo nosso) correlacionou a grande variedade de fisionomias do *habitat* no Brasil à estrutura agrária (a estrutura fundiária; o regime de exploração da propriedade e o modo de utilização da terra) e para tal propôs, de um lado, a adoção de uma *noção mais larga de habitat*, compreendendo não somente os fatos relativos à habitação em si como também todo o arranjo de estabelecimento rural.

Segundo Bernardes (1963, p. 530), no Brasil predominava a forma dispersa do *habitat* rural, com duas grandes modalidades:

[...] a) as zonas em que o povoamento se processou de modo mais ou menos lento e, sobretudo, espontaneamente e b) as zonas em que, pela interferência de métodos de colonização, [...], processou-se um povoamento dinamicamente intenso, ordenado, fruto de um planejamento em seu traço mais geral.

Assim, Bernardes (1963) definiu as diferentes formas de ocupação do espaço:

- a) **Zonas de povoamento espontâneo** – *habitats* com disposição *irregular* que ocorrem, principalmente, nas antigas áreas de ocupação rural com formas de exploração indireta da propriedade (parceiros, meeiros, rendeiros etc.) e presença de lavouras de milho, feijão e arroz; o mesmo ocorre nas áreas de pequenas propriedades e de criação extensiva, como também nas franjas pioneiras.

- b) **Zonas de povoamento planejado** – *habitats* com disposição de ocupação ao longo das vias de articulação (estradas e caminhos vicinais, ferrovias e rios), de forma organizada e linear. O autor considera o relevo como outro fator condicionante na disposição do *habitat* onde a ocupação aparece nas encostas dos planaltos e no planalto em si.

Formas intermediárias:

- *Habitats* com características próprias nas áreas de predomínio das grandes lavouras, a exemplo das zonas cafeeiras, canavieiras e cacauzeiras.
 - *Habitats* com características de transição em zonas de pequenos estabelecimentos resultantes de fracionamento das propriedades e de localização das casas na confluência de estradas, com uma distribuição mais compacta e forte tendência à formação de *aldeia em linha* (BERNARDES, 1963, grifo nosso).
- c) **Povoados** – o autor identifica como formas de povoamento espontâneo e planejado. No espontâneo, o povoado figura com poucas funções, para abastecimento da população próxima e moradia dos trabalhadores rurais, viabilizando assim as atividades agrárias. As formas planejadas não são muito comuns e ocorrem em áreas de colonização de alemães, holandeses etc.

Keller (1970a), por sua vez, elaborou sistemas classificatórios utilizados para delimitar para fins estatísticos os espaços rurais no País. Para a autora, a pesquisa sobre as causas que levaram a determinado modo de ocupação do solo para a exploração agrícola constituiu um dos capítulos mais interessantes e mais complexos da Geografia Humana pelas interrelações estabelecidas entre as influências das condições naturais, “mesclando-se nas mais diferentes formas com as características étnicas, as condições históricas do povoamento, os gêneros de vida, os sistemas agrícolas, as estruturas agrárias e as formas de organização econômica” (KELLER, 1970a, p. 291).

A autora amplia o leque de dimensões que deveriam ser analisadas para se promover a análise das diferenciações nas formas de classificar o povoamento e a malha territorial brasileira. A noção do *habitat* e do povoamento rural se amplia do ponto de vista geográfico, para sua concretização através da forma – dispersa ou aglomerada – que constitui elemento essencial da paisagem rural exprimindo, muitas vezes, tanto fenômenos ligados à *evolução social e demográfica*, que *agrupa certo número de indivíduos*, como aqueles ligados ao *valor econômico e social*, enquanto sede de um estabelecimento rural (KELLER, 1970b, grifos nossos).

Kayser (1972), ao analisar as relações cidade-campo, sinalizou uma exploração (dominação) do campo pela cidade e a existência de um sistema de relações que abrange todas as esferas da sociedade. No plano econômico, a produção agrícola e sua comercialização tornam-se fonte de alimentação da população urbana e um dos principais meios de enriquecimento urbano. Com a industrialização, o campo converte-se em um mercado para os produtos manufaturados. No âmbito financeiro, o autor chama a atenção para a assimetria dos fluxos monetários entre o campo e a cidade, uma vez que a tendência era que proprietários territoriais, bancos e o Estado drenassem substancialmente a renda do trabalho dos camponeses.

No plano social, segundo Kayser (1972), parte dos proprietários de terra davam origem a uma classe mercantil, mas um número expressivo de trabalhadores e proprietários rurais tornavam-se força de trabalho para as atividades industriais e urbanas. Do ponto de vista demográfico, a migração campo-cidade estabelecia um fluxo que foi absorvido pelo mercado de trabalho urbano e beneficiava as cidades. No meio cultural, os padrões de vida urbana disseminaram-se à medida que o mercado de consumo se ampliou, enquanto no plano político a população rural foi absorvida por práticas eleitorais que se ampliaram.

Kayser (1972) destaca que, a partir de 1950, estabelecem-se novas relações entre o campo e a cidade devido aos avanços tecnológicos nos transportes e nas comunicações e telecomunicações. Nesse contexto, a proximidade física diminuiu sua importância como mantenedora do conteúdo social de áreas rurais e a noção de vizinhança não é mais tão dominante nas relações. No ambiente urbano, o campo passa a ter função secundária e deixa de ser o motor de crescimento econômico das cidades. Enquanto o campo perde sua principal característica demográfica, de alta fertilidade, as cidades passam a ter intenso dinamismo devido não só ao incremento da natalidade, mas também graças ao fluxo migratório.

Assim, as profundas mudanças que ocorreram desde a Segunda Guerra Mundial, tanto no mundo rural como urbano, trouxeram ao debate acadêmico o tema das “novas ruralidades” constituindo áreas rurais que se reestruturaram a partir de uma lógica moderna do ponto de vista econômico, de modo de vida e nas relações com os centros urbanos. Neste contexto, a modernidade não é mais uma exclusividade das áreas urbanas e nem as áreas rurais se mantêm predominantemente agrícolas (FERRÃO, 2000). A “nova ruralidade” adiciona principalmente duas dinâmicas: o espaço rural é ocupado por atividades não agrícolas, onde ocorre a preservação e conservação de ambientes a partir de valores naturais, históricos, culturais, entre outros, e pela valorização de áreas de turismo e lazer.

Distintos aspectos a serem considerados no meio rural moderno estão relacionados à participação crescente da população urbana em atividades de lazer, além do campo se tornar opção de moradia para os cidadãos. As transformações permitiram também que houvesse interação cotidiana e na vida social entre as populações rurais e urbanas. Tais diferenças levaram pesquisadores a apontar uma tendência de aproximação entre os valores e os modos de vida do campo e da cidade, muito influenciada pelo fato do meio rural ser, mais do que nunca, capaz de atrair uma população urbana. Por outro lado, o “rural profundo” tem sua dinâmica associada à dos espaços de baixa densidade física e de relações frágeis, relegados ao isolamento em virtude, muitas vezes, de pouca acessibilidade e associados a condições de atraso.

Nas delimitações do rural, por exemplo, Abramovay (2000) considerou três características como importantes: a relação com a natureza, a baixa densidade de povoamento e a relação com as dinâmicas urbanas. Contudo, para Wanderley (2001) as duas primeiras se relacionavam às ideias de que ocorre a urbanização do campo e de que as cidades o comandam. Existem autores que reforçam essa ideia de uma urbanização completa:

[...] a questão urbana havia se transformado na questão espacial em si mesma e a urbanização passou a constituir uma metáfora para a produção do espaço social

contemporâneo como um todo, cobrindo potencialmente todo o território nacional em bases urbano-industriais (MONTE-MÓR, 2003, p. 10).

Nessa mesma linha de pensamento argumenta Oliveira (apud VEIGA, 2004a, p. 32): “a urbanização da economia e sociedade brasileiras nada mais é senão a extensão a todos os recantos e setores da vida nacional das relações capitalistas; embora seja ainda, em muitos casos, apenas uma tendência, sua marca é peculiar: já não se pode voltar atrás”.

Para a terceira característica, Juillard (1973, p. 8, tradução nossa) antecipa o desaparecimento da dicotomia cidade-campo, por meio de um modelo segundo o qual “a cidade associa sem ruptura o campo a seu próprio desenvolvimento”. Para o autor, a principal tendência é caminhar em direção a relações de complementariedade.

Apesar do entendimento de que existe uma *urbanização extensiva* do território, é importante considerar o sentido desta urbanidade em que o consumo e as formas de produção parecem, cada vez mais, diluir a antiga dicotomia rural-urbana. O conceito de *continuum* rural-urbano passa a dominar a agenda dos pesquisadores e gestores que postulam não haver uma distinção muito grande entre a vida urbana e rural. O urbano não deixa de existir onde começa o rural; na verdade eles se entrelaçam, se sobrepõem e se imbricam, originando padrões de ocupação que se diferenciam ao longo de um *continuum* de espaços rurais e urbanos.

Na perspectiva de Sposito (2006), as formas confundem-se porque as relações se intensificam e os limites entre rural e urbano tornam-se imprecisos, o que favorece o pensamento de uma nova unidade territorial contendo, contraditoriamente, os dois espaços que são resultado e condição das formas de produção territorial. Assim, ao reconhecer um *continuum* não significa atestar o desaparecimento da cidade e do campo como unidades espaciais distintas, mas apresentar a constituição de áreas de transição e contato entre esses espaços que se caracterizam pelo compartilhamento no mesmo território, de uso de solo, de práticas socioespaciais e de interesse político e econômico associados ao mundo rural e urbano.

Para Abramovay (2000), o espaço rural reflete o significado da ruralidade nas sociedades contemporâneas. Um dos sentidos de ruralidade é o de reunir um conjunto de características e valores do mundo rural. Paralelamente, a urbanidade seria a reunião de costumes e comportamentos típicos do meio urbano. Critérios como tamanho demográfico, densidade demográfica e ocupação econômica da população costumam ser utilizados para dar significados diferentes e contrários a estas categorias, assim como as noções de ruralidade e urbanidade podem também ser vinculadas ao atraso, à rusticidade, no caso da primeira, e à civilidade, polidez e modernidade na segunda.

Atualmente, outras atividades econômicas superam a agricultura nas áreas rurais, eliminando, por exemplo, características denominadas tradicionais e associadas ao mundo rural, diluindo a dicotomia rural-urbano e reconceituando essas categorias enquanto recorte territorial. Neste sentido, devido à complexidade e diversificação das modernas formas de organização do território no meio rural, cada vez mais é necessário estabelecer critérios que demonstrem a existência de uma continuidade entre as duas concepções, uma vez que a maior ruralidade não elimina o rural tradicional e a urbanização imprime seu ritmo de desenvolvimento ao campo.

Em 2000, tendo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA como coordenador³⁴, foi elaborada uma pesquisa sobre a rede urbana brasileira que contou com diversos estudos, dentre eles, uma tipologia municipal realizada pelo IBGE que procurou classificar os municípios brasileiros, segundo três dimensões: demográfica, econômica e de urbanização. Para a dimensão demográfica, foi utilizada a população total do município. A dimensão econômica foi medida pela ocupação produtiva, ou seja, pela população economicamente ativa (PEA) dos municípios nas atividades agropecuárias, industriais e terciárias. Por fim, a dimensão urbanização foi obtida por meio do grau de urbanização dos municípios, que corresponde à relação entre a população urbana e a população total do município³⁵. Os municípios foram classificados em sete tipos:

1. Rurais;
2. Em transição para o urbano com pequena dimensão;
3. Em transição para o urbano com média dimensão;
4. Urbano;
5. Urbano de pequena dimensão;
6. Urbano de média dimensão; e
7. Urbano de grande dimensão.

Diversos fatores alteram o mundo rural nos dias de hoje. Podemos também mencionar, por exemplo, a adoção de um modelo de produção que vincula, fortemente, o campo à industrialização, como ainda, a dependência da produção agropecuária a máquinas e insumos industriais. Constata-se, ainda, a existência de fortes vinculações do campo com as economias de mercados, a redução da força de trabalho e o risco dos impactos ambientais com o crescente uso dos recursos naturais.

Tais questões levaram os pesquisadores a apontar uma tendência de aproximação entre os modos de vida do campo e da cidade, e ao fato do meio rural ser, mais do que nunca, capaz de atrair uma população urbana. Segundo Capel (2010, p. 24, tradução nossa) “não apenas metade da população mundial já é estatisticamente urbana, como também, de fato, outra parte é por causa de seus comportamentos sociais, porque residem em pequenos núcleos perto de uma metrópole ou incluídos em regiões urbanas”.

Cabe ressaltar que a concepção de um *continuum* implica em se aceitar uma continuidade que muitas vezes aparece subvertida no mundo real. Um exemplo são as redes que não obedecem a hierarquias e apoiam-se em estruturas flexíveis nas suas relações. À guisa de exemplo, a atual complexidade pressupõe que o espaço rural, em sua dinâmica, não obedece

³⁴ Em parceria com o IBGE e o Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional - NESUR do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

³⁵ Essa metodologia está descrita nos volumes 1 (p. 251) e 2 (p. 311) da coleção **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**, publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, como fruto de parceria com o IBGE e o Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional - NESUR do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, sob coordenação do IPEA. Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar os endereços: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3099> e <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2302>.

somente a uma lógica zonal, tradicional, mas, também, incorpora a lógica em rede, como mostrado no estudo *A Geografia do café* (2016), do IBGE.

Nesse contexto, o processo de modernização da agropecuária e o próprio processo de globalização do mercado e das culturas voltadas à exportação vão conduzir a um novo uso agrícola do território brasileiro, no qual o setor agroindustrial não pode mais ser entendido de forma autônoma, isto é, descolado, entre outros, de um sistema logístico mais amplo nos quais se incluem os serviços de estocagem e o próprio processamento da produção (A GEOGRAFIA..., 2016, p. 104).

É razoável que o meio rural não seja apreendido e nem tratado igual ao meio urbano, pois não apresentam as mesmas características (assim como a distinção do que está sendo considerado como espaços da natureza neste estudo). Aparentemente, as mudanças que ocorrem aproximam o espaço rural do urbano, uma aproximação não só física, mas de construção de relações que, longe de homogeneizar, resulta em uma inserção diferenciada do meio rural na sociedade contemporânea. Nessa medida, apesar das aproximações, nos espaços rurais e urbanos subsistem elementos que os diferenciam, o que enseja uma análise congruente a essas realidades.

Quanto aos inúmeros critérios de classificação adotados, Sposito (2006) enuncia três atributos, na abordagem das relações cidade-campo, que sempre estiveram associados às cidades desde a Antiguidade. São eles: a urbanização como dinâmica demográfica, a diferenciação social e a unidade espacial para a apreensão da urbanização.

A capacidade de concentração nos centros urbanos extrapola, segundo Sposito (2006), os aspectos meramente demográficos, pois inclui o adensamento dos objetos. Sem dúvida a concentração de pessoas é um elemento diferenciador entre campo-cidade, assim como o tamanho e o aumento populacional identificados com a urbanização. Contudo, a autora adverte que a presença de densidade de pessoas ou construções indica a existência de uma dinâmica a ser observada, mas não é suficiente para identificar áreas urbanas em sua plenitude.

O segundo atributo que Sposito (2006) considera diz respeito à diferenciação socioespacial no tocante à cidade em suas relações com o campo. Nos estudos urbanos na Sociologia, na Geografia, na Economia e em outras ciências, procurou-se compreender as relações sociais que levaram os indivíduos a se estabelecerem, o que ampliou a quantidade de propostas que fazem diferenciação entre cidade-campo. A divisão do trabalho produziu, ao longo do tempo, uma variação entre os espaços da cidade e do campo que, segundo a autora, ocorre com a diferenciação social.

Sposito (2006) argumenta que não faz sentido separar ou distinguir os dois espaços, mas compreender os movimentos, as relações de produção, que os identifica e complementa. A diferenciação social é relevante para a compreensão das cidades. As cidades são os lugares favoritos para a interação entre pessoas, devido à concentração populacional e à diferenciação social. Os grandes centros urbanos potencializam ao máximo a interação entre pessoas, “propiciando que as contradições de uma sociedade de classes se expressem de forma mais contundente, porque a concentração gera proximidade que, por sua vez, propicia a revelação das diferenças” (SPOSITO, 2006, p.117).

O terceiro e último atributo que Sposito (2006) assinala na questão cidade-campo é o da unidade espacial. A autora destaca que as cidades eram compactas desde a Antiguidade e se separavam do campo através dos muros que as cercavam. A morfologia das cidades possuía uma tendência “de estender seus domínios sobre as áreas de seu entorno, sua morfologia era mais integrada, sua fisionomia urbana mais definida e distinta dos campos que a cercavam o que respondia por uma unidade espacial da cidade que se estabelecia” (SPOSITO, 2006, p. 121).

Atualmente, através dos arruamentos, planos urbanísticos e densidade de construção, distinguem-se espaços de difusão do fenômeno urbano, estendendo-se e funcionando como ponta de lança de novas formas de organização social. Na visão de Sposito (2006, p. 121), “tem-se ampliado, consideravelmente, a área de transição entre o que se apreende como cidade e o que se compreende como campo, gerando um nível maior de indefinição ou de dificuldade de distinção entre espaços urbanos e espaços rurais”.

A autora destaca assim a dificuldade de distinção entre o rural e o urbano, onde ocorre uma superposição de formas espaciais, reconhecendo um *continuum* cidade-campo e o “compartilhamento, no mesmo território ou em micro parcelas territoriais justapostas e sobrepostas, de usos de solo, de práticas socioespaciais e de interesses políticos e econômicos associados ao mundo rural e ao urbano” (SPOSITO, 2006, p. 121).

A adoção do *continuum* pode levar a um entendimento de que não existem descontinuidades entre o rural e o urbano. Sposito (2006) assinala que as descontinuidades ocorrem no território, e cita como exemplo a expansão da urbanização que, de forma acelerada, alterou a distinção clara entre campo e cidade, transformando em espaços difusos as periferias dos grandes centros urbanos identificados na franja rural-urbana.

Mais recentemente, foi elaborada uma classificação, em tipos rurais e urbanos, por Bitoun e Miranda (2015) que propuseram uma tipologia utilizando como referência o estudo *Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas*, coordenado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA e financiado pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário. O estudo considerou “experiências internacionais, condicionantes físico-ambientais e algumas dimensões caracterizadas por atributos (*habitat*, trabalho e condições de vida, dinâmicas recentes) para propor uma tipificação regionalizada dos espaços rurais na atualidade” (BITOUN; MIRANDA, 2015, p. 22).

A tipologia foi construída com finalidade de fornecer uma fonte de referência para monitorar as políticas de desenvolvimento rural e, de maneira propositiva, avançar numa agenda para o futuro. Basicamente, a tipologia combinou o percentual de população residente em *habitat* rural, a hierarquia dos centros urbanos, o percentual do valor agregado da produção agropecuária no total do valor agregado em 2010 e a distância da sede municipal a sede mais próxima de nível hierárquico superior. Como resultado, os autores classificaram os municípios brasileiros em seis tipos:

- 1A - Essencialmente Rural “Isolado”;
- 1B - Essencialmente Rural “Próximo”;
- 2A - Relativamente Rural “Próximo”;

- 2B - Relativamente Rural “Isolado”;
- 3A - Urbano Exceto Metrôpoles e Capitais Regionais; e
- 3B - Urbano com Metrôpoles e Capitais Regionais.

Por fim, o estudo *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação* (IBGE, 2017) adotou os seguintes critérios para a classificação empreendida: população em áreas de ocupação densa, proporção da população em áreas de ocupação densa em relação à população total e localização. Os atributos demográficos serviram para facilitar a comparabilidade entre o Brasil e diferentes países e a acessibilidade para comparação entre centros com alta hierarquia na rede urbana brasileira.

Embora essa classificação tenha sido feita em escala municipal, o recorte espacial de análise das áreas de ocupação densa (IBGE, 2017), utilizado no trabalho, tinha como base a Grade Estatística do IBGE, não se limitando assim à divisão político-administrativa. Através da utilização do estudo *Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil* (IBGE, 2016), partiu-se da premissa de que os agrupamentos de municípios, com sua mancha urbanizada contígua, constituíam uma parcela homogênea de atividades urbanas.

O critério de tamanho da população em áreas de ocupação densa representava uma referência da complexidade da vida urbana municipal. Já o critério de população em áreas de ocupação densa, em relação à população total, indicava que, quando se comparam municípios do mesmo tamanho populacional, quanto maior for essa proporção maior seria a tendência de dinamismo das atividades urbanas (IBGE, 2017). A classificação considerou ainda um critério de qualificação que levou em conta o grau de acessibilidade a centros urbanos para aquisição de bens e serviços mais complexos³⁶. Ao final, a classificação dos municípios identificou cinco classes de municípios: predominantemente urbano, intermediário adjacente, intermediário remoto, rural adjacente e município rural remoto.

As classificações elaboradas, com diferentes critérios, embora sejam coincidentes em alguns aspectos, expressam as complexidades de compreensão e análise das dinâmicas rurais-urbanas contemporâneas. É nesse cenário em que se forjam novas formas espaciais, sobretudo a partir da concepção de uma urbanização difusa, que se faz necessário apreender novas categorias de análise.

A par disso, o fenômeno da formação de franjas rurais-urbanas, em especial nas grandes aglomerações urbanas, demanda uma reflexão atenta, em vista da diversidade que comportam e pelo papel cada vez mais evidente de sua importância para as cidades. É com base nessa percepção, em que as franjas rurais-urbanas se constituem como espaços complexos, que a investigação das suas características definidoras se faz necessária.

³⁶ Para medir a densidade em áreas de ocupação densa, optou-se por adotar os critérios de densidade e contiguidade das manchas de ocupação, a partir da Grade Estatística do IBGE. Para definição do corte de densidade, utilizou-se imagem de satélite, buscando melhor traduzir a heterogeneidade da aglomeração e a dispersão da população no território brasileiro.

Franja rural-urbana

O fenômeno da urbanização e a interrelação com as áreas rurais trazem desafios para a produção de informações estatísticas que sejam aderentes à realidade do Território Nacional. Tais dificuldades se apresentam de forma mais acentuada nas áreas de contato entre os vetores de expansão da cidade, em especial nas maiores aglomerações urbanas, e as áreas rurais circundantes, designadas, entre as inúmeras nomenclaturas propostas, de franja rural-urbana³⁷.

A ampliação do fenômeno urbano no País e da inter-relação com os espaços rurais demandam mais elementos para a compreensão e delimitação da complexidade dos espaços localizados nas bordas do espraiamento da mancha urbana (*urban sprawl*). Trata-se, portanto, de entender o modo pelo qual essa realidade espacial pode ser apreendida e, assim, servir de referência para estudos do território brasileiro (ÁVILA SÁNCHEZ, 2012).

Os estudos teóricos acerca da cidade e do campo, entre o urbano e o rural, propuseram uma nova abordagem das teorias sobre a urbanização e a conversão de áreas rurais em áreas urbanas. Múltiplos trabalhos se debruçaram sobre a complexidade entre a interação do rural com o urbano, visando compreender as áreas que, se não podem ser consideradas exclusivamente rurais, tampouco podem ser consideradas somente urbanas. Outrora marcadamente com aspectos do rural, essas áreas progressivamente foram incorporando elementos típicos do urbano, caracterizando um processo complexo que conjuga elementos da paisagem, da economia, da cultura e das relações sociais que se tornaram, cada vez mais, um amálgama das lógicas resultantes da interação entre o urbano e o rural.

Passa a prevalecer a compreensão de que cada uma dessas realidades demanda complexas e fluídas inter-relações e que diversos processos problemáticos que se apresentam nas metrópoles [...] são resultantes de uma intrincada combinação ou interação de aspectos rurais e urbanos do problema, que ocorrem nas áreas periurbanas de forma mais aguda do que em qualquer outro lugar (FURTADO, 2011, p. 149).

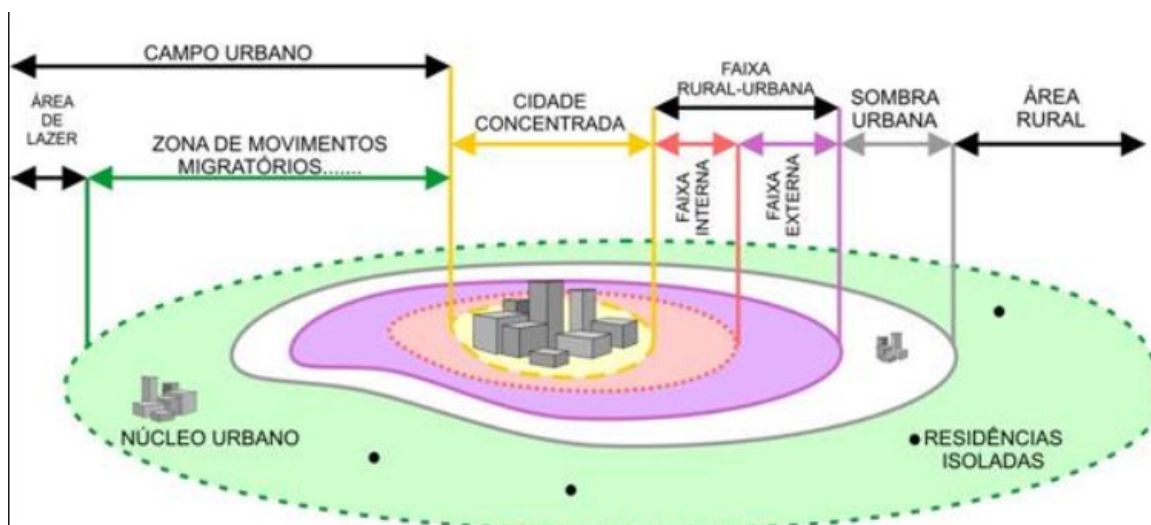
Nesse contexto, Molinero Hernando (1990), com base em Bryant, Russwurm e McLellan (1982), propôs um modelo para interpretar o modo como a cidade influencia o sistema, interpretando-se a partir do núcleo urbano consolidado e o espraiamento da urbanização em direção às áreas rurais (Figura 1).

Para Bryant, Russwurm e McLellan (1982), a franja rural-urbana é uma zona de transição no uso da terra, nas características demográficas e sociais, que conjuga o processo de expansão das áreas urbanas da cidade central em direção à área de hinterlândia rural. Contudo, os autores compreendem que se deve pensar num *continuum* da área urbana para as áreas rurais, caracterizadas pela mudança nas relações entre um rol de indicadores, tais como, o uso da terra, a estrutura das propriedades, a estrutura agrícola e a estrutura social e comunitária. Assim, caracterizam-se por uma urbanização mais esparsa, em que se entremeiam loteamentos, áreas agrícolas que não apenas servem para a subsistência, mas também abastecem a cidade, ou

³⁷ Há diferentes terminologias para o fenômeno estudado; entre as mais conhecidas, o espaço periurbano ou a franja rural-urbana. Outros termos existentes na literatura podem ser consultados em Maculan (2017).

mesmo com equipamentos urbanos que se destinam a atender às cidades (instalações industriais, galpões logísticos etc.).

Figura 1 - A forma da cidade e a interrelação da franja rural-urbana



Fonte: MOLINERO HERNANDO, F. La urbanización del campo: la inversión de las tendencias tradicionales en los espacios rurales. In: MOLINERO HERNANDO, F. *Los espacios rurales: agricultura y sociedad en el mundo*. Barcelona: Ariel España, 1990. p. 325. Com base em: BRYANT, C. R.; RUSSWURM, L. J.; MCLELLAN, A. G. *The city's countryside: land and its management in the rural-urban fringe*. London: Longman Group, 1982

Ponce Asensio (2001) destaca as importantes funções que desempenham essas áreas, já que canalizam os movimentos do rural para o urbano e vice-versa, como pontos focais de distribuição adequadas à implantação de grandes equipamentos industriais e comerciais, além de servirem como áreas receptoras dos excedentes populacionais urbanos e rurais. Atrelado a isso, conformam-se espaços dinâmicos de especulação imobiliária, pela disponibilidade de solo para a expansão urbana. Mais do que isso, caracterizam-se por serem zonas de preservação de ativos ambientais e produtivos, ao mesmo tempo em que também servem como áreas recreativas e de lazer para os cidadãos.

Ávila Sánchez (2012) interpreta que não se limita exclusivamente ao crescimento físico da cidade, uma vez que se forjam novas formas espaciais com relevantes mudanças qualitativas, tal como, a fragmentação territorial dos processos produtivos que afetam as áreas rurais, intensificando-se as relações dos centros urbanos de diferentes tamanhos, configurando-se redes de interação entre os subsistemas urbanos e rurais. Ademais, nessas áreas há uma ampliação da diversidade das atividades produtivas (secundárias e terciárias) que indica, também, a capacidade da população rural de se “apropriar” da cidade, em que se cria um território local e, concomitantemente, representa a habilidade do produtor rural em resistir à urbanização ou mesmo em atuar como agente de transformação e gestão desse espaço.

Faz-se necessário ressaltar que as alterações que se operam nas áreas da interface de interação entre o urbano e o rural propiciam novas formas de apropriação do espaço em que há prevalência da multifuncionalidade no campo, ou seja, a existência de diversificadas funções,

além da produção agrícola, como espaços para residências de veranistas, espaços de lazer e recreações, dentre outros (BICALHO, 2003). Em sentido semelhante, destaca-se que uma característica fundamental na dinâmica em espaços de franja rural-urbana se refere à pluriatividade, entendendo-a como uma estratégia que pode ser utilizada por uma pessoa ou família, em que há a prática de uma ou mais atividades, sendo uma delas vinculadas à produção agrícola (VALE, 2005; SCHNEIDER, 2009).

Há escassez de dados quanto a essas áreas, o que implica em dificuldades de se realizar o planejamento e, concomitantemente, compreender as dinâmicas que nelas se operam. Estudos da Organização das Nações Unidas - ONU (United Nations - UN), do Banco Mundial (World Bank), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO), dentre outros, apontam nesse sentido e reforçam a premente necessidade de se gerar informações capazes de revelar as características, padrões e especificidades das áreas de franja rural-urbana.

[...] as áreas de transição rural-urbana passaram a ser, mais que antes, o palco onde se materializa uma diversidade de interesses e processos, em articulação e conflito, de vários agentes modeladores do espaço – o que realça, desse modo, a necessidade de melhor caracterizá-las para subsidiar o planejamento e a gestão rural-urbana (MIRANDA, 2009, p.27).

Ávila Sánchez (2012) ressalva que nos países da América Latina a mobilidade da população do campo, geralmente pobre, para as áreas de franja rural-urbana pelo menor custo da terra, pode resultar na conformação de áreas caracterizadas pela pobreza, baixo rendimento e infraestrutura deteriorada. Por outro lado, reconhece-se que tais áreas são importantes não apenas para assegurar a produção de alimentos frescos e com qualidade para as cidades, mas também em função da escassez de recursos de terra e água, podendo se gerar novas formas de inovação social e tecnológica na agricultura, piscicultura etc. e na melhoria do uso dos recursos disponíveis, conforme aponta o estudo *Urban and peri-urban agriculture sourcebook: from production to food systems*, preparado sob os auspícios de FAO, Rikolto e RUAF Global Partnership on Sustainable Urban Agriculture and Food Systems (URBAN..., 2022).

A importância dessas áreas é reconhecida para a segurança alimentar e na qualidade nutricional da população urbana e periurbana, notadamente em relação àqueles com menores rendimentos, além de servir para o aumento da renda dos produtores e servir de resiliência em face das mudanças climáticas, garantindo novas fontes de suprimentos alimentares³⁸. Com isso, reconhece-se que as análises dessas áreas no País demandam dados estatísticos coerentes com as especificidades que apresentam, sobretudo ao se considerar a relevância que tais espaços apresentam para as cidades próximas.

Por conjugarem características tanto urbanas quanto rurais, torna-se mais desafiador estabelecer os critérios utilizados para a identificação desses espaços, com o escopo de se produzirem dados estatísticos. Mais do que isso, por se tratar de espaços dinâmicos, submetidos à pressão da expansão urbana, em particular nas grandes aglomerações urbanas, tais espaços

³⁸ Nesse sentido, sugere-se consultar os estudos *Food, agriculture, and cities: challenges of food and nutrition security, agriculture, and ecosystem management in an urbanising world*, preparado no âmbito de FAO Food for the Cities: Multidisciplinary Initiative (FOOD..., 2011) e *Urban agriculture: findings from four city case studies*, elaborado pelo World Bank (URBAN..., 2013).

podem ser rapidamente convertidos e incorporados ao tecido da cidade. Assim, pode-se considerar que a conformação da franja rural-urbana é mais nítida em áreas metropolitanas e grandes aglomerações urbanas, sendo menos evidente em cidades médias ou menores, uma vez que o dinamismo típico dos centros urbanos maiores induz à formação desses espaços nas suas bordas.

Dessa forma, como espaço forjado a partir das lógicas urbanas e rurais, as áreas denominadas de franja rural-urbana se situam no *continuum* entre os espaços urbanos consolidados e as áreas rurais próximas, com notória relevância para o cotidiano das cidades. Reconhecidos como espaços que possuem funções importantes para as cidades e características próprias, as franjas rurais-urbanas revelam as pluralidades das dinâmicas existentes no Território Nacional.

Com o intuito de compor um quadro representativo do fenômeno de franjas, apresentar-se-á, nos resultados finais do trabalho, uma análise exploratória inicial para a identificação do fenômeno. Para além disso, o avanço para novas classificações que apreendam as multiplicidades espaciais existentes implica, também, em revisitar as experiências institucionais nacionais e internacionais.

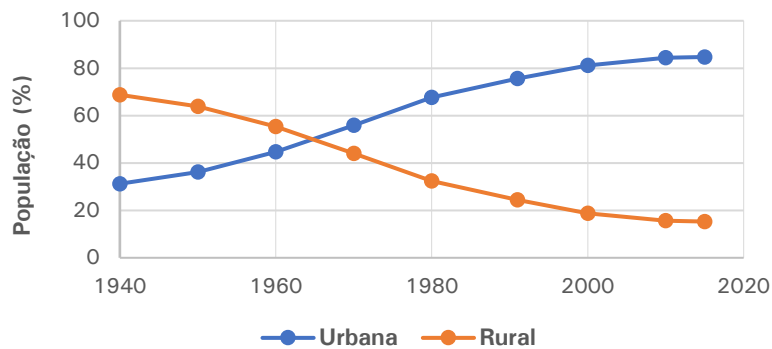
Classificações institucionais sobre as categorias rural e urbana

As definições e abordagens adotadas pelos diversos autores (nacionais e internacionais), alguns deles supracitados, ao longo de mais de 100 anos de reflexão sobre as áreas rurais e urbanas, serviram de base para a criação de classificações que foram elaboradas por instituições de pesquisa ou de estatística.

As rápidas transformações econômicas, técnicas e culturais que ocorreram nos Séculos XIX e XX levaram a uma forte migração do campo para a cidade, o que exigiu uma grande atenção dos institutos de pesquisa para criar meios que subsidiassem a análise das mudanças na distribuição das populações ao longo dos territórios. No Brasil, por exemplo, verifica-se que a transformação do perfil demográfico ocorreu a partir da década de 1940, com um crescimento da população urbana que ultrapassou a rural na década de 1960 (Gráfico 1). O País possuía, em 2010, 84,3% de seus habitantes em situação urbana e, em todas as Grandes Regiões, a população urbana superava a rural. Nesse período, as áreas urbanizadas das cidades de médio e grande porte expandiram seus limites e incorporaram ao tecido urbano população e terras.

Segundo Santos (1996), a urbanização no Brasil foi tardia, pois, durante séculos o País manteve-se eminentemente agrário. Alguns entraves foram superados no que diz respeito à acessibilidade e ao abastecimento alimentar dos centros urbanos para uma urbanização mais efetiva a partir do Século XIX, principalmente aqueles de infraestrutura. Endlich (2006) complementa que essas mudanças ocorreram no âmbito da sociedade e do território, aumentando o número de cidades, alterando a rede urbana na sua composição e nas relações entre elas.

Gráfico 1 - Populações rural e urbana - Brasil - 1940/2015



Fontes: 1. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 2004. Rio de Janeiro: IBGE, v. 64, 2005. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720>. Acesso em: maio 2023. 2. IBGE, Censo Demográfico 2010. 3. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Ao longo de décadas, muitas cidades tornaram-se grandes aglomerações urbanas (IBGE, 2016). A mudança nos padrões de ocupação do território, ocorrida ao longo do Século XX e princípio do XXI, periodicamente, conduz-nos a repensar o significado das categorias urbano e rural. Constatam-se transformações em relação às formas de produção, comercialização, nas relações de trabalho etc., assim como a ocorrência do êxodo rural e o aumento do protagonismo das cidades, que alteram, nos setores financeiro, administrativo e cultural, as relações cidade-campo.

Em termos analíticos, pode-se afirmar que é difícil subsistir, na atualidade, uma visão binária das relações rural-urbanas, não apenas em função das transformações que diferenciam os espaços rurais dos urbanos, mas também dos aspectos que os aproximam. Além disso, no que tange à natureza, como categoria que demanda uma compreensão própria, deve-se reconhecer que a existência de múltiplos atores que interagem nesses espaços implica prescindir da percepção de serem espaços intocáveis ainda que se institucionalize, por exemplo, áreas de proteção ambiental. Com isso, é necessário conhecer algumas classificações criadas no Brasil e no mundo que buscam, por diferentes métodos, corresponder às necessidades de coleta e de divulgação de dados estatísticos em diferentes porções de seus territórios.

Classificações no Brasil

Desde a fundação do IBGE, em 1936, a classificação de áreas urbanas e rurais se fez recorrente no trabalho da Instituição. O IBGE, com base no Decreto n. 311 de 02.03.1938³⁹, adotou, na identificação de áreas urbanas e rurais do País, um conceito político-administrativo que foi atribuído aos municípios e, após esse decreto, todas as cidades e vilas foram consideradas urbanas e a área restante dos municípios, rural. Durante anos, manteve-se essa divisão ainda

³⁹ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o endereço: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>.

que, no uso coloquial, as pessoas expressassem de muitas formas o que era rural e urbano conforme suas impressões relacionadas aos lugares, particularmente enfatizando a fisionomia do lugar.

É importante ressaltar que, ao empreender uma classificação dicotômica, entre rural e urbano no território, o IBGE tinha como principal objetivo a divulgação dos dados estatísticos, informações estas imprescindíveis ao conhecimento do País. Concomitantemente, a preocupação na geração de recortes territoriais alternativos sempre esteve presente na Instituição, que ao longo de décadas elaborou divisões regionais e identificou múltiplos espaços e classificações regionais, urbanas, rurais, entre outras, de forma a melhor apreender os fenômenos.

Assim, a partir de 1940, o IBGE passou a publicar os dados censitários separando a população rural da urbana, como mostram o volume *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985*, publicado em 1987, e o *Anuário Estatístico do Brasil 1996*, divulgado em 1997, sempre observando os preceitos político-administrativos legais. Tais preceitos passaram a ser atribuição dos municípios após promulgação da Constituição Federal do Brasil, de 1988 e, até o presente momento, subsidiam a classificação oficial da Instituição, como pode ser visto no documento *Manual da base territorial 2014* (IBGE, 2014), de circulação interna, onde a área urbana era aquela

[...] interna ao perímetro urbano, criada através de lei municipal, seja para fins tributários ou de planejamento urbano (Plano Diretor, zoneamento etc.). Para as cidades ou vilas onde não existe legislação que regulamente essas áreas, deve-se estabelecer um perímetro urbano para fins de coleta censitária cujos limites devem ser aprovados oficialmente pela prefeitura municipal (área urbana para fins estatísticos) (IBGE, 2014, p. 21).

O Código Tributário Nacional (Lei n. 5.172, de 25.10.1966) procurou definir rural e urbano com a finalidade de cobrança de dois tributos: o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR. Ao conceituar o espaço urbano, o § 1º do Art. 32 do Código define que para que uma zona seja classificada como urbana deve ter, pelo menos, duas das melhorias fornecidas pelo poder público:

[...] I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; II - abastecimento de água; III - sistema de esgotos sanitários; IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado (BRASIL, 1966).

Com relação ao ITR, o procedimento é por exclusão, definindo o rural como o que não é urbano. Assim, o imóvel rural é aquele localizado fora da zona urbana do município, denotando uma definição de rural realizada por negação. Nessa formulação, prevalece a compreensão de que o rural é definido como aquilo que não é urbano, corroborando com a visão residual de rural destacada pela literatura no início deste estudo.

No fim da década de 1970, o IBGE constatou a necessidade de criação de subcategorias que viessem a retratar melhor a realidade do País, o que resultou na divisão do urbano em Área

Urbana e Área Urbana Isolada e, o rural, em Área Rural e Aglomerado Rural. Essa classificação foi a utilizada no Censo Demográfico 1980, conforme disposto em sua metodologia⁴⁰ (Quadro 1):

Quadro 1 - Conceitos territoriais utilizados em 1980 pelo IBGE

3.2.1 - Geográficos e Político-administrativos

...

Perímetro urbano: linha divisória dos espaços juridicamente distintos de um município;

Área urbana: área interna ao perímetro urbano;

Área rural: área externa ao perímetro urbano;

Área urbana isolada: área definida por lei e separada da sede distrital por área rural ou por um outro limite legal;

...

Aglomerado rural: loteamento, área de distrito industrial ou de projetos em expansão, com características de permanência, ou povoado (localidade sem a categoria de sede de circunscrição administrativa, mas com moradias, geralmente em torno de igreja ou capela, pequeno comércio, com seus moradores exercendo atividades econômicas não em função de um só proprietário do solo).

Fonte: IBGE. *Metodologia do Censo Demográfico de 1980*. Rio de Janeiro, 1983. p. 77. (Série relatórios metodológicos, v. 4). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13083.pdf>. Acesso em: maio 2023.

Fredrich, Brito e Rocha (1983), com base na classificação do Censo Demográfico 1980, propuseram a reformulação dos conceitos de aglomerados rurais. As autoras classificaram os setores censitários em oito classes, sendo que as três primeiras correspondiam à definição legal de urbano e as demais à definição de rural. A proposta das autoras serviu de base para uma classificação posterior mais detalhada dos setores censitários (Quadro 2)⁴¹.

⁴⁰ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o endereço: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13083.pdf>.

⁴¹ As autoras propuseram tornar mais claras algumas instruções destinadas a identificar os aglomerados rurais e estabelecer critérios que permitissem distinguir os assentamentos existentes, nas áreas definidas como legais, como povoados em aglomerados de natureza urbana (FREDRICH; BRITO; ROCHA, 1983, p. 202).

Quadro 2 - Proposta de Fredrich, Brito e Rocha (1983) e a modelagem da base territorial na definição da situação dos setores censitários - 2000

Tipologia	Modelagem da Base Territorial
Cidade ou Vila	Situação 1 - área urbanizada de cidade ou vila
	Situação 2 - área não urbanizada de cidade ou vila
Áreas urbanas isoladas	Situação 3 - área urbana isolada
Aglomerados rurais de tipo extensão	Situação 4 - aglomerado rural de extensão urbana
Aglomerados rurais isolados	Situação 5 - aglomerado rural isolado povoado, núcleo e outros aglomerados
	Situação 6 - aglomerado rural isolado núcleo
	Situação 7 - aglomerado rural isolado lugarejo
Área rural exclusive aglomerados	Situação 8 - área rural exclusive aglomerado rural

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Nota: Elaborado a partir de: IBGE. *Malha de setores censitários 2000*. Rio de Janeiro, [2000]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html?edicao=26573&t=saiiba-mais-edicao>. Acesso em: maio 2023.

Fredrich, Brito e Rocha (1983) apontaram ainda algumas limitações que impediam uma melhor caracterização das categorias consideradas, dentre elas destacaram:

- a) A definição legal de urbano e rural adotada pelo IBGE que não identificava, com clareza, entre os aglomerados rurais, aqueles de natureza urbana (áreas urbanas situadas fora dos perímetros urbanos definidos por lei).

Como exemplo, citavam o caso de São Luís (Maranhão) que, em 1980, segundo a Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, possuía valores que não expressavam a realidade municipal quanto às classificações de rural e urbano (Tabela 1).

Tabela 1- População e Taxa de Crescimento em São Luís (MA)

	População	Crescimento 1970-80 (%)
Total	449 877	69,4
Urbana	247 622	20,6
Rural	202 255	235,2

Fonte: SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO 1980. Brasil.

Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, t. 1, n. 1, 1981. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7310>. Acesso em: maio 2023.

A defasagem na atualização do perímetro urbano fez com que um número expressivo de pessoas fosse considerado residente em aglomerados rurais quando, na verdade, residiam em áreas de expansão urbana do perímetro da Cidade de São Luís (Maranhão). O processo de crescimento urbano de São Luís foi associado a um modelo tradicional denominado *mancha de óleo*, com a formação de inúmeros aglomerados contínuos que cresceram nas bordas das áreas consolidadas dos centros urbanos e ao longo de suas vias de acesso, tendo sido incorporados ao núcleo urbano principal, gerando periferias.

- b) Outras limitações eram os critérios, nem sempre claros, para identificação de aglomerados rurais, tais como:

- As instruções de tamanho e densidade que se referiam a povoados e não aglomerados rurais;
- As instruções relativas à distância entre *casas* de moradia para identificar *habitat* disperso e concentrado que usavam a medida em metros, quando poderiam estar também em passos, e que continuavam referenciadas só a povoados e não a aglomerados rurais;
- As distâncias poderiam ser medidas não só entre casas de moradia, mas considerando prédios de modo geral;
- Eram considerados três tamanhos de aglomerados rurais: A – aglomerado rural identificado quando o número de domicílios fosse igual ou superior a 50; B - aglomerado rural isolado no setor, quando o número de unidades fosse de 51 a 200 domicílios; e C - aglomerado rural desdobrado em setores, quando o número de domicílios fosse superior a 200; e
- Poderia ser mais bem explicitada a finalidade de identificação do “tipo” A, já que a população dos “tipos” B e C era recenseada como em aglomerados rurais e a do primeiro classificada como população dispersa.

Em 2018, o IBGE fez a revisão das definições de classificação e delimitação dos setores censitários a serem utilizados no Censo Demográfico 2022, mantendo a divisão do território com base no par rural e urbano, e suas subdivisões. A rigor, a classificação obedece aos critérios legais quando existe legislação municipal de regulamentação do perímetro urbano; caso isso não aconteça, o IBGE utiliza outras fontes de informação, como imagens, documentos cartográficos e documentos analíticos para traçar o perímetro urbano.

Cabe observar a relevância da classificação do IBGE que visa em manter: a) a comparabilidade no tempo; b) o apoio às questões legais; e c) os subsídios para a implantação de políticas públicas específicas. Como resultado, a classificação do IBGE tem por finalidade: viabilizar a operação censitária e dar conta da questão legal, segundo a legislação municipal de rural e urbano; e identificar feições segundo necessidades específicas, como: Aglomerados subnormais, Comunidades quilombolas e Aldeias indígenas.

A partir da divisão em rural e urbano na classificação do IBGE, algumas mudanças foram feitas nos setores classificados em situação rural que foram categorizados como Aglomerado rural e Área rural (exclusive aglomerados), sendo que o Aglomerado rural foi subdividido nas categorias de Povoado, Núcleo rural e Lugarejo, segundo critérios funcionais ou estruturais estabelecidos no documento *Manual da base territorial contínua 2018* (IBGE, 2018, p. 55), de circulação interna. Quanto aos setores censitários classificados em situação urbana, constam as Cidades ou Vilas e os Núcleos urbanos, sendo que as duas primeiras, divididas em Área urbana de alta densidade de edificações e em Área urbana de baixa densidade de edificações, como disposto no Manual (IBGE, 2018, p. 55).

Quadro 3, a seguir, contém as oito situações e os 10 tipos de setores com seus respectivos códigos.

Quadro 3 - Classificação dos setores censitários, segundo situação, categorias e tipos - Brasil - 2018

Situações Tipos	Situação Urbana			Situação Rural				Massa de água
	Cidade ou Vila		Núcleo Urbano	Aglomerado Rural			Área Rural (exclusive aglomerados)	
	Área Urbana de Alta Densidade de Edificações	Área Urbana de Baixa Densidade de Edificações		Povoado	Núcleo Rural	Lugarejo		
Não especial	10	20	30	50	60	70	80	90
Aglomerado Subnormal	11	-	31	-	-	-	-	-
Quartel e Base Militar	12	22	32	52	-	72	82	-
Alojamento / Acampamento	13	23	33	53	63	73	83	-
Setores com Baixo Patamar Domiciliar	14	24	34	-	-	-	84	-
Agrupamento Indígena	15	25	35	55	-	75	85	-
Unidades Prisionais	16	26	36	56	-	76	86	-
Convento / Hospital / ILPI / IACA	17	27	37	57	67	77	87	-
Agrovila do PA	18	28	38	58	-	78	-	-
Agrupamento Quilombola	19	29	39	59	-	79	89	-

Fonte: IBGE. *Manual da base territorial contínua 2018*. Rio de Janeiro, 2018. p. 55.

De acordo com o Manual (IBGE, 2018), manteve-se o critério de que as cidades e vilas são consideradas urbanas pelo seu *status* institucional. São as leis municipais que determinam as zonas urbanas e rurais, e quando não existem, outros documentos são utilizados nesse processo.

As Áreas urbanas de alta e baixa densidade são classificadas segundo o número de domicílios, entre 150 e 250 para baixa e acima de 250 para alta densidade. O Núcleo urbano e os Aglomerados rurais de extensão urbana (presentes em metodologia anterior), e que são identificados e isolados em setores censitários, compreendem áreas urbanas isoladas, loteamentos urbanos, conjuntos habitacionais e condomínios, ainda que em áreas rurais.

Por sua vez, as áreas rurais foram consideradas áreas “de uso rural caracterizadas pela dispersão de domicílios e pela presença usual de estabelecimentos agropecuários” (IBGE, 2018, p. 53). Ainda de acordo com o Manual (IBGE, 2018, p. 53), a definição das demais localidades rurais foram:

- **Povoado** - Aglomerados rural sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo e caracterizado pela existência de comércio e serviços;
- **Núcleo rural** – Aglomerado rural vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, agroindústria, usinas etc.); e
- **Lugarejo** - Aglomerado rural que não dispõe dos serviços ou equipamentos urbanos definidores dos povoados e que não estão vinculados a um único proprietário.

No sentido de viabilizar a coleta de dados durante os Censos Demográficos, a classificação do IBGE identificou ainda diversos tipos de áreas e unidades com funções específicas, como prisões, quartéis, agrupamentos quilombolas ou indígenas etc. (

Quadro 4). Ainda que essas distinções tenham o objetivo de apoiar as operações censitárias e outras pesquisas, divulgando informações estatísticas, é importante, para análise de um território diverso como o nosso, apreender seu conteúdo e complexidade.

A análise do rural e do urbano e das relações cidade-campo implica privilegiar, como fio condutor, não só a capacidade transformadora da urbanização no contexto atual, mas também absorver aspectos da dinâmica que alcança e transforma os espaços rurais, integrando funções e atividades não agrícolas a partir dos novos serviços avançados e considerando as relações e complementaridades que neles ocorrem (SPOSITO, 2006).

Quadro 4 - Tipos de setores censitários e suas definições - Brasil - 2018

TIPO	DEFINIÇÃO
Zona Urbana	Definição de zonas urbanas legalmente definidas pelo poder público municipal através de planos diretores, macrozoneamentos ou leis do perímetro urbano.
Bairro	Bairros legalmente constituídos pelo poder público municipal.
Conjunto Habitacional	Conjuntos habitacionais fornecidos no âmbito do convênio com o Ministério das Cidades.
Terra Indígena	Terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos costumes e tradição.
Territórios Quilombolas	Terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas e utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social econômica e cultural.
Unidades de Conservação	Espaços territoriais e os seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características ambientais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com o objetivo de conservação e limites definidos, sob regimes espaciais de gestão e manejo, aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção.
Projeto de Assentamento	Áreas identificadas e delimitadas pelo IBGE, a partir de informações territoriais e registros administrativos de comunidades quilombolas, com finalidade exclusivamente estatística, que servem à focalização de quesitos dos questionários das pesquisas.
Área de Interesse Estatístico Quilombola	Áreas identificadas e delimitadas pelo IBGE, a partir de informações territoriais e registros administrativos de comunidades quilombolas, com finalidade exclusivamente estatística, que servem à focalização de quesitos dos questionários das pesquisas.
Área de Interesse Estatístico Indígena	Áreas identificadas e delimitadas pelo IBGE, a partir de informações territoriais e registros administrativos de populações indígenas, com finalidade exclusivamente estatística, que servem à focalização de quesitos dos questionários das pesquisas.

Fonte: IBGE *Manual da base territorial contínua 2018*. Rio de Janeiro, 2018. p. 26.

As classificações territoriais, reconhecidamente, têm um papel fundamental na interpretação das informações estatísticas. Se pensarmos que uma estatística sem uma

vinculação espacial não tem significado, o mesmo ocorre na definição de recortes espaciais que não podem ser medidos estatisticamente.

Para levantamento e divulgação de dados estatísticos, para as pesquisas de um modo geral, assim como para obtenção de comparabilidade internacional e de forma a reforçar a coerência das informações produzidas, os conceitos de rural e urbano e suas representações precisam ser revisitados e ampliados, uma vez que as formas urbanas e rurais atuais não expressam integralmente as múltiplas configurações da realidade contemporânea.

Classificações internacionais sobre rural e urbano

Muitas das classificações de espaços rurais e urbanos, vigentes em diferentes países, consideram somente um elemento, como densidade de construções ou tamanho de população, na diferenciação entre eles. Outras levam em conta a multiplicidade de situações a serem identificadas e apontam inúmeros critérios adotados na combinação de informações diversas. Atualmente, as classificações de áreas das categorias de rural e urbano continuam a apresentar limitações, dentre elas destacam-se:

- Algumas áreas são classificadas como urbanas, mas têm características de rurais e vice-versa;
- A classificação dicotômica não é suficiente em um cenário onde a organização do espaço geográfico é cada vez mais complexa; e
- As subclassificações expandem a visão binária de rural e urbano para uma gama de classes com maior ou menor grau de ruralidade e urbanidade.

É possível afirmar que não há uma definição global sobre o que é urbano e o que é rural. O que há, de fato, é uma variação sobre o tema que depende da forma com que cada país considera o que é rural ou urbano. De uma maneira geral, as classificações criadas se distinguem bastante uma da outra, seja em relação ao grau de detalhamento, aos critérios utilizados para as delimitações ou até mesmo a quantidade de tipos definidos.

A variabilidade na maneira como são feitas as classificações nacionais e internacionais, do que é considerado urbano ou rural, não esconde a importância que o tema, ainda hoje, assume ao redor do mundo. Ao contrário, é possível afirmar que a divisão do que seja rural ou urbano configura-se como importante meio para descrever a geografia de áreas de interesse, subsidiar políticas estatais e apoiar ações específicas do poder público e da sociedade.

Tendo em vista a existência dessa variabilidade internacional, esta seção tem a pretensão de sintetizar algumas experiências institucionais de classificações do território em áreas rurais e urbanas, de modo a situar a tipologia apresentada neste estudo em relação às demais tipologias internacionais.

Experiências internacionais

Os países, de forma geral, delimitam tanto o urbano como o rural por meio de critérios que permitem perceber uma miríade de visões acerca do tema. O que existe é uma complexa

variação de interpretações que dependem da forma com que cada país aborda o conceito do que seja o “seu” rural e o “seu” urbano. Essa situação ainda é agravada pelo fato de que, em muitos casos, o rural acaba sendo definido por exclusão, conforme já destacado. Ou seja, os critérios são utilizados para se definir o que seria urbano e as áreas rurais seriam tudo o que não fosse classificado como tal.

É justamente na abordagem nacional sobre o tema e na discrepância existente na definição de tipologias e metodologias comuns que reside a dificuldade em se encontrar um consenso que permita uma comparabilidade internacional estatística baseada no rural e no urbano. De maneira bastante genérica, a definição do que seja urbano ou rural é construída a partir de uma composição de população mínima, densidade populacional, ocupação/economia e presença/ausência de infraestrutura urbana.

O Quadro 5 apresenta uma síntese elaborada pela ONU ao agrupar os critérios predominantes de classificação rural e urbana verificados em 233 países ou territórios⁶⁰ (UNITED NATIONS, 2019). Ao analisarmos, notamos que quase metade dos países ou territórios avaliados possuem somente um critério como definidor das suas respectivas áreas urbanas e rurais. Como já mencionado, os mais comuns são os critérios administrativos (quando o governo define estas áreas *a priori*) e os critérios demográficos. Em 71 países ou territórios (aproximadamente 30% do total), as definições puramente administrativas são as mais encontradas. Ao listar os países dessa classe, notamos que o Brasil é, de longe, o maior do mundo (em termos territoriais e populacionais) que utilizava (até 2018) unicamente esse critério, sendo ele mais comum em territórios bem menores, como estados insulares (Ilhas Cayman, Nauru e Cabo Verde) ou enclaves (Mônaco, Cingapura e Santa Sé), locais onde são encontrados um (normalmente a capital) ou poucos centros urbanos bem definidos em seus pequenos territórios nacionais. Quando analisamos por um espectro mais amplo, vemos mais 62 países que utilizam este critério em combinação com outros, o que totaliza 133 países ou territórios nos quais este tipo de critério é aplicado (57% do total).

O segundo critério mais comum, com 37 registros (16%) de países ou territórios que o utilizam, é o demográfico (seja ele o estabelecimento de um patamar populacional mínimo ou uma densidade populacional mínima). Esses casos são mais regulares em países de maiores extensões territoriais, como Argentina, México, Espanha e Estados Unidos. Somam-se a eles outros 85 países ou territórios que combinam este critério com outros, totalizando 122 países ou territórios (52%). Contudo, é relevante entender que os patamares demográficos considerados variam consideravelmente de país a país, partindo-se de 200 habitantes (Groenlândia e Islândia) a 50 000 habitantes (Japão) ou de 150 hab./km² a 2 000 hab./km², na Alemanha e em Taiwan, respectivamente.

Já o uso das características urbanas (em sua maioria, a presença de equipamentos e/ou serviços considerados urbanos ou a densidade/dispersão das habitações) foi considerado como critério único somente em 8 locais avaliados, sendo a África do Sul o maior país que utiliza somente esse critério (baseando-se em tipos de assentamento e no uso da terra). Entretanto, em mais 75 países foram observados o uso deste critério combinado com outros, totalizando 83 países ou territórios (36%), como exemplo da França que classifica suas comunas por patamares demográficos mínimos e com distâncias máximas entre as habitações.

Quadro 5 - Critérios utilizados na definição de áreas rurais e urbanas em países e organizações selecionadas

Quantidade de critérios	Tipos de critério	Número de países ou territórios ⁴² que utilizam este critério	% (n=233)
1 Critério	Administrativo	71	30%
	Econômico	—	—
	Tamanho/densidade populacional	37	16%
	Características urbanas	8	3%
2 Critérios	Administrativo e Econômico	—	—
	Administrativo e tamanho/densidade populacional	17	7%
	Administrativo e Características urbanas	20	9%
	Econômico e Tamanho/densidade populacional	9	4%
	Econômico e Características urbanas	—	—
	Tamanho/densidade populacional e Características urbanas	20	9%
3 Critérios	Administrativo, Econômico e Tamanho/densidade populacional	4	2%
	Administrativo, Econômico e Características urbanas	—	—
	Administrativo, Tamanho/densidade populacional e Características Urbanas	10	4%
	Econômico, Tamanho/densidade populacional e Características Urbanas	14	6%
4 critérios	Administrativo, Econômico, Tamanho/densidade populacional e Características Urbanas	11	5%
-	Sem definição ou com definição inconclusiva	12	5%
-	Número total de países ou territórios	233	100%

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Nota: Tradução e adaptação de: UNITED NATIONS. Population Division. *World urbanization prospects 2018*. New York, 2019. p. 6. (ST/ESA/SER.A/420). Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3833745>. Acesso em: maio 2023.

Os critérios categorizados como econômicos, sendo o mais presente a ocupação da população em atividades rurais, foram encontrados somente em combinações com outros critérios em um total de 38 países (16%), como são os casos da Rússia, Israel, Índia, Japão, Malásia e Costa do Marfim, não sendo observado nenhum país ou território que utiliza somente aspectos desse segmento como critério único. Os valores obtidos aqui também variam entre 50% (Cazaquistão, Letônia, entre outros) e 75% (Índia) dos empregados em atividades não agrárias, para definir se estas áreas seriam rurais ou urbanas.

Há também os casos de 12 países onde não foram identificadas as definições do que seriam áreas urbanas e rurais (Coréia do Norte e Mianmar) ou não informaram suas áreas urbanas (Tokelau e Wallis e Fortuna) por motivos diversos. Além disso, a utilização de alguma forma de mensuração da distância entre as áreas rurais e os centros urbanos de maior porte (local de oferta de serviços mais complexos) também se mostra um parâmetro bastante relevante

⁴² São “territórios” espaços com certo grau de autonomia, mas não são países. Exemplos: Polinésia Francesa, Saara Ocidental, Hong Kong, Gibraltar, as posses britânicas e francesas no Caribe, entre outras áreas.

na diferenciação entre as áreas rurais e urbanas, como observado na Austrália, Canadá, Espanha, França, Grécia, Israel, Japão e Noruega.

É importante ressaltar que as informações acima foram apresentadas sinteticamente. Ao analisarmos com mais profundidade as metodologias nacionais de todo o globo, observamos que muitos países aplicam mais de uma metodologia (dependendo do instituto ou da necessidade) para a diferenciação das áreas urbanas e rurais. Já outros, apesar de citarem diversos critérios, muitas vezes os aplicam de maneira não complementar: ao atingir um determinado patamar em algum critério, por mais que outro pudesse ser analisado em conjunto, a classificação já estaria determinada. Isso acaba por ampliar a variedade de metodologias de classificação encontradas e por complexificar um cenário já bastante heterogêneo, como foi demonstrado no Quadro 5.

Em resumo, a grande quantidade de abordagens nacionais sobre o tema e a discrepância existente na definição de tipologias e metodologias comuns são fatores que colaboram para a dificuldade em se encontrar um consenso que permita a criação de uma classificação internacional que garanta a comparabilidade estatística baseada no rural e no urbano, muito embora existam iniciativas que se proponham a ser um denominador comum sobre o tema.

As instituições internacionais, em grande parte, ainda dependem de informações e bases territoriais produzidas por órgãos estatísticos nacionais, fazendo com que, frequentemente, as informações não estejam disponíveis de forma homogênea para todos os países ou em bases territoriais comparáveis. Contudo, apesar das dificuldades, houve, nas últimas décadas, um grande esforço das agências multilaterais e internacionais para estabelecer procedimentos de mensuração das áreas e populações rurais e urbanas.

É neste sentido que encontramos as metodologias utilizadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD) e pela União Europeia - UE (European Union - EU). A OCDE elegeu a densidade demográfica como critério principal numa classificação de larga escala, que engloba diversos países (38) em quatro diferentes continentes. Outra característica importante dessa tipologia foi a complementação ao longo do tempo, pois foram adicionados dois outros critérios em atualizações posteriores: a quantidade e proporção de população que vive em grandes centros urbanos e a acessibilidade, definida pelo tempo de deslocamento entre os centros urbanos e as áreas não urbanas, demarcando áreas rurais remotas ou próximas a cidades (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2011).

Já a classificação da União Europeia baseia-se na Tipologia Regional da OCDE, porém procura corrigir as distorções causadas pela grande variabilidade das áreas das Unidades Administrativas Locais (as menores áreas utilizadas para a classificação em cada país). Para amenizar essas variações, o Statistical Office of the European Union - Eurostat adotou como critério de classificação da etapa preliminar uma grade estatística com quadriculas de 1 km², em substituição às unidades administrativas locais.

Metodologia Degrees of Urbanisation

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que coroaria o esforço de continuidade aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM, assumidos para o período de 2000 a 2015, foi uma iniciativa adotada pela Resolução 70/1 da Assembleia Geral da ONU, realizada em 25 de setembro de 2015 (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

De uma forma bastante ampla, a Agenda 2030 abrange o desenvolvimento econômico, a erradicação da pobreza, da miséria e da fome, a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e a boa governança em todos os níveis, incluindo a paz e a segurança, e o seu plano de ação é composto por quatro partes principais, das quais os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS são a sua porção mais conhecida⁴³.

Os ODS são compostos por uma série de indicadores que tem o urbano e o rural como elementos definidores. Todavia, a existência de uma miríade de diferentes metodologias empregadas nas distintas nações que compõem o Sistema ONU para a definição do que seriam áreas urbanas e áreas rurais, praticamente impossibilitava a comparação entre os países e inviabilizava a construção de indicadores globais eficientes e abrangentes que pudessem, de fato, produzir mensurações confiáveis e representativas. Como a proposta da Agenda 2030 deveria ser universal, o que significa compatibilizar a implementação dos indicadores de desenvolvimento sustentável em países com recursos e capacidades profundamente diversas, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico, houve a necessidade da criação de uma nova metodologia que fosse de fácil aplicação e implicasse baixos custos para a sua viabilização.

A metodologia denominada Degrees of Urbanisation - DEGURBA (Graus de Urbanização) surgiu como o resultado de uma proposta conjunta dos seguintes organismos: Statistical Office of the European Union - Eurostat; Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO); Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (United Nations Human Settlements Programme - UN-Habitat); Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO); Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD); e Banco Mundial (World Bank). Ela teve como principal mérito o fato de ser metodologicamente simples e abrangente, sendo aplicável em praticamente todos os países do mundo, e ao mesmo tempo não trazendo um grande custo para a sua implementação. Atualmente, essa metodologia é empregada para o cálculo das áreas e populações rurais e urbanas no âmbito da ONU e, por possibilitar uma comparabilidade internacional, está sendo especialmente empregada no cálculo dos indicadores dos ODS da Agenda 2030.

Em seu cerne, a Metodologia DEGURBA classifica o território de um país em um *continuum* rural-urbano. Ele pode ser empregado para a produção e compilação de estatísticas de acordo com os graus de urbanidade de uma área definida, auxiliando na definição e identificação de cidades, vilas e áreas rurais. Ela não possui a intenção de substituir as metodologias nacionais para a definição de áreas rurais e urbanas. O principal motivo para a sua criação é, por meio do

⁴³ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o endereço: <https://odsbrasil.gov.br/home/agenda>.

seu uso pelos diferentes signatários da Agenda 2030, ser empregado como um denominador comum entre diferentes países, tendo por objetivo a geração de estatísticas que permitam comparações internacionais. O mais interessante, porém, é o fato de a metodologia prever o uso de três classes distintas, em vez das tradicionais duas – rural e urbano – da maioria das demais metodologias sobre o tema. Por isso, ela evita a compartimentalização rígida entre áreas rurais e áreas urbanas e reconhece a complexidade e o emaranhamento dos espaços sobre a superfície terrestre.

Resumidamente, a Metodologia DEGURBA combina o tamanho de uma população e a sua densidade para identificar três áreas mutualmente exclusivas – as cidades, as vilas e áreas semi-densas e as áreas rurais – que correspondem ao primeiro nível de classificação do grau de urbanização. A partir daí, a metodologia pode ser estendida de duas formas:

- a) A primeira possibilita novas divisões, identificando pequenos e médios assentamentos urbanos (nível 2 da classificação do grau de urbanização); e
- b) A segunda define as áreas urbanas funcionais (áreas metropolitanas). Elas complementam a classificação do grau de urbanização ao expandir o conceito de cidades para incluir as áreas adjacentes aos grandes centros.

O Brasil, como signatário da Agenda 2030, assumiu o compromisso internacional de produzir estatísticas confiáveis e que permitam mensurar os esforços nacionais para alcançar, até o ano-limite de 2030, os ODS acordados. Invariavelmente, para permitir que as suas estatísticas sejam comparáveis às dos demais países signatários da Agenda 2030, deverá empregar a Metodologia DEGURBA na identificação de áreas rurais e urbanas, sem prejuízo do uso de outras metodologias que trabalhem com o tema rural-urbano. Espera-se que os resultados do Censo Demográfico 2022, cuja metodologia prevê a captura das coordenadas de todos os domicílios espalhados pelo País, forneçam os dados necessários à implementação da Metodologia DEGURBA na escala nacional.

As diferentes experiências internacionais evidenciam as complexidades na identificação tanto do urbano quanto no rural. Todavia, tais metodologias careceriam de uma análise dos espaços da natureza como uma categoria específica, distinta do urbano e do rural. A Natureza, ao longo de todo o Século XX, foi inserida como parte do rural (e por vezes, como parte do urbano), mas possui em si características próprias e marcantes suficientes para compor uma outra categoria espacial, robusta o suficiente para figurar ao lado do rural e urbano e compreender os *continua*⁴⁴ espaciais presentes no território brasileiro, o que demanda a reflexão da temática.

A natureza e suas abordagens

O termo “natureza”, de origem latina (*natura*), possui diferentes sentidos. A etimologia da palavra remete à raiz *nasci* (nascer) e trouxe, inicialmente, referência ao que é inato, algo que permanece

⁴⁴ *Continua* é o plural neutro (feminino e masculino) de *continuum*, em Latim.

desde o nascimento (WILLIAMS, 2007). A ideia mais antiga documentada se refere à *essência* de algo, como por exemplo é da natureza deste animal o comportamento dócil ou até mesmo conceitos como natureza humana.

Outro uso comum, subsequente ao primeiro, refere-se à natureza (ou até Mãe Natureza) como espécie de divindade ou substituta dela: “a força inerente que dirige o mundo ou os seres humanos, ou ambos” (WILLIAMS, 2007, p. 239), que consiste, na verdade, em uma totalização do primeiro sentido, ou seja, uma busca para a essência primordial de todas as coisas. Em um terceiro momento histórico, documenta-se que a partir do Século XVII consolidou-se também o uso do termo para representar o mundo físico, material e, posteriormente, a parte deste mundo que não foi construída pelo ser humano.

Todos esses sentidos ainda existem hoje, e uma digressão a respeito da sequência histórica do surgimento de cada um é importante para a delimitação necessária do termo em estudos contemporâneos. A transição de um sentido singular, referente à natureza de cada coisa, sua essência, para o de natureza como a grande totalidade é uma construção filosófica que está na base da reflexão metafísica sobre as origens e o funcionamento do mundo.

No entanto, é no contexto do Iluminismo no Século XVIII, da construção da racionalidade científica ocidental moderna que, em oposição ao conhecimento mediado pela religião (notadamente o Catolicismo no contexto europeu, para o qual a totalidade da existência era permeada por explicações teológicas), surge o redirecionamento do sentido de natureza como essência para a natureza como meio material a ser conhecido e catalogado. Destaca-se, nessa época, a atuação de naturalistas, exploradores que buscavam estudar o que chamariam de causas naturais para os fenômenos que ainda não conheciam.

Por outro lado, o início das expedições para a América – o Novo Mundo – desperta o imaginário de que as ilhas e florestas tropicais encontradas são a materialização do Paraíso bíblico perdido. Da mesma forma, frutificou na Literatura e nas Artes Visuais o naturalismo, estilo que buscou descrições mais próximas da materialidade e da cientificidade vigentes nos temas narrados e retratados em suas obras (WILLIAMS, 2007).

A partir deste último campo de sentido – a natureza como meio material de existência, a ser estudado e catalogado – se desenvolve a dicotomia Natureza/Cultura. Esta separação é promovida, ao mesmo tempo, por um desenvolvimento filosófico do pensamento sobre a natureza como um sistema matemático quase perfeito e que poderia ser aprimorado por meio da nova racionalidade humana como uma máquina (tendo como representantes, filósofos como Francis Bacon [1561-1626], René Descartes [1596-1650] e Immanuel Kant [1724-1804], e, já no Século XIX, os positivistas) e por uma ideia romântica de natureza como uma representação próxima do Éden originário, nosso ambiente harmônico que é destruído pela ação humana (com representantes na literatura do romantismo, como Jean-Jacques Rousseau [1712-1778] e Johann Wolfgang von Goethe [1749-1832]). Ou seja, surgem no mesmo momento histórico, a Modernidade, as percepções de que a natureza serve ao homem, a de que o homem deve melhorar a natureza, como uma máquina, ou a de que ele a destrói e quebra sua harmonia. Visões que possuem em comum a ideia de que a natureza é aquilo que é externo e anterior ao humano.

A história da Geografia é intrinsecamente mediada por esta evolução do conceito de natureza, sobretudo quando se refere ao inventário daquilo que existe enquanto materialidade no mundo. Segundo Cavalcanti e Corrêa (2014), em Ptolomeu já estava presente a *natura* como aquilo que representava a composição das coisas, a ser somado ao conhecimento de sua posição (*positio*), em suas diversas escalas de representação geográfica.

A ascensão do conhecimento dos naturalistas e suas metodologias de síntese (cosmografia), alinhada com a separação natureza/cultura, influencia diretamente o conhecimento geográfico. Pode-se dizer que os estudos sistemáticos de Friedrich Wilhelm Heinrich Alexander von Humboldt [1769-1859] (com as ideias de *cosmos* e o todo integrado, *zonas naturais* e até mesmo sua visão influenciada pelo romantismo alemão, de separar conceitualmente a natureza como um mundo idílico a ser preservado), por um lado, e a tendência de uma especialização cada vez maior das ciências e uma cartografia temática dos vários fatores da natureza, por outro, assentam as bases para o surgimento de uma Geografia Física, que se dedica ao estudo do mundo natural (CAVALCANTI; CORRÊA, 2014), já em ampla diferenciação com o mundo cultural. Nesses estudos, o objetivo era buscar nexos homogêneos que explicassem o surgimento e distribuição das paisagens, de certa forma, ainda com o sentido de natureza como essência, origem do todo.

No Brasil, a Geografia também se estabelece como um conhecimento de inventário que pudesse estabelecer o “potencial e os limites da natureza física, social e política do país diante das ideias programáticas do ‘progresso’” (MACHADO, 2000, p. 310). O Século XIX foi marcado por grande profusão de estudos naturalistas e geológicos/geomorfológicos produzidos por cientistas e naturalistas europeus e norte-americanos em expedições ao País de maior ou menor duração, na busca de conhecimento, mas também de riquezas minerais, extrativas e de potencial agrícola. Posteriormente, tanto na institucionalização da Geografia voltada ao ensino quanto naquela voltada aos estudos militares, mantém-se a ideia de inventário, distribuição dos fatos da natureza e as possíveis explicações da influência deles no desenvolvimento da formação social e econômica brasileira.

Recorda-se que o debate entre o determinismo e o possibilismo, envolvendo Ratzel e La Blache, possui a relação homem-natureza (e sua separação) como elemento central de argumentação e debates e foi fundante de grande parte da produção subsequente no âmbito da Geografia (MACHADO, 2000, p. 315). Essa construção, no entanto, foi mais fundamental para o desenvolvimento do que posteriormente se tornaria a vertente da Geografia Humana, neste caso com uma lente invertida, em que se produz um discurso sobre a formação da sociedade a partir de sua interação com o meio natural.

Nota-se que o conceito de natureza, perpassando a Geografia Física, possui um debate relativamente apartado da discussão urbano/rural, mais imersa no âmbito teórico da Geografia Humana. No entanto, os debates sobre o uso da terra e a preservação ambiental perpassam temas transversais ao planejamento urbano e desenvolvimento agrário. A questão é que, a partir do final do Século XIX, com o desenvolvimento da industrialização e seus impactos, a visão da natureza enquanto separada da ação humana ultrapassa os limites do romantismo, do inventário naturalista e do determinismo, tendo em vista o grau acelerado de degradação dos ambientes naturais, e a forma desigual como este fator impacta diferentes populações.

A América do Norte se destaca como importante centro de formação do ambientalismo contemporâneo. A obra do escritor Henry David Thoreau [1817-1862] foi bastante difundida e influente nos Estados Unidos do Século XIX⁴⁵, ao trazer a ideia de que é preciso viver mais próximo e em harmonia com a natureza selvagem (*wilderness*) e uma base para a difusão de um importante movimento ambientalista. Em 1860, o geógrafo George Perkins Marsh [1801-1882], na obra *Man and nature*, inspirado nas ideias de Humboldt, marca o início do movimento conservacionista estadunidense (WULF, 2016). Existia uma crescente insatisfação com a ação de companhias mineradoras e madeireiras promovendo grande destruição florestal e severos impactos na qualidade da água e na biodiversidade.

No decorrer do Século XIX surgem, também, as primeiras iniciativas de se criar parques nacionais de preservação, nos moldes conhecidos hoje, como o pioneiro Yellowstone, fundado em 1872. É importante salientar que a instituição do parque levou à expulsão dos povos indígenas Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock que viviam nas áreas englobadas pelos limites do parque (DIEGUES, 2008). Posteriormente, registra-se que o Canadá criou seu primeiro parque nacional em 1885, a Nova Zelândia em 1894, a África do Sul e a Austrália em 1889; na América Latina, iniciativas de áreas de preservação sem população residente existiram no México, Argentina, Chile e Brasil.

No Brasil, é conhecida a atuação pioneira de Dom Pedro II no estabelecimento de áreas para regeneração dos sistemas naturais, dos quais o exemplo mais famoso é o reflorestamento da Floresta da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, também no final do Século XIX. Em termos de legislação de áreas de proteção, o Código Florestal estabelecido pelo Decreto n. 23.793, de 23.01.1934, definiu os parques nacionais, considerando-os monumentos naturais que incentivariam a pesquisa científica e o usufruto e lazer de populações urbanas. O primeiro parque nacional brasileiro criado nesses moldes foi o Parque Nacional do Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro, em 1937, a partir da concepção de uma área de preservação sem moradores, aberta ao usufruto de seus visitantes (DIEGUES, 2008).

A institucionalização de áreas de preservação onde não se permite a presença de moradores vivendo e explorando o local, alinhada com a ideia de natureza selvagem entra em conflito com a realidade de países cujos ecossistemas (florestas, savanas e outros) são habitados por povos indígenas e outros povos que desenvolveram um modo de vida que convivia com áreas naturais sem destruí-las (DIEGUES, 2008). Se insere nesses contextos uma disputa política entre os preservacionistas, que buscam isolar as áreas naturais, e os conservacionistas, que buscam o convívio harmônico das populações com estas áreas.

Evidencia-se que a ideia de natureza intocada é uma resposta às mazelas da própria sociedade industrial, e nem sempre é possível rastrear qual é a intervenção humana histórica em cada ambiente que se considerava natural no momento em questão, como desertos, pradarias, que podem possuir um longo histórico de influência do ser humano em sua constituição e recomposição enquanto paisagem. Além disso, o objetivo de manter alguma área

⁴⁵ Mais notadamente o livro *Walden*, de 1854, traduzido para o Português como *A vida nos bosques*.

preservada pode variar muito segundo os significados que os atores interessados atribuem a estes espaços.

Este neomito [da natureza intocada], no entanto, foi transposto dos Estados Unidos para países do Terceiro Mundo, como o Brasil, onde a situação é ecológica, social e culturalmente distinta. Nesses países, mesmo nas florestas tropicais aparentemente vazias, vivem populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais, portadores de uma outra cultura (chamada neste trabalho de *tradicional*), de seus mitos próprios e de relações com o mundo natural distintas das existentes nas sociedades urbano-industriais (DIEGUES, 2008, p. 18).

No Brasil, o pioneirismo da discussão sobre a presença de habitantes convivendo nas áreas naturais se deu a partir do protagonismo de movimentos sociais como o de Chico Mendes (Francisco Alves Mendes Filho [1944-1988]), a luta dos seringueiros, bem como as lutas de movimentos atingidos por barragens hidrelétricas, dentre outros.

O ponto de partida para experiências de outros modelos de conservação no Brasil foi dado, não por instituições governamentais ou universitárias mas pelos *movimentos sociais*, em particular dos povos indígenas, dos seringueiros amazônicos, dos pescadores artesanais e outros povos tradicionais, propondo alternativas práticas à conservação excludente, tais como as *reservas extrativistas florestais e marinhas*, as *reservas de desenvolvimento sustentável*, as experiências de *manejo sustentável* nos lagos da Amazônia, entre outras. Essas práticas podem e devem combinar unidades de proteção integral como parques nacionais em áreas desabitadas, com unidades de proteção de uso sustentável, formando *mosaicos* que possam ser apropriados ecológica, cultural e socialmente pelas populações tradicionais (DIEGUES, 2008, p. 177).

O período marcado pelas guerras mundiais, entre as décadas de 1920 e 1950, promove mudanças de paradigma no pensamento ocidental, impulsionado por novas tecnologias e por uma grande revisão histórica e filosófica da ideia de progresso. Para os estudos sobre a natureza, emergem novas ideias como a de alcançar um nível de eficiência calculável do uso dos recursos naturais associada ao desenvolvimentismo, além de uma grande influência das teorias dos sistemas nos estudos ambientais.

Nesse contexto surge o conceito de ecossistema (TANSLEY, 1935), que é definido como “um complexo dinâmico de comunidades de vegetais, animais e de microrganismos e seu meio inorgânico que interagem como uma unidade funcional” (BRASIL, 1998). Ou seja, uma definição que pode incluir o ser humano como parte integrante deste sistema, mas que trata de um modelo que possui uma unidade e um equilíbrio, cuja ação humana pode perturbar.

Além do conceito de ecossistema, nesse período, vários campos semânticos se ampliam, com conceitos como biomas, geossistemas, regiões naturais, complexos biocenóticos, ecorregiões, dentre inúmeros outros, segundo diferentes campos do conhecimento, para nomear os espaços da natureza, dentro e fora da Geografia. No Brasil, o geógrafo francês Jean Tricart [1920-2003] exerce bastante influência nos estudos ambientais e geográficos, com sua obra *Ecodinâmica*, publicada pelo IBGE, em que, a partir da noção de ecossistema e de influências da dialética marxista, propõe a noção de ecótopos, acompanhada de uma metodologia de estudo de paisagens que partiria de uma interação dialética entre os processos morfodinâmicos (formadores de solo e relevo) e a biocenose (organismos vivos), que implicaria em uma estabilidade ou instabilidade das paisagens (TRICART, 1977).

A influência da Teoria dos Sistemas no debate sobre a preservação da natureza resultou, também, no desenvolvimento de algumas metodologias de sistemas de classificação de terras (Land Systems) que se tornaram uma forma de conhecimento basilar para a discussão ambientalista no âmbito internacional (CAVALCANTI; CORRÊA, 2014). Esses estudos foram influenciados pelo surgimento de novas tecnologias de mapeamento por satélite, a partir dos anos 1970, em que, associadas aos já tradicionais estudos de integração de temas para a compreensão de síntese de ambientes naturais, somou-se a possibilidade de avaliar o uso das terras a partir de determinados padrões de interpretação, constituindo uma matriz de avaliação da condição dos ambientes confrontada com o impacto humano causado pelo uso da terra em cada área. São então difundidos os diversos sistemas de classificação da cobertura e uso da terra, servindo a objetivos variados (conservação, aproveitamento agrícola, compreensão de dinâmicas climáticas etc.).

Dessa forma, no âmbito internacional, a ONU representa um marco importante da unificação destas preocupações e na inserção da discussão sobre a natureza e sua preservação para a formulação de políticas públicas. Em 1972 foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA (United Nations Environment Programme - UNEP), consolidando o tema como uma das preocupações centrais dos governos dos Estados membros da organização. Em 1987, surge, a partir de um conjunto de encontros de uma comissão focada em estudar os impactos ambientais, a Comissão Brundtland, a publicação *Our common future*, que é considerada o marco internacional da pauta ambiental, cunhando o termo “desenvolvimento sustentável”⁴⁶.

A partir dessa época, uma agenda de importantes eventos a respeito da preservação da natureza e da qualidade do meio ambiente se consolida, com a instauração da Agenda 21⁴⁷, a inserção de temas relacionados à conservação da natureza em políticas públicas de diversos países. A linha argumentativa deste documento enfatiza que é necessário buscar um uso dos ecossistemas sujeitos a planos de manejo e conservação adequada a manter a capacidade destes ambientes de abrigar e alimentar as futuras gerações.

Algumas estruturas conceituais contemporâneas para a formulação de políticas públicas consideram esses fatores, como é o caso de Omernik (1995), que, em sua delimitação das ecorregiões norte-americanas, propõe que as áreas naturais sejam consideradas sítios de referência, representando condições menos alteradas (*least disturbed*) do que seu entorno, um alvo móvel do qual os seres humanos e processos naturais tomam parte.

Deve ser compreendido que os sítios de referência não representam condições "prístinas" - aquelas que existiriam se os humanos fossem removidos da cena, ou condições pré-europeias de ocupação. Selecionar tais sítios é impossível. Não existem áreas prístinas nos Estados Unidos, ou em nenhum lugar do mundo, a propósito, se o termo pressupõe uma ausência do impacto humano. A ideia de que as condições foram prístinas na América do Norte antes da ocupação Europeia já foi convincentemente alterada recentemente

⁴⁶ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar: COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, 1988. 430 p. Título original: *Our common future*.

⁴⁷ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o endereço: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>.

(DENEVAN, 1992). Seres humanos provavelmente tiveram um papel crucial formando paisagens e moldando mosaicos de ecossistemas por milhares de anos. Como o mosaico de condições geográficas que molda padrões de ecossistemas, aquilo que pode ser categorizado como "menos alterado" é relativo à região onde um conjunto de níveis de referência é selecionado (OMERNIK, 1995, p. 44-45, tradução nossa).

A ideia de medir as condições da natureza segundo um nível de referência é presente em diversas estruturas conceituais internacionais de política ambiental, como o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (Sustainable Development Goals - SDG), o Sistema de Contas Econômicas Ambientais - SCEA (System of Environmental-Economic Accounting - SEEA), a Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB (Convention on Biological Diversity - CBD), dentre outros. Com base em insumos como mapeamentos de cobertura e uso da terra e estatísticas ambientais, calculam-se indicadores de condição de preservação da natureza segundo determinados padrões de equilíbrio alinhados aos objetivos de conservação, acordados internacionalmente em convenções e discussões científicas internacionais.

No presente estudo, os níveis de referência determinados na metodologia não pretendem trazer nenhuma avaliação de qualidade ou condição dos espaços da natureza, apenas tipificar estas áreas de forma que possuam visibilidade perante espaços do rural e do urbano, com características e modos de vida tão diferentes. Nesse sentido, defende-se a utilização da categoria natureza com o significado bem delimitado, que não se confunde com os atributos românticos ou essencialistas.

Não é a completa ausência da ação humana que define este tipo de espaço, mas uma relativa estabilidade dos fatores ecológicos daquela área, em comparação com um nível de referência que se pode traçar no tempo. Existem vários fatores de ordem ambiental, econômica e cultural que determinam a forma de convívio de diferentes atores com as áreas naturais, que imporão diferentes níveis de conservação destas áreas. Por fim, é a partir desse cenário que se vislumbra a apreensão dos espaços da natureza como categoria própria de análise, somada aos espaços urbanos e rurais, em que se permite avançar na compreensão das dinâmicas do Território Nacional, além de renovar caminhos metodológicos de investigação desses espaços.

Uma proposta de três categorias espaciais

A revisão de conceitos e critérios para apreensão do que é urbano e rural, apresentada nos tópicos anteriores, criou as bases para a realização de um novo estudo pelo IBGE, de modo a ter subsídios para a atualização de metodologias e definições a serem utilizadas pela instituição. A classificação das novas e sempre dinâmicas formas de povoamento no Brasil, sejam elas decorrentes de processos históricos de longo ciclo, sejam elas derivadas de alterações naturais e humanas de ciclo mais curto ou mesmo imediato, constitui um desafio a ser enfrentado num momento em que as técnicas de captação de dados estatísticos e de imagem orbital aprimoraram muito a capacidade de se fazer uma leitura detalhada do território na tarefa de delimitar o rural e o urbano no Brasil.

A utilização desse poderoso instrumental analítico coloca, assim, uma grande oportunidade para as escolhas conceituais a serem feitas, nas quais o conceito de *habitat*, assim como os de ruralidade e urbanidade, comprometidos tanto com diferenciações no processo de povoamento do território, quanto na própria identidade cultural/ambiental construída ao longo desse processo, parecem indicar um rico campo de discussão, não só na Geografia, como na Antropologia e na Sociologia, além daquelas disciplinas que gravitam em torno do estudo da paisagem, como a Geomorfologia.

Assim, decidiu-se acrescentar mais uma categoria espacial que se refere à dimensão da natureza. Em um país continental como o Brasil, com vastas áreas de florestas, campos, afloramentos rochosos, dunas, mangues, pântanos etc., essa é uma categoria que não pode ser relegada somente como parte do rural. A natureza em si, em território brasileiro, possui presença destacada em várias áreas do País, tendo suas peculiaridades próprias que devem ser levadas em consideração numa tipologia como a aqui realizada. Não se pretende com isso ignorar a atuação humana nessas áreas e a influência antrópica que sofrem em diversas escalas, mas sim dar visibilidade a espaços de fundamental importância na contemporaneidade, em função das mudanças climáticas, da delimitação legal de áreas de proteção ambiental e de acordos de proteção da biodiversidade.

Decidiu-se adotar para viabilização deste estudo a noção de tipos ideais, como teorizado por Weber (1979), em que os conceitos de espaços do urbano, espaços do rural e espaços da natureza são constructos teóricos que servem de referência para a observação da realidade. Além disso, tais tipos ideais, balizados em critérios definidos, serviram de base para a construção de subcategorias que viessem a expressar o *continuum* rural-urbano-natureza.

Espaços do urbano

Alguns elementos destacados pelos diversos autores referenciados no estudo foram considerados importantes para identificar os espaços urbanos contemporâneos. O urbano firma-se como uma forma de organização social e possui um espaço preferencial que são as cidades. Os espaços do urbano possuem características que vão desde a paisagem peculiar, com

densidade de construções e padrões de arruamento, até o perfil das pessoas que lá residem e trabalham. Com relação às características da paisagem e o ir e vir das pessoas, Sposito (2006) considera que três critérios podem ser utilizados para apreensão do urbano: a dinâmica demográfica, a diferenciação social e a unidade espacial da urbanização.

A capacidade de concentração nos centros urbanos extrapola, segundo Sposito (2006), os aspectos meramente demográficos, pois inclui o adensamento dos objetos. Sem dúvida, a concentração de pessoas é um elemento diferenciador entre o campo e a cidade, assim como o tamanho e o aumento populacional identificados com a urbanização. Contudo, a autora adverte que a presença de densidade de pessoas ou construções indica a existência de uma dinâmica a ser observada, mas não é suficiente para identificar áreas urbanas em sua plenitude.

O setor da atividade econômica em que os moradores se ocupam é um fator importante, dado que no espaço urbano as pessoas trabalham, majoritariamente, em atividades não relacionadas ao agropecuário (SJOBERG, 1972). Assim, no tecido urbano convivem e se avizinham pessoas que no seu dia a dia atuam em diferentes profissões. Tais profissões se complementam (CHILDE, 1974) e são fruto do próprio papel que os espaços do urbano desempenham na organização do território.

Com base nesses dois pilares, o da densificação de pessoas e objetos, e o da diversificação ocupacional, centrada principalmente em atividades dos setores secundários e terciários, foi elaborada uma definição, no âmbito deste estudo, que veio a apoiar a escolha de temas e variáveis que foram utilizadas na criação da tipologia proposta ao final deste estudo. Assim, para os espaços do urbano foi utilizada como base a definição:

Áreas com altas densidades de população, construções e arruamentos onde a paisagem é intensamente alterada. Predominantemente, as pessoas estão ocupadas em atividades secundárias e terciárias.

A seguir ressalta-se a estrutura e a funcionalidade que resultam em um quadro urbano contemporâneo marcado por suas interações sociais com o campo e com um sistema de cidades consolidado. As unidades urbanas pioneiras, as localidades e também as cidades serão abordadas como os espaços do urbano.

A formação dos espaços do urbano e as funções relacionadas

A formação dos espaços do urbano relaciona-se à presença concomitante da densidade de ruas, construções e habitantes, da ocupação laboral dos residentes e dos serviços disponíveis. Durante o processo de urbanização, somente alguns desses elementos estão presentes, o que leva à conformação de áreas com características específicas que não podem ser tratadas como espaços urbanos *stricto sensu*. Nesse contexto, existe o caso das unidades urbanas pioneiras e dois casos que podem ser destacados: as localidades urbanizadas e as franjas rurais-urbanas.

Em ambas o processo de urbanização não está consolidado, porém já existe um grau de urbanidade que pode ser observado e medido.

A contínua produção do espaço cria pequenas localidades, sem *status* político-administrativos, que são representações espaciais de um espaço urbano não consolidado e pouco urbanizado. Nesse sentido, uma das maneiras de abordar e posteriormente classificar esses pequenos assentamentos populacionais é considerando as formas, as funções e os padrões de representação diferenciados (CORREIA, 2018a).

O protourbano

A noção de protourbano remete a uma condição inicial de formação dos espaços urbanos. Sjöberg (1972) destaca que as primeiras cidades surgiram no contexto de uma sociedade pré-industrial e que seria um estágio caracterizado pela existência de uma relação cidade-campo nos seus primórdios, especialização do trabalho e o estabelecimento de uma estrutura de classes, associada ao desenvolvimento de implementos como a roda e o arado que facilitaram a produção agrícola e sua distribuição.

Para Azevedo (1970, p. 239, grifo do autor), os povoados eram as formas mais elementares de aglomerações urbanas no Brasil, diferentes daqueles existentes, historicamente, na Europa Ocidental e Mediterrânea, uma vez que diferiam do *hamlet* inglês, do *hameau* francês, e, até mesmo, do *casal* português. O tipo que mais se aproximava dos nossos povoados seria o *pueblo* da América espanhola. Segundo Azevedo (1970, p. 239), alguns traços comuns podiam ser identificados nos povoados brasileiros da década de 1960, como:

1. População reduzida (umas poucas dezenas de habitantes) e habitações modestas (palhoças, casas de madeira, casas de barro ou de tijolos);
2. Uma rua principal (às vezes, a única), prolongamento do caminho ou paralela à margem de um rio, embora também possam existir outras (duas, três ou pouco mais), sem pavimentação e geralmente não obedecendo a nenhum plano geométrico;
3. Um pequeno templo (capela ou igreja modesta), localizado na rua principal ou em pequeno largo rudimentar, destituído de ajardinamento;
4. Pequenas casas de comércio - botequins, "vendas", lojas de armazéns e de produtos variados - mais raramente uma farmácia;
5. Um estabelecimento escolar de nível primário, em geral simples escola mista; e
6. O predomínio da função comercial, se bem que importante seja a função religiosa, corporificada no templo e que se manifesta aos domingos e dias de festa religiosa, quando ali se congrega a população rural circunvizinha.

Além disso, Azevedo (1970, p. 293) propôs uma classificação que considera os povoados os embriões das cidades brasileiras, distinguindo os seus fatores de origem:

1. Lugares fortificados e postos militares;
2. Aldeamentos de índios;
3. Arraiais e corrutelas;
4. Engenhos e usinas, fazendas e bairros rurais;
5. Loteamentos rurais: patrimônios e núcleos coloniais; e

6. Pousos de viajantes e estações ferroviárias.

A morfologia dos povoados está fortemente ligada à natureza de suas origens, além de possuírem uma pequena população localizada num espaço reduzido e ocupada em atividades agrícolas e não agrícolas. Ao longo do tempo os embriões de cidades passam por mudanças significativas que os diferenciam, segundo determinadas características, transformando-os em cidades.

Localidades urbanizadas

As localidades urbanizadas resultam de interações sociais com o campo e com um sistema de cidades consolidado. Deffontaines (1944a, 1944b), em estudo sobre a formação das cidades e da rede urbana no Brasil, sustentou que o País não possuía nenhuma cidade até o Século XVI e que na década de 1940 elas já eram milhares. Nada indicava este quadro anteriormente e como ele ocorreu. O autor exemplificou com alguns tipos de povoamento que se tornaram embriões de cidades⁴⁸:

1. Reduções de catequização;
2. Aglomerações de origem militar (fortalezas, acampamentos militares, postos militares, guarnições);
3. Cidades mineiras (*corrutelas*);
4. Cidades nas estradas (pousos);
5. Estradas das boiadas;
6. Cidades da navegação;
7. Ruínas de cidades pelas vias férreas;
8. Cidades-estações ferroviárias; e
9. Bocas de sertão.

Dentre inúmeras outras classificações das formas de povoamento feitas para o Brasil, Keller (1970b, p. 299) cita Veríssimo que, em 1955, levando em conta os processos de expansão da ocupação, identificou cinco tipos de povoamento, privilegiando os *habitats* rurais e o urbano: “1) povoamento disperso, inteiramente isolado; 2) povoamento em fraca aglomeração; 3) povoamento em aglomeração compacta; 4) povoamento de tipo misto; e 5) povoamento planejado - particular e oficial”.

Chomitz, Buys e Thomas (2005, p. 8, tradução nossa) asseguram que um número expressivo de população que vivia em áreas de urbanidade ambígua, como pequenas vilas voltadas para as atividades agrícolas, são classificadas como urbanas e que os “censos tendem a denominar assentamentos populacionais muito pequenos como urbanos, utilizando subjacente

⁴⁸ A população rural brasileira, extremamente dispersa, nunca formou a *village* e, assim, criou formas para se adaptar a esse modo de vida: por meio do nomadismo. É o caso dos mascates, médicos, dentistas, notários, entre outros que, apesar de serem elementos identificados com a urbanização, não eram fixos. Outro exemplo dado por Deffontaines (1944a, 1944b) refere-se às escolas, e ele cita o Estado de São Paulo, que decidiu criar uma escola a cada 6 km², com a localização definida por uma unidade de superfície, não por um núcleo.

o acesso a serviços básicos (clínica de saúde, escola, estrada asfaltada) como critério de urbanidade”.

O urbano não urbanizado, incipiente, são, em sua maioria, pequenos assentamentos populacionais. Nesse sentido, para abordar e posteriormente classificar essas representações espaciais deve-se “de um lado, ressaltar a tradição geográfica e, de outro, enfatizar a ideia da unidade entre processo, função e forma, na qual a exclusão de um dos termos, qualquer que seja, quebra a unidade, inviabilizando a compreensão da realidade” (CORRÊA, 2018b, p. 2).

As localidades urbanizadas sempre estiveram associadas a áreas com baixo volume de população, de arruamento e de construções, elementos que caracterizam o modo de vida urbano. Porém, o termo urbanizado refere-se somente à primeira característica do espaço urbano, o da densidade⁴⁹, faltando ainda considerar, por exemplo, a ocupação laboral da população envolvida ou os serviços públicos de infraestrutura urbana disponíveis, conforme a Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios⁵⁰.

Quando as localidades urbanizadas apresentam percentuais elevados de moradores em atividades primárias⁵¹, possuem assim, também, características rurais. Nessas áreas as pessoas se dedicam ao trabalho no campo durante o dia e retornam para casa e sua vizinhança no período da noite. A população tem dessa maneira uma vida de relações híbrida, uma vez que o trabalho se dá em atividades relacionadas à agropecuária, o que propicia o contato com os animais e a natureza, imprimindo um grau de ruralidade a tais localidades. Já a residência expõe seus moradores a circularem por ruas e a passarem por bares, mercadinhos, igrejas e praças. Esse convívio próximo com os demais moradores e vizinhos é uma das características de áreas urbanas e que imprime um grau de urbanidade às localidades (MUMFORD, 1966).

Entretanto, quando os moradores estão ocupados majoritariamente em atividades secundárias ou terciárias (mesmo fazendo um deslocamento diário para trabalhar em uma indústria próxima ou algum centro urbano maior), as localidades urbanizadas apresentam dois aspectos fundamentais dos espaços urbanos - a proximidade entre as pessoas e a pequena ocupação no setor primário. Acrescenta-se, ainda, a presença de comércios e serviços básicos, como escolas primárias, postos de saúde, pequeno comércio. Dessa maneira, podem ser classificadas como localidades urbanizadas, mesmo que estejam inseridas no tecido rural.

Contudo, áreas com número de habitantes muito baixo, apresentam um tecido urbanizado de pequenas dimensões, o que diminui conseqüentemente a vida de relações tipicamente encontrada em áreas urbanas. Esse é um fator que reduz o grau de urbanidade de uma

⁴⁹ Entende-se que os mapeamentos realizados por sensoriamento remoto devem nomear tais adensamentos de construções como áreas urbanizadas e não como áreas urbanas, já que há outras características peculiares ao tema, como a ocupação laboral, que não são medidas por tal técnica.

⁵⁰ A Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios é realizada na operação de pré-coleta do Censo Demográfico com o objetivo de levantar informações sobre a infraestrutura urbana do País, mais especificamente, nas áreas públicas dos setores censitários urbanos. Para o Censo Demográfico 2022, foram investigados 10 atributos: capacidade da via, pavimentação da via, bueiro/boca de lobo, iluminação pública, ponto de ônibus/van, via sinalizada para bicicletas, existência de calçada, presença de obstáculo na calçada, rampa para cadeirante, e arborização.

⁵¹ Aqui, não importa se as pessoas realizam tais atividades para atender ao mercado local ou global, se estão inseridas na estrutura produtiva de uma agroindústria, ou se as atividades são de subsistência.

localidade. Com isso, uma das maneiras de abordar e, posteriormente, classificar esses pequenos assentamentos populacionais é considerando as formas, as funções e as suas áreas de influência.

Cidades

Nos espaços de predomínio do urbano, as cidades são a principal referência espacial. As cidades são, simultaneamente, a fusão da *urbs*, da *civitas* e da *polis* (CAPEL, 2003; MONTE-MÓR, 2003). A *urbs* é o espaço construído, a morfologia das cidades que se concretiza em prédios, ruas, serviços de infraestrutura e que percebemos com mais facilidade. A cidade também é a *civitas*, uma realidade social constituída pela condição natural de uma pessoa pertencer a um lugar, implicando em noções de cidadania e pertencimento, através do ordenamento, controle da produção, dos fluxos, das ideias etc. A *polis* é a dimensão política e cultural da cidade e acarreta a disputa urbana pelo controle dos meios de reprodução que se estenderam além das cidades.

Nesse contexto, o modo de vida urbano, em toda sua plenitude, manifesta-se por uma tendência de impor uma lógica dominante de transformação urbano-industrial, sujeitando o espaço geográfico a uma ordem global que dirige a sociedade de forma geral, independentemente de sua localização no espaço rural ou urbano.

Os modelos territoriais atuais, espaços construídos e resultantes das intensas articulações e complementariedades de funções geram, como componentes fundamentais, as cidades, o lugar da mais complexa e inter-relacionada forma de produção e espacialização humana e as redes de cidades, onde as cidades articulam-se compondo um sistema hierárquico (de trocas) e heterárquico (de complementariedade) de funções (SPOSITO, 2014). Como aponta o estudo *Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil*, “desta forma, elas são *hubs* de uma ou mais redes de cidades que se articulam de modo a viabilizar o fluxo de mercadorias, informações e ordens” (IBGE, 2016, p. 9).

Atualmente, a noção de cidade amplia-se como estrutura física e nela renovam-se funcionalidades que respondem a um ritmo marcado pela rapidez e sofisticação tecnológica, convivendo com formas pretéritas e rompendo, muitas vezes, com limites político-administrativos para dar origem a novos recortes territoriais. São novas formas urbanas, novos conteúdos sociais, novos padrões espaciais, entre outras modificações, que aparecem na configuração do urbano (CAPEL, 2003). Esses constituem um novo sistema produtivo que inclui os aparatos de comando e controle, os centros de criação de novos produtos e processos, a produção tecnológica de ponta e os múltiplos serviços necessários a este fim, aglutinando-se em um número restrito de metrópoles servidas por *hubs* (COFFEY; MANZAGOL; SHEAMUR, 2000) (TIPOLOGIA..., 2017, p. 10).

Mais recentemente, novas formas urbanas aparecem incorporando, em suas áreas, municípios com população abaixo de 2 000 habitantes, mas com status político-administrativo. O estudo *Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil* (IBGE, 2016) distinguiu os agrupamentos de dois ou mais municípios com forte integração populacional, devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo ou à contiguidade entre manchas

urbanizadas⁵². Como resultado, foram identificados 294 arranjos populacionais⁵³ no País, sendo que alguns agregam municípios com populações menores que 2 000 habitantes, enquanto outros, população de 100 000 habitantes ou mais. Os arranjos populacionais e municípios isolados, com população superior a 100 000 habitantes, foram denominados Concentrações Urbanas, onde:

[...] percebe-se que o forte processo de urbanização promove alta integração, não somente entre municípios, mas também entre os próprios arranjos populacionais. Dessa forma, faz-se necessário criar outros níveis de análise que deem conta da complexidade envolvida (IBGE, 2016, p. 40)

Foram consideradas como médias Concentrações urbanas aquelas que têm tamanho populacional acima de 100 000 até 750 000 habitantes e as grandes Concentrações urbanas as com população acima de 750 000 habitantes. Na pesquisa *Regiões de Influência das Cidades - Regic 2018* (IBGE, 2020), os arranjos populacionais e municípios isolados foram denominados Cidades, assim ao todo 4 899 Cidades foram consideradas unidades urbanas de análise e de divulgação dos resultados, segundo a centralidade e a hierarquia delas no sistema urbano do País.

Funções urbanas e classificações hierárquicas

As localidades urbanizadas são o *locus* preferencial para a instalação de comércios (cabeleireiro, bar, padaria, mercado etc.), de equipamentos de educação (escolas, cursos, creches etc.), de saúde (postos de saúde, clínicas etc.) e demais estruturas que envolvem o cotidiano urbano como praças, quadras, igrejas e tudo mais que se faz necessário para a população conviver ou que serve como oportunidade para a iniciativa privada.

Quanto maior a quantidade e diversidade de tais equipamentos e infraestrutura, maior a complexidade de atividades econômicas e relações sociais existentes. O maior fluxo de capital e de pessoas em tais localidades favorece a inserção delas nas redes locais, regionais, nacionais e globais de gestão do território e fornecimento de bens e serviços. Quanto mais redes sobrepostas em uma localidade urbanizada, maior o número de estabelecimentos e diversidade de ocupações laborais são necessárias, o que eleva e consolida o caráter urbano dessas localidades.

As localidades urbanizadas podem, dessa maneira, ser hierarquizadas segundo as funções que se concentram nelas (CHRISTALLER, 1966). Tratando de núcleos urbanizados muito pequenos, cabe associar a hierarquia mais básica ao que se pode chamar de “núcleos residenciais”, ou seja, aquelas localidades urbanizadas praticamente sem serviços,

⁵² A noção de integração foi mensurada utilizando-se: 1) um índice de intensidade relativa dos movimentos pendulares para trabalho e estudo, para cada município, em que a intensidade deve ser igual ou superior a 0,17, denominado Índice de Integração; ou 2) um valor de intensidade absoluta dos movimentos pendulares para trabalho e estudo, entre dois municípios, igual ou superior a 10 000 pessoas; ou 3) uma contiguidade das manchas urbanizadas quando a distância entre as bordas das manchas urbanizadas principais de dois municípios é até 3 km.

⁵³ Os Arranjos Populacionais são recortes territoriais estabelecidos por estudo próprio, publicado pelo IBGE (2016), e que consistem em agrupamentos de dois ou mais Municípios.

equipamentos e comércio (geralmente só se encontram pequenos bares, cabeleireiros e mercearia). Um pouco acima na hierarquia estariam os lugares onde, além das residências, nota-se a presença de um comércio ligado às demandas mais básicas do dia a dia, como mercadinho, cabeleireiro, bar, algum templo religioso pequeno, escola do ciclo fundamental e posto de saúde (que muitas vezes funciona somente em alguns dias predeterminados da semana). Em um terceiro grau nessa hierarquia verificam-se as localidades que têm o papel de braços operacionais da gestão pública e implantação de negócios da iniciativa privada de redes locais. Comumente são encontrados nos vilarejos escolas de ensino fundamental e médio, postos de saúde, algumas agências do governo, filiais de cursos de línguas, lojas de roupas, mercados, pequenas agências bancárias, restaurantes etc.

Tais localidades formam, assim, o que se poderia chamar dos nós componentes de uma rede urbana brasileira ainda não consolidada, caracterizadas por funções centrais, novas ou não, que as conecta a centros de maior hierarquia. No topo dessa hierarquia figuram as cidades que podem ser definidas como espaços urbanos com funções de controle e comando da produção e do território (MACK; MCEL RATH, 1974).

Para análise e proposição da categoria urbana, como classificação de espaços de organização humana, o que se convencionou chamar de protourbano e localidades aproxima-se do pensamento de Corrêa (2011, p. 6), que se apropria da noção de pequena cidade para apreender parte do sistema urbano, composto por unidades que se constituem um ponto na rede de cidades.

- A. A pequena cidade tem diversas origens, [...]. Trata-se de *habitat* concentrado que ora antecede o povoamento da hinterlândia, ora verifica-se posteriormente. Fala-se, respectivamente em *habitat* concentrado primário e *habitat* concentrado secundário.
- B. [...] é entendida como um núcleo de povoamento no qual certa parte da população está engajada em atividades ligadas à transformação e circulação de mercadorias e prestação de serviços. A parte da população engajada em atividades agrárias é maior ou menor e isto pode levar a se pensar em um *continuum* rural-urbano, sem um rígido limite entre núcleos urbanos e núcleos rurais, nestes casos podendo-se falar em *habitat* rural concentrado.
- C. [...] é, assim, antes de mais nada um núcleo dotado da função de sede municipal. [...] há atividades econômicas vinculadas à produção e circulação de mercadorias e à prestação de serviços.
- D. A pequena cidade pode ser mais bem definida em termos do grau de centralidade do que em termos de tamanho demográfico.

Se formos considerar todas as características indicadas por Corrêa (2011), a pequena cidade mencionada se refere aos centros locais, que são as unidades urbanas no patamar de menor hierarquia no sistema urbano mais complexo (IBGE, 2020)⁵⁴. Contudo, as localidades abaixo dos centros locais exercem funções básicas e incluem-se no limite dos seus municípios. São localidades que podem ser consideradas como *habitat* concentrados de menor heterogeneidade de funções no sistema urbano do País, as quais pode-se denominar como Sub-

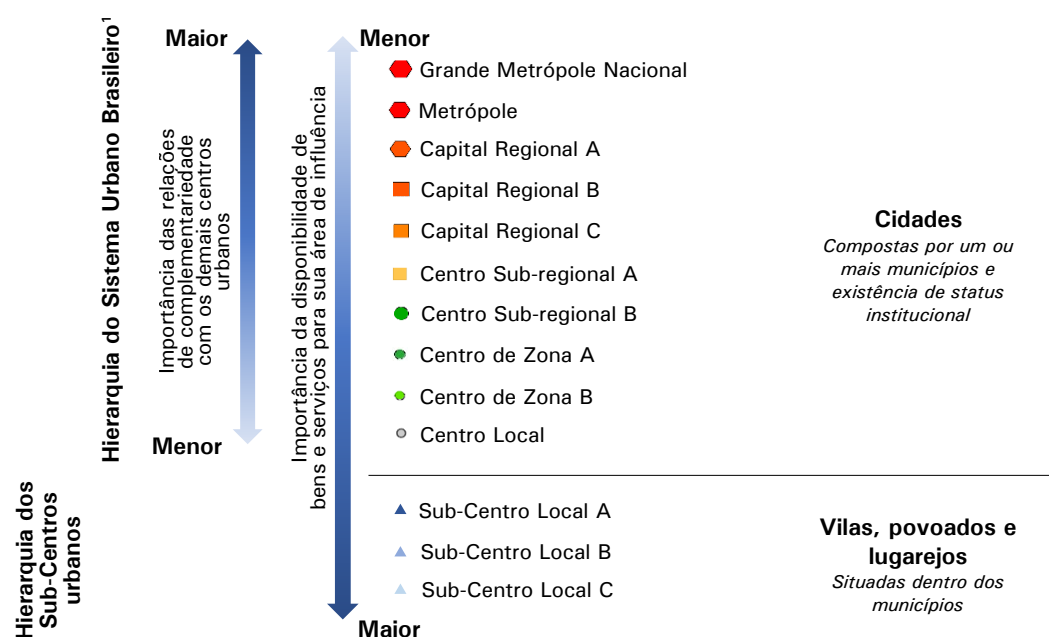
⁵⁴ Na publicação de resultados da REGIC 2018 (IBGE, 2020), todo Centro Local é sede municipal e possui centralidade; sua área de influência é a do seu município.

Centros Locais (de hierarquias A, B e C). A Figura 2 apresenta uma proposta de adição desses níveis ao sistema urbano brasileiro.

As cidades, em suas diversas escalas, possuem hierarquias que revelam o papel que desempenham perante os demais centros urbanos. Quanto maior a hierarquia de uma cidade, maior a sua autonomia em relação aos serviços e bens fornecidos em outros nós da rede de cidades, e maior a sua área de influência. Paralelamente, os vínculos estabelecidos com as demais cidades propiciam a sobreposição de várias redes produtivas e de gestão do território, o que acarreta a concentração de capital e geração de empregos e ocupações voltadas para a manutenção dessa complementariedade de funções entre os centros urbanos (TAYLOR; HOYLER; VERBRUGGEN, 2010).

Assim, ao se analisar a distribuição das pequenas localidades urbanizadas, componentes do sistema urbano, como elementos do rural e de um urbano em transição, e das cidades, componentes dos sistemas urbanos nacionais e, por vezes, internacionais, pode-se compreender os padrões territoriais formados no território brasileiro que refletem não somente a organização dos espaços urbanos, mas também dos espaços rurais e da natureza. A Figura 2 sintetiza os processos descritos.

Figura 2 - Hierarquia das cidades e das localidades urbanizadas no sistema urbano brasileiro



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia e Coordenação de Geomática.
Nota: Elaborada com base nos resultados da pesquisa Regiões de Influência das Cidades 2007/2018.

Sposito (2006) aponta que o tecido urbano possui uma tendência de estender seus domínios sobre as áreas de seu entorno, formando, muitas vezes, grandes aglomerações onde a produção do espaço cria formas por meio de condomínios residenciais, industriais, de logística, shopping centers, polos gastronômicos etc. A autora destaca que:

tem se ampliado, consideravelmente, a área de transição entre o que se apreende como cidade e o que se compreende como campo, gerando um nível maior de indefinição ou de dificuldade de distinção dentre espaços urbanos e espaços rurais (SPOSITO, 2006, p. 121).

De uma forma geral, são as funções urbanas que definem o caráter hierárquico de um centro urbano, porém não se pode deixar de considerar a densidade de pessoas, arruamento e diversidade de ocupações laborais. Concomitantemente, quanto maior o nível hierárquico mais complexas são as atividades e funções exercidas pelas cidades como *hubs* da articulação nacional e mundial, de ordens, bens e serviços. Tal magnitude leva a uma organização do espaço no qual há o espraiamento das cidades sobre o campo. De fato, as áreas rurais possuem uma riqueza de características próprias que as distinguem do urbano, mas que compõem o *continuum* de transformações empreendidas pela ação humana sobre a superfície da Terra, como veremos a seguir.

Espaços do rural

As abordagens de diversos autores, apresentadas no tópico **Distinções entre rural e urbano**, serviram de referência para a escolha dos aspectos que foram considerados, hodiernamente, como definidores dos espaços do rural. O rural, com todas as suas transformações recentes, permanece uma categoria de apreensão da organização do espaço geográfico na sociedade contemporânea. Diferenciar os espaços rurais através de uma tipologia aderente não só às diversas formas de povoamento presentes, como em sintonia com as terras legalmente delimitadas para fins de preservação ambiental/cultural, muitas das quais com seu povoamento fortemente condicionado pelos atributos naturais, constitui, pois, o desafio conceitual e metodológico dessa linha de pesquisa.

A dispersão da população no território é uma das características definidoras do rural desde as suas origens e ainda hoje marca os espaços do rural. No Brasil, Abramovay (2000), ao avaliar as definições e critérios utilizados mais recentemente nos Estados Unidos, na França e pela OCDE, destaca que a dispersão da população é um dos critérios que devem ser considerados para identificação de áreas rurais, além da “relação com a natureza e da inserção em dinâmicas urbanas” (ABRAMOVAY, 2000, p. 27). Do mesmo modo, o manual da European Union (2021) utiliza a baixa densidade de povoamento como um dos critérios internacionais para definição de áreas rurais, isoladamente ou combinada com o tamanho populacional de cada centro urbano.

A influência dos fenômenos naturais nas áreas rurais é outro fator que foi considerado como definidor dos espaços do rural. Em geral, essas áreas possuem a paisagem alterada por motivos relacionados à apropriação dos recursos e à produção de alimentos. “A ‘Carta europeia do espaço rural’, por exemplo, afirma: As partes agrícolas (inclusive a silvicultura, a aquacultura e a pesca) e não agrícolas de um espaço rural formam uma entidade distinta de um espaço urbano”, conforme apontado por Wanderley (2000, p. 109).

Uma *proxy* para se medir as atividades ligadas à produção agropecuária e outras correlacionadas é avaliar as ocupações laborais em que a população se insere. Esse critério,

associado a outros, é utilizado em países de grande extensão, como a Rússia e Índia, e porte econômico considerável como o Japão (UNITED NATIONS, 2019). As atividades ocupacionais possuem ainda uma característica de estabelecer fortes ligações entre a economia e a sociedade, sendo um dos principais elementos que atuam na conformação do espaço geográfico, a exemplo dos espaços do rural.

Todavia, os espaços rurais possuem pequenas áreas urbanizadas (localidades) entremeadas em seu tecido, assim como fragmentos florestais. Corrêa (2018a) comenta, nesse sentido, que as pequenas localidades no meio rural, que se posicionam internamente às áreas dos municípios, são fruto da produção contínua do espaço. Elas viabilizam as trocas de insumos e produtos, além de fornecer mão de obra para as atividades agropecuárias.

Deve-se destacar, por exemplo, que a obrigação de que todo imóvel rural no Brasil deve manter uma reserva legal com cobertura de vegetação nativa, conforme disposto no Novo Código Florestal (Lei n. 12.651, de 25.05.2012), contribui para a formação dos mosaicos que conformam os espaços do rural brasileiro. Cabe lembrar que essas reservas legais variam de tamanho segundo a região do País e situações específicas, conforme apontadas na referida lei. Como exemplos, pode-se citar a Amazônia Legal, onde 80% da área do imóvel deve ser preservada quando situada em área de florestas, e nas demais regiões do País, onde o valor é de 20%. Essas questões evidenciam a importância da dimensão ambiental na definição dos espaços do rural.

A par da discussão sobre os espaços rurais, foi definido neste estudo que os espaços do rural se caracterizam como:

Áreas de baixa densidade populacional caracterizadas, em geral, pela alteração da paisagem devido, principalmente, a atividades antrópicas ligadas à produção agropecuária ou a outras formas de apropriação econômica. Ademais, em sua composição, o tecido rural pode conter pequenos núcleos urbanizados e/ou fragmentos naturais.

Com base na definição adotada, destacam-se aspectos caracterizadores dos espaços do rural na atualidade, uma vez que é necessário considerar múltiplos elementos que conformam tais espaços. É com base nos elementos formadores do rural contemporâneo que serão explicitados os caminhos metodológicos adotados neste estudo para a sua apreensão.

A configuração atual dos espaços do rural

Assim como já esboçado neste estudo, este tópico traz uma crítica à compreensão do rural como sinônimo de atividades agrícolas e de modos de vida atrasados, entendendo estes espaços mais próximos à visão de Ferreira (2002), segundo a qual o rural poderia ser interpretado como “um espaço de vida e de trabalho, como uma rede de relações sociais própria e paisagens específicas” (FERREIRA, 2002, p. 34). Esses conjuntos de características materiais e imateriais

apresentam dinâmicas próprias, ainda que sejam bastante articuladas ao urbano no âmbito de um território concreto, fixo, ou imersas nos processos, redes e símbolos menos visíveis do que se considera urbanidade. Entende-se, nesse contexto, a necessidade de se refletir sobre mudanças significativas nestas áreas quanto às emergências de novos atores e especializações que revelam novos modos de vida ligados a esses espaços.

Abramovay (2003) sustenta que a ruralidade não seria entendida como uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização, mas sim cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas. Para Wanderley (2009), o mundo rural seria o lugar da vida, em que tramas sociais, espaciais e culturais dão sentido a relações entre cidade e campo, enquanto complementaridade e integração. Ainda para a autora, muito além do que o lugar da agricultura, o espaço rural deveria ser entendido enquanto um “espaço físico, lugar onde se vê e se vive o mundo” (WANDERLEY, 2009, p. 212) e cujo futuro não está fadado à urbanização ou ao desaparecimento.

Por tudo visto, e não obstante a permanência da importância das atividades agrícolas, as áreas rurais vêm cada vez mais sendo reconhecidas a partir de uma perspectiva territorial e não setorial (MIRANDA; GUIMARÃES, 2017). Este estudo procurou trazer elementos para pensarmos as múltiplas dinâmicas no meio rural, que extrapolam a lógica estritamente produtiva e envolve as múltiplas atividades e um fluxo maior entre o meio rural e o meio urbano.

Funções e conteúdos no rural

Wanderley (2009) observa que, nas sociedades modernas, o desenvolvimento dos espaços rurais dependerá não apenas do dinamismo do setor agrícola, mas também da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais e de realizar a ressignificação de suas próprias funções sociais. Essas múltiplas funções encontradas no espaço rural nos trazem a novas geografias que demandam uma abordagem que integre mais atores que estão presentes nessas áreas.

Além da existência de atividades não agrícolas no meio rural, começou-se a entender que havia agora a necessidade de se apreender a presença cada vez mais clara da pluriatividade, entendida como uma das formas de associação entre as rendas agrícolas e não agrícolas como estratégias de reprodução social das unidades familiares. O espaço rural, que antes se limitara a cumprir suas funções produtivas agrícolas, ganha, assim, novas funcionalidades e onde se desenvolvem múltiplas atividades produtivas (CARNEIRO, 1997). Somado ao avanço tecnológico no meio rural que diminuiu a demanda de trabalho nas propriedades, conduzindo à emergência da agricultura a tempo parcial e do exercício da pluriatividade, muitas vezes exercida por meio da venda da mão de obra, o que torna necessário o aprofundamento das pesquisas sobre as distintas ocupações dessas populações para a compreensão das dinâmicas contemporâneas dos espaços rurais.

Além disso, a capacidade dessas áreas rurais de oferecer maiores dinamismos é fortemente influenciada por centros urbanos importantes regionalmente que atendem às demandas desses espaços, servindo como nós das redes rurais – em grande parte, para a manutenção do fluxo agropecuário, mas também para outras atividades, das quais a mais notória

é o turismo. Isso demonstra como as redes, sejam elas físicas, como as rodovias (e suas condições), sejam invisíveis (redes de comando/gestão empresarial), trazem consequências relevantes para esses espaços, uma vez que essas redes moldam a integração produtiva dos espaços rurais e ajudam a definir os usos da terra.

A acessibilidade dessas áreas para os centros mais próximos, onde os espaços mais acessíveis tenderão a ser mais dinâmicos em razão das maiores possibilidades que centros urbanos mais desenvolvidos trazem, não se dá somente por critérios de proximidade física, como estradas, ferrovias e hidrovias, silos e galpões logísticos, mas também inclui as estruturas e técnicas que unem estas áreas formando redes virtuais de comando e gestão. É necessário evidenciar que esta importância de determinado centro urbano como polo dinamizador não está somente relacionada ao seu tamanho populacional: centros urbanos de portes menores, mas que estão situados em locais de menos estrutura já são polos de atração importantes regionalmente. Exemplos disso são cidades de porte médio que, em grandes regiões metropolitanas acabam quase perdidas no meio da mancha urbanizada, enquanto, em áreas menos populosas, são referências regionais, como são os casos das cidades médias nas áreas de fronteira agrícola.

Não se trataria, assim, de um *novo rural*, mas de um rural em permanente transformação pela sua integração com o urbano em um processo que se apreende em diversas escalas, do local às grandes redes de fluxos internacionais passando pelas dinâmicas cidade-campo onde o uso da terra, a integração dos mercados dos produtos provenientes desse meio e as análises das ocupações laborais da população trazem novas perspectivas sobre o espaço rural contemporâneo brasileiro. Estas novas abordagens sobre o espaço rural e suas formas de povoamento representam, na verdade, diversas facetas desse fenômeno, no que poderíamos entender como uma miríade de espaços rurais, ou espaços do rural.

Entendido que há diferentes formas de se apropriar dos espaços do rural, muitos estudiosos do tema argumentam que não existe uma separação, mas sim uma articulação multidimensional entre o campo e a cidade, expressa nas relações sociais, culturais e econômicas e numa gradação na configuração do *habitat* e seria preciso trabalhar com o conceito de *continuum* de maneira cuidadosa, uma vez que estes espaços estão em diferentes tempos, não necessariamente trazendo a ideia de uma gradação unidimensional mas uma análise matricial para que possamos entender esses espaços e suas dinâmicas próprias. A despeito dos processos de globalização e sua influência sobre o cotidiano, há uma força do lugar que determina as formas como grupos sociais definem a espacialidade da sua reprodução social, ou seja, o mundo vivido (SANTOS, 2002). E esta percepção do lugar, de um certo recorte espacial, nos traz a origem das reflexões sobre ruralidade.

Duas tipologias recentes contribuíram para a discussão sobre os tipos de rural no presente estudo. Ambas não possuem vinculação aos limites político-administrativos, como municípios ou estados. A primeira é da Confederação Única dos Trabalhadores - CUT/Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, que traz seis tipos de espaços (MIRANDA; GUIMARÃES, 2017):

- tipo 1, sendo situações regionais que tendem a articular um bom desempenho da agricultura familiar com um diversificado e flexível entorno socioeconômico;

- tipo 2, compreendendo casos que tendem a combinar a afirmação da agricultura patronal com um entorno socioeconômico absorvedor de mão de obra, oportunizando trabalho não agrícola;
- tipo 3, que combina o “marasmo” da agricultura (familiar ou patronal) a um entorno socioeconômico incapaz de absorver os excedentes populacionais das áreas rurais;
- tipo 4, marcado pelo esvaziamento populacional que tende a combinar sistemas produtivos bem extensivos com um entorno socioeconômico rígido e poupador de mão de obra;
- tipo 5, onde a ocupação territorial é recente e a precariedade ou incipiência do entorno socioeconômico é tão grande que ainda não estão definidas as chances de viabilização de um dos padrões anteriores; e
- tipo 6, caracterizado pela fragilidade dos ecossistemas e dos entornos que impedem a intensificação das atividades agrícolas e das oportunidades de trabalho não agrícola.

O segundo exemplo de tipologia é a proposta de Wanderley (2000) que indicou a existência de seis tipos de espaços rurais, quais sejam:

- o espaço rural como produto de consumo da população urbana, onde destaca-se a presença de pessoas de origem urbana que se instalam no meio rural em busca de qualidade de vida, construindo residências definitivas ou de lazer;
- espaços rurais com perda de vitalidade social e esvaziamento da vida social local, onde predominam as grandes culturas;
- situações em que a agricultura familiar está no centro de uma vida social, com perspectivas favoráveis da produção agrícola local e com oferta de empregos não agrícolas no meio rural ou nas cidades próximas;
- contextos em que se observam os efeitos do êxodo rural sobre as áreas de agricultura familiar, em decorrência da precariedade das condições de acesso aos bens e serviços coletivos básicos, da escassez ou empobrecimento dos recursos naturais, da concentração da estrutura fundiária e da dificuldade de acesso aos mercados;
- a vida social em agrovilas nas áreas de fronteira agrícola, onde notam-se centros com maior densidade populacional e dinamizadores, com um entorno rural que reproduz a dispersão e a precariedade do meio rural tradicionalmente concebido; e
- os assentamentos de reforma agrária, em que o “povoamento rural se refaz” e há o retorno à vida rural.

As tipologias apresentadas levam-nos a interpretar que os espaços do rural podem estar organizados segundo três estruturas distintas que serão apresentadas a seguir.

Espaços do rural pós-produtivistas

Termo trazido por McCarthy (2008), que trata de áreas onde a procura por classes sociais mais ricas por espaços que tragam, ao mesmo tempo, um ritmo de vida campestre e uma beleza bucólica (ideia de escape da cidade), idealizada, mas que também traga as comodidades da vida da cidade, onde a questão do acesso à internet de alta velocidade é o principal exemplo. A

proximidade com centros urbanos também seria fator importante. Nota-se a expansão de construções rurais com o fim de moradia para famílias urbanas de renda média e alta em chácaras e sítios de lazer (os chamados “neorurais”) ou para moradia da população menos favorecida (SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2002). O crescimento da oferta de serviços no meio rural (comércio de mercadorias, restaurantes, serviços auxiliares, prestação de serviços etc.) e o desenvolvimento de atividades de turismo/veraneio e de lazer são causas e consequências desses fenômenos. A produção agrícola tende a ser pequena, não sendo capaz de atender aos grandes centros próximos de forma autônoma.

Espaços do rural produtivistas

Áreas relacionadas com a produção agropecuária mais dinâmica, de caráter empresarial (voltada para os mercados de exportação) e próximas a centros urbanos que possuam funções rurais importantes. Também observado pela necessidade de acesso a vias para o escoamento desta produção e a busca por insumos e serviços mais especializados. Possuem formas de comercialização que integram seus lugares a redes mais amplas que vão além das escalas locais/regionais, trazendo importantes cidades como nós das redes globalizadas, onde, segundo Santos (1996), as decisões políticas reforçam a capacidade dessas cidades de manipular a informação e comandar a vida em outros lugares. Frederico (2015), nesse sentido, interpreta a dualidade das forças centrífugas e centrípetas que de um lado são vetores de expansão e ocupação sobre novos espaços, mas ao mesmo tempo concentram cada vez mais determinadas funções em grandes centros urbanos. São Paulo, por exemplo, ao mesmo tempo em que não possui nenhum hectare de monocultura, é a sede de diversas empresas do setor agropecuário e, por causa disso, é o município brasileiro com maiores valores de exportação de soja, açúcar, milho, etanol e carnes (FREDERICO, 2015, p. 87).

Espaços do rural intermediários

São áreas menos especializadas, com menor dinamismo agrícola e dedicada aos mercados interno/próximo; redes de escala local/regional. São áreas mais difusas em suas características, com ocupações urbanas e agrícola, estabelecimentos agropecuários de características distintas no que se referem à sua integração produtiva e um mosaico complexo de paisagens e usos da terra.

Essa abordagem partiu da premissa de que o rural não se resume ao agrícola, sendo definido a partir de suas características espaciais, assumindo diferentes funções, com menores graus de artificialização do ambiente e densidade populacional em comparação às áreas urbanas, e maior peso dos fatores naturais na vida cotidiana. As três classes apresentadas constituem uma proposta que visa trazer novas formas de se interpretar esses espaços do rural.

Espaços da natureza

A primeira definição necessária quando se fala em áreas naturais é a de que elas são traçadas a partir de um nível de referência (OMERNIK, 1995), temporal e espacial, sempre relacionado ao seu entorno. Neste sentido, a metodologia utilizada para a delimitação do que seria considerado natural avalia padrões de uso da terra e elementos econômicos contemporâneos, traçados sobre unidades espaciais de referência estatística e legal. No recorte temporal do presente, os espaços da natureza são considerados aquelas áreas onde prevalecem os processos naturais, o que não implica em dizer que são áreas intocadas ou perenemente estáveis. O presente estudo não pretende avaliar a qualidade ou a resiliência desses processos, nem aprofundar em suas interações, o que demandaria estudos ambientais de metodologia específica.

Pode-se propugnar que tais espaços possuem relativa estabilidade, no sentido de que os ambientes naturais, considerados sob uma perspectiva ecossistêmica ou geossistêmica (SEABRA; VICENS; CRUZ, 2013), são sempre dinâmicos. Todavia, sua expressão enquanto paisagem, ou uso da terra, fixada em um retrato contemporâneo, significa que aqueles processos estão estáveis e que, quando sujeitos a alterações drásticas pela ação humana, em um curto espaço de tempo alterariam a sua configuração a ponto de mudar o estatuto de natural deste ambiente, configurando uma alteração da paisagem. Assim, quando há a ação humana é preciso avaliar de que forma ela ocorre, ou seja, o quanto as intervenções transformam a paisagem de natural para cultural ou humanizada (SAUER, 1998)⁵⁵.

Cabe mencionar ainda que não se deve pensar em cenários desgarrados da responsabilidade social, uma vez que são espaços vividos e percebidos por populações, seus meios de sobrevivência e seus conjuntos de significados. Mesmo em superfícies ditas isoladas, onde quase não se constata áreas de povoamento, existe um direcionamento institucional, legal e social que determina a existência daquele espaço enquanto natural. Os debates entre conservacionismo e preservacionismo, vale lembrar, figuram como tema fundamental no entendimento de que nem sempre a presença humana altera ou prejudica as paisagens naturais (DIEGUES, 2008).

Existem diversas formas de organização social específicas (os ribeirinhos, os povos indígenas, os seringueiros etc.) que configuram níveis e padrões de adaptação ao ambiente natural onde se pode considerar mantida a relativa estabilidade ecológica daqueles ambientes. Cosgrove (2006) e Claval (2002) advertem que a organização do espaço geográfico não se dá de forma independente à intenção dos diferentes atores e agentes envolvidos, influenciados por suas culturas vernáculas e, quando o caso, intelectuais. É neste sentido que a definição de espaços da natureza abarca a atuação humana em conformidade com os significados atribuídos pelos atores ali envolvidos.

⁵⁵ Estudo originalmente publicado em 1925.

As considerações feitas direcionam a definição de espaços da natureza e apontam as características fundamentais escolhidas para a elaboração da concepção, ou seja, a predominância de elementos da natureza sem desconsiderar a ação humana:

Áreas onde prevalecem os processos naturais que dão forma à paisagem. Quando há ação humana, esta ocorre de modo disperso, conforme os significados atribuídos pelos atores envolvidos, garantindo relativa estabilidade dos fatores bióticos e abióticos de seus ecossistemas.

A seguir, serão discutidas algumas questões fundamentais para a definição dos espaços da natureza.

Configuração atual dos espaços da natureza

Tendo em vista a concepção destacada a respeito dos espaços da natureza proposto neste estudo, em torno do conceito de natureza, do mito da natureza intocada, além das diferentes visões propaladas por conservacionistas e preservacionistas, destacam-se, neste tópico, alguns exemplos do que seriam as áreas preservadas no Brasil, com o intuito de ajudar na identificação dos espaços da natureza. Algumas dessas áreas estão incluídas nas terras públicas de forma geral. Contudo, especificamente, são mais preservadas as áreas que possuem definições de base legal, como as Unidades de Conservação e as Terras Indígenas.

De acordo com os metadados da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA as terras públicas abrangem as terras adquiridas, desapropriadas, arrecadadas, reconhecidas, doadas, adjudicadas, discriminadas, incorporadas, transferidas, cedidas, confiscadas, revertidas de domínio, ou em processo de obtenção pelo Estado, nas quais estão inseridas as áreas protegidas⁵⁶.

Em termos legais, a principal materialização internacional a respeito do tema de conservação e do uso sustentável da biodiversidade foi a Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB (Convention on Biological Diversity - CBD), que resultou da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, também conhecida como Rio-92, Eco-92, ou Cúpula da Terra, realizada, em junho de 1992, na Cidade do Rio de Janeiro. Essa Convenção instituiu normas e princípios para reger o uso e a proteção da biodiversidade nos países signatários, destacando a soberania dos países sobre seus recursos genéticos e abandonando o paradigma até então vigente, de que esses recursos seriam patrimônio da humanidade. Os objetivos no geral eram a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável dos componentes e a divisão igualitária dos benefícios provenientes da utilização

⁵⁶ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o endereço:
<https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/92e0408b-b4ae-4fb4-b121-7a8e4952f170#:~:text=A%20categoria%20de%20Terras%20P%C3%BAblicas,projetos%20de%20assentamento%2C%20nas%20suas.>

dos recursos genéticos. Do ponto de vista prático, a CDB recomendou a criação de sistemas de áreas protegidas com vistas à conservação da biodiversidade, definindo-as como aquelas que geograficamente são destinadas, ou regulamentadas, e administradas para alcançar objetivos específicos de conservação (BRASIL, 1992).

No Brasil, a Lei n. 9.985, de 18.07.2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e, no inciso I do Art. 2º, assim define Unidade de Conservação:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as áreas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias de proteção (BRASIL, 2000).

O SNUC é composto por unidades federais, estaduais e municipais, divididas em 12 categorias, cujos objetivos específicos diferem com relação à forma de proteção e usos permitidos, tendo em vista que existem áreas que necessitam de maior proteção devido a sua fragilidade e particularidades, e áreas que prezam pela conservação, podendo ser usadas de forma sustentável (BRASIL, 2000).

Para acessar os dados do SNUC, foi criado o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC, que é mantido pelo Ministério do Meio Ambiente, com a colaboração dos órgãos federais, estaduais e municipais. Seu principal objetivo é disponibilizar um banco de dados com informações oficiais do SNUC, onde são apresentadas todas as Unidades de Conservação, suas características físicas, biológicas, turísticas, gerenciais, os dados georreferenciados e os atos legais de criação dessas Unidades. O Brasil conta atualmente com um total de 2 659 Unidades de Conservação, entre unidades geridas pelas esferas federal, estadual e municipal, que cobrem cerca de 18% do território continental do País e 26% das áreas marinhas. Em relação aos biomas brasileiros, as unidades de conservação ocupam 28% do Bioma Amazônia; 9% do Bioma Cerrado; 9% do Bioma Caatinga; 10% do Bioma Mata Atlântica; 5% do Bioma Pantanal; e 3% do Bioma Pampa. As Unidades de Conservação estão organizadas em dois grupos:

- Unidades de Proteção Integral – têm a finalidade de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, e por isso as regras e normas são restritivas. Pertencem a esse grupo as categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, e Refúgio de Vida Silvestre; e
- Unidades de Uso Sustentável – concilia a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais. Esse grupo é constituído pelas categorias: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

O debate sobre a proteção integral ou o uso sustentável vai ao encontro da perspectiva de Santos (2002) sobre o conceito de “meio natural”, a partir da natureza “usada” com racionalidade para sua continuidade enquanto meio de vida.

A harmonia socioespacial assim estabelecida era, desse modo, respeitosa da natureza herdada, no processo de criação de uma nova natureza. Produzindo-a, a sociedade territorial produzia, também, uma série de comportamentos, cuja razão é a preservação e a continuidade do meio de vida. Exemplo disso são, entre outros, o mesmo tempo, regras sociais e regras territoriais, tendentes a conciliar o uso e a “conservação” da natureza: para que ela possa ser outra vez, utilizada (SANTOS, 2002, p. 236)

Essa racionalidade de uso é especialmente relevante quando a pretensão é discorrer sobre as áreas protegidas no Brasil. Segundo Alentejano (2020), nos processos de modernização e desenvolvimento, as áreas de preservação ambiental, Terras Indígenas, quilombolas e de assentamentos rurais e de uso comum, são tidos como grandes impasses à conquista de novas terras para a produção de alimentos, de agrocombustíveis, ou ainda, para serem usadas como reserva de valor. Assim, acabam sendo alvos de cobiça e, conseqüentemente, de invasões e desmatamentos ilegais, além de conflitos muitas vezes violentos. E, de acordo com Gonçalves (2004), são justamente as populações tradicionais ocupantes dessas áreas as maiores responsáveis por práticas de manutenção da ecologia do planeta, tendo em vista que seus territórios são, muito além de base material, territórios de sua reprodução cultural e, portanto, devem ser respeitados. Mais do que isso, é importante ressaltar o próprio entendimento de natureza além de “recurso”, ou seja, que possui uma função para um determinado fim.

O desafio ambiental nos obriga a considerar essas distintas temporalidades e espacialidades, enfim, as distintas territorialidades que estão em tensão, impulsionadas por uma temporalidade, a do capital, com sua redução mercantil da economia, que acredita poder prescindir de sua materialidade. A natureza é riqueza e não simplesmente recurso. Recurso, como nos ensinam os bons dicionários, é meio para se atingir a um fim. Eis, no fundo, o que o desafio ambiental nos coloca: a natureza como riqueza e não como recurso. Aqui reside, a nosso ver, o limite da razão econômica mercantil e a necessidade de se construir uma racionalidade ambiental, tal como vem sugerindo Enrique Leff (GONÇALVES, 2004, p. 43).

Colocando essa realidade em números, segundo dados da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI⁵⁷, atualmente existem 761 Terras Indígenas, mas, entre essas, apenas 483 possuem demarcação homologada/regularizada e o restante está em análise. Esse quantitativo perfaz 13,75% do território brasileiro, estando distribuídas em todos os biomas, em especial na Amazônia Legal. A definição legal de Terra Indígena, de acordo com a Constituição Federal do Brasil, de 1988, é um território demarcado e protegido para a posse permanente e o usufruto exclusivo dos povos indígenas. Essas terras são reconhecidas como patrimônio da União e são destinadas à preservação de sua cultura, tradições, recursos naturais e formas de organização social, além de assegurar a reprodução física e cultural dessas comunidades. A demarcação das terras indígenas é um direito constitucional e visa garantir a autodeterminação, a autonomia e a proteção dos direitos dos povos indígenas, bem como sua participação ativa na gestão e preservação desses territórios⁵⁸.

⁵⁷ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o endereço: https://www.gov.br/funai/pt-br_.

⁵⁸ Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o endereço: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atualizacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras->

Outro exemplo de instrumento para regularização da ocupação sustentável das terras da União são os promovidos por comunidades tradicionais beneficiadas pelo Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS. Esse dispositivo busca disciplinar a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em favor das comunidades tradicionais, com o objetivo de possibilitar a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis na orla marítima e fluvial, voltados à subsistência dessa população, mediante a outorga de TAUS (BRASIL, 2010), a ser conferida em caráter transitório e precário pelos Superintendentes do Patrimônio da União. Importante destacar que tanto os territórios indígenas quanto as populações contempladas com TAUS são subestimados, tendo em vista que existem muitos povos e comunidades que ainda reivindicam suas terras junto ao Estado.

Variáveis para conformação dos espaços da natureza

Conforme já mencionado, é sempre necessário traçar um nível de referência espacial e temporal para a determinação de um espaço da natureza. Neste sentido, ele é demarcado segundo a contemporaneidade brasileira, e traçado de acordo com a metodologia que será descrita no próximo tópico, a partir de algumas variáveis-chave em áreas de ponderação estatística (APONDS). Ao se falar da formação e da configuração desses espaços, deve-se ater a esta limitação, sem entrar aqui na pretensão de traçar uma história ecológica das regiões de natureza do Brasil.

Para identificar os espaços da natureza, seguiu-se como primeiro parâmetro as áreas naturais: regiões onde a característica da paisagem que prevalece é a manutenção da vegetação nativa, isto é, sem modificações antrópicas significativas no uso da terra. A identificação dessas áreas foi apreendida pelo uso de geotecnologias. Nessa direção, o Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra do Brasil, realizado pelo IBGE, traz um mapeamento do território brasileiro em uma série histórica que cobre o período de 2000 a 2020. Os dados são disponibilizados em uma grade estatística de 1 km², onde cada célula é classificada conforme o uso da terra. As células que foram atribuídas às áreas naturais são as classes de Mosaico de ocupações em área florestal, Vegetação florestal, Área úmida, Vegetação campestre, Mosaico de ocupações em área campestre, Corpo d'água continental, Corpo d'água costeiro foram consideradas neste trabalho como áreas naturais.

Como já abordado anteriormente, o entendimento não é o de natureza intocada, mas de uma área que pode conter grupos populacionais diversos, dentre eles, os povos e comunidades tradicionais que foram definidos no inciso I do Art. 3º do Decreto n. 6.040, de 07.02.2007, como:

indigenas#:~:text=Terra%20Ind%C3%ADgena%20(TI)%20%C3%A9%20uma,Uni%C3%A3o%20(artigo%2020%2C%20XI%2C.

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

A forma de identificar o espaço vivido durante esse estudo foi o dado amostral do Censo Demográfico 2010, por uma seleção das ocupações que demandam uma coexistência com as áreas naturais (Apêndice 4). Essas populações estabelecem seu trabalho e sua produção de maneira sustentável, de modo a conviver e desenvolver suas atividades laborais utilizando os recursos naturais sem comprometer de forma significativa o estado da paisagem. Um importante elemento a ser incluído na análise é a existência de ocupação de populações que podem ser tradicionais ou não, mas que necessariamente não promovam grandes alterações na paisagem. Um exemplo são estruturas rurais que podem ser de proprietários, concessionários, arrendatários, parceiros, comandatários (inclusive com o dispositivo TAUS), ocupante ou produtor sem área que por características específicas não promoveram grandes alterações nas áreas que ocupam, mantendo as regiões com sua formação natural. Sendo assim, Arruda (1999) afirma que a maior parte das áreas ainda preservadas no Território Nacional são habitadas pelos povos e comunidades tradicionais, que foram definidos pelo autor como,

os que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável. Estas populações - caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes - em geral ocupam a região há muito tempo e não têm registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente (ARRUDA, 1999, p. 79).

Nessa perspectiva, o Censo Agropecuário 2017 traz uma informação sobre integração, onde estabelecimentos pouco integrados ao mercado indicam maiores possibilidades de áreas ocupadas em uma base de subsistência ou tradicional, com um certo grau de perturbação das áreas naturais. As populações que habitam esses espaços são compostas primordialmente por povos tradicionais, que mantêm uma forte relação de equilíbrio com a natureza em atividades extrativistas, caça, pesca e agricultura de subsistência. Adicionalmente, há também os espaços naturais pouco transformados que se concentram em Unidades de Conservação, especialmente as de proteção integral, e Terras Indígenas, conforme já destacado.

É salutar destacar que, apesar de estarem classificadas como espaços da natureza, essas áreas apresentam distinções que podem estar relacionadas ao grau de perturbação da área ou a proximidade dos centros urbanos ou das áreas rurais, o que não minimiza a importância da sua função socioambiental, mas adiciona especificidades que devem ser observadas na análise das formas de povoamento do Brasil.

Metodologia para definição dos tipos

Para viabilizar a construção de uma tipologia que viesse a diferenciar porções do território em espaços do urbano ou do rural, com adição de uma gama de subtipos intermediários, e criando um terceiro eixo que representasse os espaços da natureza, foi necessário recorrer a variáveis que refletissem as premissas levantadas na discussão teórica. A seguir, serão apresentados todos os procedimentos de escolha e tratamentos dos dados utilizados para se alcançar os resultados retratados neste estudo. O ponto de partida de cada uma das três categorias (urbana, rural e natureza) foram as definições elaboradas pela equipe, tendo por base a revisão e a discussão teórica.

Variáveis e procedimentos adotados para definição dos espaços do urbano

Para os espaços do urbano foi utilizada como base a definição da Coordenação de Geografia do IBGE: áreas com alta densidade de população, construções e arruamentos onde a paisagem é intensamente alterada. Predominantemente as pessoas estão ocupadas em atividades secundárias e terciárias.

Nessa definição, temos basicamente duas partes a serem consideradas: a alta densidade de população, construções e arruamentos; e as ocupações laborais. Para a primeira, foram testados alguns insumos e os que melhor responderam à tipologia desejada foram os obtidos no estudo Áreas Urbanizadas do Brasil 2019 e na Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios, realizada no Município de Poços de Caldas (Minas Gerais), em 2019, na operação de pré-coleta do Censo Demográfico 2022, que expressavam a conformação da paisagem. Para a segunda componente, foram utilizados os dados de ocupação do Censo Demográfico 2010, agrupados segundo sua natureza urbana.

Dados do entorno

A avaliação dos dados da Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios, realizada em Poços de Caldas (MG), mostraram que duas das variáveis levantadas expressavam a configuração da paisagem conforme estava se buscando na pesquisa. A primeira é a presença de iluminação pública e a outra a pavimentação dos logradouros. Contudo, cada uma dessas variáveis por si só não era suficiente para diferenciar áreas urbanas de áreas rurais.

Como se pode constatar no exemplo da Figura 3, temos duas áreas distintas que possuem iluminação pública, porém uma delas é nitidamente urbana e a outra nitidamente rural. Ao se considerar somente a presença ou não de pavimentação (Figura 4), o problema se mantém, já que algumas áreas não urbanas possuem pavimentação do mesmo modo que em áreas urbanas.

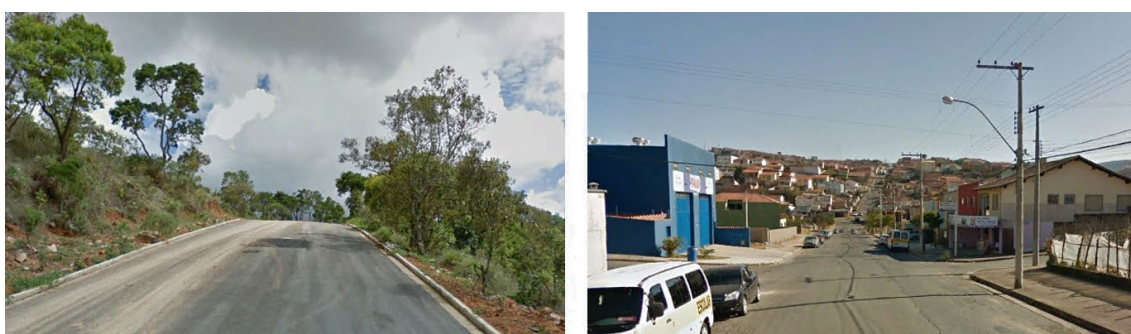
Figura 3 - Exemplos de presença de iluminação pública - Poços de Caldas



Fonte: Google Street View

Nota: Data de referência das imagens (da esquerda para a direita): julho de 2015 (Lat.: 21°47'12,45" S; Long.: 46°33'17,69" O) e janeiro de 2015 (Lat.: 21°49'13,44" S; Long.: 46°28'36,19" O).

Figura 4 - Exemplos de presença de pavimentação - Poços de Caldas



Fonte: Google Street View

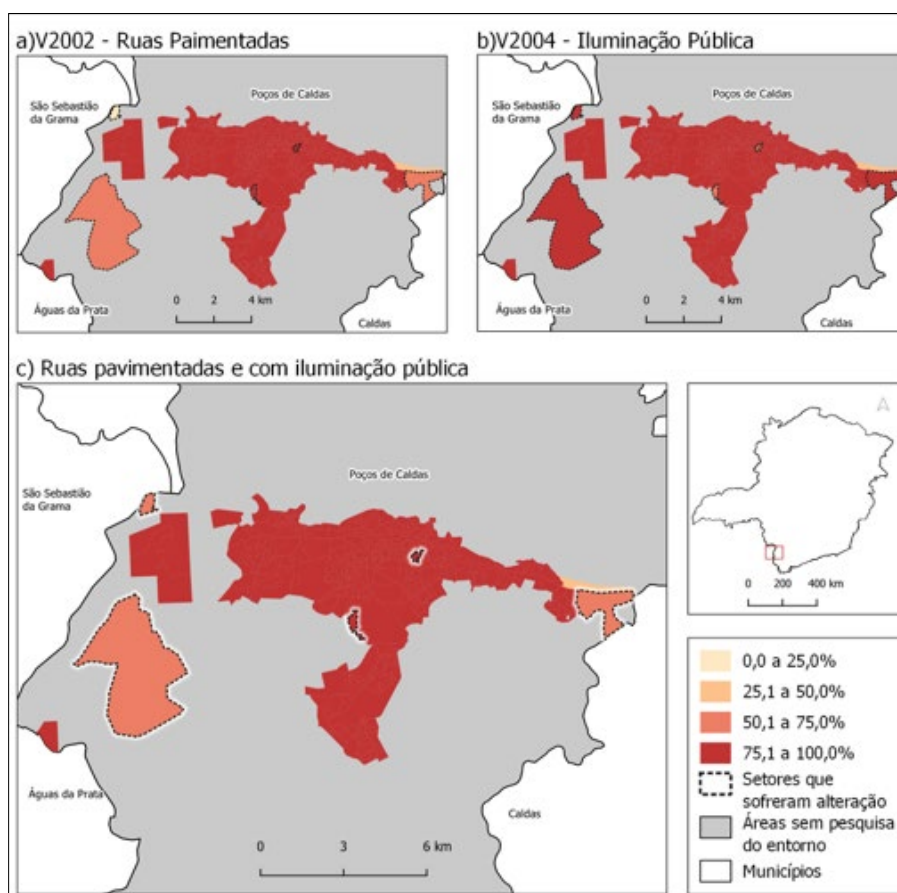
Nota: Data de referência das imagens (da esquerda para a direita): janeiro de 2015 (Lat.: 21°49'44" S; Long.: 46°28'36,19" O) e julho de 2011 (Lat.: 21°48'28,71" S; Long.: 46°32'43,39" O).

Para a solução da questão, resolveu-se combinar as duas variáveis, ou seja, foram consideradas como urbanas aquelas faces de logradouro⁵⁹ que possuíam tanto pavimentação quanto iluminação pública. A visualização dessas informações por setor censitário foi realizada por meio do cálculo do percentual de faces com pavimentação e iluminação pública em relação ao total de faces. A Figura 4 ilustra o efeito da combinação dessas variáveis, uma vez que, ao se considerar tão somente a iluminação, por exemplo, alguns setores censitários nas periferias da área urbana de Poços de Caldas teriam uma grande cobertura, do mesmo modo caso fosse considerada apenas a pavimentação. Com a combinação das duas variáveis, pode-se notar que alguns setores foram calibrados, retratando melhor a situação encontrada nessas áreas.

Apesar dos testes terem sido promissores, os dados da Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios só estarão disponíveis para todo o País em momento posterior à realização desta análise. Assim, decidiu-se apresentar os resultados prévios dos testes, mesmo que efetivamente essas variáveis não tenham sido utilizadas para este estudo.

⁵⁹ Para informações mais detalhadas sobre a Base de Faces de Logradouro do Brasil, elaborada pelo IBGE, consultar o endereço: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/28971-base-de-faces-de-logradouros-do-brasil.html?=&t=sobre>.

Figura 5 - Mudanças na classificação de setores censitários pela combinação de variáveis - Poços de Caldas



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Nota: As setas azuis indicam os setores censitários que sofreram alteração de percentual.

Dados das áreas urbanizadas

A base de dados das Áreas Urbanizadas do Brasil 2019 foi efetivamente útil para este estudo. Essa base consiste em um mapeamento que diferencia áreas internas dos tecidos urbanos em áreas densas e áreas pouco densas, o que vai ao encontro de uma das principais premissas relacionadas ao conceito de espaços do urbano que é apresentar a densidade de população, construções e arruamentos onde a paisagem é intensamente alterada.

Contudo, a utilização desses dados necessitou de vários tratamentos para que pudessem ser aproveitados neste trabalho. O primeiro motivo se deve ao fato de que certas relações urbanas extravasam as áreas efetivamente urbanizadas. Por exemplo, uma situação é um lugarejo localizado a 10 km da Metrópole de São Paulo, outra situação é um lugarejo situado a 10 km de uma cidade de 5 000 habitantes. Apesar das distâncias serem iguais, a relação do lugarejo com a cidade mais próxima é totalmente diferente. O segundo motivo que levou ao tratamento do dado foi o da adaptação do mapeamento de áreas urbanizadas às áreas de ponderação (APONDs) do Censo Demográfico 2010, de modo que fosse possível comparar com as demais variáveis utilizadas.

Primeira etapa: exclusão dos loteamentos vazios

O estudo Áreas Urbanizadas do Brasil 2019 (IBGE, 2022) identificou, durante o mapeamento, as áreas ocupadas por Loteamentos Vazios. No entanto, esses não foram utilizados nesta Proposta Metodológica, uma vez que o conceito que se está utilizando tem como premissa que espaços do urbano têm alta densidade de população, de construções e de arruamentos. Como somente esse último critério é atendido pelas áreas classificadas como Loteamentos Vazios, decidiu-se que não deveriam ser considerados.

Cabe ressaltar que os Loteamentos Vazios são parte do processo de urbanização e que muitas vezes estão ligados à especulação imobiliária. Porém, como no momento da pesquisa não eram áreas efetivamente ocupadas por construções (e consequentemente por população), não foram consideradas como *inputs* na análise.

Segunda etapa: envoltória nas áreas densas

O segundo passo foi aplicar um *buffer* de 1,5 km nas partes do tecido urbano mapeadas e classificadas como áreas densas, de modo que fragmentos de áreas urbanizadas desconectados até um limite máximo de 3 km pudessem ser unidos. A decisão tomada se justifica, pois é comum que exista, nas cidades, vários “satélites” de áreas urbanizadas que não estão conectados fisicamente à área urbanizada principal, mas que fazem parte do mesmo contexto. É recorrente, também, que pequenas localidades sejam formadas por vários fragmentos de áreas urbanizadas que não são contíguos espacialmente, daí a necessidade de conectá-los para considerá-los como uma única unidade urbanizada. A Figura 6 ilustra a situação mencionada. Seguiu-se a distância de 3 km entre as áreas urbanizadas para que se mantivesse o alinhamento ao que foi estabelecido pelo estudo Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil (IBGE, 2016), que constitui um quadro de referência da urbanização no País.

Figura 6 - Buffer para conectar as áreas urbanizadas densas



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Terceira etapa: ajustes dos buffers e junção com as áreas pouco densas

A criação de envoltórias (*buffers*) conforme descrito na etapa anterior ajudou a resolver a questão de agregar várias pequenas áreas urbanizadas densas, porém, nas áreas litorâneas, as envoltórias se estenderam para dentro do oceano. De modo a deixar o tema mais fidedigno à realidade, promoveu-se a exclusão dessas partes que se estendiam para o oceano, com base no limite territorial definido na malha de áreas de ponderação do Censo Demográfico 2010. Com

o mesmo intuito, foram excluídas as partes dos *buffers* que se estenderam para dentro das Áreas de Proteção Integral (2019)⁶⁰.

Após a exclusão das partes supracitadas, promoveu-se a união dos *buffers* com as áreas pouco densas, tipificadas na publicação *Áreas urbanizadas do Brasil 2019* (IBGE, 2022), de modo a se ter um polígono contíguo para cada mancha urbanizada⁶¹, independentemente de serem áreas densas, pouco densas ou estendidas pelo *buffer*.

Quarta etapa: classificação, segundo o tamanho

Uma vez geradas as manchas urbanizadas, foi possível fazer o cálculo da área para cada uma das unidades contíguas. O tamanho da área em quilômetros quadrados apresentou-se como uma variável importante, já que a pessoa que reside numa metrópole tem as suas relações diárias com a sociedade e com o espaço geográfico muito diferente de uma pessoa que reside numa cidade de 20 000 habitantes.

Para viabilizar a classificação, recorreu-se aos conceitos do estudo Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil (IBGE, 2016) que definiu como Grande Concentração Urbana, os Arranjos Populacionais ou municípios isolados que possuíam população superior a 750 000 habitantes no ano de 2010. Assim, ao se avaliar o estudo, verificou-se que a Grande Concentração Urbana de Ribeirão Preto/SP⁶² era a que possuía a menor população. Essa classificação é importante porque se entende que a mancha urbanizada principal de uma grande concentração urbana é uma das características que define muito intensamente o fenômeno urbano. Assim, considerou-se o tamanho da mancha urbanizada de Ribeirão Preto/SP, 415 km², como o limite inferior do tamanho da mancha urbanizada. Cabe ressaltar que, ao utilizarmos essa definição, estamos considerando, conseqüentemente, o tamanho de população, que é o critério mencionado por alguns autores como importante na classificação de áreas como urbanas ou rurais.

Ainda com a mesma abordagem, considerou-se que a intensidade do fenômeno urbano era alta nas Médias Concentrações Urbanas. Desse modo, áreas de tamanho entre 100 km² (área aproximada das manchas urbanizadas principais de São João del Rei/MG, Patos/PB, Catalão/GO e Tramandaí - Osório/RS) e 415 km² foram consideradas nesta classe. De modo a criar uma classificação mais detalhada, resolveu-se subdividi-la em quatro partes:

- Mais de 100 km² a 150 km²;
- Mais de 150 km² a 225 km²;
- Mais de 225 km² a 350 km²; e
- Mais de 350 km² a 415 km².

⁶⁰ O dado vetorial de Áreas de Proteção Integral pode ser acessado na base de dados do então Ministério do Meio Ambiente, no endereço: <http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm>.

⁶¹ A utilização, no presente estudo, do termo mancha urbanizada não tem o intuito de criar um conceito ou definição, ou seja, serve somente para nomear o resultado do conjunto de processos aplicados nos dados originais.

⁶² Cabe mencionar que, no estudo original (IBGE, 2016), Ribeirão Preto/SP não era considerada Grande Concentração Urbana, pois os dados populacionais utilizados eram relativos a 2010. Com as estimativas de população para 2020, entendeu-se que o arranjo populacional de Ribeirão Preto/SP já superaria os 750 mil habitantes, o que foi confirmado pelos resultados do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023).

Manchas urbanizadas com áreas maiores que 35 km² até 100 km² foram consideradas de média intensidade para caracterizar o fenômeno urbano. Essa classe também foi subdividida, só que em duas partes: mais de 35 km² a 50 km²; e mais de 50 km² a 100 km². Por fim, o menor patamar de classificação definido foi o de até 35 km², o qual foi considerado de baixa intensidade para caracterização do fenômeno urbano. Em geral, são áreas periféricas aos grandes centros urbanos ou associadas a municípios de pequeno porte populacional. O Quadro 6 apresenta uma síntese da classificação utilizada.

Quadro 6 - Critérios para definição de intensidade da urbanização, segundo o tamanho da mancha urbanizada - Brasil

Intensidade da urbanização	Mancha Urbanizada	Classificação	Referência
Classe 1	> 415 Km ²	Classe	Tamanho da mancha urbanizada da Concentração Urbana de Ribeirão Preto/SP
Classe 2	350 km ² < x ≤ 415 km ²	Subclasse	
Classe 3	225 km ² < x ≤ 350 km ²	Subclasse	
Classe 4	150 km ² < x ≤ 225 km ²	Subclasse	
Classe 5	100 km ² < x ≤ 150 km ²	Subclasse	
Classe 6	50 km ² < x ≤ 100 km ²	Classe	Tamanho aproximado das manchas urbanizadas das menores Médias Concentrações Urbanas do País
Classe 7	35 km ² < x ≤ 50 km ²	Subclasse	Áreas periféricas ou de municípios pouco populosos
Classe 8	0 km ² < x ≤ 35 km ²	Classe	

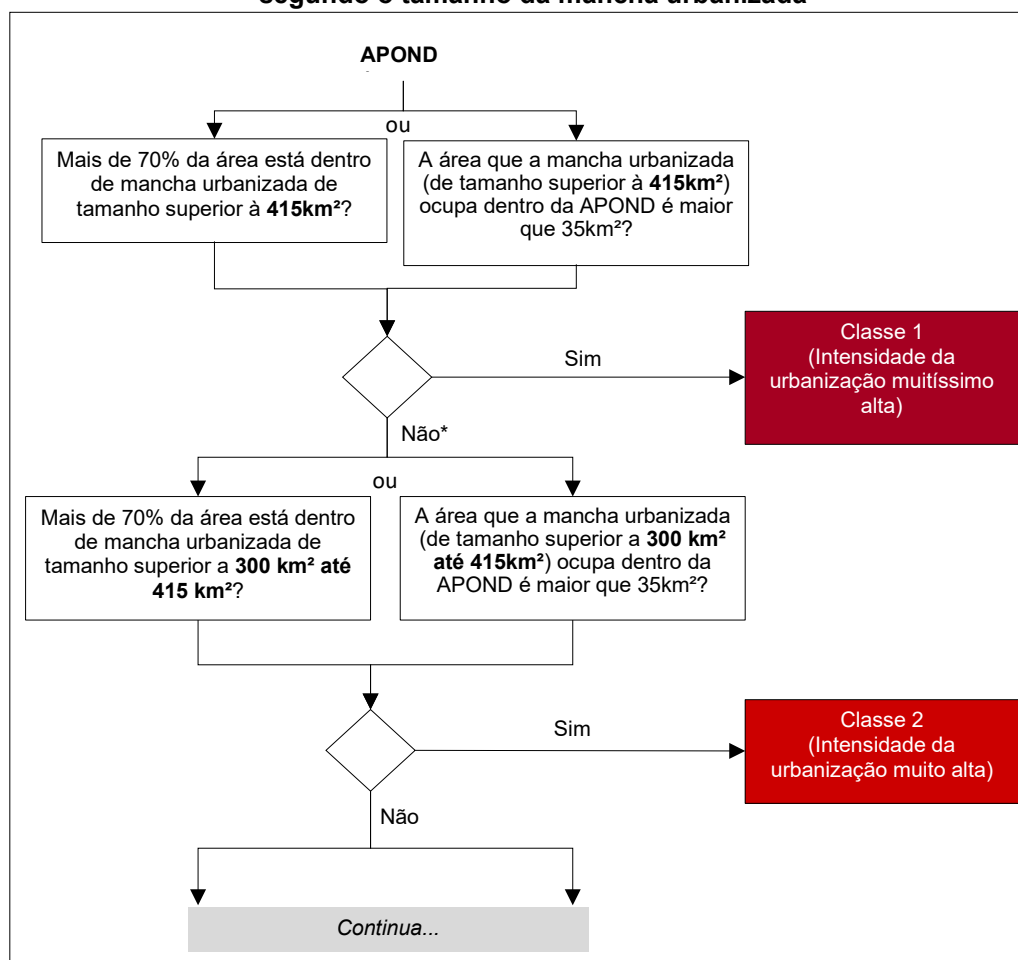
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Quinta etapa: classificação das áreas de ponderação, segundo o tamanho da mancha urbanizada

Após os dados das Áreas Urbanizadas terem sido tratados nas etapas anteriores, foi necessário associá-los às áreas de ponderação, uma vez que elas foram as menores unidades de divulgação estatística do questionário da amostra do Censo Demográfico 2010. Essa etapa tornou-se necessária uma vez que também foram utilizados neste estudo os dados de ocupação laboral da população (etapa que será detalhada mais adiante), que só existe nesta escala de detalhe no Censo Demográfico.

Os casos mais fáceis de associação foram aqueles em que uma área de ponderação estava totalmente inserida numa mancha urbanizada. Assim, se a mancha urbanizada era maior que 415 km² e a área de ponderação estava integralmente inserida nela, a área de ponderação recebia a Classe 1 de intensidade da urbanização. Para os demais casos foi criada uma árvore de decisão que consiste basicamente em avaliar dois critérios: a) se o tamanho percentual que a mancha urbanizada ocupava na área de ponderação era superior a 70% de sua área; b) se a parte da mancha urbanizada dentro da área de ponderação era maior que 35 km². Caso somente um deles fosse atendido, já era suficiente para a área de ponderação receber a classificação segundo este grau de intensidade da urbanização. A Figura 7 apresenta a árvore de decisão.

Figura 7 - Árvore de decisão para classificação das áreas de ponderação, segundo o tamanho da mancha urbanizada



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

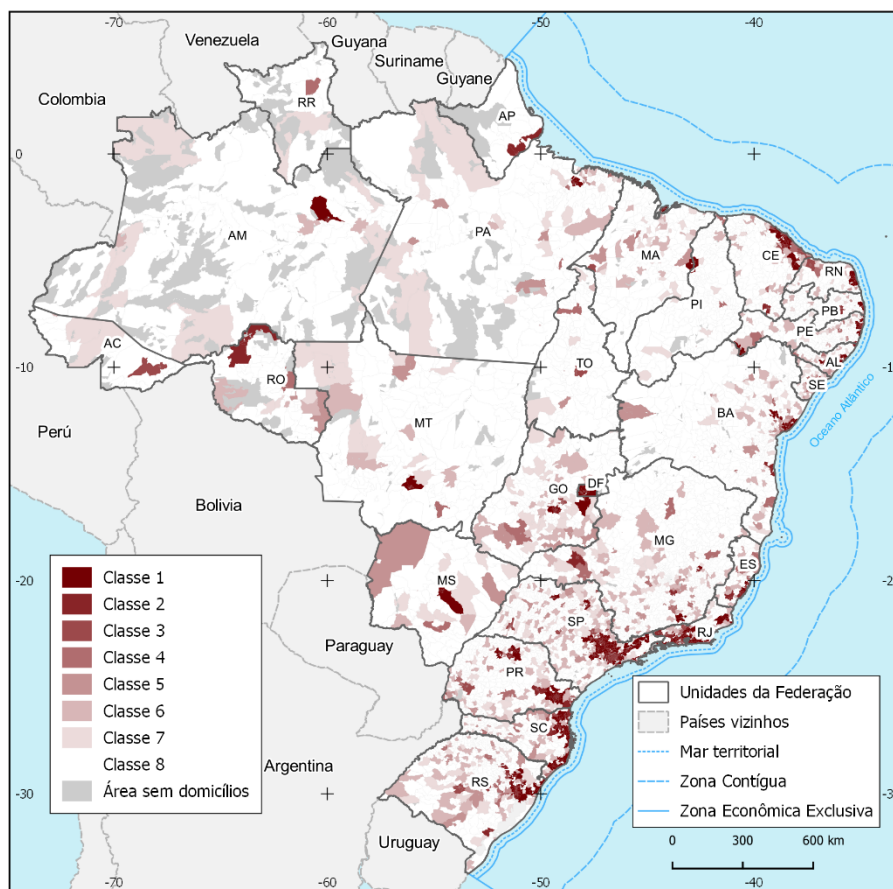
Nota: Caso o fragmento não fosse considerado para Classe 1, ele seria somado às manchas da Classe 2 (superior a 300 km² até 415 Km²). Após os fragmentos serem somados à Classe 2, foram aplicadas, novamente, as regras da árvore de decisão, repetindo-se esse processo até a Classe 8.

Esses dois critérios foram necessários devido à grande diferença de tamanhos das áreas de ponderação ao longo do território brasileiro, já que aquelas que estão internas ao tecido urbano possuem tamanhos menores do que as que estão externas, em áreas menos habitadas. Desse modo, o critério de maior que 70% adequa-se melhor para classificar área de ponderação menores e o critério absoluto, maior que 35 km², é o mais adequado àquelas de maior extensão territorial.

Resultado das etapas

Ao fim das etapas supramencionadas, as áreas de ponderação estavam classificadas segundo a intensidade da urbanização devido ao tamanho da mancha urbanizada. O Mapa 1 traz a síntese desta fase da análise de dados. Cabe ressaltar que esta classificação se refere somente a uma das variáveis e que a classificação final deste estudo traz como resultado a combinação com outras variáveis.

**Mapa 1 - Resultado da classificação das áreas de ponderação,
segundo o tamanho da mancha urbanizada - Brasil**



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Dados de ocupações laborais

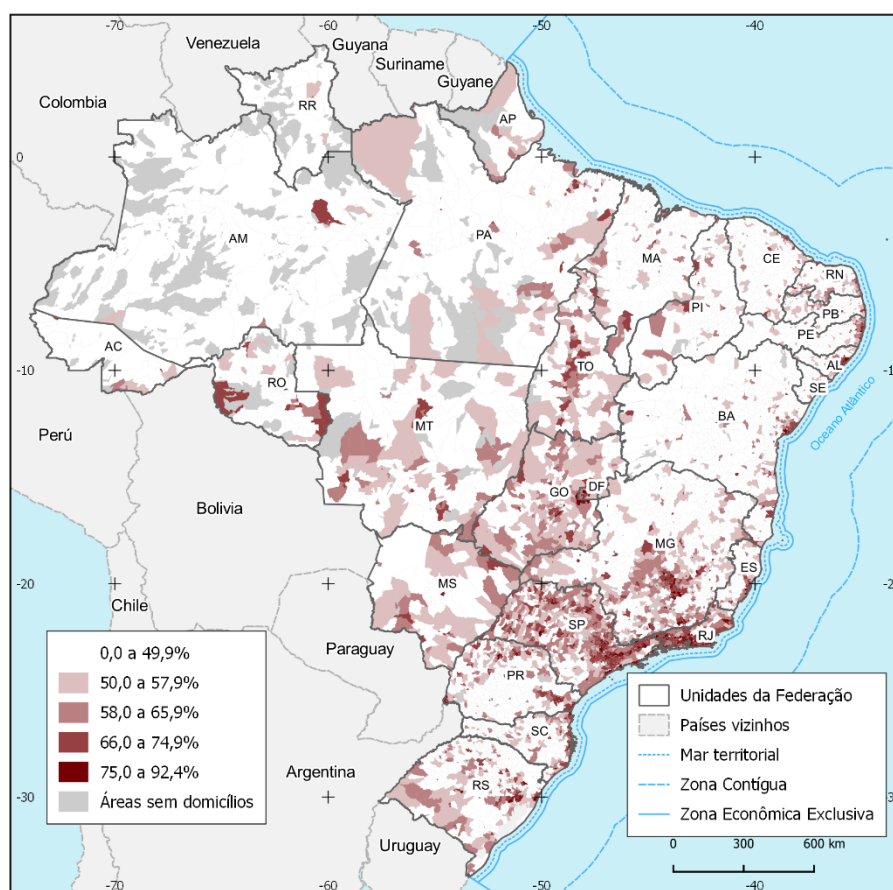
Como visto no tópico anterior deste estudo, **Uma proposta de três categorias espaciais**, a terceira parte da definição de espaços do urbano utilizada neste trabalho menciona que: “Predominantemente, as pessoas estão ocupadas em atividades secundárias e terciárias”. De modo a se ter o dado mais detalhado possível, em termos geográficos, decidiu-se utilizar a variável trabalho principal do Censo Demográfico 2010⁶³, sendo essa a referência mais atualizada que se tinha no período de implementação deste estudo (2021-2022). Por se tratar de uma análise experimental, entendeu-se que serviriam para avaliação da variável, ou seja, o quanto ela ajudaria na classificação das áreas em espaços do urbano, do rural e da natureza.

⁶³ Segundo conceituação expressa na *Metodologia do Censo Demográfico 2010*, “considerou-se como principal o único trabalho que a pessoa tinha na semana de referência. Para a pessoa que tinha mais de um trabalho na semana de referência, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento nessa semana, adotaram-se os seguintes critérios, na ordem enumerada, para definir o principal: 1º) o trabalho principal era aquele ao qual a pessoa habitualmente dedicava maior número de horas por semana; 2º) no caso de igualdade no número de horas trabalhadas, o trabalho principal era aquele que proporcionava habitualmente o maior rendimento mensal; e 3º) no caso de igualdade, também, no rendimento, o trabalho principal era aquele com mais tempo de permanência no empreendimento, contado até o último dia da semana de referência”. Para acesso à publicação, consultar o endereço: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95987.pdf>.

Foram avaliadas pela equipe as 438 ocupações segundo a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO⁶⁴. Dessas, foram selecionadas como típicas do espaço do urbano aquelas ocupações que tinham relação com os setores secundário e terciário, e que não são comuns de serem encontradas em espaços do rural e da natureza. Ao total, conformaram uma lista de 348 ocupações. O Apêndice 1 traz a relação das ocupações típicas dos espaços do urbano consideradas para este estudo e o Mapa 2 a taxa percentual delas (em relação ao total de pessoas ocupadas), por áreas de ponderação.

Para algumas ocupações foram necessárias avaliações isoladas para que se pudesse entender as suas distribuições no espaço e decidir se eram típicas de áreas urbanas, rurais ou da natureza. Foi o caso dos Professores do ensino fundamental, os quais, se verificou, estão presentes nos mais variados contextos, não sendo utilizada, assim, como uma ocupação característica do urbano (e nem do rural ou da natureza). O Apêndice 4 traz a relação das ocupações avaliadas individualmente e que não foram consideradas como típicas do urbano.

Mapa 2 - Percentual de ocupações típicas do espaço urbano, por áreas de ponderação - Brasil



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

⁶⁴ A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, instituída pela Portaria n. 397, de 09.10.2002, do Ministério do Trabalho e Emprego, tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho para fins classificatórios dos registros administrativos e domiciliares.

Variáveis e procedimentos adotados para definição dos espaços do rural

Da mesma forma que nos espaços do urbano, as variáveis escolhidas para os espaços do rural foram baseadas na definição utilizada no tópico anterior deste estudo, **Uma proposta de três categorias espaciais**, que assim conceitua os espaços do rural: “Áreas de baixa densidade populacional caracterizadas, em geral, pela alteração da paisagem devido, principalmente, a atividades antrópicas ligadas à produção agropecuária ou a outras formas de apropriação econômica. Ademais, em sua composição, o tecido rural pode conter pequenos núcleos urbanizados e/ou fragmentos naturais”.

Dentro dessa definição destacamos três questões-chave a serem medidas: a apropriação econômica da área; as atividades ligadas à produção agropecuária; e a paisagem alterada por atividades antrópicas e com baixa densidade populacional. A segunda parte da definição menciona que os espaços do rural podem possuir pequenos núcleos urbanos ou fragmentos florestais, mesmo porque muitos dos núcleos existem para que seja viabilizada a produção agropecuária. Além disso, grande parte dos fragmentos florestais existe devido à legislação vigente no Brasil, como a preservação das matas de galeria e do percentual de desmatamento permitido em cada bioma do País.

Dados de apropriação econômica

A medição da apropriação econômica teve o intuito de diferenciar áreas cuja produção agropecuária serve em parte ou totalmente para abastecimento do mercado, daquelas áreas voltadas para a subsistência. Áreas onde a maior parte dos estabelecimentos tem mais de 50% de sua produção direcionada ao mercado indicam regiões com maior influência do agronegócio.

A grande produção agropecuária, em geral, tem vínculos estreitos com as áreas urbanas próximas, pois estas ajudam nas articulações do processo produtivo e servem de moradia para os técnicos mais especializados. O próprio tipo de produção agropecuária exige serviços e tecnologias mais facilmente encontrados nos centros urbanos.

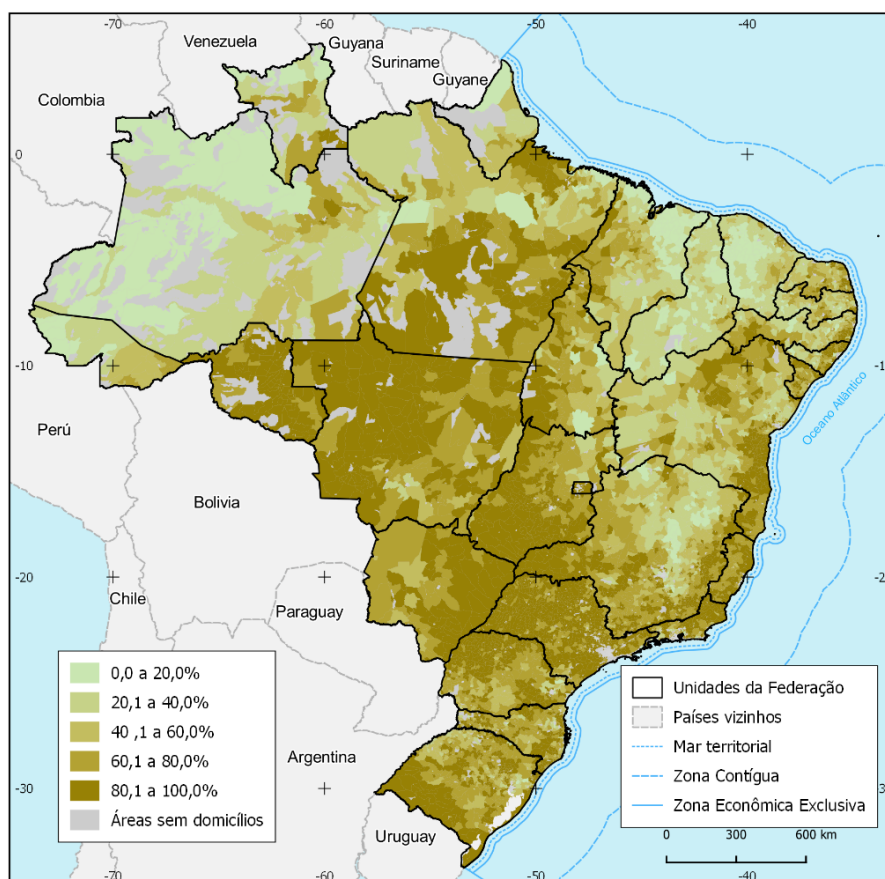
A variável escolhida para medir a apropriação econômica foi a integração ao mercado, disponível na base de dados do Censo Agropecuário 2017. Esse é um dado que foi calculado com base no trabalho de Guanziroli e outros (2001) e aplicado nos questionários do referido levantamento para atender às demandas do convênio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA com a FAO. Basicamente, reflete a relação percentual entre o valor da produção vendida e o valor total da produção colhida/obtida, isto é, a variável valor bruto da produção, do estabelecimento.

Com base nos dados disponibilizados pelo IBGE sobre o Censo Agropecuário 2017, os estabelecimentos foram agrupados em três classes:

- Muito Integrado = Estabelecimento com 90% ou mais da produção vendida;
- Integrado = Estabelecimento com 50% a 89,9% da produção vendida; ou
- Pouco Integrado = Estabelecimento com menos de 50% da produção vendida.

A partir dos dados organizados, partiu-se para interpretação de sua distribuição espacial, agregando-os por setor censitário do Censo Agropecuário 2017⁶⁵, ou seja, como a classe Muito Integrada se distribuía no País, assim como, as classes Integrada e Pouco Integrada. Tal interpretação levou a equipe a unir as duas maiores classes de integração ao mercado e utilizá-la como um dos insumos para definição dos espaços do rural. O Mapa 3 apresenta a distribuição espacial por setor censitário.

Mapa 3 - Percentual de estabelecimentos integrados ou muito integrados, por áreas de ponderação - Brasil



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Por fim, o dado de integração ao mercado por setor censitário foi compatibilizado com a área de ponderação, que foi a unidade espacial utilizada para combinação com as demais variáveis que contribuíram para a definição dos espaços do rural.

Dados de atividades ligadas à produção agropecuária

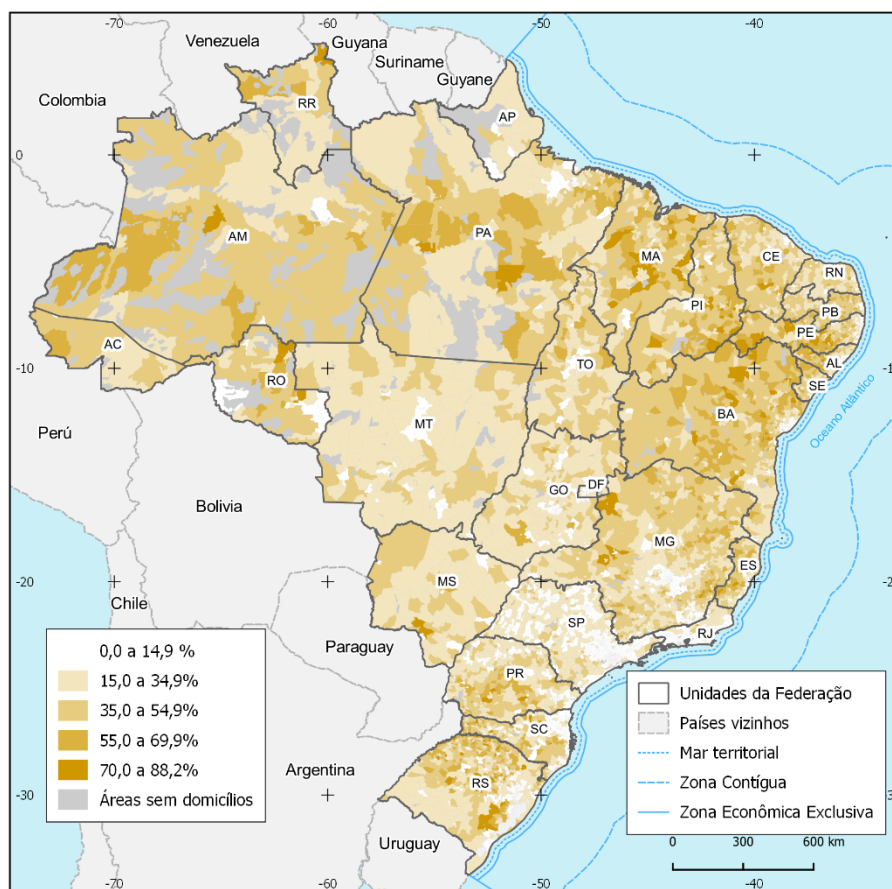
A segunda parte da definição de espaços do rural menciona que são áreas onde há “atividades antrópicas ligadas à produção agropecuária ou a outras formas de apropriação econômica” que

⁶⁵ Os setores censitários utilizados no Censo Agropecuário 2017 são, em grande parte, diferentes dos que foram utilizados no Censo Demográfico 2010.

promovem a alteração da paisagem. Para medir essa característica, decidiu-se utilizar a variável trabalho principal do Censo Demográfico 2010, uma vez que a quantidade de profissionais ligados à produção na agricultura e na pecuária indica a intensidade do processo de transformação das áreas em rurais.

Após a análise das 438 ocupações, 23 foram relacionadas predominantemente ao meio rural e utilizadas como insumo para a definição de espaços do rural. O Mapa 4 apresenta a distribuição percentual, no Brasil, dessas ocupações, por áreas de ponderação, e o Apêndice 2 a lista de ocupações consideradas.

Mapa 4 - Percentual de ocupações típicas dos espaços do rural, por áreas de ponderação - Brasil



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Dados de paisagem alterada

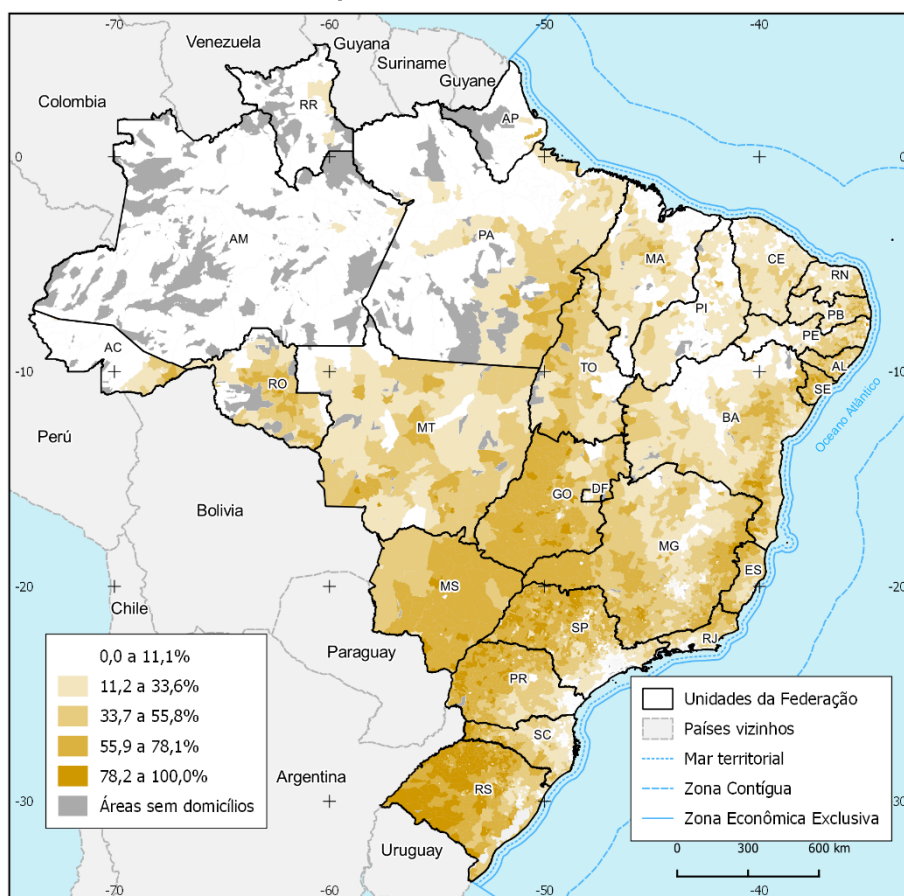
Para medir a paisagem alterada, foram utilizados como insumos as áreas de lavoura e pastagem do Censo Agropecuário 2017, as quais foram agregadas por áreas de ponderação do Censo Demográfico 2010⁶⁶. Foram considerados os estabelecimentos com: Pastagem natural (campo

⁶⁶ Os procedimentos adotados podem ser consultados no Apêndice 7a.

natural, faxinal e outros); Pastagem plantada em boas condições de uso (incluída a pastagem que estava em processo de recuperação); Pastagem plantada em más condições de uso (degradada ou sem uso); Lavoura permanente e área em descanso destinada a este tipo de cultivo; e Lavoura temporária (inclusive horticultura e área em descanso destinada a este tipo de cultivo).

Assim, quanto maior a porcentagem de área ocupada por lavoura e pastagem, maior foi considerada a intensidade da ruralização. O Mapa 5 apresenta a distribuição espacial da presença de áreas de lavoura e pastagem no Brasil.

Mapa 5 - Percentual de áreas de lavoura e pastagem, por áreas de ponderação - Brasil



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Variáveis e procedimentos adotados para definição dos espaços da natureza

Como visto no tópico anterior deste estudo, **Uma proposta de três categorias espaciais**, os espaços da natureza foram assim definidos: “Áreas onde prevalecem os processos naturais que dão forma à paisagem. Quando há ação humana, essa ocorre de modo disperso, conforme os

significados atribuídos pelos atores envolvidos, garantindo relativa estabilidade dos fatores bióticos e abióticos de seus ecossistemas”.

Tal definição não tem por objetivo se referir a uma natureza intocada, mas sim a espaços onde os principais agentes que moldam a paisagem são os agentes físicos, como o clima e os agentes bióticos, como a fauna e a flora, ou seja, a ação antrópica é pouco impactante.

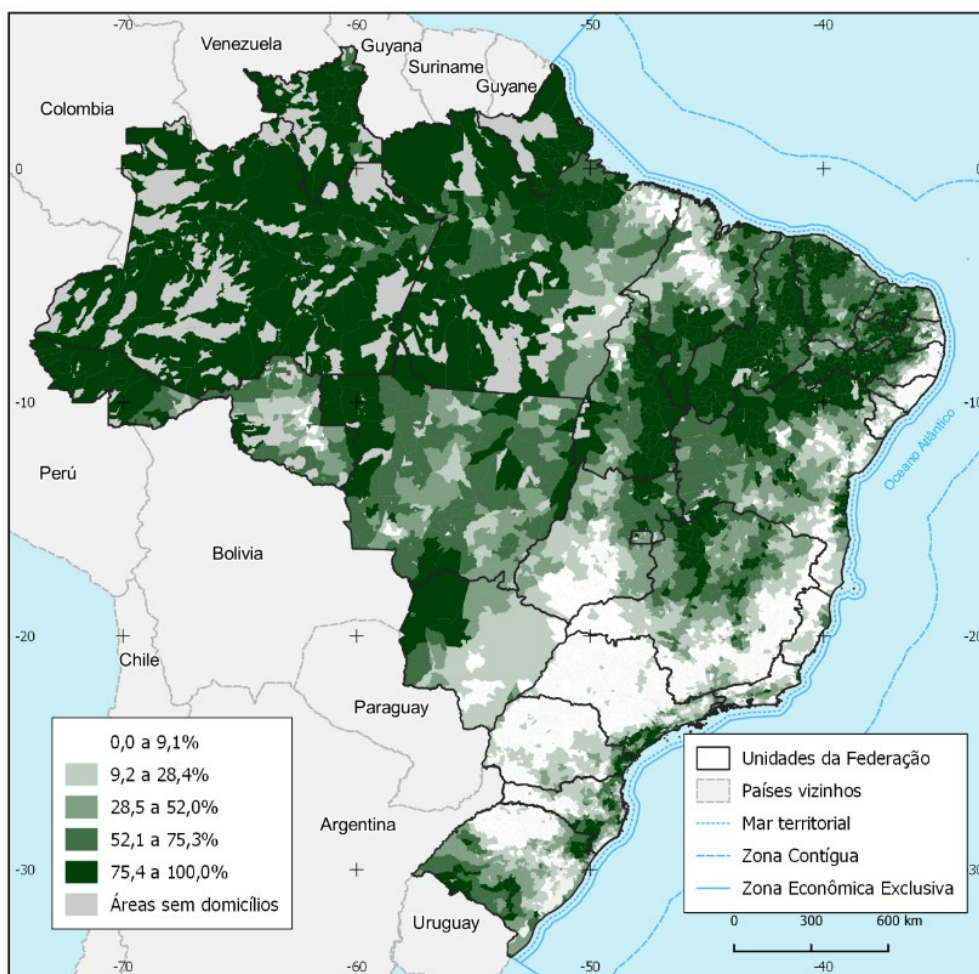
Basicamente, a definição traz duas características a serem medidas: áreas onde a paisagem predominante é natural; e, quando há ação humana, esta não altera a relativa estabilidade do ambiente. Para a primeira característica foram utilizados os dados do Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra do Brasil 2016-2018 (IBGE, 2020) e, para a segunda, as ocupações laborais e de integração ao mercado.

Dados de Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra

Para se identificar áreas onde os processos naturais são os predominantes para conformação da paisagem, recorreu-se aos dados do Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra do Brasil 2016-2018 (IBGE, 2020), utilizando as classes florestais e não florestais: “as florestais foram identificadas a partir da classe de vegetação florestal e as não florestais, pela agregação das classes de vegetação campestre, área úmida, e área descoberta, segundo dados do Monitoramento” (CONTAS..., 2020, p. 32).

Esse mapeamento foi reagrupado utilizando apenas as classes anteriormente mencionadas, considerando-as como áreas naturais e o restante como antrópicas. Para isso foi calculada a porcentagem de áreas naturais por áreas de ponderação (Apêndice 7b). Assim, quanto maior a cobertura natural maior o peso da natureza naquela área de ponderação (Mapa 6).

Mapa 6 - Percentual de área natural, por áreas de ponderação - Brasil



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A ação humana nos espaços da natureza

Conforme observado anteriormente, classificar uma área como espaços da natureza não implica em dizer que não existe a ação humana. Desse modo, este estudo buscou identificar aquelas atividades que estão associadas ao meio-ambiente e que coexistem nesses espaços. Basicamente, recorreu-se às ocupações laborais dos residentes e à integração ao mercado que serão apresentados em maiores detalhes a seguir.

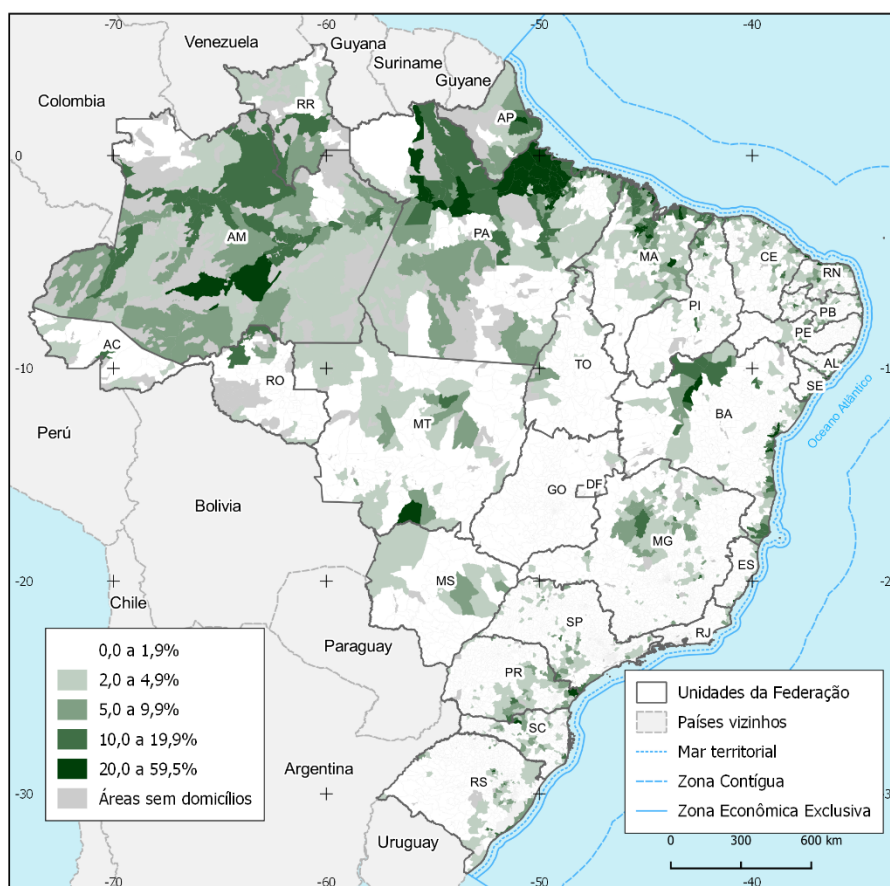
Ocupações laborais relacionadas à natureza

Para as ocupações laborais, foi utilizado, como nos dois outros casos, a variável trabalho principal, do Censo Demográfico 2010. Após a análise da distribuição de várias ocupações selecionadas, sete foram consideradas relativas à manutenção da natureza ou exploração sustentável dos seus recursos. O Apêndice 3 traz a relação de ocupações utilizadas neste estudo e o Mapa 7 apresenta a distribuição dessas ocupações no território brasileiro.

Dois fatores foram notados durante a avaliação dos dados. O primeiro refere-se aos percentuais de pessoas ocupadas em atividades relacionadas à natureza, que se mostraram, em sua maioria, muito baixos. Entende-se, porém, que são atividades específicas e que pequenas variações nos percentuais podem indicar contextos bem diferentes, ou seja, uma variação de dois pontos percentuais pode vir a expressar a localização de uma comunidade pesqueira, por exemplo. Em resumo, não foi considerado necessário ter percentuais elevados de ocupações ligadas à natureza como indicativo para que uma área fosse considerada mais intensamente influenciada por processos naturais.

O outro fator interessante foi registrado na localização das áreas de ponderação com percentuais relevantes de ocupações laborais relacionadas à natureza. Verificou-se que muitas, principalmente no Centro-Sul do País, são áreas vizinhas a parques nacionais e áreas de preservação, inclusive as marinhas.

Mapa 7 - Ocupações laborais relacionadas à natureza, por áreas de ponderação - Brasil - 2010



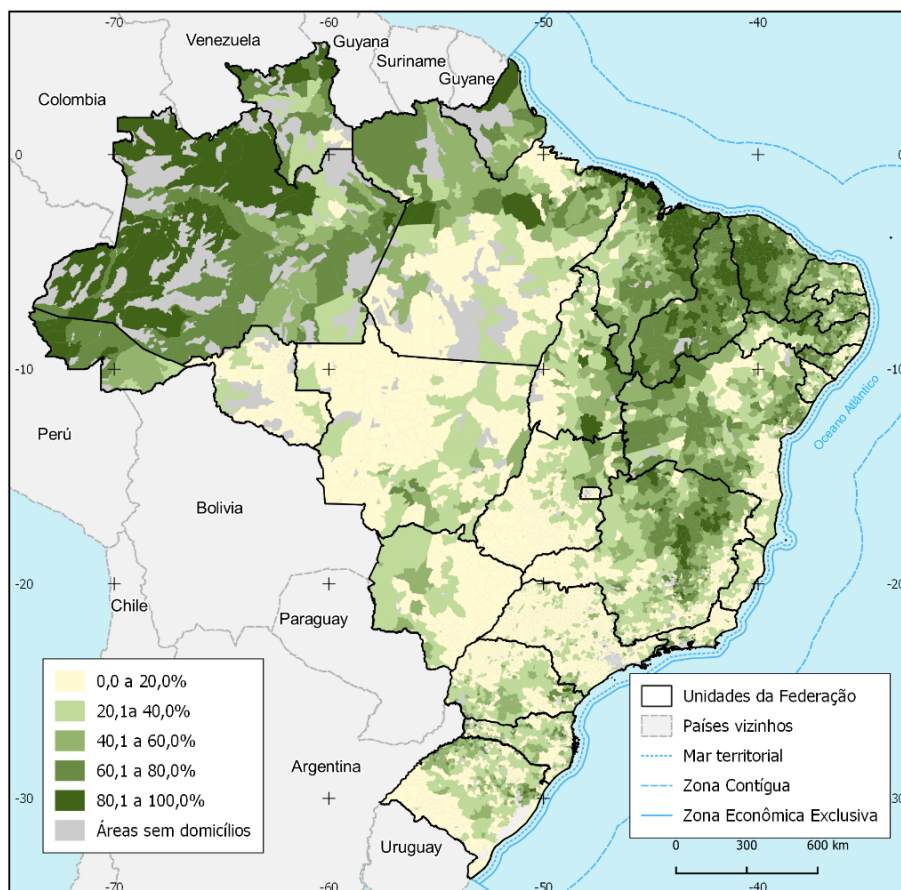
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Integração ao mercado

A integração ao mercado foi medida de forma similar à realizada para os espaços do rural, sendo utilizado o dado disponibilizado pelo Censo Agropecuário 2017. Assim, áreas com percentuais

elevados de estabelecimentos pouco integrados ao mercado foram associadas como de maior intensidade de processos naturais (Apêndice 7a). Essa correlação foi realizada através da relação das áreas naturais com as áreas com estabelecimentos rurais pouco integrados. O Mapa 8 representa a distribuição das áreas pouco integradas no Brasil.

Mapa 8 - Percentual de estabelecimentos pouco integrados, por áreas de ponderação - Brasil



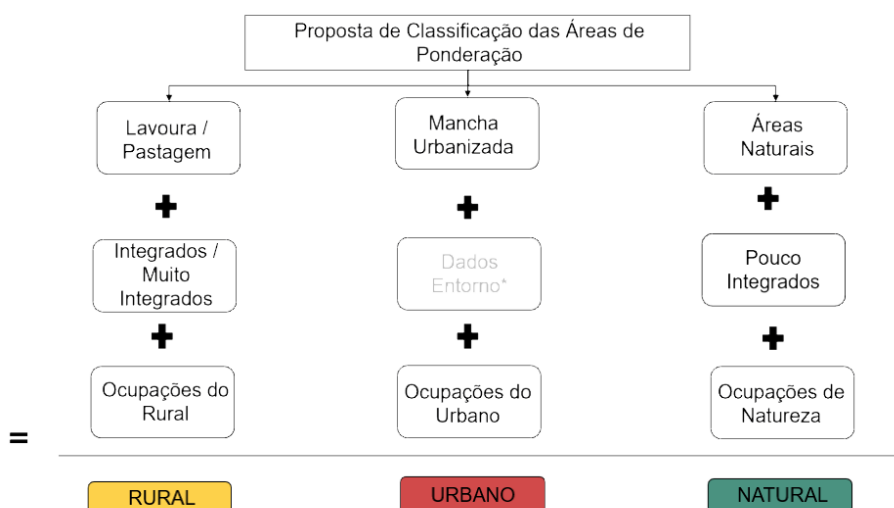
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A utilização dessa variável para o auxílio na definição dos espaços da natureza se dá pela interpretação de que as atividades antrópicas sobre o meio não exigem, necessariamente, grandes alterações da paisagem, a exemplo das atividades extrativistas de castanhas, na Amazônia; umbu, no Semiárido Nordeste; pequi, no Cerrado; ou pinhão, no Sul do Brasil.

Combinação das variáveis

Após as variáveis serem escolhidas e tratadas, passou-se para a etapa de combinação delas. Assim, é importante ressaltar que neste estudo foi considerado que nenhuma das variáveis, isoladamente, conseguiria diferenciar quais são os espaços do urbano, do rural e da natureza. Ou seja, considera-se aqui que é preciso combiná-las para se chegar a um resultado mais refinado (Figura 8).

Figura 8 - Combinação de variáveis, por áreas de ponderação



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Nota: Combinação utilizada somente nos testes no Município de Poços de Caldas.

Padronização dos dados

Para que as variáveis pudessem ser combinadas, recorreu-se à padronização por meio da Lógica Fuzzy, de modo que os dados tratados refletissem o grau de pertinência de cada variável na definição dos espaços do urbano, do rural e da natureza. Após a padronização dos dados, os valores de cada tema utilizado passaram a variar entre zero (não pertinente) e 1 (totalmente pertinente).

A função Fuzzy utilizada para todas as variáveis foi:

$$\mu(x) = \frac{x - a}{b - a}$$

Onde:

$\mu(x)$ = grau de pertinência Fuzzy;

x = o valor da variável a ser convertido para grau Fuzzy;

a = menor valor de corte (abaixo desse valor é considerado não pertinente); e

b = maior valor de corte (acima desse valor é considerado totalmente pertinente).

O

Quadro 7 apresenta os valores de corte utilizados nas variáveis:

Quadro 7 - Valores de cortes para as funções Fuzzy - Brasil

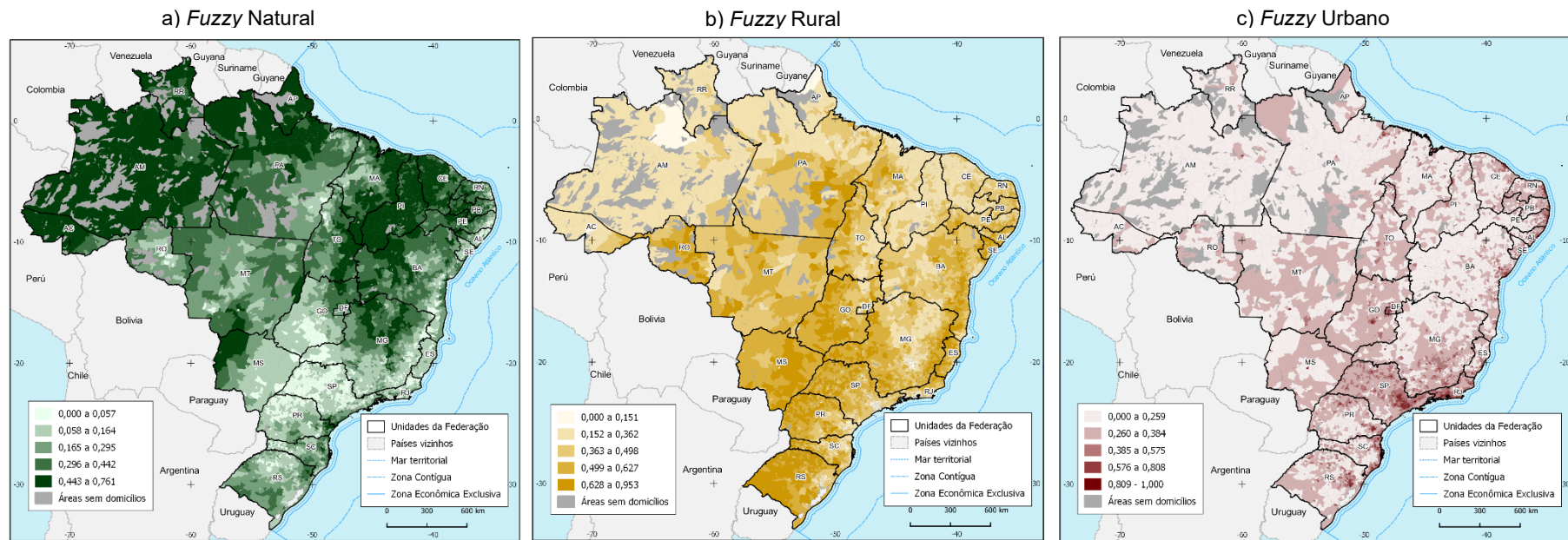
Dimensão	Variável	Menor valor de corte	Maior valor de corte
Urbano	Tamanho da mancha urbanizada 1	415,34 Km ²	10 215,07 Km ²
	Tamanho da mancha urbanizada 2	300,43 Km ²	414,10 Km ²
	Tamanho da mancha urbanizada 3	225,13 Km ²	299,20 Km ²
	Tamanho da mancha urbanizada 4	150,26 Km ²	224,27 Km ²
	Tamanho da mancha urbanizada 5	103,73 Km ²	146,22 Km ²
	Tamanho da mancha urbanizada 6	50,01 Km ²	99,94 Km ²
	Tamanho da mancha urbanizada 7	35,05 Km ²	49,85 Km ²
	Tamanho da mancha urbanizada 8	0,00 Km ²	34,99 Km ²
	Ocupações Urbanas	4,68 %	92,4%
Rural	Integração ao mercado	0	219 estabelecimentos
	Ocupações Rurais	0	88,18%
	Áreas de lavoura e pastagem	0	1.849.715,8 ha
Natureza	Áreas Naturais	0	100%
	Ocupações relativas à Natureza	0	59,44%
	Pouca integração ao mercado	0	118 estabelecimentos

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Como pode ser visto no Quadro 7, os valores de corte da variável tamanho da mancha urbanizada variaram conforme as oito classes geradas (Figura 7). Isso porque para cada classe foi processada uma transformação Fuzzy de modo que o maior valor da classe 2 não superasse o menor da classe 1, o maior valor da classe 3 não superasse o menor valor da classe 2 e, assim sucessivamente, até a classe 8. O Apêndice 6 traz mais detalhes sobre os procedimentos aplicados.

Com as variáveis padronizadas, foi calculada a média aritmética para cada área de ponderação, em cada uma das dimensões. O Mapa 9 apresenta o resultado dessa etapa de combinação de variáveis.

Mapa 9 - Resultado por dimensões (natural, rural e urbana), após a etapa de combinação de variáveis - Brasil



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A Tabela 2 retrata a representação percentual das categorias urbano, rural e natural, a partir do somatório das médias dos graus de pertinência Fuzzy. Observa-se a predominância de características da categoria urbano (58,2%), alguns aspectos da categoria rural (29,1%), e poucos atributos da categoria natural (12,7%).

Tabela 2 - Exemplo do cálculo dos percentuais para uma área de ponderação

Categoria	Média aritmética dos valores fuzzy	%
Urbano	0,402	58,2
Rural	0,201	29,1
Natural	0,088	12,7
Total	0,691	100

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

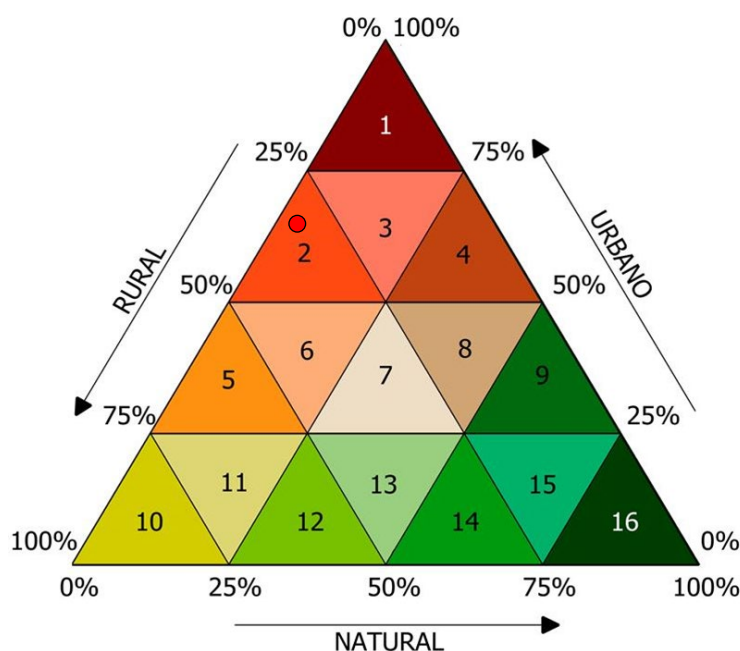
Como se pode perceber na Tabela 2, a área de ponderação exemplificada possui 0,402 de média aritmética dos graus de pertinência fuzzy (que foram calculados com base em cada variável escolhida) para a categoria urbano. Do mesmo modo, percebe-se que para a categoria rural a média foi de 0,201 e para categoria natural de 0,088. Ao somarmos os três valores temos um resultado de 0,691 que corresponde a 100% da área de ponderação exemplificada. A partir daí, foi possível calcular a porcentagem de cada uma das dimensões pesquisadas. Ao analisarmos os resultados, vemos que a área de ponderação (exemplificada na Tabela 2) tem principalmente características urbanas (58,2%), com alguns aspectos de rural (29,1%) e poucos atributos do natural (12,7%).

Posicionamento no diagrama triangular

Por fim, para unificar os três mapas num só e definir os espaços do urbano, do rural e da natureza, recorreu-se à distribuição dos resultados num diagrama triangular, onde cada eixo representa uma dimensão. Cada um dos eixos foi dividido em quatro partes ($0\% \leq x \leq 25\%$; $25\% < x \leq 50\%$; $50\% < x \leq 75\%$; e $75\% < x \leq 100\%$), conforme indicado na Figura 9.

Ao avaliarmos a área de ponderação exemplificada na Tabela 2 e posicioná-la no diagrama triangular, conforme as porcentagens calculadas, verificamos que ela se enquadra no Tipo 2, como pode ser conferido na Figura 9.

Figura 9 - Diagrama triangular para representação da tipologia das áreas de ponderação em espaços do urbano, do rural e da natureza



Legenda: ● Posição conforme o cálculo percentual indicado na Tabela 2.
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Setores censitários sem domicílios

Durante o Censo Demográfico 2010, alguns setores censitários não tiveram domicílios registrados por cobrirem áreas despovoadas como florestas, grandes plantações etc. Para esses casos, só foi possível utilizar a variável do Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra do Brasil 2016-2018 (IBGE, 2020) para classificar as áreas como espaços do urbano, do rural e da natureza.

As classes de cobertura e uso da terra foram agrupadas conforme o Quadro 8, de modo a se ter somente três classes: a urbana, a rural e a da natureza. Cabe ressaltar que este procedimento se justifica uma vez que não havia, em 2010, residentes nesses setores censitários, mas somente os aspectos ligados à alteração da paisagem, podendo ser medidos considerando somente a cobertura e uso da terra.

Quadro 8 - Agrupamentos de classes, segundo o Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra do Brasil 2016-2018 para classificação dos setores censitários sem domicílios em 2010 - Brasil

Urbano	Rural	Natural
Área Artificial	Área Agrícola	Vegetação Florestal
	Pastagem com Manejo	Área Úmida
	Mosaico de Ocupações em Área Florestal	Vegetação Campestre
	Silvicultura	Corpo d'água Continental
	Mosaico de Ocupações em Área Campestre	Área Descoberta

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Assim, os setores censitários sem domicílios foram cruzados com as três classes (urbano, rural e da natureza) extraídas do Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra do Brasil 2016-2018 (2020) e, após, calculadas as áreas de cada classe dentro de cada área de ponderação (Mapa 10). Uma vez as áreas calculadas, procedeu-se à apuração dos percentuais que cada uma representava dentro da área de ponderação. Por fim, foram utilizados esses percentuais para posicionar, no diagrama triangular, as áreas de ponderação de 2010 sem a presença de domicílios.

Mapa 10 - Classificação das áreas sem domicílios - Brasil



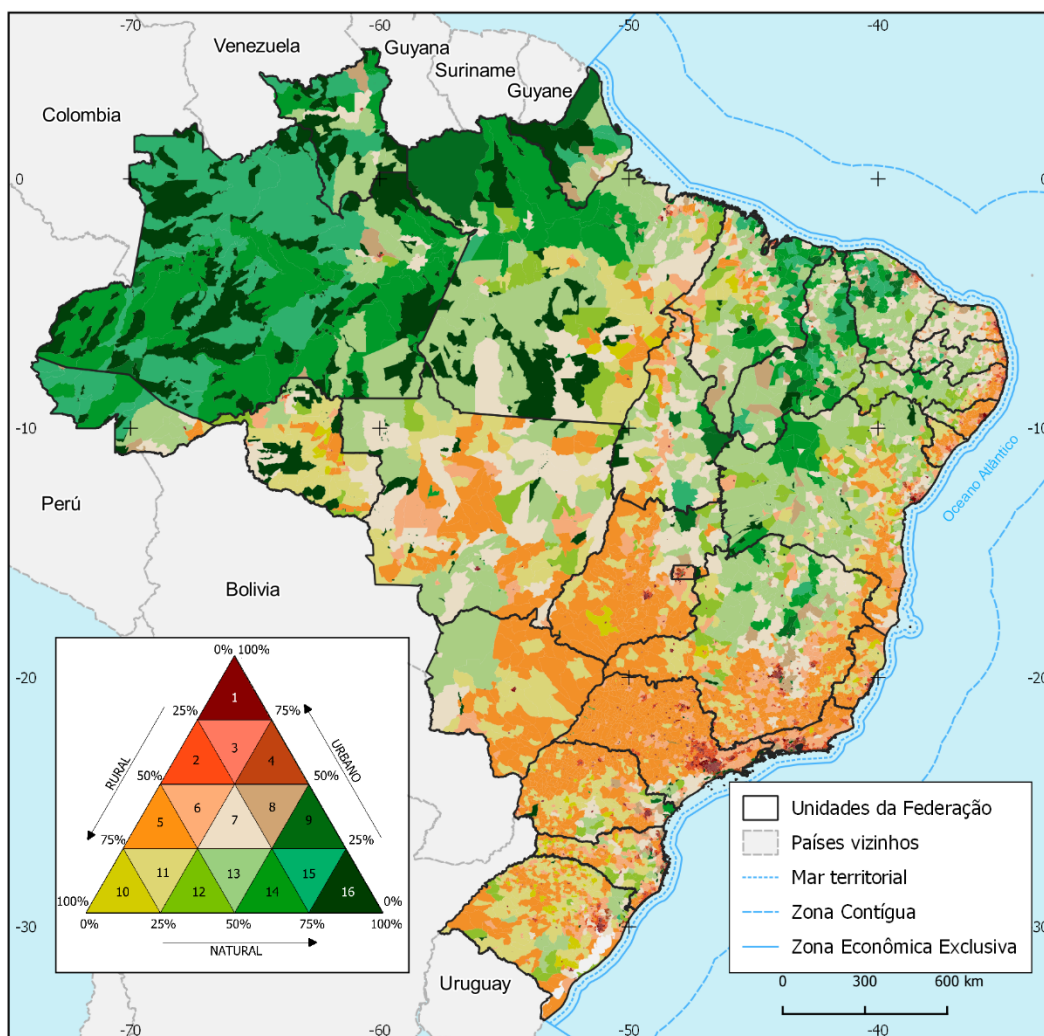
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Tipologia final em espaços do urbano, do rural e da natureza

Uma vez passadas todas as etapas de definições de variáveis, tratamento dos dados, padronizações e ajustes foi possível espacializar a tipologia final dos espaços do urbano, do rural e da natureza. Todos os 16 tipos definidos no diagrama triangular (Figura 9) tiveram áreas de ponderação classificadas e a distribuição no Território Nacional pode ser consultada no Mapa 11. O resultado final, pode ainda ser observado segundo as três categorias maiores (urbano, rural e natureza), assim como, considerando a dualidade rural-urbano, como pode ser visto no Mapa 12.

O próximo tópico traz uma análise mais detalhada de cada um dos tipos e sua distribuição no território.

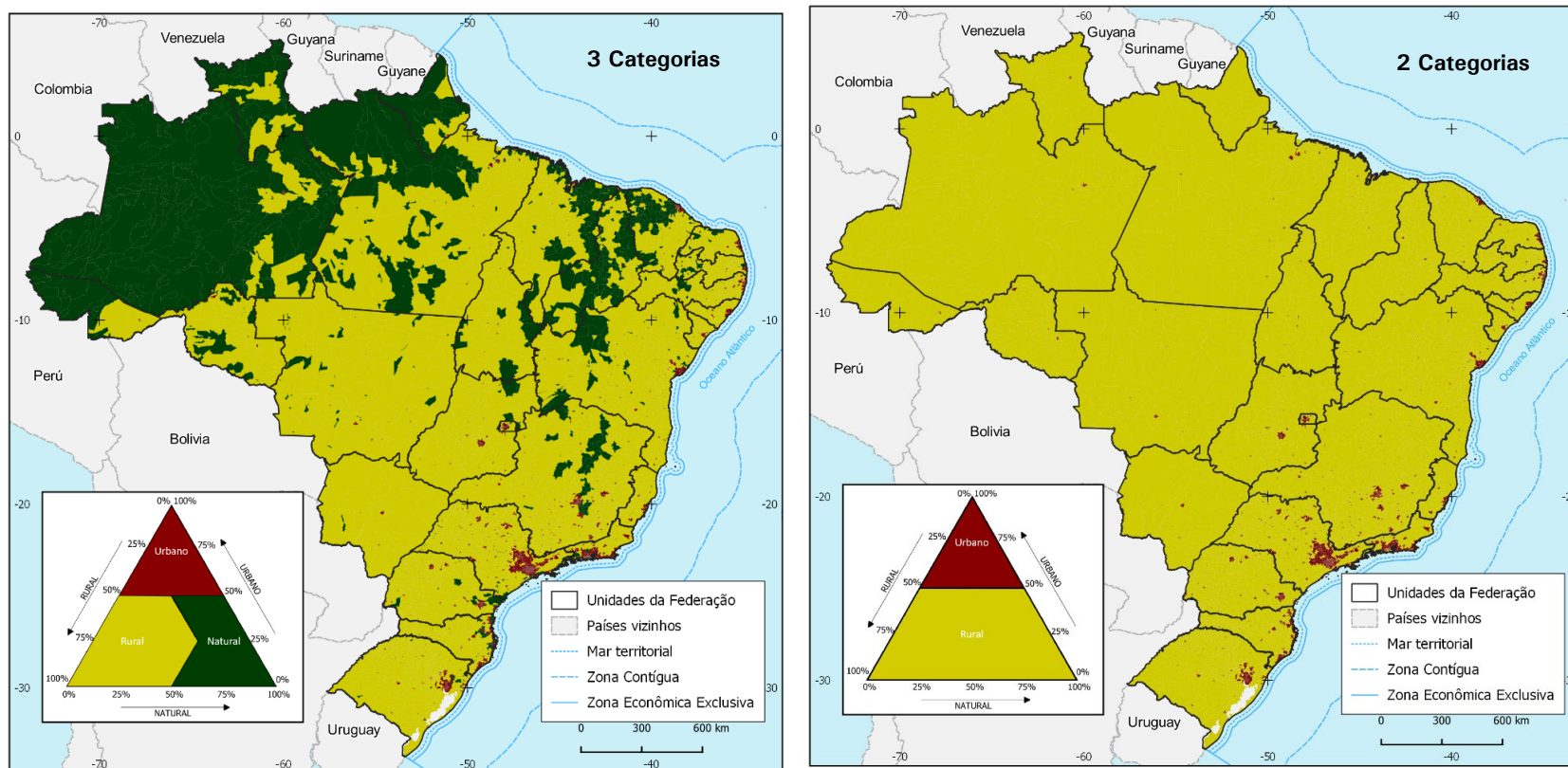
Mapa 11 - Tipologia final dos espaços do urbano, do rural e da natureza, por áreas de ponderação - Brasil



Simbologia	Tipo	Faixa percentual urbana	Faixa percentual rural	Faixa percentual natural	Enquadramento em três categorias	Enquadramento em duas categorias
■	1	75,1 a 100,0	0,0 a 25,0	0,0 a 25,0	Urbana	Urbana
■	2	50,1 a 75,0	25,1 a 50,0	0,0 a 25,0	Urbana	Urbana
■	3	50,1 a 75,0	0,0 a 25,0	0,0 a 25,0	Urbana	Urbana
■	4	50,1 a 75,0	0,0 a 25,0	25,1 a 50,0	Urbana	Urbana
■	5	25,1 a 50,0	50,1 a 75,0	0,0 a 25,0	Rural	Rural
■	6	25,1 a 50,0	25,1 a 50,0	0,0 a 25,0	Rural	Rural
■	7	25,1 a 50,0	25,1 a 50,0	25,1 a 50,0	Rural	Rural
■	8	25,1 a 50,0	0,0 a 25,0	25,1 a 50,0	Natural	Rural
■	9	25,1 a 50,0	0,0 a 25,0	50,1 a 75,0	Natural	Rural
■	10	0,0 a 25,0	75,1 a 100,0	0,0 a 25,0	Rural	Rural
■	11	0,0 a 25,0	50,1 a 75,0	0,0 a 25,0	Rural	Rural
■	12	0,0 a 25,0	50,1 a 75,0	25,1 a 50,0	Rural	Rural
■	13	0,0 a 25,0	25,1 a 50,0	25,1 a 50,0	Rural	Rural
■	14	0,0 a 25,0	25,1 a 50,0	50,1 a 75,0	Natural	Rural
■	15	0,0 a 25,0	0,0 a 25,0	50,1 a 75,0	Natural	Rural
■	16	0,0 a 25,0	0,0 a 25,0	75,1 a 100,0	Natural	Rural

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Mapa 12 - Tipologia final com agregação por três ou duas categorias - Brasil



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Por fim, cabe mencionar que a metodologia supracitada foi resultado de vários testes e inúmeras discussões realizadas pela equipe do projeto. Após os testes, ainda se realizou, por último, uma comparação do resultado com o MapBiomias, Coleção 7⁶⁷, o que levou a pequenos ajustes nos parâmetros. Assim, a metodologia descrita acima traz o resultado de todas as fases, inclusive dos ajustes mencionados.

A manipulação dos dados e a aplicação dos procedimentos metodológicos levaram a equipe a identificar as limitações de certas informações e de que melhorias deveriam ser feitas pelo IBGE em algumas delas. O principal dado a ser revisto futuramente é o de áreas de ponderação, cujos limites prejudicam a representação mais refinada dos processos que nortearam a tipologia proposta. Esses e outros desafios serão mais detalhados ao final deste estudo.

Notas conclusivas

A tipologia empreendida adota uma abordagem que, metodologicamente, considera as categorias de rural, urbano e da natureza como um *continuum* e seus atributos, quantitativos e qualitativos, fornecem um conteúdo social cuja fisionomia manifesta-se através de padrões e características espaciais combinados. Nessa vertente, as relações entre urbano, rural e natureza apresentam-se plurais, diferenciadas, dinâmicas, nas suas múltiplas representações.

Com base nisso é preciso manter os nexos entre as três categorias e considerar que são noções definidas em função da uma divisão do trabalho que se complexifica e se propaga com a industrialização e, mais recentemente, com atividades terciárias complexas e de alta tecnologia. A urbanização, por sua vez, perpassa essas noções modificando relações pré-existentes, introduzindo novas formas espaciais e transformando o conteúdo social do rural, do urbano e da natureza.

Seguindo com o propósito de identificar e delimitar os espaços nas três categorias mencionadas, alguns critérios foram utilizados para a apreensão da diversidade espacial do *continuum*. A ocupação laboral foi o único atributo que foi utilizado como um dos critérios definidores nas três categorias investigadas: rural, urbano e natural.

A ocupação laboral é um atributo considerado primordial na qualificação dos espaços segundo a divisão do trabalho, com base na variável trabalho principal do Censo Demográfico 2010. Por meio desse critério distingue-se a sociedade segundo os modos de vida rural, urbano e da natureza e produz-se uma variação entre esses espaços que, conforme aponta Sposito (2006), ocorre com a diferenciação social, que é relevante e discriminatória para a classificação dos espaços analisados.

Para a categoria espaços do rural foram selecionadas as atividades funcionais, definidas por uma população que se ocupa do cultivo das plantas e da criação animal e de todas as

⁶⁷ Mapas de Uso e Cobertura e da Terra disponibilizados pelo MapBiomias, uma iniciativa do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima - SEEG/OC, produzidos por uma rede colaborativa formada por organizações não governamentais, universidades e empresas de tecnologia e organizados por biomas e temas transversais. Para informações adicionais sobre o tema, consultar o endereço: <https://brasil.mapbiomas.org/produtos#>.

atividades correlatas. Contudo, é necessário considerar que as pessoas que residem em domicílios em situação rural estão, cada vez mais, dedicando-se a múltiplas atividades com uma diminuição da agricultura, mas, obviamente, sem o desaparecimento dela (ABRAMOVAY, 2000). Na dimensão da natureza a diversidade social foi apreendida a partir de ocupações ligadas a atividades extrativas, de pesca e silvicultura.

O segundo critério refere-se às diferenças que ocorrem nos meios rural, urbano e da natureza. Cabe ressaltar que nos espaços naturais, rurais e urbanos ocorre uma artificialização que de forma contínua varia da menos artificializada (áreas naturais) para a mais artificializada (áreas urbanas). No rural a relação com a terra e o trabalho é muito forte “seja por intermédio dos produtos cultivados para venda ou consumo, seja por intermédio da criação de animais (pastagens e outras fontes de alimentos)” (BAGLI, 2006, p. 87) e diminui sensivelmente no urbano. Com relação às áreas naturais, tendo em vista a diversidade de elementos físicos e bióticos que interagem com os indivíduos seus aspectos estão numa condição de pouca alteração.

Quanto às áreas rurais possuem algumas características como maior exposição ao ar livre e proximidade em relação à natureza. Os critérios que revelam as diferenças ambientais podem ser associados ao uso da terra, como a absorção das áreas plantadas de lavouras e de pastagens, segundo o Censo Agropecuário 2017, para o meio rural. Na natureza, as informações de cobertura e uso da terra do Brasil, referentes ao ano de 2018 (IBGE, 2020)⁶⁸, identificaram as áreas da natureza mais próximas às condições de conservação e preservação.

O terceiro critério considerado na definição da categoria do urbano refere-se aos dados da Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios, realizada no Município de Poços de Caldas (Minas Gerais), em 2019, na operação de pré-coleta do Censo Demográfico 2022. Faz-se necessário obter informações do entorno dos municípios, pois qualificam e distinguem os espaços de difusão do fenômeno urbano, dando maior nitidez às novas formas de organização social. A pesquisa cobre aspectos da infraestrutura municipal tais como: circulação de via, existência de bueiros/boca de lobo, ponto de ônibus/van, ciclovia, meio-fio/guia, existência de calçada/passeio, obstáculo na calçada, rampa para cadeirante, arborização, iluminação pública e pavimentação de via, sendo essas duas últimas as mais relevantes para o trabalho aqui realizado. Contudo, os resultados apresentados na seção a seguir não levaram em consideração os dados do entorno, uma vez que os mesmos só estavam disponíveis para o Município de Poços de Caldas, que serviu, em 2019, de teste piloto para o Censo Demográfico 2022.

A terceira abordagem analisada para qualificar as dimensões rural e da natureza foi a de integração ao mercado, uma noção que considera a inserção dos estabelecimentos agropecuários nos circuitos agrários, segundo os dados do Censo Agropecuário 2017. Esse atributo contribui para mostrar o caráter diferenciado quanto ao destino da produção. Para isso, foi decidido utilizar o Índice de Integração ao Mercado (GUANZIROLI *et al.*, 2001) de forma a

⁶⁸ As classes áreas naturais e áreas antropizadas foram agregadas, conforme definido na publicação *Contas de ecossistemas: o uso da terra nos biomas brasileiros 2000-2018*. Para informações adicionais sobre o tema, consultar o endereço: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/estatisticas-e-indicadores-ambientais/28920-contas-de-ecossistemas.html?edicao=28921&t=acesso-ao-produto>.

compreender a vinculação desses espaços a um circuito de apropriação da produção e destacando que, muitas vezes, as áreas podem estar sendo apropriadas sem uma modificação tão tangível do meio ambiente.

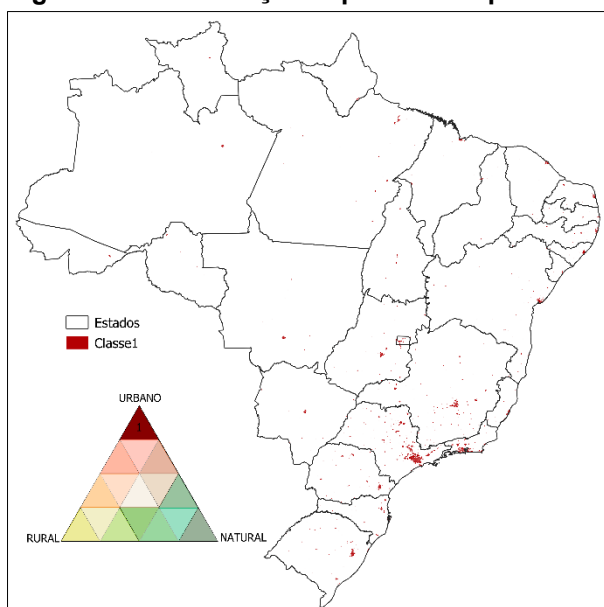
A par dessas considerações, foram identificados 16 tipos, conforme as três categorias espaciais consideradas: espaços do urbano, do rural e da natureza. Cada tipo resultante da metodologia explicitada é apresentado na próxima seção, **Resultados obtidos**, indicando-se as características mais importantes, segundo as variáveis escolhidas, e suas distribuições no território brasileiro.

Resultados obtidos

Descrição dos 16 tipos identificados

Como indicado na seção anterior, os procedimentos metodológicos permitiram a identificação de 16 tipos, que representam uma *proxy* do *continuum* rural-urbano-natureza, conforme a proposta definida neste trabalho e segundo as categorias dos espaços do urbano, do rural e da natureza. A seguir, cada tipo será apresentado separadamente, assim como a sua distribuição geográfica e o seu posicionamento no diagrama triangular.

Figura 10 - Distribuição espacial do Tipo 1



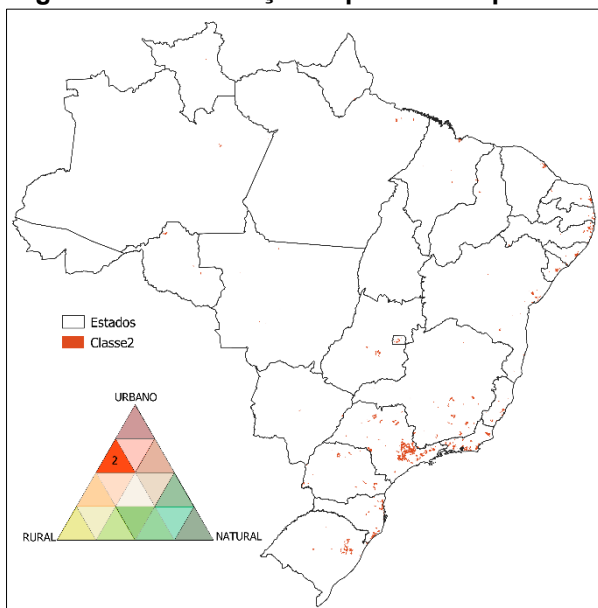
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Tipo 1: Áreas urbanas principais das Grandes e Médias Concentrações Urbanas

As áreas de ponderação compreendidas no Tipo 1 são as localizadas no extremo mais urbano do diagrama triangular. O grau de urbanização neste tipo varia de 75% a 100%. Ocupa uma área de apenas 0,4% do território; nessas áreas são compreendidas todas as Capitais brasileiras e as maiores Concentrações Urbanas (Figura 10). Uma característica relevante deste tipo é que mais de 90% da sua área é coberta pela mancha urbanizada e uma elevada parte das

pessoas ocupadas estão em atividades consideradas como urbanas.

Figura 11 - Distribuição espacial do Tipo 2



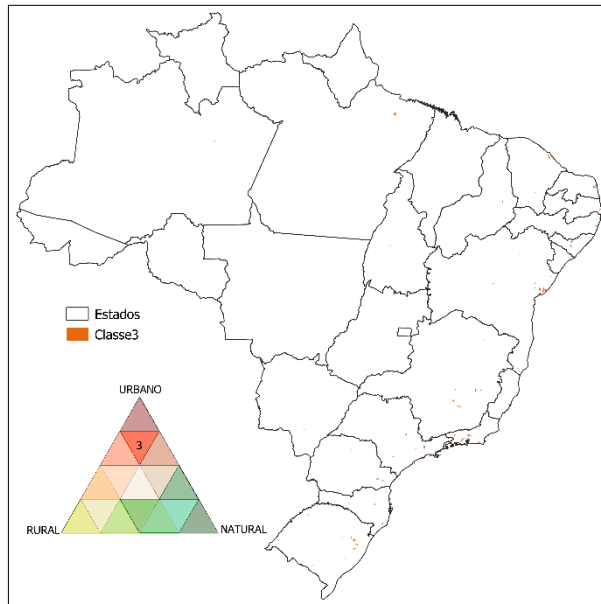
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Tipo 2: Áreas urbanas do entorno das Grandes e Médias Concentrações Urbanas

No Tipo 2 ocorre uma maior influência do urbano, moderada do rural e baixa do natural. A distribuição espacial deste tipo abrange principalmente as Regiões Sul e Sudeste e se estende para o litoral nordestino, representando áreas de expansão urbana e de maior intensidade nas relações entre o campo e a cidade (Figura 11). As variáveis com maior peso são as manchas urbanizadas que ocupam cerca de 65% das áreas de ponderação e as ocupações laborais relacionadas ao urbano que somam em média 70% do total. No contexto das

variáveis relacionadas ao rural, o destaque fica pela alta porcentagem de estabelecimentos integrados e muito integrados ao mercado que representa mais de 85% dos estabelecimentos.

Figura 12 - Distribuição espacial do Tipo 3



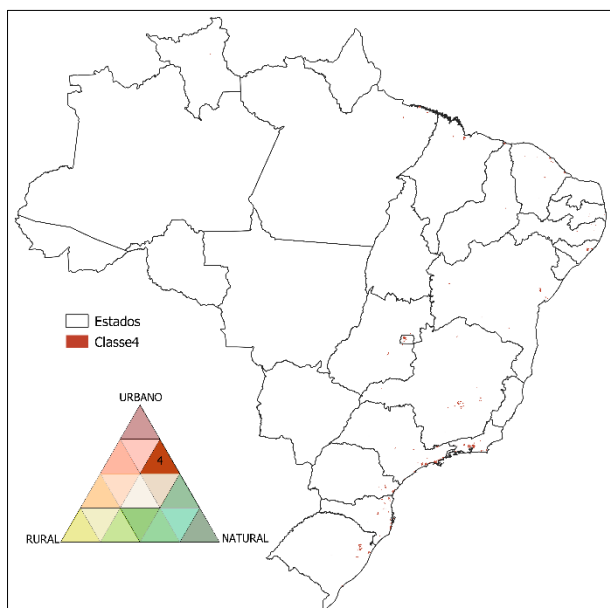
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Tipo 3: Áreas predominantemente urbanas

No Tipo 3 prevalece o peso das características do urbano, entre 50% e 75%, com uma influência equivalente entre o rural e o natural. Assim como no Tipo 2, a disposição geográfica deste tipo circunda os grandes centros urbanos (Tipo 1). As médias do número de pessoas ocupadas em funções consideradas urbanas e das manchas urbanizadas estão em torno de 70%, enquanto as variáveis do rural (lavoura e pastagem) e da natureza (áreas naturais) são de aproximadamente 20%. Esses percentuais refletem a síntese do Tipo 3 que, segundo a tipologia gerada, se

posiciona de forma equivalente entre os espaços do rural e os da natureza, porém com preponderância do urbano (Figura 12).

Figura 13 - Distribuição espacial do Tipo 4



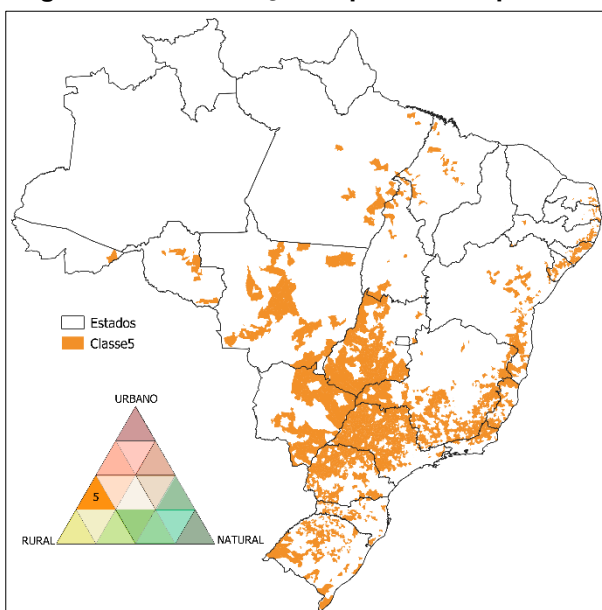
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

ocupa mais de $\frac{1}{3}$ da área das áreas de ponderação.

Tipo 4: Áreas predominantemente urbanas vizinhas a áreas da natureza

No Tipo 4, as áreas de ponderação apresentam características urbanas, de acordo com a medição feita nesse trabalho, oscilando entre 50% e 75%, embora exista a presença moderada dos espaços da natureza. As áreas de ponderação ocupam uma área de aproximadamente 0,1% do território brasileiro. O Tipo 4 (Figura 13) se localiza no entorno das áreas mais urbanas do País (Tipo 1). Em relação às pessoas ocupadas, cerca de 70% exercem atividades urbanas. Outro fator relevante é a cobertura natural que

Figura 14 - Distribuição espacial do Tipo 5



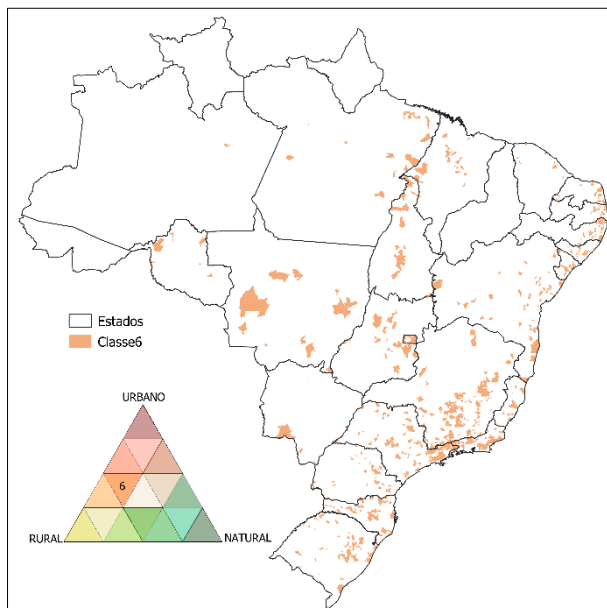
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Tipo 5: Áreas rurais produtivistas com fortes conexões aos centros urbanos

No Tipo 5 ocorre uma preponderância do rural, variando de 50% a 75% e cobrindo uma área expressiva de 15,3% do País. Concentra-se principalmente nas Regiões Centro-Oeste, Sul, Sudeste e se estende pelo litoral nordestino (Figura 14). Um destaque importante deste tipo é o grau de integração dos estabelecimentos rurais, com 83,4% deles integrados ou muito integrados. Acrescenta-se ainda que, em média, $\frac{1}{3}$ da área é ocupada por lavoura e pastagem. Já o número de pessoas ocupadas em atividades associadas ao

urbano (49,2%) é muito superior ao número de pessoas associadas ao rural (29,3%). O agronegócio brasileiro se faz presente, expressivamente, neste tipo, assim como no Tipo 6.

Figura 15 - Distribuição espacial do Tipo 6



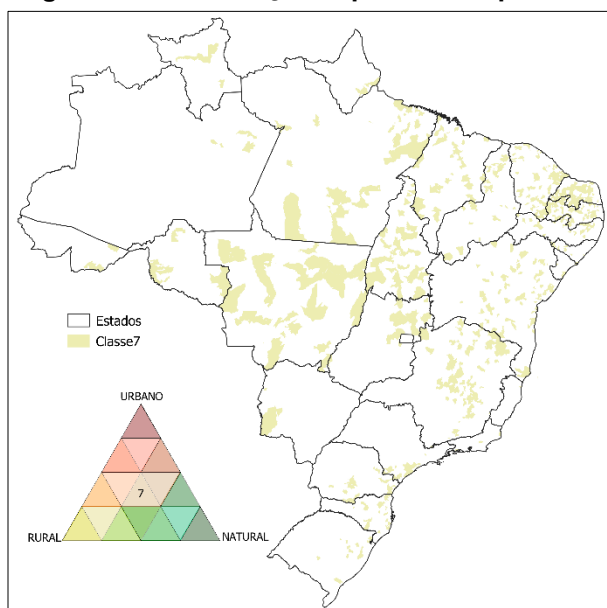
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Tipo 6: Áreas rurais pós-produtivistas e integradas aos centros urbanos

No Tipo 6 existe uma paridade entre o urbano e o rural e uma menor influência da natureza. Ocupa uma área de aproximadamente 4,2% do Brasil que se encontra distribuída principalmente pelas Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e litoral nordestino (Figura 15). Esse tipo exhibe um elevado número de estabelecimentos rurais integrados e muito integrados e sua área de lavoura e pastagem é expressiva. Apesar do peso das variáveis do rural, as pessoas em atividades ligadas ao urbano ultrapassam 57% do total de pessoas ocupadas, sendo áreas que exigem

serviços e tecnologias mais comumente encontradas nos centros urbanos. O agronegócio brasileiro se faz presente, expressivamente, neste tipo, como também no Tipo 5.

Figura 16 - Distribuição espacial do Tipo 7

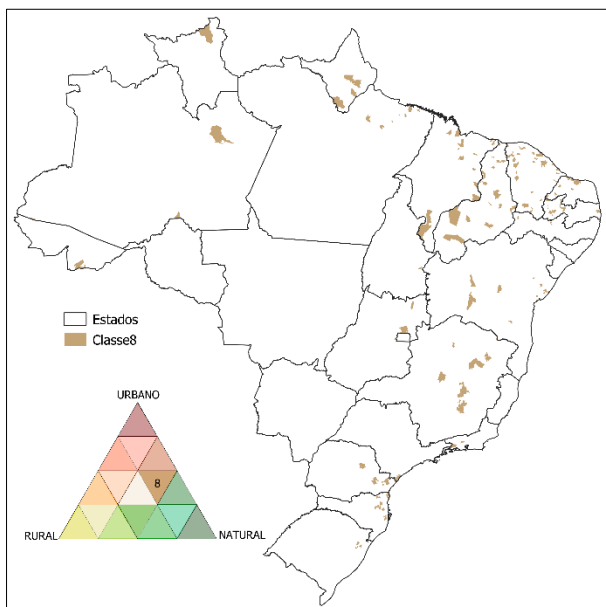


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Tipo 7: Áreas de transição

No Tipo 7 existe um equilíbrio entre os tipos do urbano, do rural e da natureza figurando entre 25% e 50% nas três dimensões. Situa-se em áreas de transição onde as dimensões analisadas não são predominantes. No diagrama triangular, esse tipo se localiza no centro. O Tipo 7 representa 11,2% do território brasileiro, distribuído geograficamente entre os Biomas Amazônia e Cerrado, no Sertão Nordestino (principalmente Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará) e no norte de Minas Gerais (Figura 16).

Figura 17 - Distribuição espacial do Tipo 8

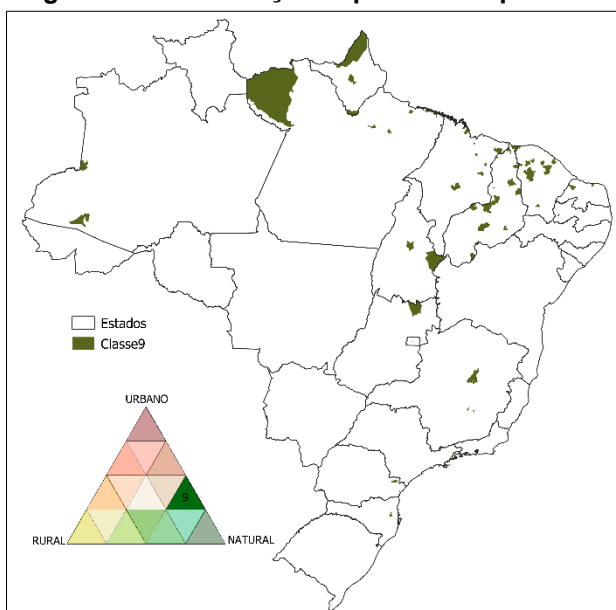


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Tipo 8: Áreas da natureza com forte presença de ocupações urbanas

No Tipo 8 há uma equivalência moderada entre o peso do natural e do urbano e uma baixa influência do rural. Ocupa uma área aproximada de 1,6% do Território Nacional e possui uma distribuição geográfica predominantemente dispersa pela Região Nordeste e o norte de Minas Gerais (Figura 17). No Tipo 8 existe ainda uma taxa relevante de estabelecimentos pouco integrados (67,7%) e as ocupações urbanas são expressivas (56,7%), porém as áreas naturais são em média 15 pontos percentuais menores do que as do Tipo 9.

Figura 18 - Distribuição espacial do Tipo 9



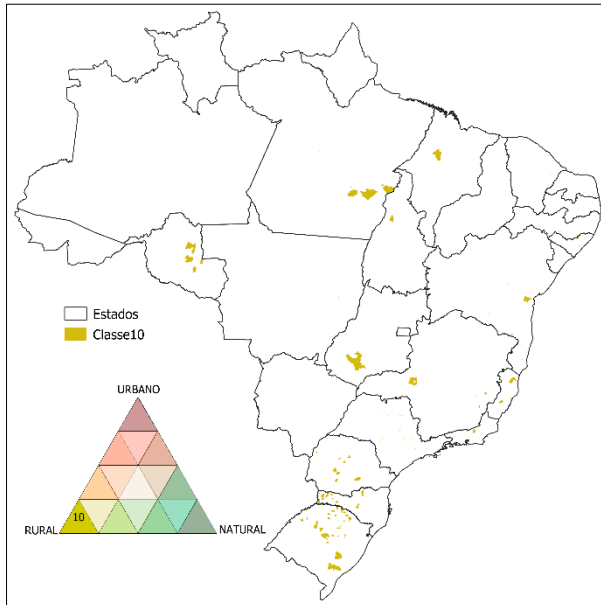
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Tipo 9: Áreas predominantemente da natureza

No Tipo 9 predomina a influência do natural, seguido do urbano e em menor grau do rural. Em relação à distribuição geográfica, este tipo se concentra nas áreas de fronteira internacional da Região Norte, no Sertão Nordestino e próximas ou sobrepostas a Áreas de Proteção Ambiental (Figura 18). Ocupa uma área de 2,5% do território, sendo que as áreas médias das áreas de ponderação são de 2 789 km². Possui uma alta cobertura natural, aproximadamente 85% dos seus estabelecimentos rurais são pouco integrados ao mercado. Entre as pessoas ocupadas é

expressivo o percentual daquelas associadas ao urbano (50,3%). Considerou-se relevante também o percentual de pessoas em ocupações da natureza (4,8%), que corresponde ao dobro da média nacional.

Figura 19 - Distribuição espacial do Tipo 10



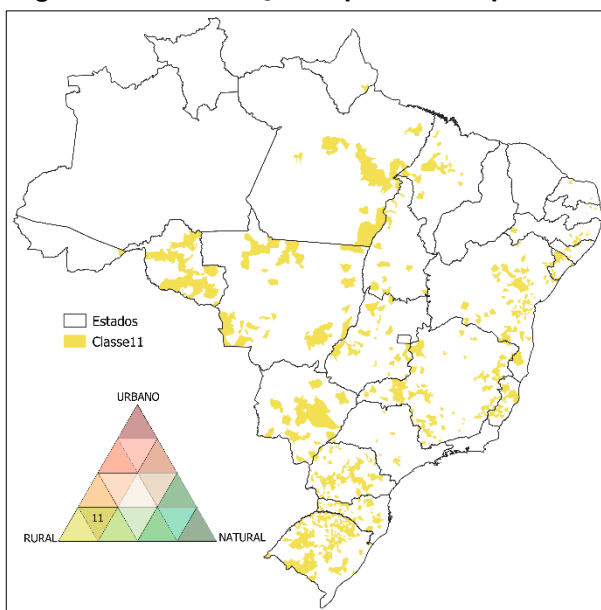
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

número de pessoas ocupadas nas atividades rurais (64,7%).

Tipo 10: Áreas majoritariamente rurais produtivistas

O Tipo 10 é o mais rural do diagrama triangular, representa aproximadamente 0,7% do Território Nacional e sua área média é de 597 km². Aproximadamente 80% das áreas de ponderação deste tipo estão distribuídas pelas Regiões Sul e Sudeste e, apesar de serem áreas pequenas, possuem uma atividade agropecuária bem consolidada (Figura 19). Destaca-se pela alta cobertura da área de lavoura e pastagem, pelo elevado grau de integração das propriedades rurais e pelo expressivo

Figura 20 - Distribuição espacial do Tipo 11

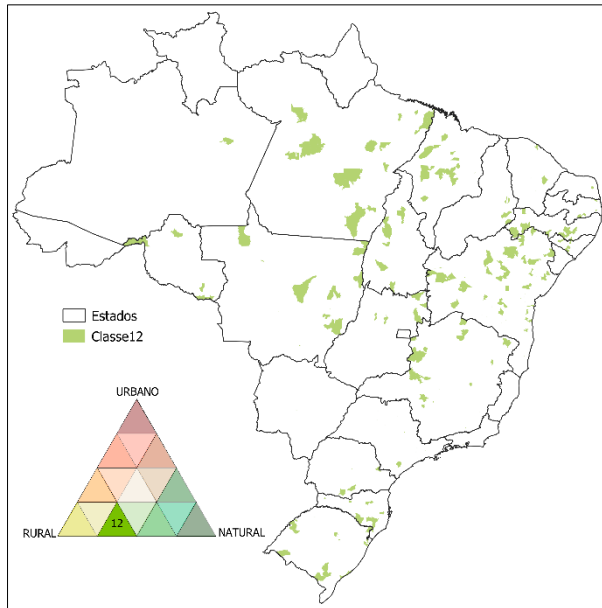


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Tipo 11: Áreas rurais produtivistas e consolidadas

No Tipo 11 verifica-se uma baixa influência do natural e do urbano e elevada do rural. Sua distribuição geográfica é esparsa por todas as regiões, com exceção da Região Amazônica e do Sertão Nordestino; a maior expressividade está na Região Sul, ocupando cerca de 10,0% do Território Nacional (Figura 20). Neste tipo, a área ocupada pela agropecuária é aproximadamente 62% da área total e mais de 75% dos estabelecimentos são integrados ou muito integrados.

Figura 21 - Distribuição espacial do Tipo 12

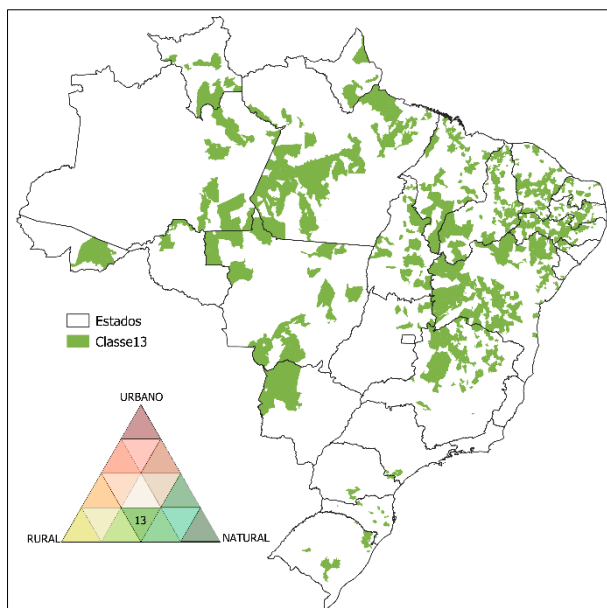


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Tipo 12: Áreas rurais produtivistas e em consolidação

No Tipo 12, prepondera o peso das variáveis do rural, moderada dos espaços da natureza e baixa influência do urbano. Esse tipo ocupa uma área de 4,1% do Território Nacional e está disperso, principalmente, pela Região Nordeste e no Estado do Pará (Figura 21). As variáveis mais elevadas são as ocupações rurais que são aproximadamente 57% e os estabelecimentos integrados e muito integrados somam $\frac{2}{3}$ do total.

Figura 22 - Distribuição espacial do Tipo 13



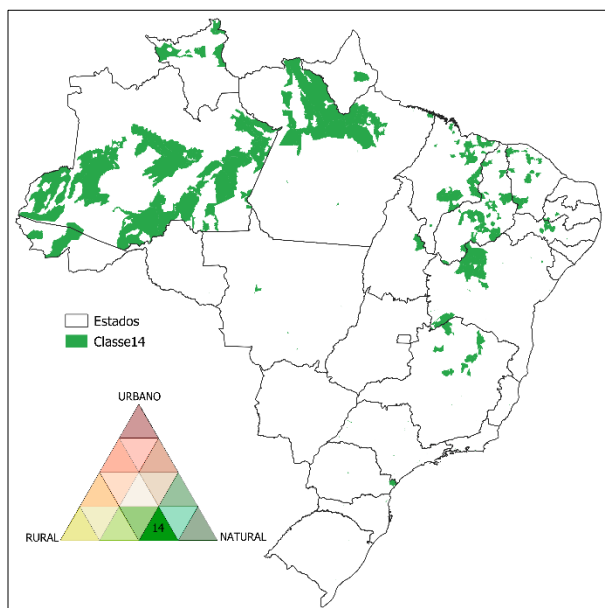
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Tipo 13: Áreas que mesclam atividades rurais e paisagens naturais

No Tipo 13, existe baixa influência do urbano e uma influência equilibrada entre as variáveis do rural e do natural. Abrange uma área de 20,0% do Território Nacional e se concentra principalmente nas Regiões Norte e Nordeste e nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Figura 22). A média de cobertura natural neste tipo é de 56,0% e de lavoura e pastagem é de aproximadamente 30%. Existe um equilíbrio entre o número dos estabelecimentos integrados e os pouco integrados. Outro fator que chama atenção é que as atividades

ocupacionais do rural se aproximam dos 50%.

Figura 23 - Distribuição espacial do Tipo 14

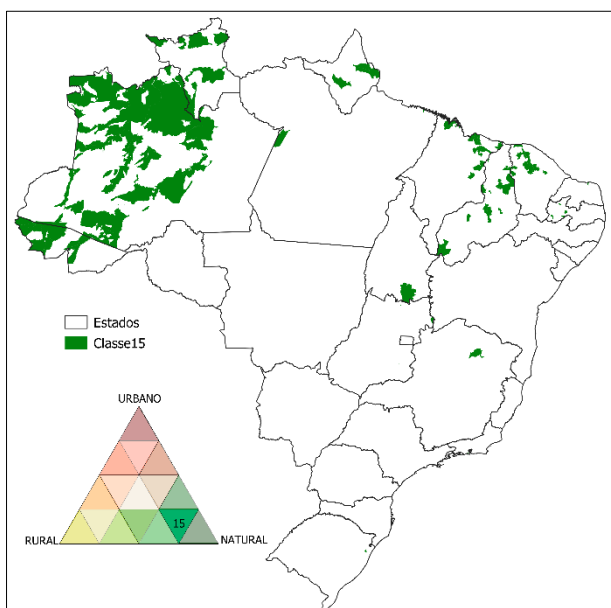


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Tipo 14: Áreas predominantemente naturais com atividades rurais

No Tipo 14 o domínio é dos espaços da natureza, seguindo com influência moderada do rural e menor grau do urbano. Esse tipo ocupa uma área de 11,9% do território brasileiro. Espacialmente, se distribui de forma descontínua do Rio Amazonas até o Sertão Nordestino (Figura 23). As variáveis mais relevantes são as áreas naturais, que ocupam mais de 80% das áreas de ponderação. Em relação às ocupações, as associadas à natureza registram a segunda mais alta média entre todos os tipos, porém as ocupações rurais são expressivas.

Figura 24 - Distribuição espacial do Tipo 15

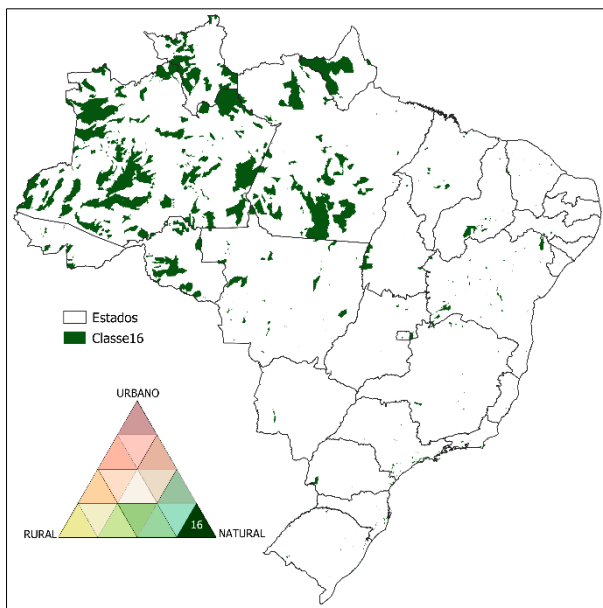


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Tipo 15: Áreas predominantemente naturais

No Tipo 15, existe uma maior influência dos espaços da natureza e um equilíbrio entre o peso do rural e do urbano. Espacialmente, ele está localizado nos estados das Regiões Norte e Nordeste (Figura 24). No Nordeste, o Tipo 15 se concentra no Sertão Nordestino; na Região Norte, nos Estados do Acre, Amazonas e Roraima. Nessas áreas, a porcentagem de estabelecimentos pouco integrados e de áreas naturais é superior a 80% e a média das ocupações relacionadas a natureza é a mais alta registrada entre todos os tipos.

Figura 25 - Distribuição espacial do Tipo 16



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Tipo 16: Áreas naturais

No Tipo 16 encontra-se a maior intensidade das características definidas para os espaços da natureza. Sua distribuição ocorre com alta concentração na Amazônia Legal e em áreas residuais no restante do País (Figura 25). Diferente dos outros tipos, que foram definidos com base em combinações de variáveis, esse foi classificado exclusivamente com base nas informações do Monitoramento da Cobertura e Uso da Terra do Brasil, elaborado pelo IBGE. Cabe ressaltar que pela combinação de variáveis da natureza nenhuma área de ponderação alcançou 75,0% para ser incluída no Tipo 16, ou seja, no extremo da dimensão natureza do diagrama triangular.

Indicativos da franja rural-urbana

A franja rural-urbana, como já apresentada neste estudo, conjuga elementos tanto do urbano quanto do rural. Notadamente, tais espaços estão localizados nas bordas das grandes Concentrações Urbanas, já que cidades menores possuem menos complexidades que sejam capazes de induzir à formação de franjas rurais-urbanas. Não obstante, há casos no País em que, ainda que se trate de uma grande Concentração Urbana, há particularidades locais e regionais que suscitam dúvidas quanto à formação de franja, como pode ser exemplificado com o caso de Manaus (Amazonas), que veremos adiante.

As franjas rurais-urbanas, no contexto nacional, caracterizam-se pela complexidade na conjugação de elementos do processo de expansão da cidade próxima, com a presença de loteamentos e de urbanização, muitas vezes, incipiente, além da existência de áreas agrícolas, áreas de preservação da natureza, de equipamentos urbanos que atendem às Concentrações Urbanas (instalações industriais, galpões logísticos etc.) e de outros elementos (espaços de lazer, recreativo etc.). Na proposição de Bryant, Russwurm e McLellan (1982), há uma variação na composição da franja rural-urbana: nas áreas de franja mais próximas à cidade, também chamada de franja interna, há prevalência dos elementos urbanos; já na parte externa da franja, há o aumento da prevalência dos elementos rurais.

Considerando-se tais elementos formadores das franjas, foram realizados alguns testes que possibilitassem, numa análise exploratória inicial, a identificação da franja rural-urbana em algumas das principais Concentrações Urbanas brasileiras. Para a identificação desses espaços,

foram selecionadas algumas ocupações⁶⁹ do Censo Demográfico 2010 que servissem para caracterizá-las, em especial, ocupações ligadas ao rural. Com efeito, a escolha desse conjunto de ocupações permitiu que houvesse a identificação de áreas de ponderação nas grandes Concentrações Urbanas⁷⁰, ou próximas a elas, em que a presença de população ocupada nas atividades ligadas ao rural indicasse a presença de áreas agrícolas e de produção primária nas bordas das grandes concentrações.

A partir da seleção das atividades para caracterizar a franja, e após alguns testes que buscavam refletir melhor o fenômeno em análise, dividiu-se, em cinco classes, o percentual de pessoas nas ocupações selecionadas (Quadro 9).

Quadro 9 - Critérios utilizados para definição das classes de ocupações para identificação de franja rural-urbana - Brasil

Classe	Ocupações consideradas	Característica prevalecente
1	0 a 2%	Áreas urbanas
2	2,1 a 5%	Áreas de franja (franja interna)
3	5,1 a 12%	Áreas de franja (franja interna/externa)
4	12,1 a 20%	Áreas de franja (franja externa), rurais e/ou da natureza
5	>20%	Áreas rurais e/ou da natureza

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A primeira classe, de 0 a 2%, traduz a pouca presença das atividades consideradas de franja, o que indica a prevalência do urbano embora abranja, em grau reduzido, pessoas envolvidas, por exemplo, nas atividades agrícolas, não raro em áreas de agricultura urbana. A segunda classe, 2,1 a 5%, sobretudo nas bordas das Concentrações Urbanas, indica a existência de elementos da franja rural-urbana, uma vez que há um valor considerável de pessoas ocupadas em atividades agrícolas e nas demais ocupações consideradas de franja. A terceira classe, de 5,1 a 12%, nas áreas de borda das Concentrações Urbanas denota relevante presença das atividades agrícolas e nas demais ocupações consideradas de franja, o que, a princípio, ajuda a identificar, conjuntamente com as classes 2 e 4, os espaços de franja rural-urbana. A quarta classe, de 12,1 a 20%, com relevante presença de atividades ligadas ao rural, tanto pode indicar áreas que compõem a franja rural-urbana, quanto áreas tendencialmente rurais e/ou naturais. Já a quinta classe, acima de 20%, sugere forte presença das atividades agrícolas, pecuárias etc., que indica a conformação de áreas rurais e/ou naturais.

Outra variável também foi utilizada para, concomitantemente, identificar espaços de franja rural-urbana: as áreas de adição urbana delimitadas na publicação sobre as áreas urbanizadas, já que essas áreas, identificadas em 2019, “sofreram um processo de expansão de áreas

⁶⁹ As ocupações selecionadas para identificação de franjas encontram-se no Apêndice 8.

⁷⁰ São consideradas grandes Concentrações Urbanas os Arranjos Populacionais e os Municípios isolados com população superior a 750 000 habitantes (IBGE, 2016).

urbanizadas densas ou pouco densas, frente ao que foi anteriormente identificado no mapeamento com ano de referência de 2015" (ÁREAS..., 2022, p. 21). A presença das áreas adicionadas ao tecido urbano indica espaços em que o processo de expansão da cidade se faz mais evidente. A conjugação dos dados de atividades ligadas ao rural e das áreas de adição urbana possibilita evidenciar, nas bordas das Concentrações Urbanas, os espaços caracterizadores de franja em que coexistem a expansão do urbano em meio a áreas em que as atividades ligadas ao rural continuam presentes.

Assim, foram segmentados em cinco classes os dados de áreas adicionadas, sendo que os valores percentuais mais elevados indicam áreas com forte expansão urbana, e os valores mais baixos se notam em espaços urbanos consolidados e nas áreas de franja (Quadro 10).

Quadro 10 - Critérios utilizados para definição das classes de áreas urbanas adicionadas no período de 2015 a 2019 - Brasil

Classe	Áreas Urbanas Adicionadas	Característica prevalecente
1	0 a 2%	Baixa expansão urbana
2	2,1 a 5%	Razoável expansão urbana
3	5,1 a 8%	Média expansão urbana
4	8,1 a 11%	Considerável expansão urbana
5	>11%	Alta expansão urbana

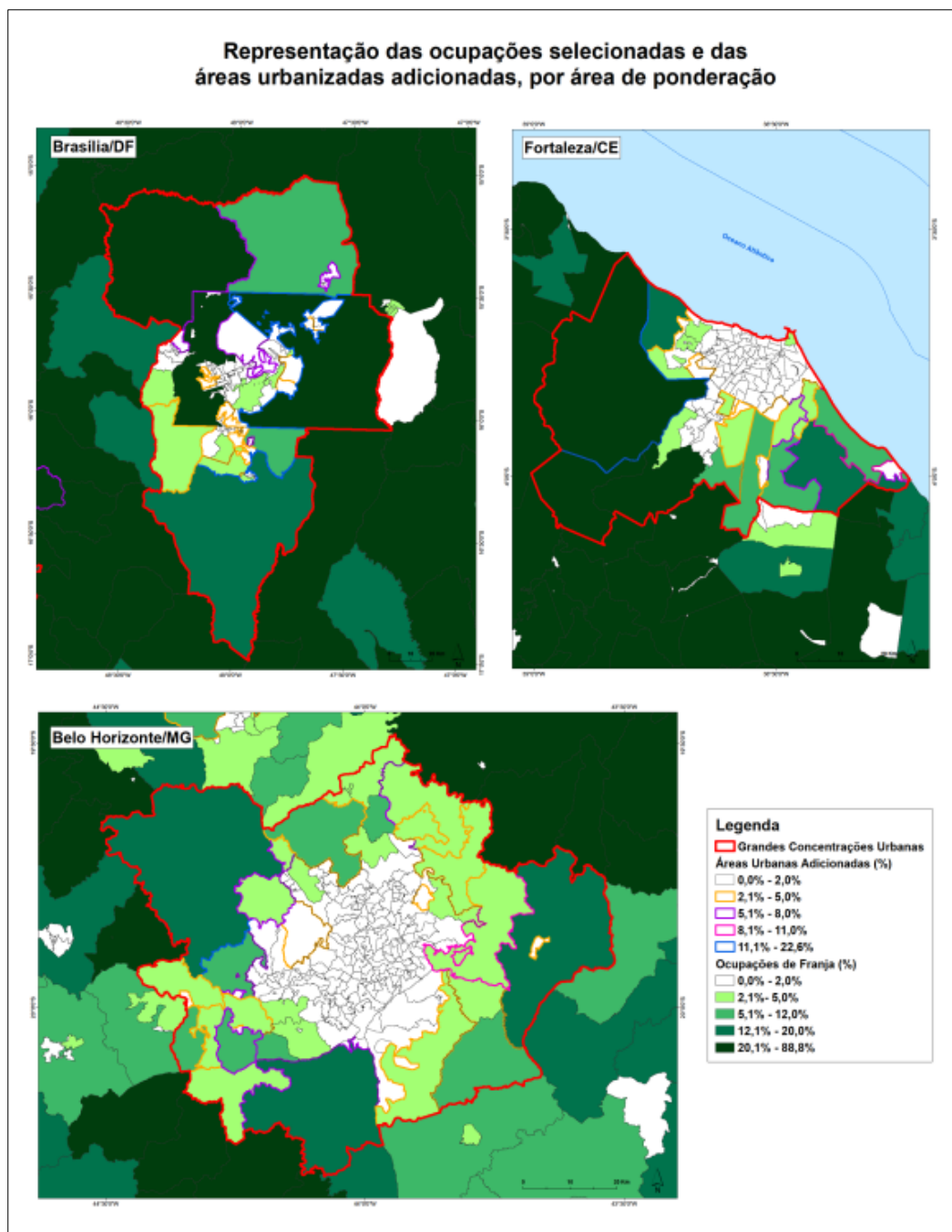
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A seguir serão representadas algumas grandes e médias Concentrações Urbanas consideradas para buscar evidências de identificação do fenômeno de formação de franja rural-urbana nos testes realizados. Além dessas selecionadas, as demais grandes Concentrações Urbanas que são capitais brasileiras estão representadas no Apêndice 9 deste estudo, embora se destaque que nem todas, a princípio, indiquem a formação de franja rural-urbana⁷¹.

Na Figura 26 podemos observar a ocorrência espacial das ocupações consideradas de franja a partir das classes descritas em grandes Concentrações Urbanas brasileiras das Regiões Sudeste (Belo Horizonte/MG); Nordeste (Fortaleza/CE); e Centro-Oeste (Brasília/DF). Além dos dados das ocupações, temos na representação as áreas urbanizadas adicionadas, no período 2015 a 2019 (ÁREAS..., 2022), também em porcentagem. As duas informações combinadas ajudam a indicar a ocorrência da franja rural-urbana, especialmente na segunda classe destacada (2,1 a 5,0%), na medida em que indicam presença de atividades agrícolas e outras ligadas ao rural e, ao mesmo tempo, pressão de incorporação de áreas ao tecido urbano. Na Figura 26, é possível identificar o espaço urbano mais consolidado (classe 1) e, nas bordas, a presença das atividades ligadas ao rural (classes 2, 3 e 4), coincidindo com algumas áreas urbanizadas de recente incorporação (classes 2 e 3).

⁷¹ Como se pode observar no Apêndice 9, as Concentrações Urbanas de Teresina/PI, Natal/RN, João Pessoa/PB, São Luís/MA, Maceió/AL, Aracaju/SE, Cuiabá/MT e Campo Grande (MS) não apresentam indícios claros de formação de franja rural-urbana, ainda que sejam grandes Concentrações Urbanas.

Figura 26 - Índícios de espaços de franja rural-urbana nas grandes Concentrações Urbanas de Belo Horizonte/MG, Fortaleza/CE e Brasília/DF

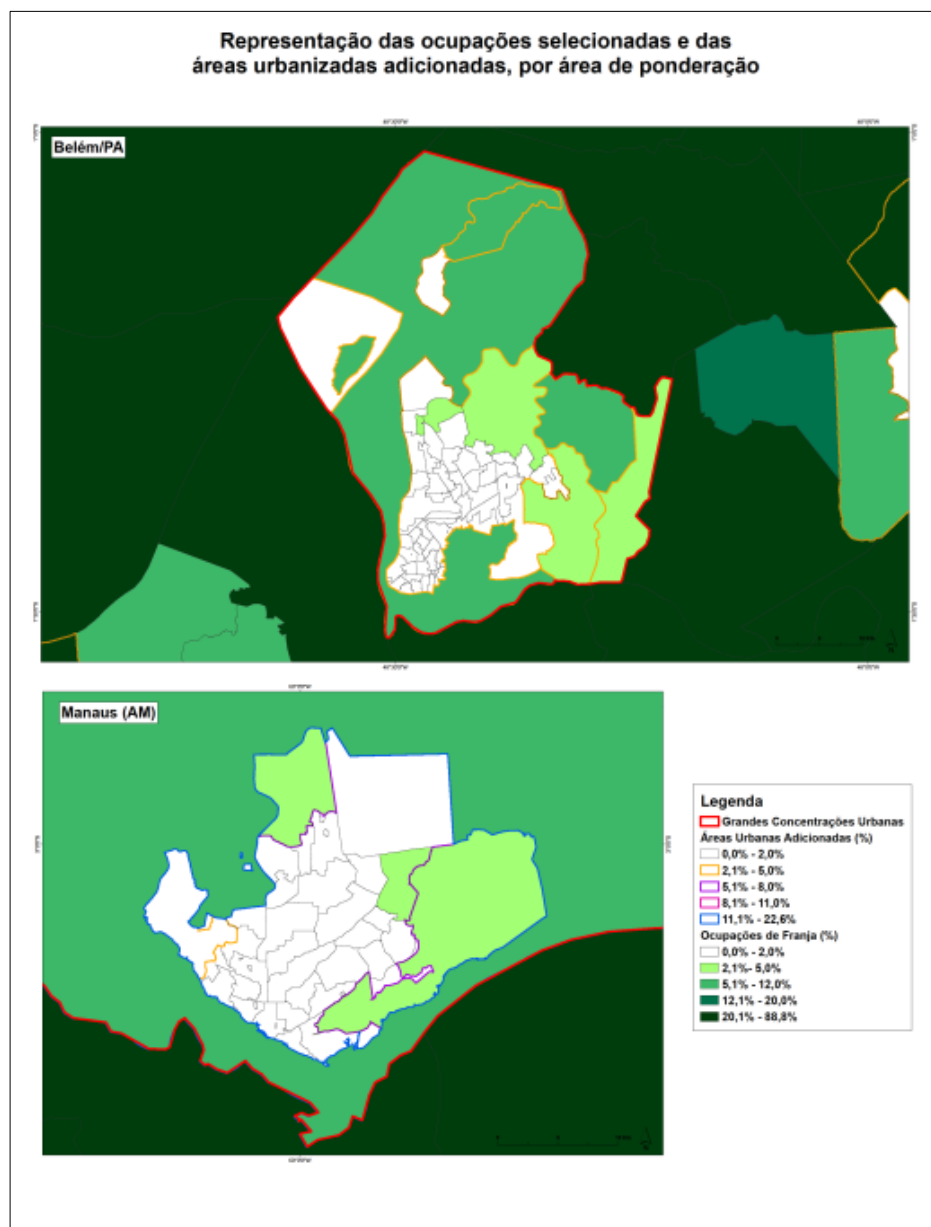


Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Na Figura 27 podem ser observados os testes de identificação de franja rural-urbana nas grandes concentrações selecionadas da Região Norte: Belém/PA e Manaus (AM). Na concentração de Belém/PA observa-se algum indício de formação de franja a partir da identificação das áreas urbanas adicionadas (classe 2) e das ocupações de franja (classes 2 e 3) a partir do núcleo urbano consolidado (classe 1). Já na Concentração Urbana de Manaus (AM) não há evidências claras de formação de franja rural-urbana; embora seja uma grande Concentração Urbana, o modelo de desenvolvimento local/regional, em particular com a

existência dos distritos agropecuário e industrial, além da elevada presença de áreas protegidas, podem explicar a não conformação de uma franja na concentração.

Figura 27 - Índícios de espaços de franja rural-urbana nas grandes Concentrações Urbanas de Belém/PA e Manaus (AM)



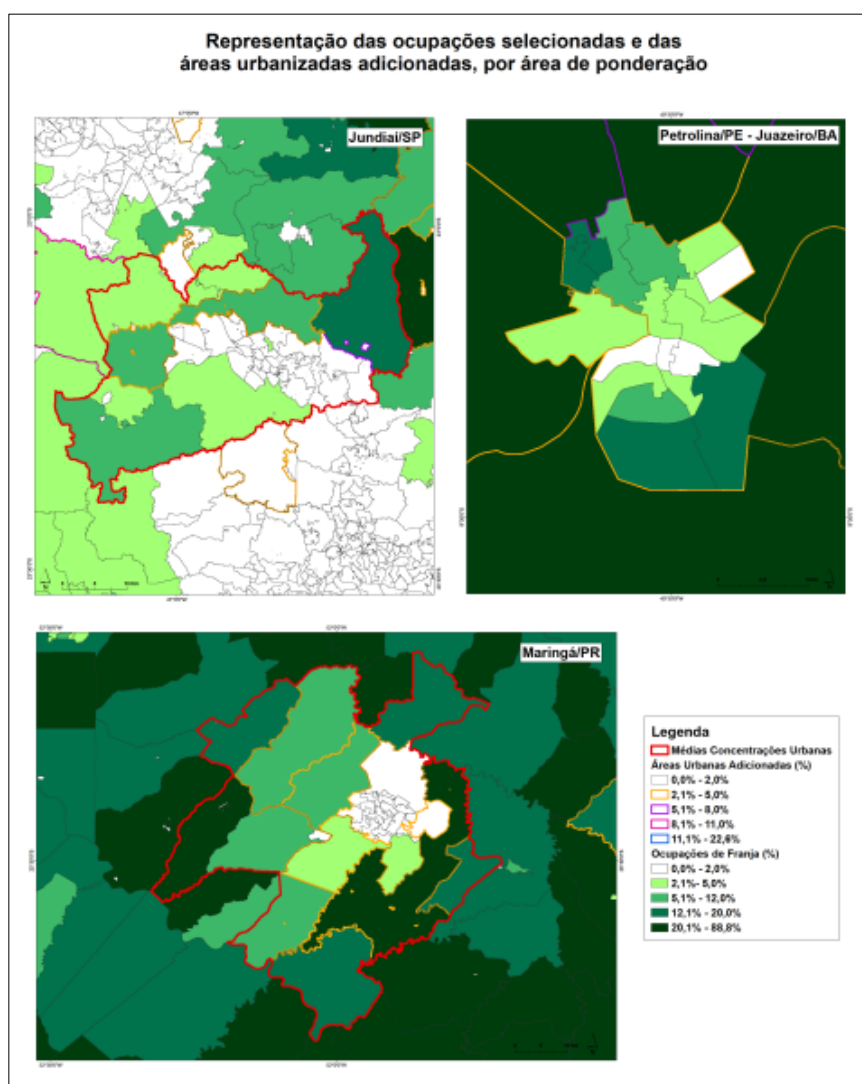
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

No caso das Médias Concentrações Urbanas selecionadas, há dúvidas quanto à formação de franjas rurais-urbanas, já que tais Concentrações, pelo menor dinamismo que possuem em relação às Grandes Concentrações, não conseguiriam, a princípio, induzir à formação desses espaços (Figura 28). Não obstante, destaca-se o exemplo da Concentração Urbana de Jundiaí/SP, pois, embora seja uma média Concentração, há indícios que sugerem a formação

de franja rural-urbana. A proximidade com as grandes Concentrações Urbanas de São Paulo/SP e Campinas/SP pode, numa análise pormenorizada, explicar a existência de franja na Média Concentração de Jundiaí/SP, diferenciando-se das demais Médias Concentrações analisadas.

Na Média Concentração Urbana de Maringá/PR não se nota a formação de uma franja rural-urbana, o que pode ser compreendido pela menor complexidade da Concentração e pelo contexto regional, em que não há uma grande Concentração Urbana próxima. Na Média concentração de Petrolina/PE – Juazeiro/BA os testes realizados indicam que não há a presença clara de espaços de franja rural-urbana.

Figura 28 - Indícios de espaços de franja rural-urbana nas médias Concentrações Urbanas de Jundiaí/SP, Maringá/PR e Petrolina/PE – Juazeiro/BA



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A partir das representações elaboradas se pode indicar o tamanho das áreas de ponderação como um fator que dificulta a delimitação da franja rural-urbana. Nas áreas mais distantes do tecido urbano, as áreas de ponderação tendem a ser maiores, o que traz dificuldades para uma apreensão mais detalhada do fenômeno da formação de franjas rurais-urbanas. Com base nos testes realizados, foi possível identificar indícios de formação de franja rural-urbana, em especial nas Grandes Concentrações Urbanas, embora, como destacado, haja particularidades locais e regionais, como no caso de Manaus (AM).

Os dados utilizados para uma aproximação inicial de delimitação das franjas (ocupações ligadas ao rural e áreas urbanas adicionadas) são promissores. Não obstante, considera-se que há potencial para o uso de outras variáveis para a melhor identificação de espaços representativos desse fenômeno. Nesse sentido, algumas variáveis podem ser incorporadas em estudos futuros para melhor delimitação das franjas, como a ocorrência de pluriatividade nesses espaços, sendo pelo menos uma das atividades considerada como tipicamente agrícola, oriunda das bases do Censo Demográfico.

Ademais, podem ser consideradas como variáveis que auxiliem na identificação das franjas rurais-urbanas: o tamanho das unidades agropecuárias, como apreendido pelo Censo Agropecuário 2017; a presença de loteamentos vazios delimitados no estudo Áreas Urbanizadas do Brasil 2019; e, por fim, dados oriundos da Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios, realizada em 2022, na operação de pré-coleta do Censo Demográfico 2022. Assim, a realização de testes ulteriores considerando mais variáveis pode servir a uma melhor compreensão das dinâmicas que caracterizam as franjas rurais-urbanas nas Concentrações Urbanas do Brasil.

Considerações finais

Este estudo, de natureza experimental, teve como objetivo principal a discussão de critérios e conceitos para definição de uma tipologia que desse conta do *continuum* rural-urbano-natureza. Desse modo, está prevista uma outra publicação que trará os dados atualizados (principalmente do Censo Demográfico 2022) e os ajustes metodológicos necessários para a geração da tipologia final a ser criada pelo IBGE.

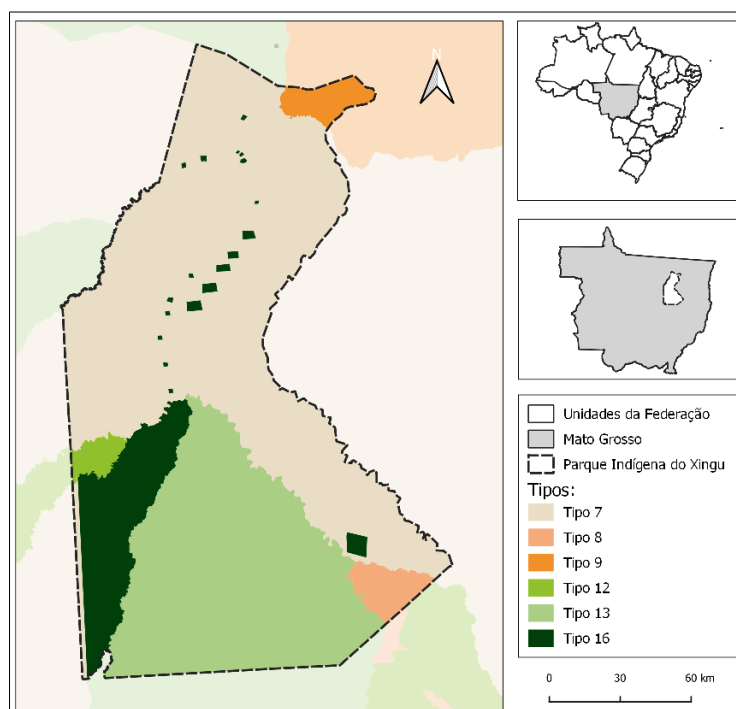
Dentre os dados aguardados figuram os da Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios, realizada no Município de Poços de Caldas (Minas Gerais), em 2019, na operação de pré-coleta do Censo Demográfico 2022, especificamente as variáveis de presença, nos logradouros, de iluminação pública e de pavimentação. Outra variável importante é a da atualização das ocupações laborais, tendo em vista as transformações mais recentes ocorridas no mercado de trabalho.

Outra informação que tem potencial discriminatório e inclusive é utilizada na classificação de rural e urbano da Austrália⁷² e no estudo para classificação dos Municípios no Brasil, realizado pelo IBGE (2017), é o dado de acessibilidade geográfica, no sentido de se ter uma medida da articulação entre as áreas de ponderação e centros de hierarquia mais próximos e, conseqüentemente, do grau de isolamento dos núcleos urbanos, em relação a centros de maior hierarquia. Cabe ressaltar que a proximidade a grandes centros urbanos acaba por influenciar no grau de urbanidade/ruralidade das diversas localidades existentes no País.

Contudo, a principal informação a ser trabalhada antes da elaboração final de uma tipologia rural-urbana-natural é a de áreas de ponderação. Após a finalização do Censo Demográfico 2022, será possível criar áreas de ponderação novas, ajustadas à distribuição da população no território brasileiro. Pretende-se ainda avançar para que tais áreas levem em consideração territórios específicos (Unidades de Conservação, Terras Indígenas, entre outros), pois, atualmente, as áreas de ponderação as perpassam, o que dificulta a apreensão das diferentes realidades. Tais melhorias serão de fundamental importância, uma vez que a unidade espacial de análise e representação da tipologia rural-urbana-natureza é a área de ponderação.

⁷² Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o endereço:
<http://www.abs.gov.au/AUSSTATS/abs@.nsf/DirClassManualsbyTopic/3649AA4B7A3989ADCA2570AF0044A3FB?OpenDocument>.

Figura 29 - Área de ponderação que recobre a área do Parque Nacional do Xingu



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Também se faz necessário ressaltar novamente a questão da “escala do rural”, que, das três categorias apresentadas no trabalho (espaços do urbano, do rural e da natureza), seria a classe mais difícil de se trabalhar em razão da forma – e finalidade – na qual as áreas de ponderação são produzidas. As áreas de ponderação em áreas urbanas tendem a ser menores e mais bem delimitadas, enquanto as demais são mais extensas por estarem em áreas rurais ou preservadas.

Os resultados obtidos com a identificação dos espaços do urbano, do rural e da natureza caminhou no sentido de demonstrar que as dimensões consideradas no decorrer da classificação estão vinculadas de maneira indissociável entre si, forjando as representações espaciais.

O cenário atual é decorrência de um processo de modernização da agricultura, de uma expressiva urbanização e aumento do terciário avançado, que culminou em uma reestruturação do território brasileiro. As transformações, em resumo, são intensas, heterogêneas e inseridas num contexto global que eleva a categoria da Natureza a um outro patamar, como o espaço a ser conservado/preservado e palco de uma apropriação em bases sustentáveis, considerando a necessidade de conter as mudanças climáticas e seus impactos no planeta.

Quadro 11 - Quantidade de municípios por número de áreas de ponderação que possuem - Brasil - 2010

Número de APONDS	Quantidade de municípios	% de municípios	% acumulado de municípios	Exemplos de municípios
1	4523	81,29%	81,29%	Laranjal do Jari/AP, São Gabriel da Cachoeira/AM
2	539	9,69%	90,98%	Nova Mutum/MT
3	122	2,19%	93,17%	Cajamar/SP, Luis Eduardo Magalhães/BA
4	86	1,55%	94,72%	São Gonçalo do Amarante/RN
5	57	1,02%	95,74%	Altamira/PA, São Gonçalo/RJ
6	38	0,68%	96,42%	Ji-Paraná/RO
7	41	0,74%	97,16%	Barreiras/BA
8	15	0,27%	97,43%	Rio Branco/AC, Rio Verde/GO
9	18	0,32%	97,75%	Poços de caldas/MG
10	11	0,20%	97,95%	Palmas/TO
11	13	0,23%	98,18%	Santarém/PA
12	12	0,22%	98,40%	João Pessoa/PB, Imperatriz/MA
13	11	0,20%	98,60%	Mossoró/RN
14	12	0,22%	98,81%	Boa Vista/RR, Vitória/ES
15	9	0,16%	98,98%	Olinda/PE
16	5	0,09%	99,07%	Aracaju/SE, Teresina/PI
17	5	0,09%	99,16%	Jaboatão dos Guararapes/PE
18	3	0,05%	99,21%	Cuiabá/MT, Niterói/RJ
19	7	0,13%	99,34%	Macapá, AP
20	5	0,09%	99,42%	Serra/ES
21	4	0,07%	99,50%	Campina Grande/PB, Serra/ES
22	4	0,07%	99,57%	Maceió/AL, Porto Velho/RO,
23	4	0,07%	99,64%	Natal/RN
24	2	0,04%	99,68%	Jundiaí/SP, Mogi das Cruzes/SP
27	1	0,02%	99,69%	Caxias do Sul/RS
29	2	0,04%	99,73%	São Luís/MA, Joinville/SC
30	2	0,04%	99,77%	Florianópolis/SC, Guarulhos/SP
33	1	0,02%	99,78%	Manaus/AM
36	1	0,02%	99,80%	Campinas/SP
40	1	0,02%	99,82%	Recife/PE
42	1	0,02%	99,84%	Porto Alegre/RS
43	1	0,02%	99,86%	Goiânia/GO
44	1	0,02%	99,87%	Belém/PA
51	1	0,02%	99,89%	Brasília/DF
55	2	0,04%	99,93%	Fortaleza/CE, Curitiba/PR
62	1	0,02%	99,95%	Salvador/BA
67	1	0,02%	99,96%	Belo Horizonte/MG
200	1	0,02%	99,98%	Rio de Janeiro/RJ
310	1	0,02%	100,00%	São Paulo/SP
Total Geral	5564	100%		

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A diversidade do País evidencia-se no decorrer do estudo, nos tipos identificados num método de classificação que se apodera da ideia do *continuum*, absorvendo a noção de que o rural, o urbano e a natureza são categorias espaciais complementares. Diante do exposto e dos resultados alcançados na distinção das categorias e dos tipos identificados, cabe reconhecer que essas categorias devem ser interpretadas consoante o caráter intrínseco de suas relações, que se complementam e se interpenetram nas relações que estabelecem entre si.

As discussões empreendidas ao longo do estudo classificatório permitem afirmar que os resultados alcançados se apoiaram em referências analíticas que direcionaram a escolha do *continuum* urbano-rural-natureza como um arcabouço discriminatório nas decisões metodológicas e nos procedimentos operacionais para criação da tipologia. As abordagens que distinguem os espaços do urbano, do rural e da natureza orientaram a escolha dos atributos pertinentes a cada categoria, expressos na seção **Notas técnicas** e nos resultados em 16 tipos.

As áreas da natureza de grandes dimensões não são parte do rural e merecem uma categorização própria, o que levou a busca por referências espaciais dessa categoria, de modo a distinguir e avançar na compreensão das espacialidades que não se limitam aos aspectos do urbano e do rural. Historicamente, a natureza em si já é um espaço a ser considerado e, nas suas relações com a sociedade, estabelece espaços sociais particulares. Conforme destaca Abramovay (2000), as áreas da natureza, em seus contatos com as áreas rurais e urbanas envolvem-se em suas dinâmicas, uma vez que são realidades sociais distintas, assim como a produção e apropriação desses espaços nas relações que ocorrem entre sociedade-natureza.

A definição do rural, do urbano e da natureza privilegiou os critérios apontados em diversos estudos sobre as temáticas, sempre buscando características discriminatórias entre esses espaços. Procurou-se também representar as relações existentes entre as categorias, a exemplo do rural com a natureza, a existência de regiões com forte presença das dinâmicas urbanas, como ocorre, frequentemente entre o rural e o urbano, e a presença da diversidade social que as ocupações laborais representam nessas grandes categorias.

A proposta metodológica apresentada nesse estudo foi um esforço de renovação da análise e interpretação das categorias do urbano e do rural no cenário contemporâneo, incorporando-se a dimensão da natureza nas análises empreendidas. Os avanços metodológicos realizados, bem como, a sinalização das melhorias a serem incorporadas numa classificação final, formam a base para uma nova classificação dos espaços considerados como referência espacial para divulgação dos dados do IBGE.

Referências

ABRAMOVAY, R. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2000. 31 p. (Texto para discussão, n. 702). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0702.pdf. Acesso em: maio 2023.

ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. 149 p. (Estudos rurais).

ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão rural para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1997, Brasília, DF. *Anais [...]*. Brasília, DF: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 1997. p. 203-218.

ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. (org.). *Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios*. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2006. p. 51-70 Disponível em: http://www.pert-uba.com.ar/archivos/publicaciones/Libro_DR_Manzanal-Neiman-Latuada.pdf, Acesso em: maio 2023.

ABREU, M. de A. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação: contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 56, n. 1-4, p. 21-122, jan./dez. 1994. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2023.

ALENTEJANO, P. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente: Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, Seção Local Presidente Prudente, v. 4, n. 42, p. 251-285, dez. 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7763/5871>. Acesso em: maio 2023.

ALMEIDA, R. S. de. Repensando a questão do hábitat no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 4, p. 105-118, out./dez. 1995. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=7115&view=detalhes>. Acesso em: maio 2023.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1996. Rio de Janeiro: IBGE, v. 56, 1997. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720>. Acesso em: maio 2023.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 2004. Rio de Janeiro: IBGE, v. 64, 2005. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720>. Acesso em: maio 2023.

ARRUDA, R. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. *Revista Ambiente e Sociedade*, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS, v. 2, n. 5, p. 79-92, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200007>. Acesso em: maio 2023.

ÁVILA SÁNCHEZ, H. Las prácticas agrícolas en las periferias metropolitanas: territorialización y sociabilidad en ámbitos de interfase urbano-rural en América Latina. In: MARTINS, P.; ÁVILA SÁNCHEZ, H.; WELTER, T. (org.). *Território e sociabilidade: relatos latinoamericanos*. Florianópolis: Ed. Udesc, 2012. p. 27-54. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/465/pest_2012_digital.pdf. Acesso em: maio 2023.

AZEVEDO, A. de. As cidades. In: AZEVEDO, A. de (org.). *Brasil: a terra e o homem*. São Paulo: Ed. Nacional, 1970. v. 2: A vida humana, p. 211- 282. (Brasiliense. Formato especial).

AZEVEDO, A. de. *Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de Geografia Urbana retrospectiva*. São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1956. 93 p. (Boletim, n. 208; Geografia, n. 11).

BAGLI, P. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKHER, A. M. (org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão popular, 2006. p. 81-109.

BAHIANA, L. C. da C. Agentes modeladores e uso do solo urbano. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo: AGB, v. 19, p. 53-61, 1978. Disponível em: https://www.academia.edu/27677697/Agentes_Modeladores_e_Uso_do_Solo_Urbano_1978_. Acesso em: maio 2023.

BATISTA, E. E. Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas. *Revista NERA*, Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA, v. 18, n. 29, p. 101-132, jul.-dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i29.3345>. Acesso em: maio 2023.

BECKER, H. A Escola de Chicago. *Mana*, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS (Museu Nacional), v. 2, n. 2, p. 177-188, 1996. Conferência pronunciada em 24 de abril de 1990, durante sua última visita ao Brasil. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200008>. Acesso em: maio 2023.

BERNARDES, N. O problema do estudo do habitat rural no Brasil. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, n. 176, p. 529-544, set./out. 1963. Palestra proferida em 21 de fevereiro de 1957. Transcrição do Boletim Carioca de Geografia, v. 10, n. 1-2, 1957. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=719>. Acesso em: maio 2023.

BICALHO, A. M. de S. M. Os desafios à sustentabilidade rural na Geografia Agrária. In: BICALHO, A. M. de S. M.; HOEFLE, S. W (org.). *A dimensão regional e os desafios à sustentabilidade rural*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Laboratório de Gestão do Território - Laget, 2003.

BITOUN, J.; MIRANDA, L. I. B. de. A tipologia regional das ruralidades brasileiras como referência estratégica para a política de desenvolvimento rural. *Raízes*, Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS, v. 35, n.1, p. 21-33, jan./jun.2015. Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.2015.v35.422> 6. Acesso em: maio 2023.

BOTTOMORE, T. (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Título original: A dictionary of marxist thought. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7049739/mod_resource/content/1/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf. Acesso em: maio 2023.

BRASIL. Decreto n. 2.519, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 5 de junho de 1992. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 136, n. 51, p. 1-7, 17 mar. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2519.htm. Acesso em: maio 2023.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 144, n. 28, p. 316-317, 8 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: maio 2023.

BRASIL. Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de Direito Tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*: seção 1, Brasília, DF, ano 104, n. 204, p. 12451, 27 out. 1966. Retificada no Diário, 31 out. 1966, seção 1, p. 12567. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm. Acesso em: maio 2023.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o Art. 225, § 1º, incisos, I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 138, p. 1-8, 19 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: maio 2023.

BRASIL. Secretaria do Patrimônio da União. Portaria n. 89, de 15 de abril de 2010. Disciplina a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em favor das comunidades tradicionais, com o objetivo de possibilitar a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis na orla marítima e fluvial, voltados à subsistência dessa população, mediante a outorga de Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 72, p. 91-92, 16 abr. 2010. Disponível em: https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/PORTARIA_SPU_89_2010_TAUS_comunidade tradicionais.pdf. Acesso em: maio 2023.

BRYANT, C. R.; RUSSWURM, L. J.; MCLELLAN, A. G. *The city's countryside: land and its management in the rural-urban fringe*. London: Longman Group, 1982. 249 p.

BURTON, I. The quantitative revolution and Theoretical Geography. *Canadian Geographer*, New York: Wiley, v. 7, n. 4, p. 151-162, June 2008. Originalmente publicado em 1963. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1541-0064.1963.tb00796.x>. Acesso em: maio 2023.

CAPEL, H. *La cosmópolis y la ciudad*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2003. 248 p. Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/cosmopolis_hcapel.pdf. Acesso em: maio 2023.

CAPEL, H. Urbanización generalizada, derecho a la ciudad y derecho para la ciudad. *Scripta Nova*: revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 14, 2010. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/1658>. Acesso em: maio 2023.

CARLOS, A. F. A. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. *GEOUSP: espaço e tempo*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Programa de Pós-Graduação de Geografia Humana - PPGH e Programa de Pós-Graduação de Geografia Física - PPGF, v. 7, n. 13, p. 179-187, 2003. Resenha. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2003.123804>. Acesso em: maio 2023.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2013. 234 p.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA, v. 5, n. 1, p. 70-82, abr./set. 1997. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/106/102>. Acesso em: maio 2023.

CARNEIRO, M. J. "Rural" como categoria de pensamento. *RURIS*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Centro de Estudos Rurais - Ceres, v. 2, n. 1, p. 9-38, mar. 2008. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16818/11529>. Acesso em: maio 2023.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. Tradução de Arlene Caetano. Ed. rev., acompanhada de um posfácio (1975). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 506 p. (Pensamento crítico, v. 48). Título original: La question urbaine.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Tradução de Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt; prefácio de Fernando Henrique Cardoso; atualização de Jussara Simões. 6. ed. total. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 698 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1). Título original: The rise of the network society. Disponível em: <https://globalizacaoeintegracaoregionalufabc.files.wordpress.com/2014/10/castells-m-a-sociedade-em-rede.pdf>. Acesso em: maio 2023.

CAVALCANTI, L. C. de S.; CORRÊA, A. C. de B. Da descrição de áreas às sínteses naturalistas: uma abordagem historiográfica sobre a ideia de "áreas naturais". *Revista Espaço & Geografia*, Brasília, DF: Universidade de Brasília - UnB, Departamento de Geografia, v. 17, n. 2, p. 377-422, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/40013/31109>. Acesso em: maio 2023.

CERON, A. O.; GERARDI, L. H. de O. Geografia Agrária e metodologia de pesquisa. *Boletim de Geografia Teorética*, Rio Claro: Universidade Estadual Paulista - Unesp, Departamento de Geografia, v. 9, n. 17-18, p. 59-68, 1979.

CERON, A. O.; GERARDI, L. H. de O. Geografia Agrária e metodologia de pesquisa. *Campo-Território: revista de Geografia Agrária*, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Instituto de Geografia, v. 2, n. 3, p. 4-16, fev. 2007. Publicado conforme o original, extraído do Boletim de Geografia Teorética, v. 9, n. 17-18, p. 59-68, 1979. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11799/6908>. Acesso em: maio 2023.

CHILDE, V. G. Origins of cities. In: WALTON, J.; CARNS, D. E. *Cities in change: studies on the urban condition*. 3rd. print. Boston: Allyn and Bacon, 1974. p. 1-22.

CHOMITZ, K. M.; BUYS, P.; THOMAS, T. S. *Quantifying the rural-urban gradient in Latin America and the Caribbean*. Washington, DC: World Bank, 2005. 35 p. (Policy research working paper, WPS3634). Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/a92dd166-d5b9-5573-9152-84307ae69f84/content>. Acesso em: maio 2023.

CHRISTALLER, W. *Central places in southern Germany*. Translated by Carlisle W. Baskin. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966. 230 p. Título original: Die zentralen Orte in Süddeutschland.

CLAVAL, P. Marxismo e Geografia Econômica na obra de David Harvey. *Espaço e Economia: revista brasileira de Geografia Econômica*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Programa de Pós-Graduação em História Social - PPgHS, Núcleo de Pesquisa

Espaço & Economia - Nupee, v. 2, n. 3, p. 1-16, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.570>. Acesso em: maio 2023.

CLAVAL, P. Reading the rural landscapes. *Landscape and Urban Planning*, New York: Elsevier, v. 70, n. 1-2, p. 9-19, Jan. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2003.10.014>. Acesso em: maio 2023.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. *GEOgraphia*, Niterói: Universidade Federal Fluminense - UFF, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PosGeo, v. 1, n. 2, p. 7-26, 1999. Originalmente publicado em 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i2.a13349>. Acesso em: maio 2023.

CLAVAL, P. "A volta do cultural" na Geografia. *Mercator*, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará - UFC, Departamento de Geografia, v. 1, n. 1, p. 19-28, jan./jun 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/rm.v1i1.192>. Acesso em: maio 2023.

COFFEY, W. J. MANZAGOL, C.; SHEAMUR, R. G. Centralités métropolitaines. *Cahiers de Géographie du Québec*, Québec: Université Laval, Département de Géographie, v. 44, n. 123, p. 277-281, déc. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/022921ar>. Acesso em: maio 2023.

CONFIGURAÇÃO atual e tendências da rede urbana. In: CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2002. v. 1, 396 p. Parceria com o IBGE e o Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional - Nesur do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, sob coordenação do IPEA. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3099>. Acesso em: maio 2023.

CONTAS de ecossistemas: o uso da terra nos biomas brasileiros 2000-2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 95 p. (Contas nacionais, n. 73). Acima do título: (Contas econômicas ambientais, 1). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/28920-contas-de-ecossistemas.html?edicao=28921&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: maio 2023.

CORRÊA, R. L. Áreas sociais: uma avaliação e perspectivas. *GEOUSP: espaço e tempo*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Programa de Pós-Graduação de Geografia Humana - PPGH e Programa de Pós-Graduação de Geografia Física - PPGF, v. 20, n. 1, p. 10-33, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2016.111752>. Acesso em: maio 2023.

CORRÊA, R. L. Carl Sauer e Denis Cosgrove: a paisagem e o passado. *Espaço Aberto: revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia*, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, v. 4, n. 1, p. 37-46, jan./jun.2014. Disponível em: <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2014.2431>. Acesso em: maio 2023.

CORRÊA, R. L. *Cidade-campo: as abordagens teóricas*. Rio de Janeiro, 2018a. 11 p. Trabalho não publicado.

CORRÊA, R. L. O enfoque locacional na Geografia. *Terra Livre*, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, v. 1, n. 1, p. 52-66, 1986. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/41446154/01-o-enfoque-locacional-na-geografia-r-l-correa-1986>. Acesso em: maio 2023.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: SANTOS, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). *Geografia: conceito e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995a. p. 15-47.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995b. 94 p. (Série princípios, 174).

CORRÊA, R. L. A Geografia Urbana no Brasil: uma avaliação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS*, 3., 1978, Fortaleza. *Anais [...]*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, 1978. p. 9-12.

CORRÊA, R. L. Organização do espaço: dimensões, processo, forma e significados. *Geografia*, Rio Claro: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG, v. 36, p. 7-16, jan. 2011. Número especial. Disponível em: <https://gen2011urc.files.wordpress.com/2012/03/organizac3a7c3a3o-do-espac3a7o-dimensc3b5es-processo-forma-e-significados-e28093-roberto-lobato-corr3aaa.pdf>. Acesso em: maio 2023.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. *GEOUSP: espaço e tempo*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Programa de Pós-Graduação de Geografia Humana - PPGH e Programa de Pós-Graduação de Geografia Física - PPGF, v. 15, n. 3, p. 5-12, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74228>. Acesso em: maio 2023.

CORRÊA, R. L. Perspectivas da urbanização brasileira: uma visão geográfica para o futuro próximo. *In: Caminhos paralelos e entrecruzados*. São Paulo: Ed. Unesp, 2018b.

CORRÊA, R. L. *Processo, forma e significado*: uma breve consideração. Rio de Janeiro, 2018c. 13 p. Trabalho não publicado.

COSGROVE, D. Landscape and landschaft. *GHI Bulletin*, Washington, DC: German Historical Institute - GHI, v. 35, p. 57-71, Fall 2004. Disponível em: <https://www.ghidc.org/fileadmin/publications/Bulletin/bu35.pdf>. Acesso em: maio 2023.

COSGROVE, D. Modernity, community and the landscape idea. *Journal of Material Culture*, Glasgow: Sage Journals v. 11, n. 1-2, p. 49-66, July 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1359183506062992>. Acesso em: maio 2023.

COSGROVE, D. *Social formation and symbolic landscape*. Madison: University of Wisconsin Press, 1998. 293 p.

COSGROVE, D.; DANIELS, S. (ed.). *The iconography of landscape: essays on the symbolic representation, design and use of past environments*. Cambridge [Reino Unido]: Cambridge University Press, 1988. 318 p. (Cambridge studies in historical geography, 9).

CRISTOFOLETI, A. As características da nova Geografia. *Geografia*, Rio Claro: Associação de Geografia Teórica - Ageteo; São Paulo: Hucitec, v. 1, n. 1, p. 3-33, abr. 1976. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14720/11362>. Acesso em: maio 2023.

DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. Tradução de Orlando Valverde. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 14, p. 141-148, maio 1944a. Parte 1 do artigo publicado originalmente no Bulletin de la Société de Géographie de Lille, ano 59, t. 82, n. 9, dez. 1938. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1944_v2_n14_maio.pdf. Acesso em: maio 2023.

DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. Tradução de Orlando Valverde. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, n. 15, p. 299- 308, jun. 1944b. Parte 2 do artigo publicado originalmente no Bulletin de la Société de Géographie de Lille, ano 59, t. 82, n. 9, dez. 1938. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1944_v2_n15_jun.pdf. Acesso em: maio 2023.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Hucitec: Universidade de São Paulo - USP, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras - Nupaub, 2008. 198 p. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/O%20mito%20moderno.compressed.pdf>. Acesso em: maio 2023.

DINIZ FILHO, L. L. Certa má herança marxista: elementos para repensar a Geografia Crítica. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (org.). *Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. p. 77-108.

DINIZ FILHO, L. L. *A Geografia sob a crise da teoria social crítica*. Curitiba, [2023]. Trabalho não publicado.

DINIZ, J. A. F. *Geografia da agricultura*. São Paulo: DIFEL, 1984. 278 p.

DINIZ, J. A. F. A renovação da Geografia Agrária no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 25., SIMPÓSIO RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA, 1., 1973, Rio de Janeiro. *Anais [...]* Rio de Janeiro: SBPC, 1973. p. 29-81.

EHRlich, P. R. *et al.* *O inverno nuclear*: as mais importantes pesquisas sobre o mundo após a guerra nuclear. Tradução de João Guilherme Linke. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985. 252 p. Título original: The cold and the dark.

ENDLICH, Â. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITAKER, A. M. (org.). *Cidade e campo*: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 11-32. (Geografia em movimento).

ESTATÍSTICAS históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985. In: SÉRIES estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. v. 3, 596 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=217983>. Acesso em: maio 2023.

ESTUDOS básicos para a caracterização da rede urbana. In: CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2002. v. 2, 390 p. Parceria com o IBGE e o Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional - Nesur do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, sob coordenação do IPEA. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2302>. Acesso em: maio 2023.

EUROPEAN UNION. *Applying the degree of urbanization*: a methodological manual to define cities, towns and rural areas for international comparisons. Luxembourg, 2021. 97 p. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-manuals-and-guidelines/-/ks-02-20-499>. Acesso em: maio 2023.

FAISSOL, S. Teorização e quantificação na Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 34, n.1, p. 145-164, jan.-mar. 1972. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2023.

FAISSOL, S. Tipologia de cidades e regionalização do desenvolvimento econômico: um modelo de organização espacial do Brasil. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 30, n. 223, p. 25-28, jul./ago. 1971. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1971_v30_n223_jul_ago.pdf. Acesso em: maio 2023.

FERRÃO, J. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro. *EURE (Santiago)*, Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile, Facultad de Arquitectura, Diseño y Estudios Urbanos, v. 26, n. 78, set. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.4067/S0250-71612000007800006>. Acesso em: maio 2023.

FERREIRA, D. A. de O. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. *Terra Livre*, São Paulo, n. 16, p. 39-70, 1ª sem. 2001. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/usorestrito/Geo_Agraria_Brasil.pdf. Acesso em: maio 2023.

FERREIRA, D. A. de O. *Mundo rural e Geografia: Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002. 462 p.

FERREIRA, D. A. de O. O mundo rural sob o ponto de vista geográfico: a trajetória da Geografia Agrária brasileira da década de 30 à de 90. *Geografia*, Rio Claro: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG, v. 25, n. 1, p. 55-79, abr. 2000. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/3005/2506>. Acesso em: maio 2023.

FOOD, agriculture and cities: challenges of food and nutrition security, agriculture and ecosystem management in an urbanising world. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO, 2011. 45 p. Preparado no âmbito de FAO Food for the Cities: Multidisciplinary Initiative. Disponível em: <https://www.fao.org/3/au725e/au725e.pdf>. Acesso em: maio 2023.

FREDERICO, S. Economia política do território e as forças de dispersão e concentração no agronegócio brasileiro. *GEOgraphia*, Niterói: Universidade Federal Fluminense - UFF, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PosGeo, v. 17, n. 35, p. 68-94, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2015.v17i35.a13729>. maio 2023.

FREDRICH, O. M. B. de L.; BRITO, S. R. de; ROCHA, S. Conceituação e operacionalização da categoria de aglomerados rurais como situação de domicílio para fins censitários. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 44, n. 173-174, p. 199-225, jan./jun.1983. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7111>. Acesso em: maio 2023.

FURTADO, M. de F. R. G. Áreas de interface periurbana: desafios conceituais e metodológicos. In: RANDOLPH, R.; SOUTHERN, B. C. (org.). *Expansão metropolitana e transformação das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina*. São Paulo: Max Limonad, 2011. p. 147-166.

GALVÃO, M. V.; FAISSOL, S. A revolução quantitativa na Geografia e seus reflexos no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 32, n. 4, p. 5-22, out./dez. 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2023.

GEIGER, P. P. Renovação na Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 32, n. 1, p. 67-71, jan./mar. 1970. Comentários. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2023.

A GEOGRAFIA do café. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 133 p. Acima do título: Dinâmica territorial da produção agropecuária. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/analises-do-territorio/15784-a-geografia-do-cafe.html?&t=publicacoes>. Acesso em: maio 2023.

GONÇALVES, C. W. P. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. *INTERthesis*: revista internacional interdisciplinar, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH, v. 1, n. 1, p. 1-55, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/604/10751>. Acesso em: maio 2023.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997. 310 p. (Ponta, v. 5). Título original: The social production of urban space.

GUANZIROLI, C. *et al. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 284 p. (Terra mater).

HARRIS, C. D.; ULMAN, E. L. The nature of cities. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Philadelphia: University of Pennsylvania, v. 242, n. 1, p. 7-17, 1945. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00027162452420010>. Acesso em: maio 2023.

HARVEY, D. *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Cambridge (MA): Blackwell, 1989. 378 p. Disponível em: <https://files.libcom.org/files/David%20Harvey%20-%20The%20Condition%20of%20Postmodernity.pdf>. Acesso em: maio 2023.

HARVEY, D. *Social justice and the city*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, [1973]. 336 p. (Johns Hopkins studies in urban affairs).

IBGE. *Áreas urbanizadas do Brasil 2015*. Rio de Janeiro, 2017. 30 p. (Série relatórios metodológicos, v. 44). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15789-areas-urbanizadas.html?edicao=15952&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: maio 2023.

IBGE. *Áreas urbanizadas do Brasil 2019: notas técnicas*. Rio de Janeiro, 2022. 30 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15789-areas-urbanizadas.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: maio 2023.

IBGE. *Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil*. Rio de Janeiro, 2015. 167 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15782-arranjos-populacionais-e-concentracoes-urbanas-do-brasil.html?edicao=15944&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: maio 2023.

IBGE. *Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, 2016. 167 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15782-arranjos-populacionais-e-concentracoes-urbanas-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: maio 2023.

IBGE. *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação 2017*. Rio de Janeiro, 2017. 78 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15790-classificacao-e-caracterizacao-dos-espacos-rurais-e-urbanos-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: maio 2023.

IBGE. *Malha de setores censitários 2000*. Rio de Janeiro, [2000]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/26565-malhas-de-setores-censitarios-diviso-es-intramunicipais.html?edicao=26573&t=sabia-mais-edicao>. Acesso em: maio 2023.

IBGE. *Manual da base territorial 2014*. Rio de Janeiro, 2014. 157 p. Documento de circulação interna.

IBGE. *Manual da base territorial continua 2018*. Rio de Janeiro, 2018. Documento de circulação interna.

IBGE. *Metodologia do Censo Demográfico de 1980*. Rio de Janeiro, 1983. 477 p. (Série relatórios metodológicos, v. 4). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13083.pdf>. Acesso em: maio 2023.

IBGE. *Metodologia do censo demográfico de 2010*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 720 p. Acompanha 1 CD-ROM. (Série relatórios metodológicos, v. 41).

IBGE. *Monitoramento da cobertura e uso da terra do Brasil 2016-2018*. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/cobertura-e-uso-da-terra/15831-cobertura-e-uso-da-terra-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: maio 2023.

IBGE. *Regiões de influência das Cidades 2007*. Rio de Janeiro, 2008. 201 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?edicao=16168&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: maio 2023.

IBGE. *Regiões de influência das Cidades 2018*. Rio de Janeiro, 2020. 187 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: maio 2023.

IBGE. Relação urbano-rural. In: IBGE. *Atlas do espaço rural brasileiro*. Rio de Janeiro, 2011. p. 242-259. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/atlas/tematicos/16362-atlas-do-espaço-rural-brasileiro.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: maio 2023.

IBGE. Serviço de Estudos Intra-Urbanos. Ação dos agentes modeladores no uso do solo urbano. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 43, n. 1, p. 123-131, jan./mar. 1981. Comentário bibliográfico. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2023.

JUILLARD, E. Urbanisation des campagnes. *Études rurales*, Condorcet: Editions EHESS [École des Hautes Études en Sciences Sociales], v. 49-50, p. 5-9, 1973. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/rural.1973.1858>. Acesso em: maio 2023.

KAYSER, B. El espacio rural y el nuevo sistema de relaciones ciudad-campo. *Revista de Geografía*, Barcelona: Universitat de Barcelona, Departamento de Geografia, v. 6, n. 2, p. 209-216, jul./dez. 1972. Texto modificado da Conferência proferida no Departamento de Geografia da Universidade de Barcelona em 15 de março de 1972. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/RevistaGeografia/article/view/45864/60081>. Acesso em: maio 2023.

KELLER, E. C. de S. O “habitat” rural. In: AZEVEDO, A. de (org.). *Brasil: a terra e o homem*. São Paulo: Ed. Nacional: Ed. da Universidade de São Paulo, 1970a. v. 2: A vida humana, p. 291-345. (Biblioteca pedagógica brasileira. Brasileira. Formato especial). Disponível em: <http://brasilianadigital.com.br/brasilliana/colecao/obras/478/brasil-a-terra-e-o-homem-a-vida-humana>. Acesso em: maio 2023.

KELLER, E. C. de S. Tipos de agricultura no Paraná, uma análise fatorial. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 32, n. 4, p. 40-86, out./dez. 1970b. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>. Acesso em: maio 2023.

LA BLACHE, P. V. de. Des caractères distinctifs de la Géographie. *Annales de Géographie*, Paris: Armand Colin, v. 22. n. 124, p. 289-299, juil. 1913. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/geo.1913.8245>. https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1913_num_22_124_8245. Acesso em: maio 2023.

LAMEGO, M. O IBGE e a Geografia Quantitativa brasileira: construindo um objeto imaginário. *Terra Brasilis*: revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, Niterói: Universidade Federal Fluminense - UFF, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PosGeo, n. 3, 2014. Nova série. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.1015>. Acesso em: maio 2023.

LEFEBVRE, H. *De lo rural a lo urbano*. Tradução de Javier González-Pueyo. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978. 121 p. Título original: Du rural al'urbain. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5067993/mod_resource/content/1/Henri%20Lefebvre%20-%20De%20lo%20Rural%20a%20lo%20Urbano_los%20nuevos%20conjuntos.pdf. Acesso em: maio 2023.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. 145 p. Título original: Le droit à la ville.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Tradução de Donald Nicholson-Smith. Oxford [Reino Unido]; Cambridge [Estados Unidos]: Blackwell, 1991. 454 p. Título original: Production de l'espace.

LEFEBVRE, H. *La revolución urbana*. Introducción de Álvaro Sevilla-Buitrago; tradução de Mario Nolla. Madrid: Alianza Editorial, 1970. 198 p. Título original: La révolution urbaine.

LOJKINE, J. *O estado capitalista e a questão urbana*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1981. 337 p. (Novas direções). Título original: Le marxisme, l'état et la question urbaine.

LOJKINE, J. *A revolução informacional*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1995. 316 p. Título original: La révolution informationnelle.

MACHADO, L. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 309-352. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/2-Geografia%20-%20Conceitos%20e%20Temas.pdf. Acesso em: maio 2023.

MACK, R. W.; MCEL RATH, D. C. Urban social differentiation and the allocation of resources. In: WALTON, J.; CARNS, D. E. *Cities in change*: studies on the urban condition. 3rd. print. Boston: Allyn and Bacon, 1974. p.145-153.

MACULAN, L. *Zona de transição entre o urbano e rural*: conceitos e atributos. Trabalho apresentado no 8º Colóquio de Pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, realizado no Rio de Janeiro, em out. 2017. [19] p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324483360_Zona_de_transicao_entre_o_urbano_e_rural_conceitos_e_atributos. Acesso em: maio 2023.

MARQUES, M. I. M. Geografia Agrária Crítica: um pouco de história. *GEOUSP*: espaço e tempo, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Programa de Pós-Graduação de Geografia Humana - PPGH e Programa de Pós-Graduação de Geografia Física - PPGF, v. 22,

n. 3, p. 504-514, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2018.153292>. Acesso em: maio 2023.

MCCARTHY, J. Rural geography: globalizing the countryside. *Progress in Human Geography*, London: Sage, v. 32, n. 1, p. 129-137, Feb. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0309132507082559>. Acesso em: maio 2023.

MIRANDA, C.; GUIMARÃES, I. *Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas*. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, 2017. 483 p. (Série desenvolvimento rural sustentável, v. 22). Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/3042/BVE17068993p.pdf;jsessionid=256526B81B20C97C3EE42067374B815D?sequence=3>. Acesso em: maio 2023.

MIRANDA, L. I. B. de. Planejamento em áreas de transição rural-urbana: velhas novidades em novos territórios. *In: Belo Horizonte: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - Anpur*, v. 11, n. 1, p. 25- 40, maio 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2009v11n1p25DOI>. Acesso em: maio 2023.

MOLINERO HERNANDO, F. La urbanización del campo: la inversión de las tendencias tradicionales en los espacios rurales. *In: MOLINERO HERNANDO, F. Los espacios rurales: agricultura y sociedad en el mundo*. Barcelona: Ariel España, 1990. p. 322-347.

MONTE-MÓR, R. L. M. Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira. *In: CASTRIOTA, L. B. (org.) Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2003. p. 260-271.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. *Geografia Crítica: a valorização do espaço*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1987. 196 p. (Geografia: teoria e realidade. Série linha de frente).

MOREIRA, R. Assim se passaram dez anos. A renovação da Geografia no Brasil no período 1978-1988. *GEOgraphia*, Niterói: Universidade Federal Fluminense - UFF, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PosGeo, v. 2, n. 3, p. 27-49, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2000.v2i3.a13373>. Acesso em: maio 2023.

MOREIRA, R. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. *GEOgraphia*, Niterói: Universidade Federal Fluminense - UFF, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PosGeo, v. 3, n. 5, p. 15-32, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2001.v3i5.a13397>. Acesso em: maio 2023.

MOURA, R. *et al.* Geografia Crítica: legado histórico ou abordagem recorrente? *Biblio 3W*: revista bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 13, n. 786, 5 jun. 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-786.htm>. Acesso em: maio 2023.

MUMFORD, L. *La ciudad en la historia: sus orígenes, transformaciones y perspectivas*. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1966. 2 v.

NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil - UNIC Rio, 2015. 49 p. Adotada pela Resolução 70/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova Iorque, em 25 de setembro de 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: maio 2023.

NAVARRO, Z. Meio século de interpretações sobre o rural brasileiro (1968-2018). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e

Sociologia Rural - Sober, v. 57, n. 3, p. 472-489, jul./set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.219449>. Acesso em: maio 2023.

OMERNIK, J. M. Ecoregions: a framework for managing ecosystems. *George Wright Forum*, Hancock: George Wright Society, v. 12, n. 1, p. 35-50, 1995. Disponível em: <http://www.georgewright.org/121omernik.pdf>. Acesso em: maio 2023.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *OECD regional typology*. Paris: OECD, 2011. 16 p. Disponível em: https://www.oecd.org/cfe/regionaldevelopment/OECD_regional_typology_Nov2012.pdf. Acesso em: maio 2023.

PONCE ASENSIO, P. J. *Cambios sociales y espaciales en los espacios perirurbanos del país valenciano*: un caso particular: el Puig de Santa María. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universitat de València, Valência, 2001. Disponível em: https://www.academia.edu/22104241/CAMBIOS_SOCIALES_Y_ESPACIALES_EN_LOS_ESPACIOS_PERIURBANOS_DEL_PA%C3%8DS_VALENCIANO_EL_PUIG_DE_SANTA_MAR%C3%8DA_TRABAJO_FIN_DE_CARRERA_DE. Acesso em: maio 2023.

RAMBAUD, P. Village et urbanisation: problèmes sociologiques. *Études rurales*, Condorcet: Editions EHESS [École des Hautes Études en Sciences Sociales], v. 49-50, 1973, p. 14-32. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20120401>. Acesso em: maio 2023.

RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. *Revista da Anpege*. Rio Claro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, v. 2, n. 2, p. 45-65, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.5418/RA2005.0202.0004>. Acesso em: maio 2023.

SANTOS, M. Espacio y metodo. *Geo Crítica*: cuadernos críticos de Geografia Humana. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 12, n. 65, sept. 1986. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/geo65.htm#temporal>. Acesso em: maio 2023.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*: técnica e tempo: razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*: técnica e tempo: razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002. 384 p. (Coleção Milton Santos, 1).

SANTOS, M. *Por uma Geografia nova*: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004. 285 p. (Coleção Milton Santos, 2).

SAUER, C. O. Geografia Cultural. *Espaço e cultura*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Departamento de Geografia, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura - Nepec, n. 3, p. 1-7, jan. 1997. Originalmente publicado em 1931. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6706/4799>. Acesso em: maio 2023.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. (Geografia cultural).

SCHNEIDER, S. La pluriactividad en el medio rural brasileño: características y perspectivas para la investigación. In: GRAMMONT, H. C. de; MARTÍNEZ VALLE, L. (coord.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. Quito: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - Flacso, 2009. p. 207-242. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/41536.pdf>. Acesso em: maio 2023.

SEABRA, V. da S.; VICENS, R. S.; CRUZ, C. B. M. Conceito de paisagem numa perspectiva geossistêmica. *Revista Ambientale*, Maceió: Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, v. 4, n. 1, p. 30-42, 2013. Disponível em: <https://periodicosuneal.emnuvens.com.br/ambientale/article/view/33/32>. Acesso em: maio 2023.

SEMINÁRIO REDISCUTINDO O RURAL E O URBANO PARA PRODUÇÃO E ANÁLISE DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS, 1., 2018, Rio de Janeiro. *Informes*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://eventos.ibge.gov.br/sru2018/inicio>. Acesso em: maio 2023.

SILVA, A. C. da. A renovação geográfica no Brasil 1976/1983 (as Geografias crítica e Radical em uma perspectiva teórica). *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, n. 60, p. 73-140, 1984. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1004/895>. Acesso em: maio 2023.

SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro?. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, DF: v. 19, n. 1, p. 37-67, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35977/0104-1096.cct2002.v19.8795>. Acesso em: maio 2023.

SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO 1980. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, t. 1, n. 1, 1981. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7310>. Acesso em: maio 2023.

SJOBERG, G. Origem e evolução das cidades. In: DAVIS, K. *et al.* *Cidades: a urbanização da humanidade*. Tradução de José. Reznik. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 221 p. (Atualidade). Título original: *Cities*.

SORRE, M. A noção de gênero de vida e seu valor atual. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 21, n. 172, p. 30-38, jan./fev. 1963. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=719>. Acesso em: maio 2023.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITAKER, A. M. (org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130. (Geografia em movimento).

SPOSITO, M. E. B.; CATELAN, M. J. Hierarchy and heterarchy in Brazil's urban network. *Brazilian Geographical Journal: geosciences and humanities research medium*, Ituiutaba: Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal - PPGE, v. 5, n. 2, p. 556-574, July/Dec. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/26442>. Acesso em: maio 2023.

TANSLEY, A. G. The use and abuse of vegetational concepts and terms. *Ecology*, Washington, DC: Ecological Society of America - ESA, v. 16, n. 3, p. 284-307, July 1935. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1930070>. Acesso em: maio 2023.

TAYLOR, P. J.; HOYLER, M.; VERBRUGGEN, R. External urban relational process: introducing central flow theory to complement central place theory. *Urban Studies*, Glasgow: Sage Journals, v. 47, n. 13, p. 2803-2818, Nov. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0042098010377367>. Acesso em: maio 2023.

TIPOLOGIA intraurbana: espaços de diferenciação socioeconômica nas Concentrações Urbanas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 164 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/17530-tipologia-intraurbana-espacos-de-diferenciacao-socioeconomica-nas-concentracoes-urbanas-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: maio 2023.

TRICART, J. *Ecodinâmica*. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. 97 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv9679.pdf>. Acesso em: maio 2023.

UNITED NATIONS. Population Division. *World urbanization prospects 2018*. New York, 2019. 103 p. (ST/ESA/SER.A/420). Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3833745>. Acesso em: maio 2023.

URBAN agriculture: findings from four city case studies. Washington, DC: World Bank, 2013. 88 p. (Urban development series. Knowledge papers, n. 18). Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/434431468331834592/pdf/807590NWP0UDS00Box0379817B00PUBLIC0.pdf>. Acesso em: maio 2023.

URBAN and peri-urban agriculture sourcebook: from production to food systems. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO, 2022. 135 p. Preparado sob os auspícios de FAO, Rikolto e RUAF Global Partnership on Sustainable Urban Agriculture and Food Systems. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb9722en/cb9722en.pdf>. Acesso em: maio 2023.

VALE, A. R. do. *Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do Município de Araraquara (SP)*. Orientadora: Lúcia Helana de Oliveira Gerardi. 2005. 211 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp, Rio Claro, 2005. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/104387/vale_ar_dr_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: maio 2023.

VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. 207 p.

VEIGA, J. E da. A atualidade da contradição urbano-rural. In: *Análise territorial da Bahia rural*. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, 2004a. p. 29-50. (Série estudos e pesquisas, n. 71). Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/sep/sep_71.pdf. Acesso em: maio 2023.

VEIGA, J. E da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Editores Associados, 2002. 304 p.

VEIGA, J. E da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. *Estudos Avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Instituto de Estudos Avançados - IEA, v. 18, n. 51, p. 51-67, 2004b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9999/11571>. Acesso em: maio 2023.

VEIGA, J. E da. Nem tudo é urbano. *Ciência e Cultura*, São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, v. 56, n. 2, p. 26-29, abr./jun. 2004c. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v56n2/a16v56n2.pdf>. Acesso em: maio 2023.

VESENTINI, J. W. Geografia Crítica e ensino. *Orientação*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Departamento de Geografia, v. 6, p. 53-58, 1985.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA, v. 8, n. 2, p. 87-145, out. 2000/mar. 2001. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178/174>. Acesso em: maio 2023.

WANDERLEY, M. de N. B. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. 328 p. (Estudos rurais). Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232612/000740449.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: maio 2023.

WANDERLEY, M. de N. B. *Urbanização e ruralidade*: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos Municípios em Pernambuco. [S. l.: 2001?]. 19 p. Texto capturado de: www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=224, em 6 de março de 2004. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2016/03/Pequenos-Munic%C3%ADpios_Nazareth-1.pdf. Acesso em: maio 2023.

WANDERLEY, M. de N. B.; FAVARETO, A. A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas *In*: CONCEPÇÕES da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, 2013. (Série desenvolvimento rural sustentável, v. 21). p. 413-472. Disponível em: <http://repiica.iica.int/DOCS/B3226P/B3226P.PDF>. Acesso em: maio 2023.

WANDERLEY, M. de N. B.; FAVARETO, A. A Sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. *ALASRU-Nueva Época*, Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología Rural, v. 5, 2011.

WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Organização e introdução de H. H. Gerth e C. Wright Mills; tradução de Waltensir Dutra. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 530 p. (Biblioteca de Ciências Sociais). Título original: *Essays in Sociology*.

WILLIAMS, R. *Palavras-chave*: um vocabulário de cultura e sociedade. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos; prefácio de Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Boitempo, 2007. 460 p. Título original: *Keywords: a vocabulary of culture and society*.

WIRTH, L. Urbanism as a way of life. *American Journal of Sociology*, Chicago: University of Chicago Press, v. 44, n. 1, p. 1-24, July 1938. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2768119>. Acesso em: maio 2023.

WULF, A. *A invenção da natureza*: as aventuras de Alexander von Humboldt. Tradução de Renato Marques. São Paulo: Crítica, 2016. 587 p. Título original: *The invention of nature*.

Apêndices

1 - Ocupações laborais selecionadas para definição dos espaços do urbano

Código	Trabalho principal, ocupação
110	Oficiais das Forças Armadas
210	Graduados e Praças das Forças Armadas
299	Militar das Forças Armadas N.E.
411	Oficiais de Polícia Militar
412	Graduados e Praças da Polícia Militar
511	Oficiais de Bombeiro Militar
512	Graduados e Praças do Corpo de Bombeiros
599	Bombeiros e Policiais militares N.E.
1111	Legisladores
1112	Dirigentes Superiores da Administração Pública
1114	Dirigentes de Organizações que Apresentam Um Interesse Especial
1120	Diretores Gerais e Gerentes Gerais
1211	Dirigentes Financeiros
1212	Dirigentes de Recursos Humanos
1213	Dirigentes de Políticas e Planejamento
1219	Dirigentes de Administração e de Serviços não Classificados Anteriormente
1221	Dirigentes de Vendas e Comercialização
1222	Dirigentes de Publicidade e Relações Públicas
1223	Dirigentes de Pesquisa e Desenvolvimento
1321	Dirigentes de Indústria de Transformação
1323	Dirigentes de Empresas de Construção
1324	Dirigentes de Empresas de Abastecimento, Distribuição e Afins
1330	Dirigentes de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações
1341	Dirigentes de Serviços de Cuidados Infantis
1342	Dirigentes de Serviços de Saúde
1343	Dirigentes de Serviços de Cuidado A Pessoas Idosas
1344	Dirigentes de Serviços de Bem-Estar Social
1345	Dirigentes de Serviços de Educação
1346	Gerentes de Sucursais de Bancos, de Serviços Financeiros e de Seguros
1349	Dirigentes e Gerentes de Serviços Profissionais Não Classificados Anteriormente
1411	Gerentes de Hotéis
1412	Gerentes de Restaurantes
1420	Gerentes de Comércio Atacadistas e Varejistas
1431	Gerentes de Centros Esportivos, de Diversão e Culturais
1439	Gerentes de Serviços não Classificados Anteriormente
2111	Físicos e Astrônomos
2112	Meteorologistas
2113	Químicos
2114	Geólogos e Geofísicos
2120	Matemáticos, Atuários e Estatísticos
2141	Engenheiros Industriais e de Produção

2142	Engenheiros Civis
2143	Engenheiros de Meio Ambiente
2144	Engenheiros Mecânicos
2145	Engenheiros Químicos
2146	Engenheiros de Minas, Metalúrgicos e Afins
2149	Engenheiros não Classificados Anteriormente
2151	Engenheiros Eletricistas
2152	Engenheiros Eletrônicos
2153	Engenheiros em Telecomunicações
2161	Arquitetos de Edificações
2162	Arquitetos Paisagistas
2163	Desenhistas de Produtos e Vestuário
2164	Urbanistas e Engenheiros de Trânsito
2165	Cartógrafos e Agrimensores
2166	Desenhistas Gráficos e de Multimídia
2211	Médicos Gerais
2212	Médicos Especialistas
2221	Profissionais de Enfermagem
2230	Profissionais da Medicina Tradicional e Alternativa
2240	Paramédicos
2261	Dentistas
2262	Farmacêuticos
2263	Profissionais da Saúde e da Higiene Laboral e Ambiental
2264	Fisioterapeutas
2265	Dietistas e Nutricionistas
2266	Fonoaudiólogos
2267	Optometristas
2269	Profissionais da Saúde não Classificados Anteriormente
2310	Professores de Universidades e Do Ensino Superior
2320	Professores de Formação Profissional
2330	Professores do Ensino Médio
2351	Especialistas Em Métodos Pedagógicos
2352	Educadores para Necessidades Especiais
2353	Outros Professores de Idiomas
2354	Outros Professores de Música
2355	Outros Professores de Artes
2356	Instrutores em Tecnologias da Informação
2359	Profissionais de Ensino não Classificados Anteriormente
2411	Contadores
2412	Assessores Financeiros e em Investimentos
2413	Analistas Financeiros
2421	Analistas de Gestão e Administração
2422	Especialistas em Políticas de Administração
2423	Especialistas em Políticas e Serviços de Pessoal e Afins
2424	Especialistas em Formação de Pessoal
2431	Profissionais da Publicidade e da Comercialização
2432	Profissionais de Relações Públicas

2433	Profissionais de Vendas Técnicas e Médicas (Exclusive TIC)
2434	Profissionais de Vendas de Tecnologia da Informação e Comunicações
2511	Analistas de Sistemas
2512	Desenvolvedores de Programas e Aplicativos (Software)
2513	Desenvolvedores de Páginas de Internet (Web) e Multimídia
2514	Programadores de Aplicações
2519	Desenvolvedores e Analistas de Programas e Aplicativos (Software) e Multimídia não Classificados Anteriormente
2521	Desenhistas e Administradores de Bases de dados
2522	Administradores de Sistemas
2523	Profissionais Em Rede de Computadores
2529	Especialistas em Base de dados e em Redes de Computadores não Classificados Anteriormente
2611	Advogados e Juristas
2612	Juízes
2619	Profissionais Em Direito Não Classificados Anteriormente
2621	Arquivologistas e Curadores de Museus
2622	Bibliotecários, Documentaristas e Afins
2631	Economistas
2632	Sociólogos, Antropólogos e Afins
2633	Filósofos, Historiadores e Especialistas em Ciência Política
2634	Psicólogos
2635	Assistentes Sociais
2641	Escritores
2642	Jornalistas
2643	Tradutores, Intérpretes e Linguistas
2651	Artistas Plásticos
2652	Músicos, Cantores e Compositores
2653	Bailarinos e Coreógrafos
2654	Diretores de Cinema, de Teatro e Afins
2655	Atores
2656	Locutores de Rádio, Televisão e Outros Meios de Comunicação
2659	Artistas Criativos e Interpretativos não Classificados Anteriormente
3111	Técnicos em Ciências Físicas e Químicas
3112	Técnicos em Engenharia Civil
3113	Eletrotécnicos
3114	Técnicos em Eletrônica
3115	Técnicos em Engenharia Mecânica
3116	Técnicos em Química Industrial
3117	Técnicos em Engenharia de Minas e Metalurgia
3118	Desenhistas e Projetistas Técnicos
3119	Técnicos em Ciências Físicas e da Engenharia Não Classificados Anteriormente
3122	Supervisores de Indústrias de Transformação
3123	Supervisores da Construção
3131	Operadores de Instalações de Produção de Energia
3132	Operadores de Incineradores, Instalações de Tratamento de Água e afins
3133	Controladores de Instalações de Processamento de Produtos Químicos
3134	Operadores de Instalações de Refino de Petróleo e Gás Natural

3135	Controladores de Processos de Produção de Metais
3139	Técnicos em Controle de Processos Não Classificados Anteriormente
3151	Oficiais Maquinistas em Navegação
3152	Capitães, Oficiais de Coberta e Práticos
3153	Pilotos de Aviação e Afins
3154	Controladores de Tráfego Aéreo
3155	Técnicos em Segurança Aeronáutica
3211	Técnicos em Aparelhos de Diagnóstico e Tratamento Médico
3212	Técnicos de Laboratórios Médicos
3213	Técnicos e Assistentes farmacêuticos
3214	Técnicos de Próteses Médicas e Dentárias
3222	Profissionais de Nível Médio de Partos
3230	Profissionais de Nível Médio de Medicina Tradicional e Alternativa
3251	Dentistas Auxiliares e Ajudantes de Odontologia
3252	Técnicos em Documentação Sanitária
3253	Trabalhadores Comunitários da Saúde
3254	Técnicos em Optometria e Ópticos
3255	Técnicos e Assistentes Fisioterapeutas
3256	Assistentes de Medicina
3257	Inspetores de Saúde Laboral, Ambiental e Afins
3258	Ajudantes de Ambulâncias
3259	Profissionais de Nível Médio da Saúde não Classificados Anteriormente
3311	Agentes e Corretores de Bolsa, Câmbio e outros Serviços Financeiros
3312	Agentes de Empréstimos e Financiamento
3313	Contabilistas e Guarda Livros
3314	Profissionais de Nível Médio de Serviços Estatísticos, Matemáticos e Afins
3315	Avaliadores
3321	Agentes de Seguros
3322	Representantes Comerciais
3323	Agentes de Compras
3324	Corretores de Comercialização
3331	Despachantes Aduaneiros
3332	Organizadores de Conferências e Eventos
3333	Agentes de Emprego e Agenciadores de Mão de Obra
3334	Agentes Imobiliários
3339	Agentes de Serviços Comerciais não Classificados Anteriormente
3341	Supervisores de Secretaria
3342	Secretários Jurídicos
3343	Secretários Executivos e Administrativos
3344	Secretários de Medicina
3351	Agentes Aduaneiros e Inspetores de Fronteiras
3352	Agentes da Administração Tributária
3353	Agentes de Serviços de Seguridade Social
3354	Agentes de Serviços de Expedição de Licenças e Permissões
3355	Inspetores de Polícia e Detetives
3359	Agentes da Administração Pública Para Aplicação da Lei e Afins não Classificados Anteriormente

3411	Profissionais de Nível Médio Do Direito e Serviços Legais e Afins
3412	Trabalhadores e Assistentes Sociais de Nível Médio
3421	Atletas e Esportistas
3422	Treinadores, Instrutores e Árbitros de Atividades Esportivas
3431	Fotógrafos
3432	Desenhistas e Decoradores de Interiores
3433	Técnicos Em Galerias de Arte, Museus e Bibliotecas
3434	Chefes de Cozinha
3435	Outros Profissionais de Nível Médio em Atividades Culturais e Artísticas
3511	Técnicos em Operações de Tecnologia da Informação e das Comunicações
3512	Técnicos em Assistência Ao Usuário de Tecnologia da Informação e das Comunicações
3513	Técnicos de Redes e Sistemas de Computadores
3514	Técnicos da Web
3521	Técnicos de Radiodifusão e Gravação Audiovisual
3522	Técnicos de Engenharia de Telecomunicações
4110	Escriturários Gerais
4120	Secretários (Geral)
4131	Operadores de Máquinas de Processamento de Texto e Mecanógrafos
4132	Operadores de Entrada de dados
4211	Caixas de Banco e Afins
4212	Coletores de Apostas e de Jogos
4213	Trabalhadores em Escritórios de Empréstimos e Penhor
4214	Cobreadores e Afins
4221	Trabalhadores de Agências de Viagem
4222	Trabalhadores de Centrais de Atendimento
4223	Telefonistas
4224	Recepcionistas de Hotéis
4225	Trabalhadores dos Serviços de Informações
4226	Recepcionistas em Geral
4227	Entrevistadores de Pesquisas de Mercado
4229	Trabalhadores de Serviços de Informação Ao Cliente não Classificados Anteriormente
4311	Trabalhadores de Contabilidade e Cálculo de Custos
4312	Trabalhadores de Serviços Estatísticos, Financeiros e de Seguros
4313	Trabalhadores Encarregados de Folha de Pagamento
4321	Trabalhadores de Controle de Abastecimento e Estoques
4322	Trabalhadores de Serviços de Apoio à Produção
4323	Trabalhadores de Serviços de Transporte
4411	Trabalhadores de Bibliotecas
4412	Trabalhadores de Serviços de Correios
4413	Codificadores de dados, Revisores de Provas de Impressão e Afins
4414	Outros Escreventes
4415	Trabalhadores de Arquivos
4416	Trabalhadores do Serviço de Pessoal
4419	Trabalhadores de Apoio Administrativo Não Classificados Anteriormente
5111	Auxiliares de Serviço de Bordo
5112	Fiscais e Cobreadores de Transportes Públicos

5120	Cozinheiros
5131	Garçons
5132	Atendentes de Bar
5141	Cabeleireiros
5142	Especialistas Em Tratamento de Beleza e Afins
5151	Supervisores de Manutenção e Limpeza de Edifícios em Escritórios, Hotéis e Estabelecimentos
5152	Governantas e Mordomos domésticos
5153	Porteiros e Zeladores
5161	Astrólogos, Adivinhos e Afins
5162	Acompanhantes e Criados Particulares
5163	Trabalhadores de Funerárias e Embalsamadores
5165	Instrutores de Autoescola
5168	Trabalhadores do Sexo
5169	Trabalhadores de Serviços Pessoais não Classificados Anteriormente
5211	Vendedores de Quiosques e Postos de Mercados
5212	Vendedores Ambulantes de Serviços de Alimentação
5221	Comerciantes de Lojas
5222	Supervisores de Lojas
5223	Balconistas e Vendedores de Lojas
5230	Caixas e Expedidores de Bilhetes
5241	Modelos de Moda, Arte e Publicidade
5242	Demonstradores de Lojas
5243	Vendedores a domicílio
5244	Vendedores por Telefone
5246	Balconistas dos Serviços de Alimentação
5249	Vendedores Não Classificados Anteriormente
5311	Cuidadores de Crianças
5312	Ajudantes de Professores
5321	Trabalhadores de Cuidados Pessoais em Instituições
5322	Trabalhadores de Cuidados Pessoais A Domicílios
5329	Trabalhadores de Cuidados Pessoais nos Serviços de Saúde não Classificados Anteriormente
5411	Bombeiros
5412	Policiais
5413	Guardiões de Presídios
5414	Guardas de Segurança
5419	Trabalhadores Dos Serviços de Proteção e Segurança Não Classificados Anteriormente
7111	Construtores de Casas
7112	Pedreiros
7114	Trabalhadores em Cimento e Concreto Armado
7115	Carpinteiros
7119	Outros Trabalhadores Qualificados e Operários da Construção não Classificados Anteriormente
7121	Telhadores
7122	Aplicadores de Revestimentos Cerâmicos, Pastilhas, Pedras e Madeiras
7123	Gesseiros
7124	Instaladores de Material Isolante Térmico e Acústico

7125	Vidraceiros
7126	Bombeiros e Encanadores
7127	Mecânicos-Instaladores de Sistemas de Refrigeração e Climatização
7131	Pintores e Empapeladores
7132	Lustradores
7133	Limpadores de Fachadas
7211	Moldadores de Metal e Macheiros
7212	Soldadores e Oxicortadores
7213	Chapistas e Caldeiros
7214	Montadores de Estruturas Metálicas
7215	Aparelhadores e Emendadores de Cabos
7221	Ferreiros e Forjadores
7222	Ferramenteiros e Afins
7223	Reguladores e Operadores de Máquinas-Ferramentas
7224	Polidores de Metais e Afiadores de Ferramentas
7231	Mecânicos e Reparadores de Veículos A Motor
7232	Mecânicos e Reparadores de Motores de Avião
7234	Reparadores de Bicicletas e Afins
7311	Mecânicos e Reparadores de Instrumentos de Precisão
7312	Confeccionadores e Afinadores de Instrumentos Musicais
7313	Joalheiros e Lapidadores de Gemas, Artesãos de Metais Preciosos e Semipreciosos
7314	Ceramistas e Afins (Preparação e Fabricação)
7315	Cortadores, Polidores, Jateadores e Gravadores de Vidros e Afins
7316	Redatores de Cartazes, Pintores Decorativos e Gravadores
7321	Trabalhadores da Pré-Impressão Gráfica
7322	Impressores
7323	Encadernadores e Afins
7411	Eletricistas de Obras e Afins
7412	Mecânicos e Ajustadores Eletricistas
7413	Instaladores e Reparadores de Linhas Elétricas
7421	Mecânicos e Reparadores Em Eletrônica
7422	Instaladores e Reparadores Em Tecnologias da Informação e Comunicações
7512	Padeiros, Confeiteiros e Afins
7522	Marceneiros e Afins
7531	Alfaiates, Modistas, Chapeleiros e Peleteiros
7532	Trabalhadores Qualificados da Preparação da Confecção de Roupas
8122	Operadores de Máquinas Polidoras, Galvanizadoras e Recobridoras de Metais
8131	Operadores de Instalações e Máquinas de Produtos Químicos
8132	Operadores de Máquinas para Fabricar Produtos Fotográficos
8141	Operadores de Máquinas para Fabricar Produtos de Borracha
8142	Operadores de Máquinas para Fabricar Produtos de Material Plástico
8143	Operadores de Máquinas para Fabricar Produtos de Papel
8151	Operadores de Máquinas de Preparação de Fibras, Fiação e Bobinamento de Fios
8152	Operadores de Teares e Outras Máquinas de Tecelagem
8157	Operadores de Máquinas de Lavar, Tingir e Passar Roupas
8181	Operadores de Instalações de Vidraria e Cerâmica
8182	Operadores de Máquinas de Vapor e Caldeiras

8183	Operadores de Máquinas de Embalagem, Engarrafamento e Etiquetagem
8189	Operadores de Máquinas e de Instalações Fixas Não Classificados Anteriormente
8211	Mecânicos Montadores de Maquinaria Mecânica
8212	Montadores de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos
8219	Montadores não Classificados Anteriormente
8311	Maquinistas de Locomotivas
8312	Guarda-Freios e Agentes de Manobras
8322	Condutores de Automóveis, Táxis e Caminhonetes
8331	Condutores de Ônibus e Bondes
8343	Operadores de Guindastes, Gruas, Aparatos de Elevação e Afins
8344	Operadores de Empilhadeiras
8350	Marinheiros de Coberta e Afins
9111	Trabalhadores dos Serviços Domésticos Em Geral
9112	Trabalhadores de Limpeza de Interior de Edifícios, Escritórios, Hotéis e Outros Estabelecimentos
9121	Lavadeiros de Roupas e Passadeiros Manuais
9122	Lavadores de Veículos
9123	Limpadores de Janelas
9129	Outros Trabalhadores de Limpeza
9313	Trabalhadores Elementares da Construção de Edifícios
9331	Condutores de Veículos Acionados a Pedal ou a Braços
9334	Repositores de Prateleiras
9411	Preparadores de Comidas Rápidas
9412	Ajudantes de Cozinha
9510	Trabalhadores Ambulantes dos Serviços e Afins
9520	Vendedores Ambulantes (Exclusive de Serviços de Alimentação)
9611	Coletores de Lixo e Material Reciclável
9612	Classificadores de Resíduos
9613	Varredores e Afins
9621	Mensageiros, Carregadores de Bagagens e Entregadores de Encomendas
9623	Coletores de Dinheiro Em Máquinas Automáticas de Venda e Leitores de Medidores

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

2 - Ocupações laborais selecionadas para definição dos espaços do rural

Código	Trabalho principal
1113	Chefes de Pequenas Populações
1311	Dirigentes de Produção Agropecuária e Silvicultura
1312	Dirigentes de Produção da Aquicultura e Pesca
1322	Dirigentes de Explorações de Mineração
3121	Supervisores da Mineração
3142	Técnicos Agropecuários
6111	Agricultores e Trabalhadores qualificados em Atividades da Agricultura (Exclusive Hortas, Viveiros e Jardins)
6112	Agricultores e Trabalhadores Qualificados no Cultivo de Hortas, Viveiros e Jardins
6114	Agricultores e Trabalhadores Qualificados de Cultivos Mistos
6121	Criadores de Gado e Trabalhadores Qualificados da Criação de Gado
6122	Avicultores e Trabalhadores Qualificados da Avicultura
6123	Apicultores, Sericultores e Trabalhadores Qualificados da Apicultura e Sericultura
6129	Outros Criadores e Trabalhadores Qualificados da Pecuária não Classificados Anteriormente
6130	Produtores e Trabalhadores Qualificados de Exploração Agropecuária Mista
6221	Trabalhadores da Aquicultura
7513	Trabalhadores da Pasteurização Do Leite e Fabricação de Laticínios e Afins
8111	Mineiros e Operadores de Máquinas e de Instalações Em Minas e Pedreiras
8341	Operadores de Máquinas Agrícolas e Florestais Móveis
9211	Trabalhadores Elementares da Agricultura
9212	Trabalhadores Elementares da Pecuária
9213	Trabalhadores Elementares da Agropecuária
9311	Trabalhadores Elementares de Minas e Pedreiras
9332	Condutores de Veículos e Máquinas de Tração Animal

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

3 - Ocupações laborais selecionadas para definição dos espaços da natureza

Código	Trabalho principal
3143	Técnicos Florestais
6210	Trabalhadores Florestais Qualificados e Afins
6224	Caçadores
6225	Pescadores
9215	Trabalhadores Florestais Elementares
9216	Trabalhadores Elementares da Caça, Pesca e Aquicultura
9624	Carregadores de Água e Coletores de Lenha

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

4 - Ocupações laborais que não foram consideradas definidoras dos espaços do urbano, do rural e da natureza

Código	Trabalho principal, ocupação
999	Membros das Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares N. E.
2341	Professores do Ensino Fundamental
2342	Professores do Ensino Pré-Escolar
3221	Profissionais de Nível Médio de Enfermagem
3423	Instrutores de Educação Física e Atividades Recreativas
5113	Guias de Turismo
5164	Cuidadores de Animais
7113	Canteiros, Cortadores e Gravadores de Pedras
7233	Mecânicos e Reparadores de Máquinas Agrícolas e Industriais
7533	Costureiros, Bordadeiros e Afins
7534	Tapeceiros, Colchoeiros e Afins
7535	Trabalhadores Qualificados do Tratamento de Couros e Peles
7536	Sapateiros e Afins
8153	Operadores de Máquinas de Costura
8154	Operadores de Máquinas de Branqueamento, Tingimento e Limpeza de Tecidos
8155	Operadores de Máquinas de Processamento de Couros e Peles
8156	Operadores de Máquinas para Fabricação de Calçados e Afins
8159	Operadores de Máquinas para Fabricar Produtos Têxteis e Artigos de Couro e Pele não Classificados Anteriormente
8160	Operadores de Máquinas para Elaborar Alimentos e Produtos Afins
8171	Operadores de Instalações para A Preparação de Pasta de Papel e Papel
8172	Operadores de Instalações para Processamento de Madeira
8321	Condutores de Motocicletas
9321	Empacotadores Manuais
9329	Trabalhadores Elementares da Indústria de Transformação não Classificados Anteriormente
9333	Carregadores

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

5 - Classes de ocupações laborais não utilizadas para classificação dos espaços do urbano, do rural e da natureza

Código	Trabalho principal
999	Membros das Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares N. E.
2341	Professores do Ensino Fundamental
2342	Professores do Ensino Pré-Escolar
3221	Profissionais de Nível Médio de Enfermagem
3423	Instrutores de Educação Física e Atividades Recreativas
5113	Guias de Turismo
5164	Cuidadores de Animais
7113	Canteiros, Cortadores e Gravadores de Pedras
7233	Mecânicos e Reparadores de Máquinas Agrícolas e Industriais
7533	Costureiros, Bordadeiros e Afins
7534	Tapeceiros, Colchoeiros e Afins
7535	Trabalhadores Qualificados do Tratamento de Couros e Peles
7536	Sapateiros e Afins
8153	Operadores de Máquinas de Costura
8154	Operadores de Máquinas de Branqueamento, Tingimento e Limpeza de Tecidos
8155	Operadores de Máquinas de Processamento de Couros e Peles
8156	Operadores de Máquinas para Fabricação de Calçados e Afins
8159	Operadores de Máquinas para Fabricar Produtos Têxteis e Artigos de Couro e Pele não Classificados Anteriormente
8160	Operadores de Máquinas para Elaborar Alimentos e Produtos Afins
8171	Operadores de Instalações para A Preparação de Pasta de Papel e Papel
8172	Operadores de Instalações para Processamento de Madeira
8321	Condutores de Motocicletas
9321	Empacotadores Manuais
9329	Trabalhadores Elementares da Indústria de Transformação não Classificados Anteriormente
9333	Carregadores

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

6 - Transformações Fuzzy aplicadas às áreas de ponderação, classificadas segundo o tamanho da mancha urbanizada

Tamanho de referência da mancha urbanizada	Classe de tamanho da mancha urbanizada*	Amplitude fuzzy aplicada no âmbito do projeto	Equação
> 415 km ²	1	0,875 a 1,00	$\mu(y) = (x \times 0,125) + 0,875$
350 km ² < x ≤ 415 km ²	2	0,750 a 0,874	$\mu(y) = (x \times 0,125) + 0,750$
225 km ² < x ≤ 350 km ²	3	0,625 a 0,749	$\mu(y) = (x \times 0,125) + 0,625$
150 km ² < x ≤ 225 km ²	4	0,500 a 0,624	$\mu(y) = (x \times 0,125) + 0,500$
100 km ² < x ≤ 150 km ²	5	0,375 a 0,499	$\mu(y) = (x \times 0,125) + 0,375$
50 km ² < x ≤ 100 km ²	6	0,250 a 0,374	$\mu(y) = (x \times 0,125) + 0,250$
35 km ² < x ≤ 50 km ²	7	0,125 a 0,249	$\mu(y) = (x \times 0,125) + 0,125$
0 km ² < x ≤ 35 km ²	8	0 a 0,125	$\mu(y) = (x \times 0,125)$

$$\mu(x) = \frac{x - a}{b - a}$$

Área de Ponderação	Classe	Tamanho Mancha Urbanizada (km ²)	Tamanho convertido em fuzzy $\mu(x)$	Tamanho fuzzy categorizado $\mu(y)$	
3156700003001	1	1,44265	0,005	0,876	$\mu(y) = (x * 0,125) + 0,875$
3156700003002	1	4,98240	0,019	0,877	$\mu(y) = (x * 0,125) + 0,875$
4119905004010	2	18,54710	0,137	0,767	$\mu(y) = (x * 0,125) + 0,750$
4119905004011	2	10,90447	0,077	0,760	$\mu(y) = (x * 0,125) + 0,750$
2300150001001	3	36,65706	0,236	0,655	$\mu(y) = (x * 0,125) + 0,625$
2301109003001	3	89,47931	0,589	0,699	$\mu(y) = (x * 0,125) + 0,625$
1501303003001	4	87,86452	0,706	0,588	$\mu(y) = (x * 0,125) + 0,500$
1501303003002	4	51,01818	0,407	0,551	$\mu(y) = (x * 0,125) + 0,500$
1503606003004	5	34,59065	0,293	0,412	$\mu(y) = (x * 0,125) + 0,375$
1505536003001	5	5,397168	0,039	0,380	$\mu(y) = (x * 0,125) + 0,375$
1504109001001	6	51,83818	0,563	0,320	$\mu(y) = (x * 0,125) + 0,250$
1505502003001	6	13,47874	0,137	0,267	$\mu(y) = (x * 0,125) + 0,250$
1501782003002	7	25,11519	0,290	0,161	$\mu(y) = (x * 0,125) + 0,125$
1502707003001	7	31,60877	0,369	0,171	$\mu(y) = (x * 0,125) + 0,125$
2206803001001	8	21,70429	0,068	0,008	$\mu(y) = (x * 0,125)$
2206902001001	8	29,49111	0,092	0,011	$\mu(y) = (x * 0,125)$

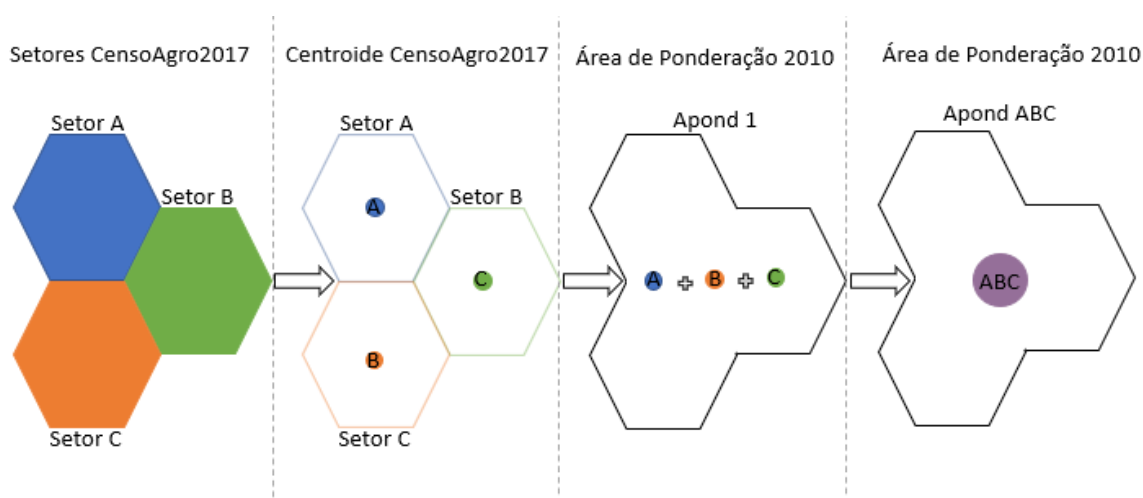
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

7 - Transformação dos dados com diferentes unidades espaciais para a unidade espacial área de ponderação

a) Setor censitário do Censo Agropecuário 2017 para área de ponderação

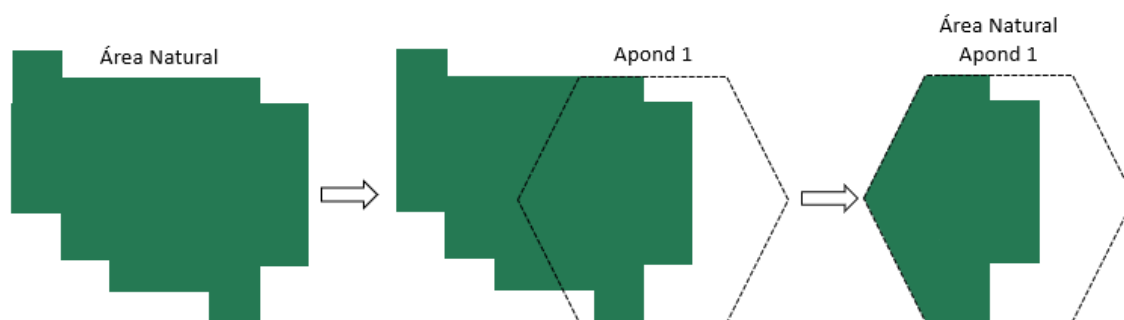
A unidade espacial do dado original é o setor censitário do Censo Agropecuário 2017. Após o cálculo da porcentagem de ocupação de áreas destinadas à lavoura e pastagem, cada setor foi transformado em centroide e cada centroide foi associado a uma área de ponderação. Dessa forma, foi calculada a porcentagem de área de lavoura e pastagem por área de ponderação.

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.



b) Áreas naturais para área de ponderação

Originalmente, as áreas naturais foram mapeadas no formato de grade de 1 km por um 1 km. Elas foram recortadas por áreas de ponderação e, para cada uma delas, foi calculada a porcentagem ocupada por áreas naturais.



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

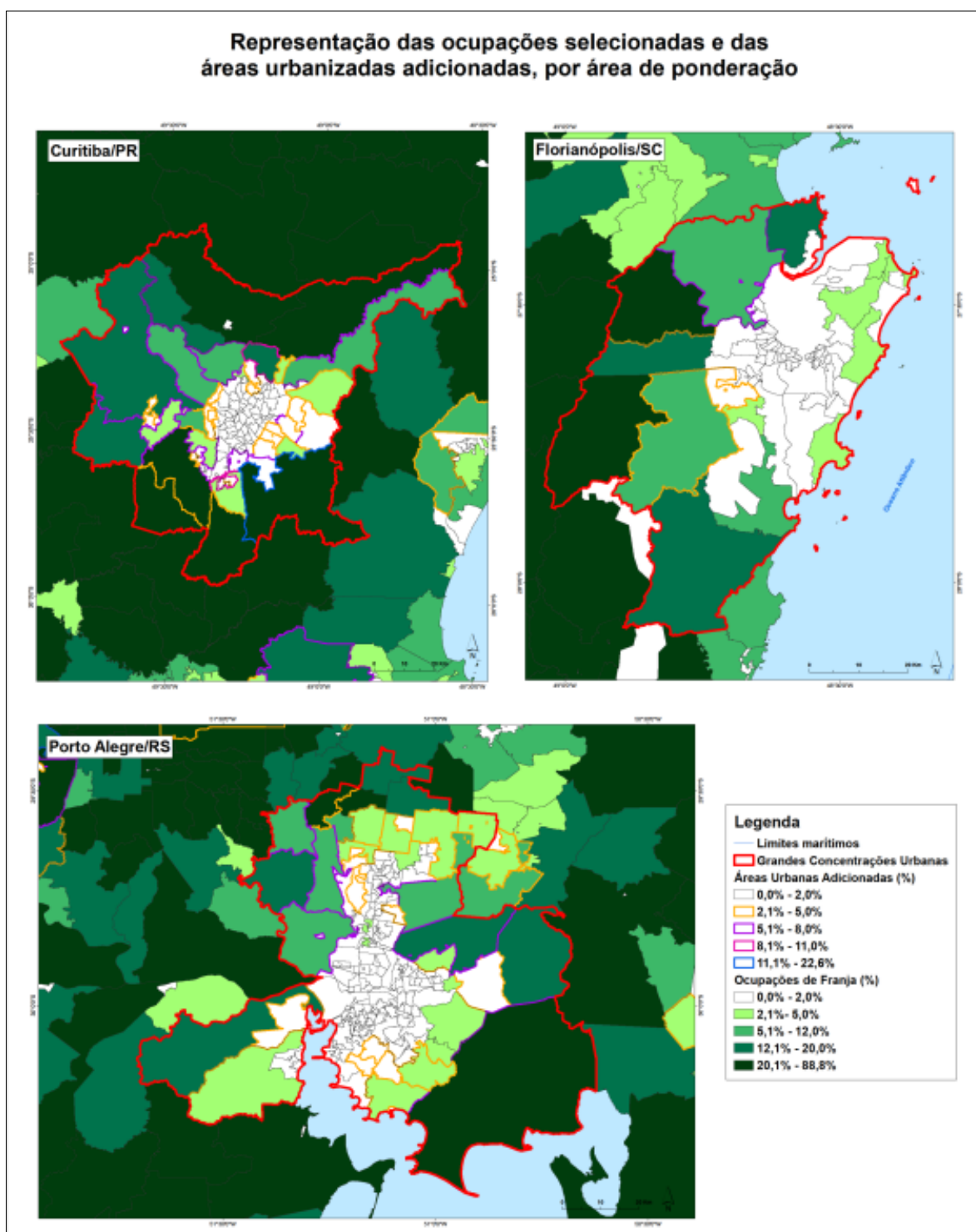
8 - Ocupações selecionadas para identificação de franja rural-urbana

Código	Trabalho principal
9311	Trabalhadores Elementares de Minas e Pedreiras
9216	Trabalhadores Elementares da Caça, Pesca e Aquicultura
9215	Trabalhadores Florestais Elementares
9214	Trabalhadores Elementares da Jardinagem e Horticultura
9213	Trabalhadores Elementares da Agropecuária
9212	Trabalhadores Elementares da Pecuária
9211	Trabalhadores Elementares da Agricultura
8342	Operadores de Máquinas de Movimentação de Terras e Afins
8341	Operadores de Máquinas Agrícolas e Florestais Móveis
8172	Operadores de Instalações para Processamento de Madeira
8114	Operadores de Máquinas Para Fabricar Cimento, Pedras e Outros Produtos Minerais
8111	Mineiros e Operadores de Máquinas e de Instalações Em Minas e Pedreiras
7544	Fumigadores e Outros Controladores de Pragas e Ervas daninhas
7513	Trabalhadores da Pasteurização Do Leite e Fabricação de Laticínios e Afins
7233	Mecânicos e Reparadores de Máquinas Agrícolas e Industriais
6225	Pescadores
6221	Trabalhadores da Aquicultura
6210	Trabalhadores Florestais Qualificados e Afins
6130	Produtores e Trabalhadores Qualificados de Exploração Agropecuária Mista
6129	Outros Criadores e Trabalhadores Qualificados da Pecuária não Classificados Anteriormente
6123	Apicultores, Sericultores e Trabalhadores Qualificados da Apicultura e Sericultura
6122	Avicultores e Trabalhadores Qualificados da Avicultura
6121	Criadores de Gado e Trabalhadores Qualificados da Criação de Gado
6114	Agricultores e Trabalhadores Qualificados de Cultivos Mistos
6112	Agricultores e Trabalhadores Qualificados no Cultivo de Hortas, Viveiros e Jardins
6111	Agricultores e Trabalhadores Qualificados Em Atividades da Agricultura (Exclusive Hortas, Viveiros e Jardins)
3142	Técnicos Agropecuários
2132	Agrônomos e Afins

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

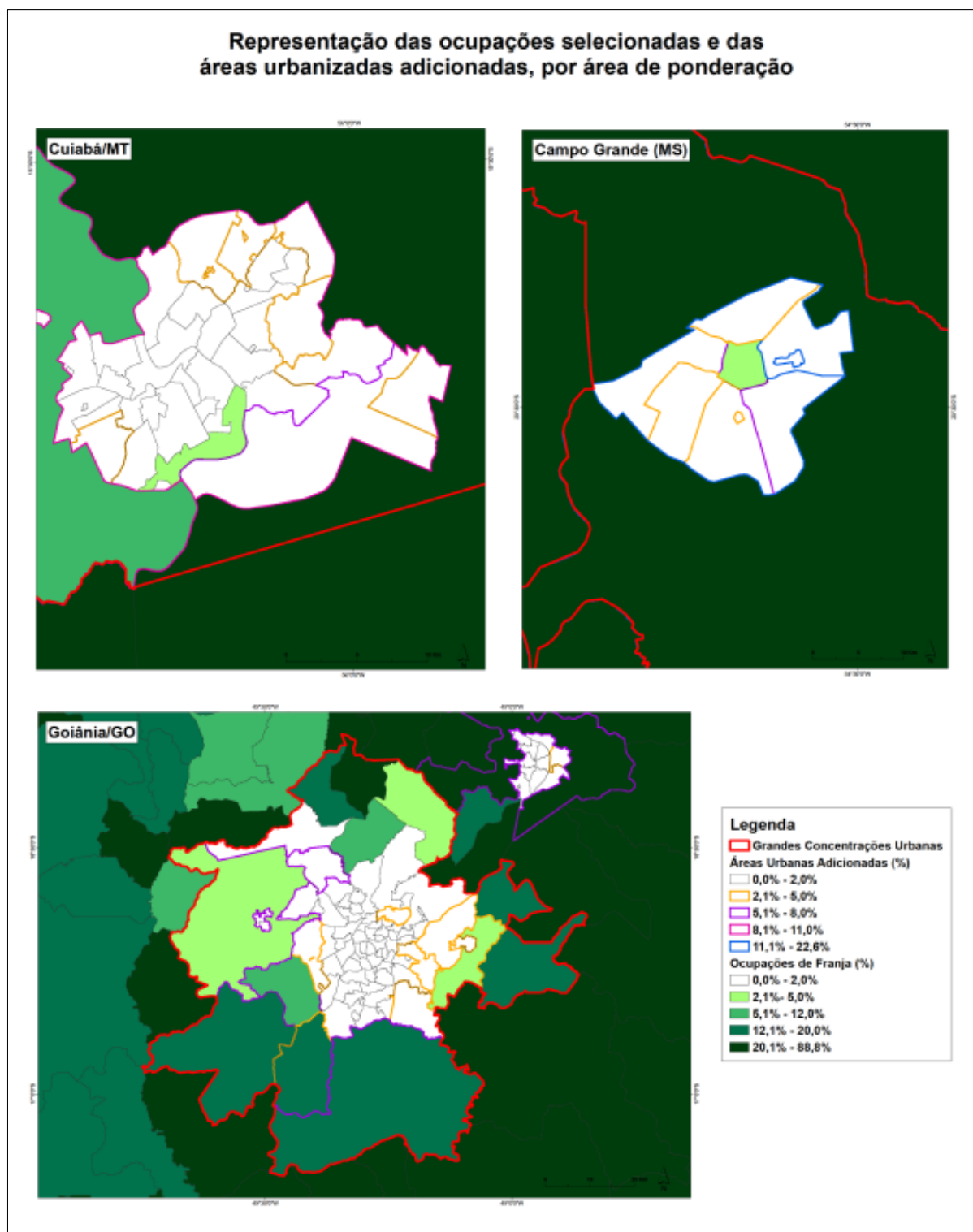
9 - Identificação de franja rural-urbana no Brasil

Figura A - Índícios de espaços de franja rural-urbana nas grandes Concentrações Urbanas de Curitiba/PR, Florianópolis/SC e Porto Alegre/RS



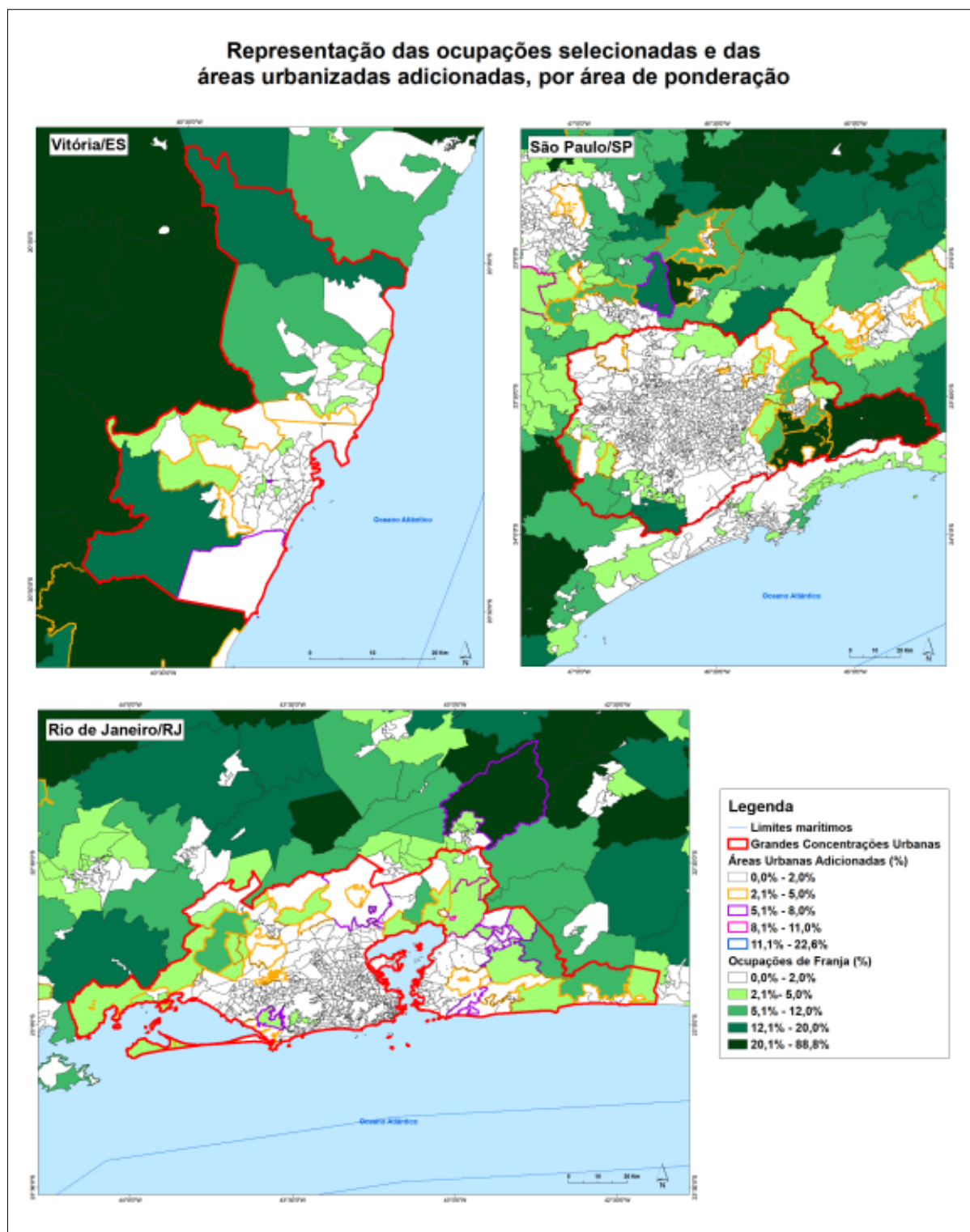
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Figura B - Índícios de espaços de franja rural-urbana nas grandes Concentrações Urbanas de Cuiabá/MT, Campo Grande (MS) e Goiânia/GO



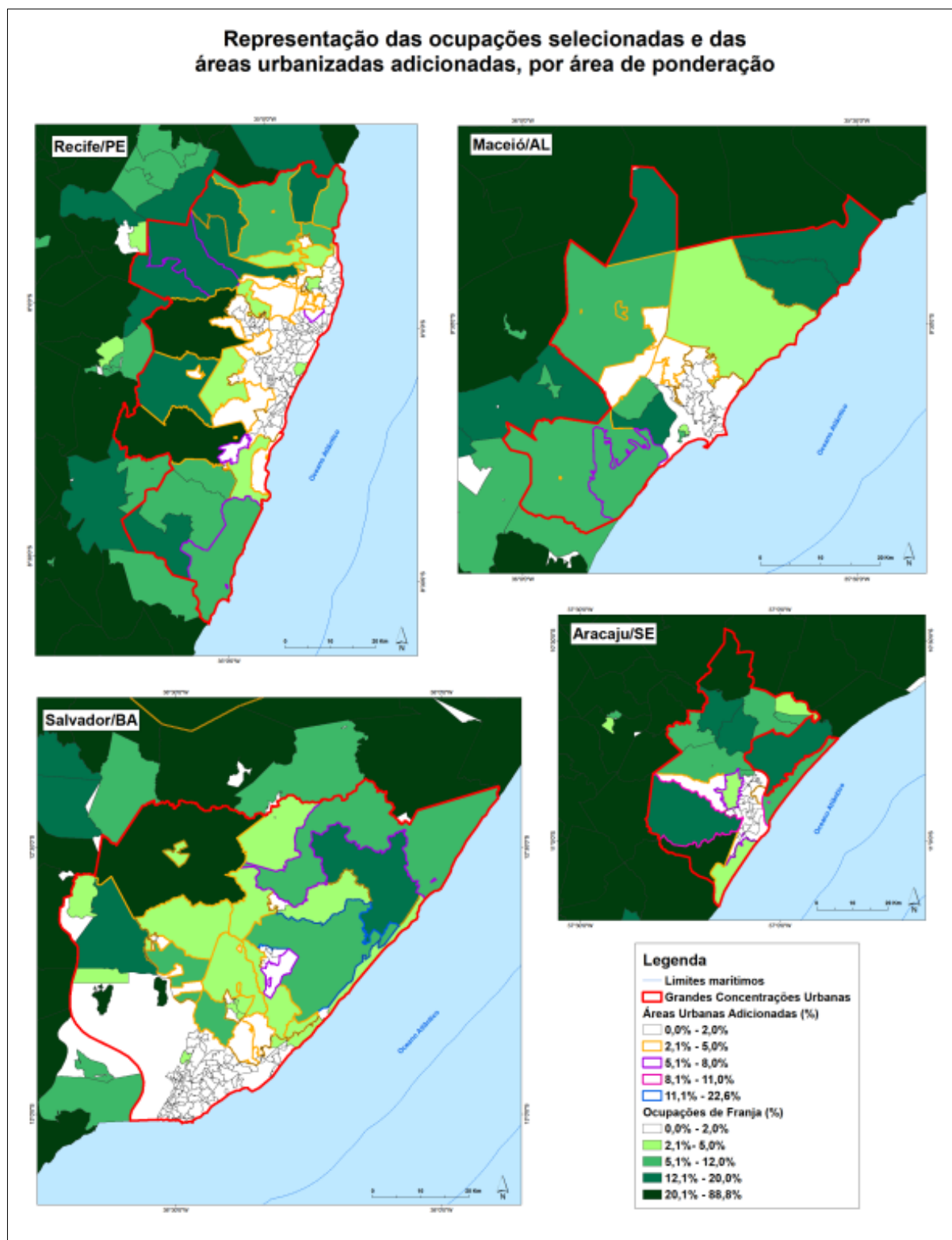
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Figura C - Índícios de espaços de franja rural-urbana nas grandes Concentrações Urbanas de Vitória/ES, São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ



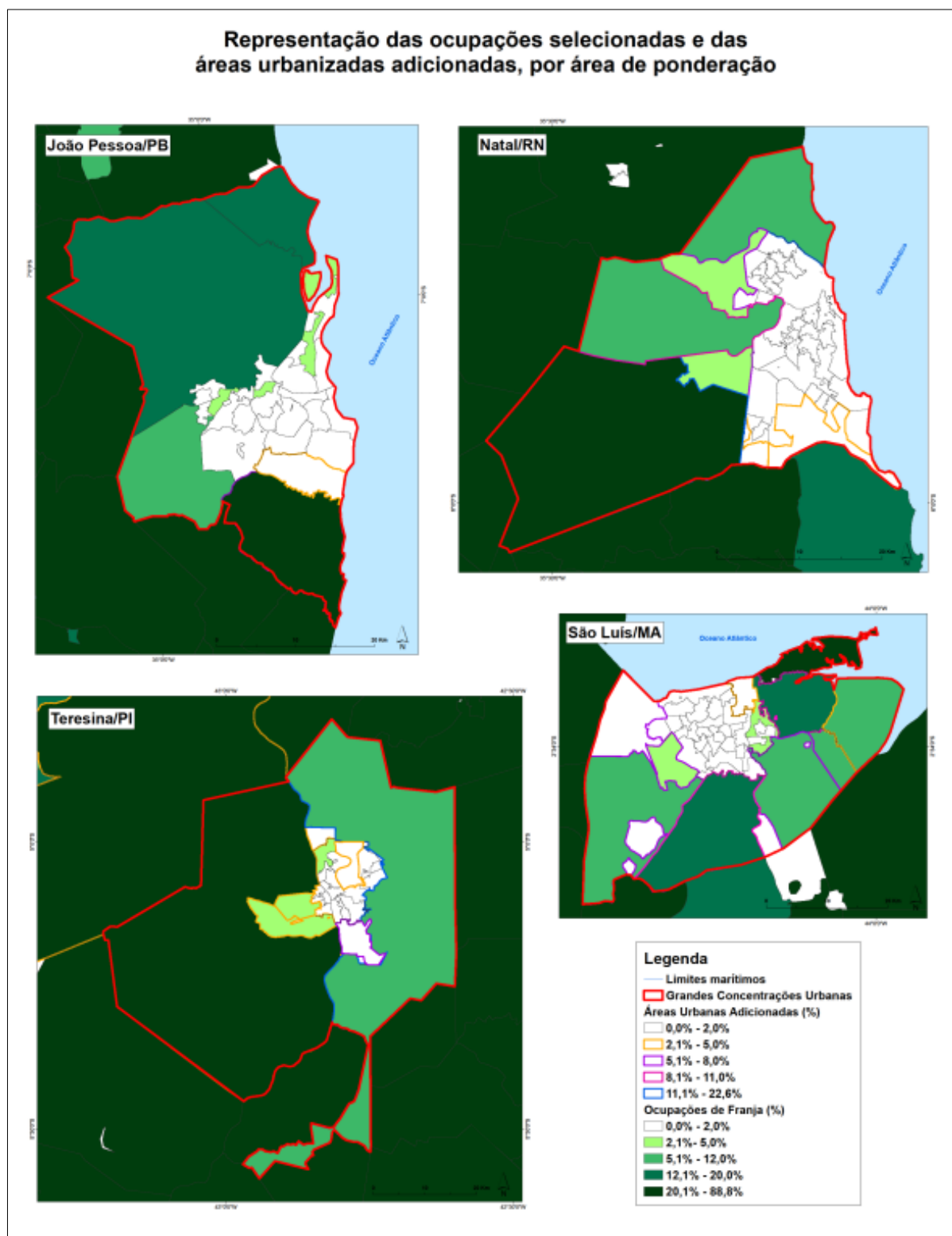
Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Figura D - Índícios de espaços de franja rural-urbana nas grandes Concentrações Urbanas de Recife/PE, Maceió/PE, Salvador/BA e Aracaju/SE



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Figura E - Índícios de espaços de franja rural-urbana nas grandes Concentrações Urbanas de João Pessoa/PB, Natal/RN, Teresina/PI e São Luís/MA



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Glossário

Aglomerado Subnormal Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas restritas à ocupação

Área de Ponderação Área de Ponderação é uma unidade geográfica formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de Setores Censitários contíguos com vistas à aplicação de procedimentos de calibração de pesos para a produção de estimativas compatíveis com algumas das informações conhecidas para a população como um todo.

Áreas Urbanizadas Área onde há proximidade entre as residências e edificações, bem como os padrões de arruamento que caracterizam o modo de vida urbano, identificadas no mapeamento de Áreas Urbanizadas do IBGE.

Arranjo Populacional Agrupamento de dois ou mais Municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais. *Ver também* Concentração Urbana.

Capital Regional Cidade com alta concentração de atividades de gestão do território, caracterizada pela presença de instituições públicas e empresas que atuam em vários Municípios, mas com região de influência de menor alcance, se comparada com as Metrópoles. Normalmente, as Capitais Regionais são Cidades muito populosas e relativamente conhecidas nos Estados em que se situam. É o segundo tipo de hierarquia urbana mais elevado e se subdivide em três níveis: Capital Regional A, Capital Regional B e Capital Regional C.

Centro de Zona Cidade que polariza um pequeno número de Cidades vizinhas por meio da atração de pessoas para acesso a comércio e serviços básicos insuficientes nos Centros Urbanos do entorno. Nos Centros de Zona, predominam as relações de proximidade, e as atividades de gestão do território são relativamente restritas, se comparadas às das Cidades de hierarquia maior (Metrópoles, Capitais Regionais e Centros Sub-Regionais). É o quarto e penúltimo tipo de hierarquia urbana e se subdivide em dois níveis: Centro de Zona A e Centro de Zona B.

Centro Local Cidade cuja influência está restrita aos seus próprios limites territoriais. Os Centros Locais podem atrair alguma população moradora de outras Cidades para atividades muito específicas, mas não são referência principal de acesso a serviços para nenhuma outra Cidade. Além disso, os Centros Locais apresentam fraca articulação com outras Cidades para atividades de gestão do território, como atividades empresariais e de gestão pública, e, frequentemente, a sua população, em geral pequena, recorre a outros Centros Urbanos de maior hierarquia para acessar instituições públicas, comércio e serviços, pois a presença e a diversidade dessas atividades são muito restritas. Os Centros Locais constituem a grande maioria das Cidades do País e representam o último nível da hierarquia urbana.

Centro Sub-Regional Cidade com significativa atividade de gestão do território, caracterizada pela presença de instituições públicas e empresas que atuam em vários Municípios, mas com

articulações externas e região de influência de menor alcance e densidade, se comparada com as Capitais Regionais e Metrópoles. É o terceiro tipo de hierarquia urbana mais elevada e se subdivide em dois níveis: Centro Sub-Regional A e Centro Sub-Regional B.

Centro Urbano Ver Cidade

Cidade Unidade urbana utilizada na pesquisa Regiões de Influência das Cidades - REGIC e na Divisão Urbano-Regional do Brasil para análise dos dados e operacionalizada por meio de duas unidades territoriais: os Municípios e os Arranjos Populacionais. Tais unidades territoriais consistem, basicamente, de três conjuntos: os Arranjos Populacionais, as Concentrações Urbanas (Arranjos Populacionais com mais de 100 000 habitantes), e os demais Municípios (ou Municípios Isolados).

civitas Termo, em Latim, que significa cidade. A *civitas* é uma realidade social constituída pela condição natural de uma pessoa pertencer a um lugar. No passado, significava a cidadania romana, que compreendia deveres e direitos do cidadão romano. Atualmente, o termo expandiu-se e engloba não só o ambiente urbano, como também o rural.

Concentração Urbana Arranjo Populacional ou Município Isolado com mais de 100 000 habitantes e que possui a urbanização como principal processo indutor da integração e da contiguidade espacial. As Concentrações Urbanas se subdividem em dois níveis: Médias Concentrações Urbanas, com população entre 100 000 e 750 000 habitantes, e Grandes Concentrações Urbanas, com população acima de 750 000 habitantes.

espaços da natureza Áreas onde prevalecem os processos naturais que dão forma à paisagem. Quando há ação humana, essa ocorre de modo disperso, conforme os significados atribuídos pelos atores envolvidos, garantindo relativa estabilidade dos fatores bióticos e abióticos de seus ecossistemas.

espaços do rural Áreas de baixa densidade populacional caracterizadas, em geral, pela alteração da paisagem devido, principalmente, a atividades antrópicas ligadas à produção agropecuária ou a outras formas de apropriação econômica. Ademais, em sua composição, o tecido rural pode ser entremeado por pequenos núcleos urbanizados e/ou fragmentos naturais.

espaços do urbano Áreas com altas densidades de população, construções e arruamentos onde a paisagem é intensamente alterada. Predominantemente, as pessoas estão ocupadas em atividades secundárias e terciárias.

franja rural-urbana Espaços, em geral, circundantes às grandes Concentrações Urbanas, ou próximas a elas, que se constituem por elementos formadores do urbano e do rural, em especial, com a coexistência de loteamentos, áreas agrícolas, sítios de veraneio, instalações industriais, galpões logísticos, entre outros (áreas de piscicultura, horticultura etc.).

gestão do território Fluxos de gestão entre as Cidades brasileiras, classificadas segundo os níveis de centralidade de gestão territorial. As informações levantadas buscam compreender como as diferentes regiões e Cidades se conectam através da gestão do território, estabelecendo fluxos imateriais, e quais são os centros que concentram a capacidade de comando e controle do País, tanto do lado do Estado – representado pelas instituições públicas federais que possuem

unidades espalhadas pelo Território Nacional para atender a população, levantar dados e informações e recolher tributos (gestão pública) –, quanto do lado do mercado – representado pelas empresas privadas multilocalizadas (gestão empresarial).

habitat Lugar onde um organismo vive e se desenvolve, representado pelo conjunto de fatores bióticos e abióticos

hierarquia urbana Nível de articulação que a Cidade tem com outros Centros Urbanos, realizado por meio de atividades de gestão pública e empresarial, e ainda o nível de atração que a Cidade possui para suprir bens e serviços para populações de outros Centros Urbanos. São cinco os principais níveis hierárquicos: Metrópoles, Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros de Zona e Centros Locais.

localidade Todo lugar do Território Nacional onde existe um aglomerado permanente de habitantes. As localidades são categorizadas por meio da atribuição de *status* que indicam, entre outros aspectos, a sua influência regional. No domínio das localidades, estão as Cidades e as Vilas.

Metrópole Cidade que constitui o nível mais elevado da hierarquia urbana. Todas as Cidades no País recebem influência direta ou indireta de uma ou mais Metrópoles. Esses Centros Urbanos concentram grande população e possuem região de influência ampla que cobre toda a extensão territorial do País, constituída tanto pela atração de pessoas de outras Cidades para acesso a bens e serviços, quanto pela gestão de empresas e instituições públicas espalhadas pelo território.

Município Isolado Município que não faz parte de um Arranjo Populacional, segundo o estudo Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil.

polis Organização social, na Grécia Antiga, que significava as dimensões política e cultural da cidade. Era constituída por cidadãos livres que elaboravam as leis da cidade. Dentro de uma *polis*, além dos espaços urbano e rural, localizavam-se a Ágora (espaço utilizado pelos cidadãos para desenvolver o comércio, os debates políticos e as cerimônias cívica e religiosa) e a Acrópole (espaço de poder fortificado onde se situavam os monumentos, os templos e os palácios dos governantes).

protourbano Paleoforma mais elementar de aglomerações urbanas, constituindo-se em embriões de Vilas e Cidades. Os protourbanos variam, segundo a região em que estão localizados, ou os motivos que os originaram. Em comum, possuem população reduzida e prédios modestos; a rua principal é um prolongamento de um caminho, ou margeia um rio; e o comércio e os serviços são reduzidos, com a presença de poucos estabelecimentos comerciais, religiosos e educacionais, tais como bares, pequenas lojas e armazéns, templos religiosos e escola de nível fundamental.

rede urbana Rede conformada pela hierarquia dos Centros Urbanos, a qual é dividida em cinco níveis principais (Metrópoles, Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros de Zona e Centros Locais), e pelas regiões de influência, identificadas pela ligação das Cidades de menor para as de maior hierarquia urbana. O elo final de cada rede são as Metrópoles, para onde convergem as vinculações de todas as Cidades presentes no Território Nacional.

Regiões de Influência das Cidades Pesquisa realizada pelo IBGE que define a hierarquia dos Centros Urbanos brasileiros e delimita as regiões de influência a eles associadas, identificando as Metrópoles, as Capitais Regionais, os Centros Sub-Regionais, os Centros de Zona e os Centros Locais brasileiros e qual o alcance espacial de sua influência. A identificação da hierarquia urbana e das áreas de influência é realizada por meio da classificação dos Centros Urbanos que possuem determinados equipamentos e serviços e que atraem populações de outras localidades.

ruralidade Conjunto intrincado de costumes, atividades e características conexas não só do mundo rural, mas também do urbano, onde coexistem empresas com alta tecnologia e que possuem ligações com grupos econômicos diversos e com a natureza.

Setor Censitário Setor Censitário corresponde à menor porção de área em que o Território nacional é fragmentado para fins de coleta estatística do IBGE. Trata-se de unidade territorial de coleta, ou seja, área contínua, cuja dimensão está relacionada com sua extensão e com o número de domicílios ou de estabelecimentos agropecuários nela existentes. Cada Setor Censitário deve ser classificado como urbano ou rural, conforme sua situação, respeitando o perímetro urbano legalmente definido – observadas as limitações operacionais –, ou, na falta deste, o perímetro urbano para fins estatísticos

Terra indígena As Terras Indígenas são aquelas tradicionalmente ocupadas pelos índios em caráter permanente, as utilizadas para as suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Também são consideradas Terras Indígenas as áreas reservadas destinadas à posse e ocupação pelos índios (reservas, parques e colônias agrícolas indígenas) e aquelas de domínio das comunidades indígenas, nos termos do Art. 231 da Constituição Federal do Brasil, de 1988, do Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973) e do Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996.

urbanidade Conjunto de costumes, atividades e comportamentos tipicamente urbanos, mas que ocorrem tanto no campo quanto na cidade. As urbanidades, quando associadas à economia, manifestam-se por uma complexa divisão do trabalho, com a presença de redes técnicas, de transporte e comunicação. Associadas à política, revelam-se no planejamento e nos planos de gestão do território, bem como na crescente densidade normativa dos espaços citadino e campestre. Em especial, nas áreas rurais, revelam-se no pluralismo dos modos de vida, na presença de atividades de turismo e lazer, nos movimentos organizados, e nas reivindicações dos habitantes rurais que vão confirmar a expansão das urbanidades nas áreas rurais. Por fim, na cultura, as urbanidades exprimem as mudanças de comportamento e a redução da divisão sexual do trabalho, com a fluidez de informação, a estetização de comportamentos, de acordo com as mídias, entre outros aspectos.

urbs Espaço das decisões políticas, na Roma Antiga, onde se situavam a sede do governo e o centro da espiritualidade no Império Romano. *Ver também polis.*

Equipe técnica

Diretoria de Geociências

Coordenação de Geografia

Cayo de Oliveira Franco

Gerência de Regionalização e Tipologias Territoriais

Maria Monica Vieira Caetano O'Neill

Supervisão do Projeto

Maurício Gonçalves e Silva (Gerência de Integração da Informação Geoespacial/Supervisão do Quadro Geográfico)

Maria Monica Vieira Caetano O'Neill (Gerência de Regionalização e Tipologias Territoriais)

Equipe Técnica

Adma Hamam de Figueiredo (Gerência de Atlas e Representações do Território)

Bruno Ragi Eis Mendonça (Bolsista IPEA)

Camila da Silva Vieira (Bolsista IPEA)

Felipe Pires do Rio Mazur

Joana Carolina Silva Rocha (Bolsista IPEA)

Manuela Mendonça de Alvarenga (Gerência de Observação da Cobertura e Uso da Terra)

Mauro Sergio Pinheiro dos Santos de Souza

Paulo Wagner Teixeira Marques

Wanessa dos Santos Neves

Colaboradores

José Fernando Pereira Gonçalves (ENCE/DPE)

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção Editorial e Gráfica

Marisa Sigolo

Gerência de Sistematização de Conteúdos Informacionais

Pesquisa e normalização documental

Ana Raquel Gomes da Silva

Daniela Rangel Granja

Elizabeth de Carvalho Faria (contratada)

Leusimar Lourenço de Abreu Santos

Lioara Mandoju

Nadia Bernuci dos Santos

Solange de Oliveira Santos

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

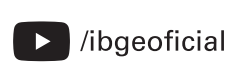
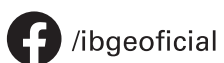
Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Instituição Parceira

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



www.ibge.gov.br 0800 721 8181

PROPOSTA METODOLÓGICA PARA CLASSIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DO RURAL, DO URBANO E DA NATUREZA NO BRASIL

Ao longo de sua história, o IBGE tem divulgado informações estatísticas e geográficas para os espaços rural e urbano, e essas categorias vêm sendo utilizadas nos levantamentos sociodemográficos institucionais, estruturados segundo tais classificações. Atualmente, as novas vertentes em relação à classificação dessas duas dimensões buscam superar a visão dicotômica em direção a uma nova compreensão de um *continuum* rural-urbano, em face das novas formas de organização da sociedade.

Sensível a esses debates, o IBGE traz a público o presente estudo, fruto do aprofundamento do conhecimento sobre o território brasileiro e da evolução dos instrumentos de análise de dados geográficos. Para a sua elaboração, revisitou-se a trajetória conceitual construída pela Geografia em diferentes momentos da história da disciplina, e pelo próprio Instituto, no que respeita à relação entre o rural e o urbano, apresentando-se, a seguir, a discussão contemporânea sobre esse tema e a proposição de uma nova categoria de classificação dos espaços, **a natureza**. A inclusão dessa dimensão de análise, cumpre realçar, decorre do reconhecimento de que o modelo dicotômico até então concebido não mais abarca a complexidade que conforma as realidades espaciais atuais, o que demanda a proposição de distinções mais detalhadas do espaço geográfico. A proposta metodológica assim empreendida, objeto desta publicação, tem natureza experimental, por conceber informações geocientíficas novas, que ainda estão em fase de teste e sob avaliação.

A publicação apresenta a tipologia criada no âmbito deste estudo, em que cada um dos tipos identificados nas três categorias espaciais (urbana, rural e natureza), em um total de 16, é delineado pela descrição dos seus atributos e da sua distribuição no território. O estudo traz uma reflexão sobre os resultados alcançados e busca apresentar, em escala nacional, uma abordagem que, no conjunto da tipologia criada, apreende o *continuum* rural-urbano-natureza. Adicionalmente, a publicação sinaliza o aprimoramento, por meio de novos critérios a serem adotados, da elaboração de uma tipologia final que possa ser utilizada para a divulgação das pesquisas realizadas pelo IBGE, incluindo o Censo Demográfico 2022. As notas técnicas que integram o volume discorrem sobre as discussões teóricas e os aspectos metodológicos envolvidos na presente proposta e um glossário, ao final, reúne os termos e conceitos considerados essenciais para a compreensão dos resultados obtidos.

Esta publicação também está acessível no portal do IBGE na Internet.



ISBN 978-85-240-4575-2



9 788524 045752